

UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
MESTRADO EM FILOSOFIA

MARCELO DE SANT'ANNA ALVES PRIMO

O ATEÍSMO NA FILOSOFIA DE PIERRE BAYLE

Salvador
2008

MARCELO DE SANT'ANNA ALVES PRIMO

O ATEÍSMO NA FILOSOFIA DE PIERRE BAYLE

Dissertação apresentada como requisito parcial à obtenção do grau de mestre em filosofia – Departamento de Filosofia da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal da Bahia

Orientador: Prof. Dr. Antônio Carlos dos Santos

Salvador
2008

P953 Primo, Marcelo de Sant'Anna Alves
O ateísmo na filosofia de Pierre Bayle / Marcelo de Sant'Anna Alves Primo. –
Salvador, 2008.
167 f.

Orientador: Prof. Dr. Antônio Carlos dos Santos.
Dissertação (mestrado) – Universidade Federal da Bahia, Faculdade
de Filosofia e Ciências Humanas, 2008.

1. Filosofia francesa. 2. Consciência. 3. Ateísmo. 4. Moral. I. Bayle, Pierre,
1647-1706. II. Santos, Antônio Carlos. II. Universidade Federal da Bahia,
Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. III. Título.

CDD – 194

TERMO DE APROVAÇÃO

MARCELO DE SANT'ANNA ALVES PRIMO

O ATEÍSMO NA FILOSOFIA DE PIERRE BAYLE

Dissertação apresentada como requisito parcial à obtenção do grau de mestre em filosofia à comissão julgadora da Universidade Federal da Bahia.

Maria das Graças Souza _____
Doutora em Filosofia, Universidade de São Paulo (USP), Universidade de São Paulo.

Antônio Carlos dos Santos _____
Doutor em Filosofia, Universidade de São Paulo (USP)/ Universidade de Paris X (Paris),
Universidade Federal de Sergipe.

Genildo Ferreira da Silva _____
Doutor em Filosofia, Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), Universidade
Federal da Bahia

Salvador, 15 de fevereiro de 2008.

AGRADECIMENTOS

Gostaria de agradecer à Universidade Federal da Bahia, a todos os professores, alunos e funcionários do Mestrado em Filosofia.

Ao meu orientador Antônio Carlos dos Santos, pela estima e confiança,

À FAPESB, fundação a qual foi de importância fundamental na viabilização do trabalho.

Aos meus pais que estiveram sempre comigo, e à Jane.

“É preciso confessar que somente uma boa e sólida Filosofia que, como um outro Hércules, pode exterminar os monstros dos erros populares: é ela a única que coloca o espírito para além da opinião”.

Pierre Bayle, *Pensées diverses sur la comète*, I, § 21.

SUMÁRIO

Introdução	11
Capítulo primeiro: A questão do <i>compelle intrare</i> : Bayle leitor de Agostinho	22
1.1. A refutação do sentido literal do <i>compelle intrare</i>	24
1.2. O método investigativo: a luz natural	27
1.3. A moral sob o exame da luz natural	30
1.4. Perseguição x persuasão: a barbárie conversora	37
1.5. As conseqüências práticas do <i>compelle intrare</i>	40
1.6. A crítica bayleana ao recurso à tradição agostiniana	45
1.7. Crer para entender ou entender para crer?	50
1.8. Contradição entre a teoria e a prática: Agostinho defensor da perseguição religiosa	53
Capítulo segundo: Bayle e a liberdade de consciência	58
2.1. Ilusão da obstinação: a violência como falso exame da verdade	59
2.2. Os direitos da consciência errante	64
2.3. Os limites da noção de evidência	67
2.4. O <i>dictamen</i> da consciência	72
2.5. Consciência e liberdade	77
Capítulo terceiro: Ateísmo e moral em Pierre Bayle	90
3.1. O cometa como fenômeno puramente natural	91
3.2. Filosofia <i>versus</i> <i>Vox populi, vox Dei</i>	107
3.3. <i>Será Ele Bom, Será Ele Mau</i> : Pierre Bayle e os ateus	111
3.4. O paralelo entre o ateísmo e a idolatria	115
3.5. Superstição <i>versus</i> ateísmo na esfera política	127
3.6. Uma sociedade de ateus	132
Conclusão	146
Referências	150
Anexo	155

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

Com.Phil. BAYLE, Pierre. *De la tolérance: commentaire philosophique sur ces paroles de Jésus-Christ “Contrains-les d’entrer”*. Paris: Presses Pocket, 1992. Esta obra é citada a partir de sua abreviatura seguida do capítulo, seção e pelo número da página. Ex: *Com. Phil.*, I, i, p. 85.

P.D. BAYLE, *Pensées diverses sur la comète*. Édition critique. Paris: Librairie E. Droz, 1939, 2 vols. Tal obra é citada a partir de sua abreviatura seguida do tomo, parágrafo e número de página correspondente. Ex: *P.D.*, II, §197, p. 167.

RESUMO

Em sua obra *De la tolérance: commentaire philosophique sur ces paroles de Jésus-Christ Contrains-les d'entrer* de Pierre Bayle se opõe ao modo e às conseqüências práticas da leitura literal da Bíblia proporcionadas por Santo Agostinho, tomando como ponto de partida a análise de um trecho específico da Escritura – Lucas 14:23. Bayle justifica a sua crítica ao Bispo de Hipona sobre dois pilares: 1º) manifestando o intuito de apoiar a sua reflexão em um panorama que sobreponha os obstáculos particularmente confessionais, operando por meio da razão; 2º) a análise do contexto histórico cristão no qual a questão da perseguição religiosa é suscetível de um conjunto de considerações acerca da natureza do verdadeiro cristianismo e o autêntico espírito do Evangelho. Nessa direção, Bayle passa para um segundo movimento da sua reflexão, questionando-se se é legítimo forçar as consciências alheias em nome de uma suposta verdade religiosa. De tal indagação, o filósofo francês reclama os direitos da consciência errante e erige o postulado da liberdade de consciência, transformando este em um instrumento crítico o qual tanto afasta o homem do fanatismo como tem por imperativo o mais profundo respeito às consciências de outrem, devendo ser inabalável. A amplitude dada por Bayle a esse postulado o permite a tecer suas considerações sobre o ateísmo. Tema principal dos seus *Pensées diverses sur la comète*, aí o filósofo, a partir de sua crítica à opinião supersticiosa de que os cometas são avisos da ira divina, discorre e sugere a viabilidade de uma sociedade de ateus como não corruptora dos costumes e podendo viver sob os auspícios da moral. Da crítica destinada ao público ortodoxo de sua época, Bayle refletirá sobre uma moral atéia a qual, não tendo seu código calcado em mandamentos doutrinários, seu maior apreço será pela explicação das coisas naturais por elas próprias e pela virtude em si mesma. Se a religião dá a sua contribuição para fortalecer as relações sociais, todavia, está longe de ser indispensável.

PALAVRAS-CHAVE: Bayle, consciência, ateísmo, moral.

RÉSUMÉ

Dans son oeuvre *De la tolérance: commentaire philosophique sur ces paroles de Jésus-Christ "Contrains-les d'entrer"*, Pierre Bayle s'oppose à la manière et aux conséquences pratiques de la lecture littérale de la Bible proportionées par Saint Augustin, en prenant pour point de départ l'analyse d'un extrait spécifique de l'Écriture – Luc 14;23. Bayle justifie sa critique à l'évêque de Hipona sur deux piliers: 1^{er}) Il manifeste l'objectif d'appuyer sa réflexion dans un panorama qui superpose les obstacles confessionnels, en opérant au moyen de la raison; 2^e) l'analyse du contexte historique chrétien sur lequel la question de la persécution religieuse est susceptible d'un ensemble de considérations sur la nature du vrai christianisme et l'authentique esprit de l'Évangile. Dans ce sens, Bayle passa à un second mouvement de sa réflexion, en se posant la question s'il est légitime forcer les consciences d'autrui au nom d'une supposée vérité religieuse. De telle recherche, le philosophe français réclame les droits de la conscience errante et érige le postulat de la liberté de conscience, en le transformant en un instrument critique lequel autant il éloigne l'homme du fanatisme qu'il a comme impératif le plus profond respect aux consciences d'autrui, où il doit être flegmatique. L'amplitude donnée par Bayle à ce postulat le permet de tisser ses considérations sur l'athéisme. En ayant comme sujet principal de ses *Pensées diverses sur la comète*, à partir de sa critique à l'opinion superstitieuse que les comètes sont des avertissements de la colère divine, discourt et suggère la viabilité d'une société d'athées mais pas corruptrice des costumes et d'où peut vivre sous les auspices de la morale. De la critique destinée au public orthodoxe de son époque, Bayle réfléchira sur une morale athée à laquelle, n'ayant pas son code opprimé par des commandements doctrinaux, sa plus grande appréciation se fait par l'explication des choses naturelles par elles-mêmes et pour sa vertu. Si la religion donne à sa contribution pour fortifier les rapports sociaux, cependant, il est loin d'être indispensable.

DES MOTS CLÉS: Bayle, conscience, athéisme, morale.

INTRODUÇÃO

“Não vejo que seja uma necessidade indispensável que todos os que ignoram que há um Deus desconheçam a honestidade que está junto com a consciência”

Pierre Bayle, *Pensées diverses sur la Comète*.

“Não sei que inconveniente poderia haver em não acreditar em nada”

Sade, “Do inferno”.

No debate sobre o *ateísmo*, Pierre Bayle, em seus *Pensées diverses sur la comète* (1682), mostra a originalidade de seu pensamento no século XVII: se por acaso Deus tivesse feito os cometas virem ao mundo como se fosse um milagre, estaria dando aval ao surgimento da idolatria. O cerne da questão está em se um acontecimento ocasional serviria de fundamento para um evento posterior. Mais precisamente, se pode ser verdadeira a relação de causa e efeito entre um fenômeno natural entendido como divino e um efeito funesto como consequência. Dessa reflexão, Bayle extrai uma outra que entrará no âmago do tema da presente dissertação: se em matéria de imoralidade, o ateísmo é pior que a idolatria. O filósofo francês apóia a sua tese em dois pontos fundamentais: o primeiro, que o medo é a base principal de toda e qualquer doutrina religiosa, não sendo em nada um fator favorável para que o homem se torne melhor em termos de moral. Nesse sentido, religião e sociabilidade não estariam estrita e necessariamente correlacionados. Desse ponto de vista, se dá o outro movimento da arguição bayleana, a saber, que razão e fé estão infinitamente separados, sendo inacessíveis as possibilidades de mútuo entendimento entre ambas. Bayle diagnostica o motivo do temor e da propagação da opinião de que cometas são signos divinos os quais surgiram nos céus para dar tempo de os pecadores expiarem suas más ações. Sendo assim, se tudo o que houve de mais irracional tanto na teoria como nas práticas religiosas foi devido a explicações divinas acerca do que é

puramente natural, surge no horizonte a possibilidade do ateísmo enquanto instrumento crítico de delírios interpretativos tidos como sinônimos de verdade no decorrer da história. Da crítica destinada ao público ortodoxo de sua época, Bayle refletirá sobre uma moral atéia que, não tendo seu código calcado em mandamentos doutrinários, seu maior apreço será pela explicação das coisas naturais por elas próprias e pela virtude em si mesma. Nosso trabalho está dividido em três capítulos nos quais tentaremos refletir e aprofundar mais a discussão sobre o ateísmo no pensamento de Bayle: 1º) o primeiro ponto é a questão da *luz natural*. Bayle lança mão desse recurso racional em seu *Commentaire philosophique sur ces paroles de Jésus-Christ “Contrains-les d’entrer”* para questionar e criticar a leitura religiosa em torno da passagem bíblica *compelle intrare*. Os pensadores religiosos do século XVII, tendo como referencial teórico Santo Agostinho, entenderão que tal preceito será o fundamento para a perseguição religiosa. Contrariamente, Bayle mostra que essa postura religiosa manifesta a confusão entre o sentido literal e o sentido figurado das palavras dos textos sagrados. Essa confusão de ordem teórica terá forte ressonância na prática, uma vez que um pensamento ortodoxo, se apropriando e monopolizando o direito de interpretar a Escritura, comprometerá a liberdade de consciência; 2º) e é tendo como sustentáculo a luz natural que Bayle empreenderá seu postulado da liberdade de consciência. É unicamente pelo respeito individual às consciências alheias que é possível refletir e analisar os prós e os contras das doutrinas divergentes, sendo que a esse postulado racional Bayle dará uma amplitude ainda maior, a saber, a possibilidade de uma moral e de uma sociedade atéias; 3º) nesse sentido, a intenção no presente trabalho consiste em refletir sobre o vínculo entre ateísmo e moral, sugerido por Pierre Bayle, em seus *Pensées diverses sur la comète*. Nesta obra, o filósofo francês erige e destina toda a sua crítica ao discurso religioso e supersticioso, após a passagem de um cometa na França em 1680.

Para iniciar nosso trabalho, trataremos de expor e analisar no primeiro capítulo a crítica que Bayle em seu livro *De la tolérance: commentaire philosophique sur ces paroles de Jésus-Christ “Contrains-les d’entrer”* faz a Santo Agostinho, em especial a sua obra *A*

*Doutrina Cristã*¹. Partindo de uma passagem específica da Bíblia, “Forçai-os a entrar” (*compelle intrare*) – Lucas 14:23 – Bayle intenta mostrar que a coerção religiosa é um procedimento absurdo, valendo-se de um método persuasivo até capaz de convencer a outrem, mas nem de longe tendo o ideal evangélico como referencial teórico e de moralidade. Bayle começa com uma invectiva atingindo o âmago da edificação teológico-política a qual dava aval à intolerância, isto é, a teoria do constrangimento legítimo no tocante à religião. No auge da crise donatista, Santo Agostinho se serve da parábola “Forçai-os a entrar” literalmente, visando a uma justificativa ao recurso ao braço secular para reprimir os heréticos². Todas as idéias antecedentes a de tolerância buscavam provar que existia um *bom* constrangimento, até mesmo um *santo* constrangimento.³

O filósofo de Carla mostrará que a leitura literal está sob os auspícios da ortodoxia, para exercer uma espécie de tirania perante as outras doutrinas, com a total permissão das autoridades políticas. Valendo-se dessa força bruta, a religião torna-se sinônimo de irracionalidade e fanatismo, os quais são os principais pilares das guerras religiosas. É nesse contexto que se eleva com toda a sua força o espectro do *odium theologicum*⁴. O fio condutor do *Commentaire* é o recurso de Bayle a argumentos lógicos

¹ Mais precisamente o livro III, capítulo 16, intitulado “Quarto princípio: tudo interpretar pelo critério da caridade”.

² Leitura literal que alimentou toda uma literatura propagandista para fundamentar a perseguição aos protestantes na época da revogação do edito de Nantes por Luís XIV, em 1685. O *Commentaire philosophique* de Bayle foi publicado em 1686, ou seja, na efervescência e ao mesmo tempo na contrapartida de tal revogação. De acordo com Bost “na época da revogação do edito de Nantes, toda uma literatura de propaganda floresce para justificar a repressão ao protestantismo e celebrar o retorno da unidade religiosa no reino. Entre esses textos, uma muito oportuna edição de duas cartas do bispo de Hipona vem a explicar ao público francês a Conformidade da conduta da Igreja da França para reconduzir (*ramener*) os protestantes à Igreja da França com a Igreja da África para reconduzir os donatistas à fé católica”. BOST, H. *Pierre Bayle et la religion*. Paris: PUF, 2000, pp. 51-52.

³ Michel Onfray observa com sarcasmo esse argumento do “bom” ou “santo” constrangimento: “Santificado pela Igreja, o bispo de Hipona justifica numa carta (185) a *perseguição justa*. Fórmula seleta! Ele a opõe à *perseguição injusta*. O que distingue o bom do mau cadáver? O esfolado defensável do esfolado proibido? Toda perseguição que vem da Igreja é justa, pois é feita por amor; a que tem a Igreja como alvo é indefensável, pois é inspirada pela crueldade...Apreciamos a retórica e o talento sofista de Agostinho cujo Jesus deve também manejar o açoite e não o receber da soldadesca romana.” ONFRAY, M. *Tratado de ateologia*. Trad. de Mônica Stähel. São Paulo: Martins Fontes, 2007, p. 162. (grifos do autor).

⁴ Segundo Santos, “a condição de entendimento dessa acepção depende da desconstrução de uma longa tradição que justificava a intolerância em termos religiosos: a boa ou santa coação, princípio ortodoxo estabelecido por Santo Agostinho e que perdurava largamente no ‘Grande Século’. Essa consideração não é desprezível: o bispo de Hipona era a autoridade religiosa de grande referência, inspiradora dos movimentos religiosos dos séculos XVI e XVII, tais como a Reforma e o Jansenismo. Opor-se a ela implicava contrapor-se a toda a tradição que remontava ao século IV, iniciada pelos Pais da Igreja.” SANTOS, A.C. “Ateísmo e

com o intuito de provar por múltiplas razões demonstrativas que a conversão religiosa à força é o que existe de mais inconcebível. Assim, em relação ao termo “forçar” o escopo de Bayle é “refutar o sentido literal que lhe dão os perseguidores” (*Com Phil.*, I, i, p. 85). Refutação que consistirá estritamente em mostrar a assimetria existente da leitura literal do *compelle intrare*, por meio da qual os perseguidores forçavam as consciências dos que se opunham à “verdade”.

Como Agostinho reivindicou o critério da caridade⁵ como método para a leitura dos textos sagrados, Bayle também lançará mão de um da mesma forma, a saber, a *luz natural* proveniente da razão: “O tribunal supremo e que julga em última instância e sem apelo tudo o que é proposto é a razão falando através dos axiomas da luz natural e da metafísica” (*Id. Ibid.*, p. 134). A luz natural é o critério para se discernir o verdadeiro do falso, ou dito em outros termos, no que concerne à interpretação da Escritura, é o que diferencia o sentido literal do sentido figurado de certas passagens. É o recurso primeiro “suscetível de testar proposições as mais complexas”⁶ que se torna o princípio a respeito de toda e qualquer proposição. Elevando-se acima das polêmicas partidárias, Bayle faz vir à tona o total descrédito do discurso teológico. Em última instância, o que o pensador francês critica é a pretensa universalidade católica no tocante às questões de dogma e exegese, pretensão que Bayle fulmina, reduzindo-a às mais pueris querelas teológicas. E a própria verdade, por sua vez, nesse quadro de infinitas disputas, tem seu sentido pervertido. É da crítica aos pressupostos do sentido literal do *compelle intrare* que Bayle reivindicará a *liberdade de consciência*, tema do nosso segundo capítulo. Esta será o sustentáculo de um

tolerância em Pierre Bayle”. In: _____. *Variações filosóficas: entre a ética e a política*. São Cristóvão: UFS, 2004, p. 37.

⁵ Agostinho diz n’A *doutrina cristã*: “A Escritura diz: ‘Se teu inimigo tiver fome, dá-lhe de comer, se tiver sede, dá-lhe água pra beber’ (Pr 25,21). Tal prescrição, sem nenhuma dúvida, prescreve ato de benevolência. Mas o que segue: ‘Porque assim amontoarás brasas vivas sobre a sua cabeça’ (Pr 25,22; Rm 12,20), parece que ordena ato de malevolência. Não hesites, pois, em dizer que aí está uma fórmula figurada. Poder-se-á, é verdade, dar dupla interpretação: está prescrito, por um lado, de causar dano, e por outro de prestar serviço. Entretanto, vale mais que, por *caridade*, prefiras a interpretação da benevolência. Desse modo, compreenderás que as brasas vivas são gemidos ardentes da penitência com os quais se cura o orgulho do infeliz, aflito por ter sido inimigo daquele que lhe aliviou a miséria.” AGOSTINHO, Santo. *A doutrina cristã: manual de exegese e formação cristã*. São Paulo: Paulus, 2002, pp. 172-3. (grifo nosso)

⁶ GROS, J.-M. “Introduction” In: *Commentaire philosophique sur ces paroles de Jésus-Christ “Constrains-les d’entrer”*. Paris: Presses Pocket, 1992, p. 21.

individualismo religioso que examinará os pressupostos das doutrinas religiosas por meio de um critério *subjetivo*, a saber, as luzes da consciência.

No *Commentaire*, Bayle afirma que o princípio e a obrigação mais imprescindível dos homens é a de nunca se oporem às luzes da consciência. Ações que as contrariem são más por excelência:

Concluo legitimamente de todos os princípios que a primeira e mais indispensável de todas as nossas obrigações, e a de modo algum agir contra a inspiração da consciência, e que toda ação que é cometida contra as luzes da consciência é essencialmente má. (*Com. Phil.*, II, viii, p. 292)

Aqui o alvo da afirmação é um só: os *convertisseurs* franceses, os quais, valendo-se unicamente da lógica da força, obliteravam veementemente as luzes da consciência dos protestantes. A origem desse embate religioso é tão e somente a divergência de enfoque sobre as palavras da Escritura: os protestantes não aceitavam entidades intermediárias entre Deus e os textos sagrados, enquanto os católicos acreditavam que os Padres - ou qualquer outra espécie de intermediário - eram os predestinados a pregarem as palavras de Deus na terra.

Ora, é justamente nesse ponto que entra Bayle: a leitura tendenciosa da Escritura dos Padres católicos praticamente sufocava o *dictamen* da consciência de seus ditos opositores. Aqueles jamais aceitariam um critério subjetivo que colocasse em xeque e desvendasse todas as contradições oriundas da interpretação católica dos textos sagrados. Nesse sentido, o que Bayle defende é justamente um *livre examen* por meio da consciência, que sustentará um individualismo religioso - ou uma definição subjetiva da fé - e conseqüentemente a liberdade de consciência. Logo, a natureza mesma da religião consiste tão e somente em uma relação *direta* com a divindade:

A natureza da religião é de ser uma certa persuasão da alma em relação a Deus, a qual produz na vontade o amor, o respeito e o temor que merece esse Ser supremo, e nos membros do corpo os signos convenientes a essa persuasão, e à disposição da vontade; de modo que se os signos externos estão sem um estado interior da alma que aí responda, ou com um estado interior da alma que lhe seja

contrário, são atos de hipocrisia e má fé, ou de infidelidade e revolta contra a consciência. (BAYLE, *Com. Phil.* I, ii, p. 100)⁷

Se os “signos externos” forem desprovidos de um estado interior da alma ou forem contrários a tal estado, logo, não será uma devoção verdadeira. Bayle lança mão do mais importante princípio do protestantismo, a saber, renegar todo e qualquer signo externo entre o homem e Deus. Tudo o que for contra esse “estado interior da alma” será uma traição à própria consciência. Assim, o que Bayle reivindica é um *libre examen* por meio da consciência.⁸ O livre exame por meio da consciência se dá pelo conceito de luz natural, o qual perpassará todo o *Commentaire*. Desse modo, Bayle traz para o campo filosófico todas as discussões teológicas acerca dos mandamentos da Escritura e do culto a Deus. É à luz da razão que o filósofo de Carla se adentrará nesse debate, mas sob a lente de um racionalismo moral que, ao mesmo tempo em que submete à jurisdição da luz natural os pressupostos religiosos, desvela toda a imoralidade das conseqüências práticas de tais princípios nas perseguições religiosas. A luz natural é o critério para se discernir o verdadeiro do falso:

Por que, digo, [Deus] comportar-se-ia assim com o homem, senão para dar-lhe uma regra e um *Critério* dos outros objetos que se oferecem continuamente a nós, em parte falsos, em parte verdadeiros, ora muito confusos e obscuros, ora um pouco mais claros? Deus que previra que as leis da união da alma e do corpo não permitiriam que a união particular da alma com a essência divina (união que parece ser real aos espíritos mais atentos e meditativos, ainda que não seja concebida bem distintamente) lhe manifestasse claramente toda sorte de verdades, e a garantisse do erro, quis, entretanto, apresentar á alma um recurso que não a deixasse jamais para discernir o verdadeiro do falso; e esse recurso é a luz natural, são os princípios metafísicos, aos quais se compararmos às doutrinas particulares que encontramos nos livros, ou que se aprende de preceptores, podemos saber como por uma medida e uma regra original, se elas são legítimas ou falseadas. (*Com. Phil.*, I, i, p. 89)

⁷ Segundo Elisabeth Labrousse “a consciência é o ponto de inserção dessa relação de algum modo vertical entre o homem e seu Criador a qual *ninguém* tem o direito de tentar desviar a trajetória por uma intervenção que é, muito precisamente, uma tentativa de violação espiritual.” LABROUSSE, É. *Pierre Bayle: hétérodoxie et rigorisme*. Paris: Albin Michel, p. 575 (grifo nosso).

⁸ Ponto de vista o qual Bayle pagará caro. Ficamos com as palavras de Gianluca Mori: “Perseguido na França ‘toda católica’ de Luís XIV e na Holanda calvinista de Guilherme de Orange, Bayle sem dúvida estava em melhor postura do que ninguém para escrever sobre os direitos da consciência entre o fim do século XVII e o início do século seguinte. Obcecado após sua juventude pelo espectro do *odium theologicum*, viveu a revogação do edito de Nantes como um traumatismo profundo, que desencadeia nele um reflexo tão imediato quanto radical em sua substância especulativa.” MORI, Gianluca. “Conscience et tolérance”. In: _____, *Bayle philosophe*. Paris: Honoré Champion, 1999, p. 273.

Nessa passagem, Bayle resume o projeto do seu *Commentaire*: submeter todas as verdades particulares ao jugo da razão. A luz natural desempenha o papel de uma espécie de justa medida ao mesmo tempo racional, universal e subjetiva ou individual. Racional porque tal critério é oriundo da razão humana, universal porque todos os homens possuem essa luz natural – desde que prestem atenção a essa luz dentro de si mesmos – e subjetiva ou individual, pois compete a cada homem, sem a mediação de nenhum objeto ou fator externo, investigar a verdade por si próprio e posteriormente julgar se é conveniente ou não aderir a uma determinada doutrina.

A liberdade de consciência tem como ponto de partida um princípio teórico – a luz natural – porém, suas repercussões estão muito longe de permanecerem somente no campo especulativo. Se as concepções de Bayle fazem com que se esvaneça o critério que permitiria a adesão a um determinado dogma, lançando o indivíduo em um individualismo radical, é preciso não confundir o individualismo que Bayle defende com um relativismo cético. Bayle proclama a liberdade de consciência em virtude de uma argumentação religiosa. Nesse sentido, o critério de fé existe e Bayle o estabelece. A obediência escrupulosa ao *dictamen* da consciência, o amor a uma verdade, não especulativa, mas prática, não articulada em dogmas de teoria, mas em mandamentos de uma lei a qual o fiel busca guiar sua vida por um impulso do coração e um engajamento existencial: tudo isso consiste em uma autêntica atitude religiosa. Numa palavra, Bayle partindo de sua formação calvinista, mostra que tanto a razão prática como a consciência humana tem como único objetivo a verdade moral. Partindo do postulado da liberdade de consciência, Bayle chega às suas apreciações em relação ao *ateísmo*. Com seus *Pensées diverses sur la comète*, foi um dos primeiros autores – senão o primeiro – em pleno século XVII a dar ganho de causa aos ateus.⁹ Tal obra manifesta todo o interesse do filósofo de Carla pela história religiosa e pela teologia, uma vez que intenta refutar todo o ardor supersticioso suscitado na França devido à passagem de um cometa em 1680. Sob anonimato, Bayle publica os *Pensées*,

⁹ Nas palavras de Piva, “segundo Bayle, não haveria nenhuma incompatibilidade entre o ateísmo e a virtude, entre o ateu e a prática do bem. Assim, Bayle desfaz o antigo preconceito que vinculava o ateu ao criminoso, o ateísmo à desordem moral e social. Nesse livro [nos *Pensées*], ele discorre sobre uma sociedade imaginária de ateus na qual a honra e a beneficência existiriam perfeitamente. O curioso é que sua tese não intencionava defender o ateísmo, mas simplesmente demonstrar que as ações morais não dependem das opiniões religiosas dos indivíduos.” PIVA, Paulo Jonas de Lima. *O ateu virtuoso: materialismo e moral em Diderot*. São Paulo: Discurso Editorial, 2003, pp. 85-86.

utilizando, no tocante à escrita um jargão católico estratégico para destilar toda a sua ironia contra o catolicismo e suas superstições. (BOST, *op. cit.*, pp. 19-20)¹⁰.

Eis então o ponto de partida: de um momento histórico – a saber, a passagem de um cometa na França em 1680 – Bayle questiona o fundamento do medo de um suposto “presságio” divino oriundo de um fenômeno puramente natural. Se alguma divindade criasse um cometa para incentivar a superstição religiosa nas pessoas, estaria dando margem à idolatria.¹¹ Tal era o terror com a aparição do cometa que Bayle confessa que não entrevia espaço algum para explicações filosóficas acerca de tal fenômeno, devido a esse monstro produzido por um temor coletivo que assolava toda a França:

Encontrava-me incessantemente exposto às questões de muitas pessoas curiosas, ou alarmadas. Eu tranquilizava o tanto que me era possível as que se inquietavam com esse pretense mau presságio; mas eu ganhava pouca coisa pelos raciocínios filosóficos; respondiam-me sempre que Deus mostra esses grandes Fenômenos, a fim de dar tempo aos pecadores de prevenirem por suas penitências os males que recaem sobre as cabeças. (BAYLE, *Pensées diverses sur la comète*, “Avertissement au lecteur”, v. I, pp. 144-145).

Filosofia *versus* medo supersticioso: dentre os inúmeros tratados redigidos na época sobre a passagem do cometa¹², Bayle se vê na tarefa de tentar responder a essas

¹⁰ Quanto a publicar anonimamente a obra, Bayle estava longe de meros caprichos retóricos. O anonimato era questão de sobrevivência. Segundo Julian Arroyo Pomedá “não creio que se trate de falsas modéstias, nem de capricho literário, nem de coisas parecidas. Simplesmente a pressão dominante – desde o ponto de vista religioso e político – não parece que permitia andar com demasiadas alegrias. A própria e pessoal biografia de Bayle constitui, sem dúvida, uma prova evidente de que suas prevenções não eram retóricas. É um assunto relacionado com a absoluta carência de liberdade de expressão na França daquele tempo.” POMEDA, J. A. “Pensamientos de Bayle”. In: BAYLE, P. *La Católica Francia*. Madrid: Ediciones Laberinto, 2000, p. 111, nota 1. (Colección Hermes).

¹¹ Isso por duas causas as quais Santos nos explica: “A primeira é a de que o medo constitui o fundamento de toda a religião – o que significa dizer que a religião não contribui em nada para melhorar a personalidade do indivíduo como ser moral e que, portanto, ela é indiferente à sociabilidade. A segunda, que há um fosso entre a razão e a fé, sem meandros de mútua compreensão ou interpenetração.” SANTOS, *op. Cit.*, pp. 32-33.

¹² O principal sendo o de Claude Comiers, intitulado *Discours sur les Comètes*, publicado no *Mercure Galant* de janeiro de 1682. Para ver as várias publicações sobre a aparição do cometa de 1680, cf. “Introduction” aos *Pensées* por A. Prat, pp. XI-XII.

questões suscitadas pelo medo dos franceses.¹³ Em meio a interpretação dos escritores e historiadores, Bayle dá a sua contribuição examinando criticamente os relatos dos livros que se baseiam numa concepção tradicional mas tendenciosa, isto é, que os cometas são sinais divinos. O que Bayle constata de tais opiniões – cristalizadas no decorrer da história – é primeiramente a cegueira dos povos dominados pela superstição e, ao mesmo tempo, o interesse religioso justamente nesse terror supersticioso, representado e fortalecido pela idolatria.¹⁴ Em contrapartida, Bayle avaliará positivamente as possibilidades e os efeitos do ateísmo, ou seja, a figura atéia dotada de uma racionalidade para analisar os fenômenos naturais, em nenhuma circunstância projetando suas paixões nesse exame, repudiando fantasmas sobrenaturais e carolices da mesma estirpe. E indo mais além, fará um paralelo entre uma sociedade de ateus e uma sociedade de idólatras, comparando ponto a ponto qual é a mais plausível.¹⁵

À primeira vista, estaríamos diante de um impasse: o próprio Bayle assume que não há nenhum registro histórico que mostre os hábitos e os costumes de um povo ateu. Isso lhe é caro, já que sua própria Filosofia está profundamente ligada a um exame crítico da história, sempre tendo em vista uma desmontagem do principal empecilho aos raciocínios filosóficos que são as opiniões supersticiosas. Mas vamos dar a palavra ao próprio Bayle:

Eu o disse antes; não existem Anais que nos mostrem os hábitos e os costumes de uma nação mergulhada (*plongée*) no Ateísmo. Assim não podem refutar pela experiência a *conjectura* que outrora foi feita a esse respeito, a saber, que os Ateus não são capazes de nenhuma virtude moral, e que são bestas ferozes entre as quais há mais a temer pela vida, que entre os tigres e os leões. (*P.D.*, II, §145, p. 36, grifo nosso).

¹³ Segundo A. Prat, “ele [Bayle] toma com zelo o pretexto que Cometa lhe oferecia para expor idéias filosóficas as quais ele meditou por muito tempo, atrelando-as engenhosamente à questão da ‘atualidade’”. “Introduction”, p. XIII.

¹⁴ Atitude a qual J. Pomedá entrevê um certo ceticismo de Bayle derivado da observação dos fatos: “Ante esta situação se mostra bastante cético: assim se favorece a religião ou a idolatria? Muitos confessam que antes preferem ser idólatras que ateus, acusando o ateísmo de imoralidade. Pelo contrário, Bayle enfrenta essa tese tradicional, propondo abertamente que a idolatria é muito pior que o ateísmo. Ademais, a religião não é o fundamento da moral e há ateus honestos como há igualmente cristãos desonestos. E mais uma vez, os fatos se apresentam como única prova incontestável.” POMEDA, op. Cit., pp. 36-37.

¹⁵ Para uma discussão mais aprofundada, cf. o texto de Isabelle Delpla, “Le parallèle entre l’idolâtrie et l’athéisme: question de méthode”, in: DELPLA, Isabelle, ROBERT, Philippe de. *La raison corrosive: études sur la pensée critique de Pierre Bayle*. Paris: Honoré Champion, 2003.

Aprofundaremos mais essa questão no terceiro e último capítulo da nossa dissertação, mas de antemão mostrando o cerne da argumentação bayleana: 1) se, por um lado, não há como provar empiricamente – isto é, pela história – como se comportavam os habitantes de uma sociedade atéia, por outro lado, os partidários da tradição param no mesmo ponto, pois também não têm como provar que seria inviável uma nação formada somente por ateus. Nesse sentido, tanto os defensores como os detratores do ateísmo se valem unicamente de conjecturas; 2) ao mesmo tempo, Bayle constata na história toda a brutal perseguição religiosa de uma doutrina dominante – no caso, a católica – em relação às doutrinas minoritárias, na época de Bayle mais particularmente o calvinismo e em relação aos ateus. As atrocidades cometidas pelos sectários religiosos são *fato* ao passo que os supostos efeitos nefastos do ateísmo ficam somente no âmbito de hipóteses propostas e propaladas por toda uma tradição ortodoxa.¹⁶ Portanto, não é possível refletir sobre o ateísmo pelo critério da pluralidade das vozes. Isso quer dizer que “a difusão, até mesmo a universalidade de uma opinião em nada constitui um critério de verdade.”(BOST, *Pierre Bayle et la religion*, p. 21) Estabelecendo uma cisão entre moral e religião, Bayle delinea sob sua pena a figura do ateu virtuoso: “[...] é preciso convir que os ateus podem estar persuadidos que há na virtude uma beleza, uma honestidade intrínseca e natural e no vício uma deformidade e uma desonestidade semelhantemente intrínseca e natural”. (*Oeuvres diverses*, t. III, grifos do autor). Assim sendo, se alguns teólogos tanto se obstinam em negar a possibilidade do ateísmo, tal negação é solidária da demonstração da existência de Deus por uma espécie de consenso universal ao qual se apegam incessantemente. E aqueles que chegam a admitir a existência de ateus, não hesitam em associá-los às mais absurdas depravações morais. E tal equívoco se torna mais grave à medida que são tomadas medidas práticas que parecem autorizar o braço secular a esmagar os incrédulos. Portanto, tentaremos mostrar que Bayle separa a esfera da conduta humana de suas opiniões particulares. Por esse viés, o filósofo francês almeja desconstruir o tradicional e preconceituoso conúbio entre ateísmo e imoralidade, rejeitando toda e qualquer opinião pré-concebida que impeça de refletir acerca dos testemunhos da existência de ateus virtuosos. E são justamente os vícios e as contradições teóricas e práticas dos religiosos,

¹⁶ É nesse sentido que para Elisabeth Labrousse, “o respeito ao fato histórico nos impede então de postular uma implicação inelutável do ateísmo ao vício e à libertinagem.” LABROUSSE, *op. Cit.*, p. 106.

disfarçadas em atos de caridade, que permitem pensar a perfeita associação entre ateísmo e virtude.

CAPÍTULO PRIMEIRO

A QUESTÃO DO COMPELLE INTRARE: BAYLE LEITOR DE SANTO AGOSTINHO

“Agostinho dissera que não é preciso observar se forçam, mas a quê se força. E eu digo aos meus Leitores...que não é preciso observar a quê se força, em caso de Religião, mas *se* forçam , e desde que forcem, cometem uma má ação e bastante oposta ao gênio de toda a Religião, e especialmente ao Evangelho.”

Pierre Bayle, *De la tolérance: commentaire philosophique sur ces paroles de Jésus-Christ “Contrains-les d’entrer”*.

O presente capítulo tem como objetivo analisar a crítica que Pierre Bayle faz à interpretação agostiniana do preceito bíblico *compelle intrare*, a qual teve forte influência desde o século IV até meados da Modernidade.

Em seu *Commentaire philosophique sur ces paroles de Jésus-Christ Contrains-les d’entrer*¹⁷, Bayle analisará a legitimidade da apropriação da passagem da Escritura acima citada¹⁸ a qual impeliu os missionários cristãos a empreenderem seu projeto de

¹⁷ Obra em que Bayle já anunciara que ia ser impressa no seu opúsculo *La France catholique sous le règne de Louis le Grand*, escrito que é a base de muitas idéias desenvolvidas mais amplamente no *Commentaire philosophique*: “Existe aqui um sábio presbítero, bom filósofo, que escreveu um *Comentário filosófico* às palavras da parábola, *forçai-os a entrar*, o qual, porém, não está impresso. Estão traduzindo para nossa língua. Prestei-me a ler alguns capítulos os quais li com singular prazer. Os ingleses são os que têm um talento mais profundo e reflexivo. Creio que nunca se demonstrou que qualquer violência em matéria de religião é imoral, contrária à razão e ao Evangelho. Santo Agostinho e as duas cartas a que nos remetem tem diferenças abismais, fazendo-lhe ver que, se não raciocinaram melhor contra os heréticos do seu século que a favor dos perseguidores, os concílios que condenaram Pelágio com esse *dictamen* e sabidas as conclusões de Santo Agostinho, teriam sido bem fáceis de satisfazer ou menosprezar. Urge o mais depressa possível a tradução e a impressão dessa obra. Estou certo que haverá muitos católicos que a aprovarão, apesar do espírito dominante entre as pessoas de vosso hábito...”. BAYLE, P. *La católica Francia*. Trad. de Julian Arroyo Pomedá. Madrid: Laberinto, 2000, pp. 108-109.

¹⁸ Mais precisamente em Lucas 14:23. Em tal passagem está escrito: “Voltando o servo, tudo contou ao seu senhor. Então irado, o dono da casa disse ao seu servo: ‘Sai depressa para as ruas e os becos da cidade e traze para aqui os pobres, os aleijados, os cegos e os coxos. Depois disse o servo: ‘Senhor, feito está como o senhor

conversão dos povos não-cristãos. Tal projeto, apoiado na interpretação agostiniana do Evangelho de São Lucas¹⁹, se valeu de toda sorte de artifícios visando a cristianizar os supostamente heréticos. As etapas que serão percorridas neste capítulo são as seguintes: 1º) a refutação bayleana do sentido literal do *compelle intrare*, que questionará o critério de caridade agostiniano no concernente à leitura da Escritura; 2º) para dar solidez a tal oposição, Bayle lançará mão da noção de luz natural, que é um instrumento crítico que visa a questionar se certas passagens dos textos religiosos podem ser entendidas literalmente, operando por meio da razão; 3º) é pela luz natural que o filósofo francês apontará todos os imoralismos cometidos no decorrer da história justamente pela confusão histórico-religiosa entre o sentido figurado e o sentido literal do *compelle intrare*, principalmente no âmbito da moral; 4º) discutindo acerca das questões morais, Bayle constata que o suposto fundamento

mandaste, e ainda há lugar'. Respondeu o senhor: 'Sai pelos caminhos e atalhos e *forçai todos a entrar*, para que fique cheia a minha casa"'. *A bíblia anotada*. Trad. de Carlos Osvaldo Pinto. São Paulo: Mundo Cristão, 1994, p. 1297 (grifos nossos). Um ano antes no seu virulento opúsculo *A França católica sob o reino de Luís XIV*, Bayle já aponta as conseqüências funestas na prática da leitura literal da Escritura. Logo no começo dessa obra, na fala de um eclesiástico francês a um huguenote, a crítica consiste, em relação ao primeiro, justamente na suposta "caridade" empregada na conversão dos protestantes, o que mostra o cunho irônico e polemista dos escritos de Bayle: "Se tivésseis lido as as incomparáveis epístolas do Doutor da Graça [Santo Agostinho], suprimírias vossas injustas queixas e os procedimentos que, segundo dizeis, têm empregado nosso grande monarca [Luís XIV], justificados de antemão, sem poder refutá-los. Suplico-vos que o leias, e volteis ao seio de vossa mãe que o tem nos braços, não somente oferecendo-vos os bens terrenos, mas também a glória eterna do paraíso, que não podeis encontrar fora da Igreja, da qual estão desgraçadamente separados." BAYLE, P. *La católica Francia*, pp. 41-42. Se tal opúsculo é constituído por três hipotéticas cartas, respectivamente escritas por um eclesiástico católico francês, por um Refugiado colérico e por um Refugiado mais ponderado, e Bayle expondo múltiplos pontos de vistas sem ter a intenção de levar o leitor a uma conclusão definitiva, contudo, essa imparcialidade não se sustenta: Bayle escreve "A França católica" levado pela dor da morte do irmão Jacob Bayle, o qual, recusando-se a se converter ao catolicismo, morre num calabouço em 1683, como um "mártir obscuro da retidão de consciência". Cf. "Introduction", In: *Ce que c'est la France toute Catholique sous le règne de Louis XIV, ou Entretien de quelques protestants français*, Paris: Vrin, 1973, pp. 17-19.

¹⁹ Santo Agostinho, *A Doutrina Cristã*, livro III. Na verdade, o bispo de Hipona cita uma passagem de Jó, mas Bayle aplica a mesma leitura dessa passagem ao trecho de Lucas. E é à autoridade imponente de Santo Agostinho que recorrem engenhosamente os propagandistas católicos, o que supõe uma curiosa tendência: tratam de designar os reformados mais como cismáticos que como heréticos, assim o como o fizeram precedentemente. As obras e as cartas de Santo Agostinho objetivavam combater o cisma donatista e persuadir seus partidários a voltarem para a Igreja romana. O auxílio do braço secular, mostrando-se mais eficiente que as pregações, o "Doutor da Graça" aí encontra a justificação escriturária em um dos versículos da parábola de Lucas acima citado, "com o famoso 'forçai-os a entrar, legitimando o emprego da força para trazer de volta ao rebanho os extraviados, em virtude de uma análise psicológica pouco sumária." "Introduction", p. 12. Cf. também, BOST, *Pierre Bayle et la religion*, pp. 51-52: "[...] na época da Revogação do edito de Nantes, floresce toda uma literatura de propaganda para justificar a repressão do protestantismo e celebrar o retorno da unidade religiosa no reino. Entre esses textos, uma bastante oportuna edição de duas cartas do Bispo de Hipona explicam ao público francês a *Conformidade da conduta da Igreja da França para trazer de volta os protestantes com o da Igreja da África para reconduzir os donatistas à fé católica.*" Dentre os inúmeros panfletos, e obras propriamente ditas que repudiavam o protestantismo, se destacam *A História do Calvinismo* de Maimbourg, padre jesuíta, a *Apologia para os católicos*, de Antoine Arnauld e a *História da variação das Igrejas protestantes* de Bossuet.

extraído da Escritura não tem sentido algum quando se trata das perseguições religiosas. A brutalidade das conversões somente mostra que a última coisa que as mesmas têm como referencial são os mandamentos religiosos; 5º) nesse sentido, tem papel fundamental no pensamento de Bayle a história, a qual é irrefutável no relato de todas as perseguições em matéria de religião, mostrando o quanto na prática religião e moral estão muito distantes; 6º) do recurso aos fatos históricos, Bayle empreende sua crítica aos Padres da Igreja, os quais são os maiores defensores do sentido literal do *compelle intrare*, à medida que satisfazem suas aspirações de dominação religiosa e política; 7º) assim sendo, surge no horizonte uma questão fundamental, a saber, se é preciso entender antes de crer ou simplesmente aderir a uma determinada crença sem ao menos possuir um conhecimento histórico das práticas da religião a ser adotada, não se atendo unicamente aos seus princípios; 8º) é nessa direção que Bayle mostra a contradição do próprio Agostinho, que ao mesmo tempo que teoricamente prima pelo critério da caridade na interpretação das Escrituras, contudo, na prática, foi o principal mentor das perseguições religiosas de sua época, e seu pensamento sendo de total influência no século XVII, tendo como porta-voz a Igreja católica.

1.1. A refutação do sentido literal do “Forçai-os a entrar”

Bayle mostra o quanto são vazias de sentido, ao mesmo tempo, tanto a concepção católica de “herético” quanto a equivocada leitura do *compelle intrare*. Logo no “Discurso preliminar” do *Commentaire*, o filósofo francês emprega uma certa ironia, no emprego da violência para converter outrem. Segundo Bayle, as palavras de Jesus Cristo “Forçai-os a entrar” são

“[...] de todas as cavilações [...] a mais tola, e ao mesmo tempo a mais litigiosa e perplexa [...] para apoiar a perseguição ou, como eles diziam, [os missionários], a caridosa e salutar violência que eles faziam aos Heréticos para retirá-los de seus extravios”. (BAYLE, *De la tolérance: commentaire philosophique sur ces paroles de Jesus-Christ*, “Discours préliminaire”, 1992, p. 47)

Essa “caridosa e salutar” violência é uma quimera para Bayle. Nessa ótica, converter nada mais é que perseguir, violentar. Sob a figura do missionário – o *convertisseur*, que significa o mesmo, pois é o que prega a palavra – se esconde a ferocidade do carrasco, que em nome do amor e da caridade, não mede esforços para obter a conversão. Nas palavras de Élisabeth Labrousse

“[...] o que seria somente grotesco torna-se dolorosamente escandaloso quando se observa que essa aspereza odiosa se desencadeia sob o pretexto de expor e defender uma religião do amor e da paz, e que a condenação dos princípios é muito freqüentemente seguida da perseguição e por vezes do mártir de seus partidários”. (LABROUSSE, *Pierre Bayle: hétérodoxie et rigorisme*, 1996, p. 417).

Este trecho mostra o que *não* deveria fazer o conversor. Em vez de estar imbuído de um zelo verdadeiramente cristão pela verdade, com vistas a desenganar homens supostamente mergulhados no erro, faz justamente o contrário. Eis a definição que Bayle estabelece do próprio termo “conversor”, contrapondo o que ele *deveria ser* e o que ele *é*:

Eis a imagem ingênua do destino do termo conversor: ele devia originariamente significar uma alma verdadeiramente zelosa pela verdade e para desenganar os errantes. Mas não significará mais do que um charlatão, um patife, um gatuno, um saqueador de casas, uma alma sem piedade, sem humanidade, sem equidade, um homem que busca expiar, fazendo os outros sofrerem, suas impudicidades passadas e por vir, e todos os seus desregramentos. (BAYLE, *Com.Phil.*, “Discours préliminaire”, p. 49).

Através dessas palavras, Bayle mostra que por meio de seus próprios preceitos – e deveras distantes dos da Escritura – os conversores mostram que sua religião é guiada por um espírito inimigo tanto da verdade como da piedade²⁰. O que pregam na verdade é a sua

²⁰ Em sua concepção da figura do conversor, Bayle se aproxima de *Lutero*. Este, em sua obra, *Sobre a autoridade secular*, diz: “Essas pessoas cegas e desprezíveis não compreendem que coisa absurda e impossível estão tentando. Por mais rigorosas que sejam suas ordens, por maior que seja seu furor, não podem forçar as pessoas a fazer mais do que obedecer por palavras e atos exteriores; não podem obrigar o coração ainda que cheguem a se dilacerar tentando”. LUTERO, M. “Sobre a autoridade secular”. In: *Sobre a autoridade secular*. Trad. de Márcio Leite de Barros e Carlos Eduardo Silveira Matos. Harro Höpfl (org.). São Paulo: Martins Fontes, 2005, pp. 40-41.

intolerância, o que mostra a insistência de Bayle que ser intolerante é uma característica eminentemente cristã.²¹

O objetivo de Bayle no seu *Commentaire* é um só, a saber, mostrar que a *intolerância* é a verdadeira causadora das desordens que são equivocadamente atribuídas à *tolerância*. Esta é “a fonte da paz, e a intolerância [...] a fonte da confusão e da batalha” (BAYLE, *Com. Phil.*, “Discours préliminaire”, pp. 73-4). Na primeira parte da obra Bayle tratará de dar fundamentos filosóficos para a refutação do sentido literal do preceito “Forçai-os a entrar”.

Bayle mostra o que intenta em seu *Commentaire*: empreender um comentário trilhando um caminho novo, tendo como sustentáculo princípios os quais nenhum tipo de estudo poderia proporcionar:

Eu pretendo fazer um comentário de um novo gênero, e apoiá-lo sobre os princípios mais gerais e infalíveis que todo o estudo das línguas, da crítica e dos lugares comuns poder-me-ia fornecer. Nem busco mesmo saber porque Jesus Cristo se serviu dessa expressão *forçar*, nem qual o sentido legítimo que se deva reduzi-lo, nem se há mistérios sob a aparência desse termo. Contento-me de refutar o sentido literal que lhe dão os perseguidores.(BAYLE, *Com. Phil.*, I, i, p. 85, itálico no original).

Desse modo, o filósofo de Carla deixa claro que não vai recorrer a uma exegese do termo “forçar” para desconstruir e ao mesmo tempo mostrar a falsidade do sentido literal. Assentará sua análise sobre um princípio - que perpassará todo o *Commentaire* - que é o princípio da *luz natural*²².

²¹ Segundo Olivier Abel, Bayle mostrando a verdadeira face do conversor, emprega uma espécie de “virada ao avesso cômica”, pois pensando que o conversor seria alguém movido pelo zelo da verdade, não passa de um velhaco, usando da violência como método de persuadir. Nisso, o comentador entrevê um viés ético na argumentação de Bayle: “Além de sua sutileza psicológica, esse arrebatamento é exemplar do estilo burlesco de Bayle, o qual encerra uma dimensão ética que podemos por sua vez considerar nele como central. A ironia consiste no “desvelamento”: o mesmo que pune os outros é justamente o mau. O sentido das metamorfoses humanas caracteriza sem dúvida o espírito cômico, capaz de revelar o culpado na vítima, mas também a vítima no culpado. Porque é igualmente o recurso de retorsão, que Bayle se atém a Agostinho, esse mesmo personagem que censura em outrem o que canoniza para seu partido.” ABEL, O. “La diversité de l'éthique de Bayle”. In: *La raison corrosive: Études sur la pensée critique de Pierre Bayle*. Réunies par Isabelle DELPLA et Philippe de ROBERT. Paris: Honoré Champion, 2000, p. 279.

²² Lucien Dubois aponta para a excessiva repetição, da parte de Bayle, de certos argumentos que são a linha-mestra do *Commentaire*. Em relação a tais argumentos “seria difícil apresentar uma análise seguida e

1.2. A luz natural

Através da noção de luz natural²³, definida por Bayle como um critério para discernir o verdadeiro do falso, o filósofo mostra todo o seu arsenal argumentativo contra o respaldo dado a crimes religiosos sob o manto do sentido literal. Da mesma forma, critica *Santo Agostinho*, que estabelece uma regra – um *criterium* – para a distinção entre o sentido figurado e o sentido “à la lettre” das palavras da Escritura:

Apoio-me, para refutá-lo invencivelmente, sob o princípio da luz natural, que todo sentido literal que contém a obrigação de cometer crimes é falso. Santo Agostinho dá essa regra e, por assim dizer, esse *criterium*, para discernir o sentido figurado do sentido ao pé da letra. Jesus Cristo, diz ele [Santo Agostinho], declara que se nós não comermos a carne do filho do homem não seremos salvos; parece que isso seja nos convidar a um crime. É então uma figura que nos prescreve conduzir a paixão do Senhor, e de pôr agradável e útilmente na memória, que sua carne foi crucificada e ferida por nós. (BAYLE, *Com. Phil.*, I, i, pp. 85-86)²⁴

detalhada das últimas partes da obra: as repetições aí são numerosas e o autor não seguiu um plano bem rigoroso”. DUBOIS, L. *Bayle et la tolérance*. Paris: s.n., 1992, pp.84-85. 3 anos antes, em 1683, Bayle já expusera tanto seu modo de pensar como escrever, recorrendo a digressões e a procedimentos pouco sistemáticos. Eis o que o autor diz nos *Pensées diverses sur la comète*: “Não sei o que é meditar regularmente sobre uma coisa: mudo bastante facilmente: salto nos lugares nos quais ter-se-ia dificuldade em decifrar os caminhos, e de mim é muito próprio impacientar um Doutor que exige método e regularidade em toda a parte.” BAYLE, *Pensées diverses sur la comète*. Paris: Librairie E. Droz, 1939, 2 vols., §1, p. 24.

²³ Aqui Bayle é fiel à leitura de *Pierre Charron*, uma de suas influências, à medida que “a razão, a equidade, a luz natural que Deus inspirou em todo homem e que, como um astro flamejante, ilumina e brilha sem parar dentro dele, qualquer que seja, se não for desnaturado.” CHARRON, P. *Pequeno tratado de sabedoria*. Trad. de Maria Célia Veiga França. Belo Horizonte: UFMG, 2006, II, § 7, p. 45. E também é um dos primeiros autores, no âmbito da filosofia pós-escolástica que empreenderá a separação entre moral e religião a qual ecoará fortemente no pensamento de Bayle.

²⁴ O *criterium* dado por Santo Agostinho a que Bayle se refere é o da *caridade*. Agostinho diz n’*A doutrina cristã*, livro III: “Se a Escritura apresenta expressão que proíbe que seja uma ignomínia, seja um delito; ou, por outro lado, que ordene seja um ato de benevolência ou de utilidade, essa expressão não está em sentido figurado. Se, ao contrário, ela ordenar seja uma ignomínia, seja um delito, ou proibir seja um ato de benevolência, seja de utilidade, essa expressão está em sentido figurado.

‘Se não comerdes a carne do Filho do homem e não beberdes o seu sangue, não tereis a vida em vós’ (Jó, 6,54). Aqui, parece ser ordenado uma ignomínia ou um delito. Mas aí se encontra expressão simbólica que nos prescreve comungar da paixão do Senhor e guardar, no mais profundo de nós próprios, doce e salutar lembrança de sua carne crucificada e coberta de chagas por nós”. AGOSTINHO, S. *A doutrina cristã*. São Paulo: Paulus, 2002, p. 172. Pena que tão belo esquema teórico nada tem a ver com a prática: a efetivação do sentido literal na prática simplesmente faz com que se esqueça a própria essência da religião cristã, isto é, uma religião que tem como parâmetro de conduta unicamente a equidade e a temperança, abominando todo e qualquer recurso à violência, ainda mais tendo como pretexto algum mandamento divino.

Bayle inverte o argumento: o que Agostinho entende como figurado, o filósofo francês vê como literal, em termos práticos. Será que a salvação depende mesmo de “comer a carne do filho do homem”? Ou é uma retórica a qual esconde a má fé e a impiedade cristãs? Mesmo citando quase que literalmente essa passagem da *Doutrina cristã*, Bayle entende que o *Commentaire* não é o lugar de analisar se santo Agostinho era favorável ou não à Igreja romana, ou se bem aplicou a sua regra. É suficiente afirmar que o Bispo de Hipona engana-se em um princípio crucial para melhor entender a Escritura, a saber

[...] *é que se tomando-a literalmente se incita o homem a cometer crimes, ou (para tirar qualquer equívoco) a cometer ações que a luz natural, os preceitos do Decálogo e a moral do Evangelho nos proíbem, é preciso ter para tudo assegurado que se lhe dê um falso sentido e que no lugar da revelação divina, proponha às pessoas suas próprias visões, suas paixões e seus preconceitos.* (BAYLE, *Com. Phil.*, I, i, p. 86, itálicos no original)²⁵

Aqui a argumentação agostiniana se encontra reduzida à mais pura arbitrariedade. Falseando o sentido da Escritura, em nada contribui para um melhor esclarecimento do que seja a religião cristã. Bayle mostra que uma interpretação equivocada da Escritura – ou de uma passagem específica, como é o caso aqui – é fatal na proporção em que, de um lado, dita preceitos de ternura e piedade e, de outro, defende e pratica atrocidades das mais diversas²⁶.

É nessa altura da argumentação que Bayle introduzirá o conceito de *luz natural*. Esta é o único critério que pode separar o verdadeiro do falso, tanto no que se refere ao

²⁵ Diante da intolerância e fanatismo em sua época, Bayle propõe seu modelo de racionalidade crítica. A razão impede expressamente o exercício da violência contra outrem.

²⁶ Como por exemplo, a perseguição. Como McKenna, “assim é inconcebível que o Evangelho encoraje a perseguição, porque isso seria contraditório: nossa leitura do Evangelho deve se conformar à nossa concepção – racional, natural – da Justiça e da Bondade divinas”. “L’ironie de Bayle et son statut dans l’écriture philosophique”. In: *Regards sur Pierre Bayle*. Paris: Champion, 2000, p. 15. Segundo Van Der Cruysse, Bayle não consegue conceber a associação da mensagem pacífica proposta pelo Evangelho às barbáries causadas por seus predicadores: “Habitado à mensagem de paz do Evangelho, Bayle tem muita dificuldade em formular uma idéia de uma religião com uma face guerreira a qual se impõe vertendo sem complexos o sangue humano.” VAN DER CRUYSSSE, Dirk. “De Bayle a Raynal: Le prophete Muhammad à travers le prisme des Lumières”, p. 88.

conteúdo dos livros sagrados quanto ao teor do discurso dos que ensinam sobre o que está contido nas obras:

[...]essa fonte é a *luz natural*, [...] são os princípios metafísicos, os quais se se compara às doutrinas particulares que se encontra nos livros, ou que se aprende de seus preceptores, pode-se achar como por uma medida e uma regra original, se elas são legítimas ou falsas. (BAYLE, *Com. Phil.*, I, i, p. 89, grifo nosso).

Tal recurso, como diz Bayle, é justamente o que vai dar a última palavra na análise das obras sagradas e de seus ensinamentos. Uma coisa só ganha o estatuto de verdade quando passa pelo crivo da luz natural. É por meio desta que é possível chegar ao “[...] verdadeiro sentido de uma infinidade de passagens da Escritura, que sendo tomadas segundo o sentido literal e popular das palavras, lançar-nos-iam nas mais baixas idéias da Divindade que se possam conceber”. (*Id. Ibid.*)²⁷

Assim sendo, se na leitura agostiniana houve uma confusão entre o sentido literal e figurado das palavras, Bayle tentará dissipar esse impasse: a luz natural desobstruirá o caminho na reflexão de qual é o verdadeiro sentido da Escritura. Guiando-se por aquela luz, fecham-se os espaços para interpretações arbitrárias do que seja a divindade e seus mandamentos. Bayle por aí “mostra a falsidade de nossas convicções religiosas, a superficialidade ou a hipocrisia das conversões, a injustiça da perseguição”.²⁸

²⁷ Nas palavras de Paul Hazard, “a luz natural quer substituir a lâmpada que ilumina o tabernáculo, quer se trate de uma igreja ou de um templo [...]” HAZARD, P. *La crise de la conscience européenne 1680- 1715*, p. 74.

²⁸ MCKENNA, A. “L’ironie de Bayle...”, p. 9. O que mostra o quanto Bayle se vale da ironia perante seus opositores católicos. É a “ironia envenenada” a qual menciona Pomedá. Na fala do refugiado moderado ao eclesiástico francês, Bayle diz: “No mais, senhor, estou muito agradecido pelos votos a favor de minha conversão: não saberia testemunhar-vos melhor meu conhecimento que fazendo votos pela vossa. Desejaria de todo coração que Deus concedesse-lhe a graça de reconhecer os erros de vossa Igreja e inspirar-vos a valentia de renunciar a vossa pátria e a outros benefícios, para ingressar em nossa Comunhão, na qual encontraríeis, certamente, as mesmas comodidades que possuíeis na França, mas se a verdadeira doutrina, o tesouro mais precioso de todos, ainda que ordinariamente e por uma sábia norma da Providência, este seja o caminho da incomodidade temporal. Como só Deus pode interromper vossos compromissos, recomendo-vos a santa misericórdia.” *La católica Francia, op. cit.*, p. 109.

1.3. A moral sob o exame da luz natural

A discussão acerca da aplicação do critério da luz natural Bayle a estenderá ao campo da *moral*. Se o exame por meio da luz natural tem seus limites no que toca às verdades especulativas – isto é, provas da existência de deus, quais são os significados verdadeiros de seus dogmas e preceitos, etc. - “não penso que deva ter nenhum a respeito dos princípios práticos e gerais que se reportam aos costumes”. (BAYLE, *Com. Phil.*, I, i, p. 89). Bayle entende que toda e qualquer lei moral necessariamente tem que se submeter à idéia natural de equidade²⁹ da mesma forma que a luz natural. Todavia, as paixões e os preconceitos obnubilam com freqüência o que sejam as idéias da equidade natural. Para se livrar desses dois entraves, é preciso que o homem deseje conhecer com discernimento a luz natural em relação à moral, abdicar tanto de seus anseios particulares, como do costume de sua pátria, perguntando-se

“[...] *uma tal coisa é justa, e se se tratasse de introduzir em um país onde ela não seria de uso, e onde seria livre de adotá-la, ver-se-ia, examinando-a friamente, que ela é bastante justa para merecer ser adotada?*” (*Id. Ibid.*, p. 89, *itálicos no original.*)³⁰

Em outras palavras, Bayle quer dizer: é mister *examinar imparcialmente* uma coisa antes de ser adotada, mesmo em um território livre. E, após tal exame, constatar a *justeza* dessa coisa. Poderíamos opor essa regra à lógica da força dos *convertisseurs*: estes,

²⁹ Ou seja, uma idéia de caráter imparcial, justo, a qual deve submeter todas as leis morais no exame das verdades particulares. Segundo Bayle, tal idéia ilumina todos os homens, mas que para melhor conhecê-la, é mister se libertar tantos dos preconceitos como das paixões: “Quero dizer que, sem exceção, é preciso submeter todas as leis morais a essa idéia natural de equidade que, tal qual a luz metafísica, *ilumina todo homem vindo ao mundo*. Mas como as paixões muito freqüentemente só obscurecem as idéias da equidade natural, eu gostaria que um homem que tenha o objetivo de bem conhecê-las, considerasse-nas em geral abstraído-se de seu interesse particular e dos costumes de sua pátria.” *Com. Phil.*, I, i, pp. 89-90 (*itálicos no original*).

³⁰ Ou como *n’A católica Francia* Bayle diz: “Queria que compreendesse outros que só tem a equidade natural como religião”, p. 46. Isto é, perante a religião, cada vez mais inoperante em relação à conduta humana, a moral sempre permanece incólume, como guia da vida do homem. E isso é evidente na existência de princípios universais naturais, os quais não estão na moral evangélica. Nesse sentido, Bayle coloca a moral acima da religião, minando a associação supostamente necessária entre religião e moral (o que Bayle já expusera nos *Pensées diverses* em suas apreciações concernentes ao ateísmo). É na razão e na luz natural que se situa o princípio natural da equidade, o qual é o verdadeiro parâmetro das ações humanas. Numa palavra, a moral em Bayle é entendida como um *dictamen* racional, sendo os princípios são universais, tanto na teoria como na prática.

com certeza, não se submeteram a um exame rigoroso antes de começarem seu trabalho de converter. Pelo contrário, levados por uma mistura de hipocrisia e afã de conquista, passaram sobre todas as regras de moral em prol de seus objetivos. Nesse sentido, Bayle chega a uma conclusão cabal, a saber, que

“[...] *todo dogma particular, seja que se o exponha como contido na Escritura, seja que se o proponha de outro modo, é falso, quando é refutado pelas noções claras e distintas da luz natural*³¹, principalmente a respeito da moral”. (Com. Phil., I, ii, p. 97)

Um fator importante que Bayle trata é justamente de quais *meios* os conversores se valem para pregar uma religião. Essa discussão está estritamente ligada à questão do *Compelle intrare*, pois se trata dos *atos externos* de religião. Tais atos em nada concordam com a natureza da religião:

A natureza da religião é de ser uma certa persuasão da alma em relação a Deus, a qual produz na vontade o amor, o respeito e o temor que merece esse ser supremo [...] de modo que se os sinais externos estão sem um estado interior da alma que lhe responde ou com um estado interior da alma que lhe seja contrário, eles são atos de hipocrisia e de má fé, ou de infidelidade e de revolta contra a consciência. (*Id. Ibid.*, p. 100).

Nessa passagem, Bayle deixa claro que a adoração a Deus consiste tão e somente nos atos de espírito, e não em cultos e submissões externas. É possível que um homem cumpra seu dever perante a divindade sem a necessidade de nenhum ato exterior. Nesse sentido, a disposição interior constituinte da essência da religião vai muito além de humilhações corporais. Se então nenhum tipo de coerção externa pode persuadir a alma a

³¹ Forte eco da primeira regra do método cartesiano, ou seja, só é possível ter algo como verdadeiro somente se se apresentasse como claro e distinto ao espírito: “O primeiro [preceito] era o de jamais acolher alguma coisa como verdadeira que eu não conhecesse evidentemente com tal; isto é, de evitar cuidadosamente a precipitação e a prevenção, e de nada incluir em meus juízos que não se apresentasse tão clara e distintamente a meu espírito, que eu não tivesse nenhuma ocasião de pô-lo em dúvida.” DESCARTES, René. *Discurso do método*. Trad. de Bento Prado Jr. e J. Guinsburg. São Paulo: Abril Cultural, 1979 (Coleção “Os Pensadores”), I, p. 37. Contudo, vale ressaltar que se o método ou a regra de evidência se aplicam perfeitamente no concernente aos conhecimentos matemáticos, não é adequada quando se trata das implicações práticas dos dogmas religiosos. Nesse sentido, Bayle mostrará os limites da noção de evidência no sentido cartesiano do termo, o qual mostraremos melhor no segundo capítulo do presente trabalho.

respeito de uma dada religião, o significado literal do “Forçai-os a entrar” não pode ser verdadeiro:

Ora, como as ameaças, as prisões, as multas, os exílios, os golpes de bastão, os suplícios, e geralmente tudo o que está contido sob a significação literal do constrangimento, não podem formar na alma julgamentos da vontade, em relação a Deus, que constitui a essência da religião. É claro que essa via de estabelecer uma religião é falsa. (*Com. Phil.* I, ii, p. 99)³²

A falsidade que permeia o sentido literal do *Compelle intrare* é manifestada nas supostas boas intenções dos *convertisseurs*. Bayle questiona-os, quando açoitam os protestantes, se não têm como único motivo agir em proveito da Igreja e, conseqüentemente, estender o “reino de Jesus Cristo”. Dando a impressão de perguntar, Bayle já dá a resposta:

Eu sou de muita boa fé para confessar aos conversores da França, que supondo que Jesus Cristo tenha comandado converter as pessoas pela força, eles só fizeram obedecer a Deus, constrangendo os reformados pelos alojamentos de soldados, pelas prisões, e outras vias violentas, a se tornarem católicos, e que assim essas violências não são de modo algum crimes, mas de fortes boas ações. Mas eu lhes pergunto se não é verdadeiro que a única razão pela qual são boas ações, é que elas foram feitas para a vantagem da Igreja, e com vistas a ampliar o reino de Jesus Cristo. (*Id. Ibid.*, iv, p. 111.)³³

Ora, é só olhar a história para constatar toda essa passagem³⁴. “Boa ação” aqui depende do ponto de vista. Se os católicos é que eram os conversores, é claro que o que fizeram só poderia ser uma ação caridosa. Se o intento foi justamente o fortalecimento da Igreja, pouco importaria o rastro de sangue que ficaria para trás nessa empreitada. “Em

³² Em outra passagem, Bayle diz: “É evidente que Deus não nos ordenou em sua palavra a forçar as pessoas por golpes de bastão, ou por outras tais violências, a abraçar o Evangelho”. *Id. Ibid.*, p. 101.

³³ Aqui é a raiz de todas as discórdias. Se for esse o objetivo, ficamos com É. Labrousse: “Quando uma Igreja reina sem rival em um país, ela tende, por uma espécie de prevaricação, a ultrapassar sua própria esfera – puramente espiritual e moral – e a se esforçar em controlar, e então a subordinar, até um certo ponto, o poder civil”. LABROUSSE, É. *Pierre Bayle*, p. 513.

³⁴ Como, por exemplo, em 1572, em Paris, o massacre de protestantes na noite de São Bartolomeu, sob a ordem de Carlos IX na noite de 23 para 24 de agosto e no dia 24. Os massacres se estenderam na província nos dias seguintes. O resultado foi a morte de mais de 3000 vítimas somente em Paris.

nome de Deus”, todas as tormentas são válidas³⁵. Entretanto, do lado protestante, a coisa se torna diferente: a revogação do edito de Nantes foi o estopim do massacre que sofreram por parte dos católicos, seja físico, seja espiritual. Tendo seus filhos e bens tomados, não podendo comungar e até proibidos de saírem dos territórios católicos, ficaram praticamente encurralados sob o jugo de Luís XIV³⁶.

A justificativa das humilhações impostas aos protestantes por Luís XIV consiste na argumentação que alguns de seus súditos se rebelaram contra os editos da realeza. Contudo, Bayle prova que os protestantes já eram fustigados *antes* mesmo da revogação do edito de Nantes. E isso Bayle nem leva em consideração, ainda quer uma boa razão para as ordens do rei. Senão este chegaria ao absurdo de

[...] justamente punir aqueles dentre seus súditos que não tivessem os olhos azuis, o nariz aquilino, os cabelos loiros, que não achassem boas certas carnes, que não amassem a caça, a música, o estudo, etc. [...]. Mas cada um vendo que, como essas ordens seriam injustas, as penas dos contraventores seriam também. (*Com. Phil.*, I, iv, p. 113)

Essa ironia mostra que não bastam respostas pueris para justificar as humilhações impostas aos súditos que supostamente contrariam ordens. É necessário

³⁵ E isso porque, segundo Calvino, “os cristãos devem ser pessoas nascidas para sofrer humilhações e injustiça e para estarem expostas à perversidade, aos ardis e ao escárnio da escória da humanidade”. CALVINO, J. “Sobre o governo civil”. In: *Sobre a autoridade secular*. Trad. de Marco Leite de Barros e Carlos Eduardo Silveira Matos. Harro Höpfl (org.). São Paulo: Martins Fontes, 2005, p. 112.

³⁶ Assim como com Santo Agostinho, a política de Luís XIV será o alvo da crítica virulenta de Bayle: o primeiro no que concerne à contradição entre a teoria e a prática religiosas, o último no tocante a questões propriamente políticas. A crítica ganha maior amplitude porque a iniciativa da revogação foi tomada justamente por aquele que dizia se submeter: “Permita-me que interrompa um quarto de hora vossos gritos de júbilo e as felicitações que vos chegam de todas as partes para celebrar a total destruição da heresia.[...] É verdade senhor que todos vós sois católicos na França. Se se conhecesse a força e o significado atual desta palavra em nada invejariam a FRANÇA POR SER TÃO CATÓLICA NO REINADO DE LUÍS O GRANDE, porque faz tanto tempo que quem adotou esse nome por excelência levam uma conduta que causa horror, que um homem honesto deveria considerar como injúria ser chamado católico; e depois do que acabastes de fazer no mui reino cristão (isto é, a revogação do edito), de hoje em diante dizer religião católica deveria significar igualmente dizer religião de gente indecente.” *La católica Francia*, pp. 42-43 (maiúsculas no original). Contudo, mesmo Bayle sendo um adversário implacável do absolutismo, seu alvo não poderia ser diretamente Luís XIV, devido ao dever de se obedecer às leis vigentes do Estado. E assim pensando não devido a estratégias políticas muito menos por oportunismo, sempre sustentou contra os “poderes divinos” a necessidade da obediência civil como o sustentáculo da própria tolerância civil e não meramente eclesiástica, como Locke, por exemplo. Talvez isso seja uma de suas concepções de cunho profundamente calvinista. Bayle atribui os equívocos de Luís XIV à pernicioso influência de seus conselheiros da corte, os quais dissimulam a verdade.

verificar se essas ordens eram justas. Contudo, os partidários de Luís XIV não são as melhores pessoas para dar essa resposta. O único motivo que dariam seria o qual Bayle tanto enfatiza, é que Luís XIV fez tudo o que fez unicamente para solidificar o império da Igreja católica. Assim sendo

[...] tudo se reduz a este fundamento, isto é, que o que se vem a fazer na França aos da religião [protestante] seria injusto, se não fosse feito em vantagem da verdadeira religião, mas para fazer, por exemplo, que confessassem que são persuadidos que a terra gira; que o calor que atribuímos ao fogo é uma sensação da nossa alma; que um tal molho é melhor do que outro; mas visto que não se violentou os huguenotes para lhes fazer confessar coisas dessa natureza, mas as verdades reveladas aos cristãos, o tratamento que eles receberam é bastante justo, sendo conforme ao mandamento de Jesus Cristo. (*Com. Phil.*, I, iv, pp. 113-4)

Bayle veste a máscara católica para fazer desmoronar todo o fanatismo de seus opositores³⁷. Vale-se da ironia, uma dissimulação para simplesmente inverter a argumentação dos perseguidores. Escondendo-se sob uma retórica, mina o que há de falso no discurso dos partidários do “Rei-Sol”³⁸. A tônica do argumento é a seguinte: pouco importa que tipo de confissão será arrancada daquele que é forçado. O que importa tão e somente é o ato de forçar alguém a confessar algo. Por meio de sua espécie de “ironia metodológica”, o filósofo francês prova que um argumento sutil tem muito mais eficácia que qualquer tipo de coerção. Ridicularizando as autoridades, faz vir à tona toda a superficialidade das arguições de seus adversários religiosos, fazendo da ironia “um método de descoberta” (MCKENNA, “L’ironie de Bayle et son statut”, p. 3)

³⁷ Recurso já utilizado nos *Pensées diverses sur la comète*, a capacidade de Bayle em imitar o jargão católico é notável, o que H. Bost chama também de “tática editorial”. Prestemos atenção logo na introdução de *La France Catholique*: “Rogo-vos, senhor, que respondais a um escrito que recebi faz dois dias pelo correio da Inglaterra, com este título *A França católica no reino de Luís XIV*. Não possui assinatura, porém quem o escreveu sabe que conheço a sua letra; portanto quis que não ignorasse quem o escreveu. Nunca me surpreendi tanto ao ler semelhante carta e confesso-vos que roguei a Deus mais de uma vez, enquanto guardava um documento repleto de tantos desvarios”, p. 40. É por meio da apropriação tanto da linguagem como das expressões dos eclesiásticos católicos, que Bayle faz vir à tona, segundo Julian Pomedá, “os diversos matizes que servem para pintar a hipócrita cortesia do cônego, cujo dogmatismo é manifesto.” *Id. Ibid.*, p. 112, nota 7.

³⁸ Nesse sentido, “a ironia parece ser assim um traço característico da escrita de Bayle e um instrumento crucial para o que quer tomar a chave de sua retórica, o espírito com o qual ele se esconde por trás das palavras, a distância que ele mesmo toma em relação ao que diz, sua intenção escondida.” MCKENNA, A., “L’ironie de Bayle...”, p. 2.

A confusão de valores oriunda do falseamento do sentido do *Compelle intrare* tem como resultado todas as formas de vexações. Os limites que separam a virtude e o vício caem por terra e o ato mais vil torna-se obra de caridade desde que tenha como alvo a extirpação da heresia. Dessa forma,

[...]assim que um herético por seu espírito, por sua eloquência, por seus bons costumes confirmar os outros em sua heresia, e mesmo persuadir os fiéis que eles se enganam, será permitido fazê-lo assassinar, ou aprisionar, ou divulgar contra sua reputação mil calúnias infames, e ganhar falsas testemunhas para apoiá-las. Porque se disser que isso é injusto, a resposta é imediata. *Isso seria injusto à verdade em outros casos, mas em se tratando do interesse da Igreja não há nada mais justo.* (Com. Phil., I, iv, p. 115, itálicos no original)

A denúncia de Bayle é clara: se o objetivo da perseguição é aniquilar de uma vez todos os heréticos da face da terra, a Igreja dá margem, para si mesma, à impunidade, crimes religiosos transmutando-se em atos de religião. A vida dos heréticos depende de sua opção religiosa. Caso não optem pela verdadeira religião, sucumbirão à “lei de talião” ditada pelos *convertisseurs*. É nesse panorama “onde a desumanidade atinge seu auge de horror, é nas guerras de religião opondo concidadãos em nome de uma fé, que o mandamento mais expresso é o amor ao próximo!” (LABROUSSE, *Pierre Bayle*, p. 504) Entretanto, Bayle entende que qualquer partido teria direito de proceder de tal forma pois

“[...] cada religião se crê a única verdadeira, ou ao menos a mais verdadeira, e vê as outras como inimigas de Deus, ou como defeituosas, e pretende que convertendo-as se renda um grande serviço a Deus.” (*Id. Ibid.*)

O que há de mais inconcebível para Bayle é a “isenção” que os católicos romanos – os franceses, particularmente – dão ao rei em relação ao *compelle intrare*. Constata nessa atitude algo do tipo “dois pesos, duas medidas”: os católicos, de um lado, sustentando que Jesus Cristo ordenou o constrangimento, não estendem tal preceito aos reis. E tampouco que a Igreja tenha o direito de depô-los. Esse contra-senso não poderia passar incólume sob a crítica de Bayle:

[...] eles bem querem que os reis, em conseqüência dessa passagem, sejam autorizados por Deus para arruinar seus súditos heréticos, aprisioná-los, dragoná-los, enforcá-los e queimá-los, e não querem que a mesma passagem dê

direito às pessoas, assim que o papa ou a assembléia eclesiástica julgue que o tempo passado, de expulsar um rei que não quisera se converter, e de estabelecer em seu lugar um homem ortodoxo. (*Com. Phil.*, I, iv, p. 117)

Justamente a figura do rei passa ilesa pelo preceito que seus próprios súditos pregam com afinco em territórios não-cristãos. E seria uma cega inocência confiar no bom senso do praticamente braço-direito do rei, que é o papa. Se dependesse da comiseração do mesmo, não haveria mais um só herege no mundo. Esperar que o papa julgue conveniente condenar o rei é simplesmente equivalente a nada. Mas o que importa na passagem citada é a radicalidade na argüição de Bayle: ele lança o próprio sentido literal do “Forçai-os a entrar” contra seus opositores. Ora, se foi a violência que Jesus Cristo ordenou, o mandamento vale para todos. Afinal, na prática, quando um rei ou um súdito herético mata, a ação não é a mesma? E se a ação é a mesma, a punição não deveria ser igual para ambos os lados? Não é possível um mandamento servir de argumento para matar milhares de pessoas em toda a parte, e, em contrapartida, poupar uma única pessoa só porque é mais vantajoso para a Igreja. Há aqueles, segundo Bayle, que se valem do sofisma que Deus expressa claramente que é por ele que os reis governam, e que quem se revolta contra suas ordens, se revolta contra Deus. Mas aqui Bayle não hesita, pois

[...] isso não diz nada. Não é incontestável que o assassinio, a calúnia, o roubo, o perjúrio são expressamente proibidos por Deus? Se então, não obstante sua proibição, torna-se boas ações quando elas são empregadas para o bem da religião, não se deve dizer a mesma coisa de toda outra ação proibida, sem excetuar a deposição de um rei? (*Com. Phil.*, I, iv, p. 118)

O que o filósofo de Carla quer mostrar é que se se tomar o sentido literal como parâmetro, depor reis torna-se legítimo. Longe de defender todas as atrocidades cometidas freqüentemente pelos católicos, Bayle simplesmente se apropria das próprias premissas dos perseguidores, fazendo-os incorrer em contradições. De uma leitura absurda da Escritura ele faz uma arma para atacar toda a ignorância e fanatismo que estão encerrados em tal interpretação.

1.4. *Persuasão x perseguição: a barbárie conversora*

Bayle lança mão de audiências hipotéticas entre os missionários do papa e outros povos – cita, por exemplo, os povos não-cristãos. Entende que tais povos devam estar sempre dispostos a escutar aqueles que lhes oferecem instruções em matéria de religião. Entretanto, isso vale de forma inversa: os cristãos *também* devem estar dispostos a escutar o que lhe pregam:

Não excetuo os cristãos, e estou persuadido que se nos chegasse uma frota da terra Austral, onde houvesse pessoas que fizessem conhecer que desejassem conferir conosco sobre a natureza de Deus, e sobre o culto que o homem lhe rende, tendo aprendido que temos sobre isso erros condenáveis, não faríamos mal em escutá-los, não somente porque isso seria o meio de desenganá-los dos erros onde creríamos que estariam, mas também porque poderíamos nos aproveitar de suas luzes, e que devemos nos fazer de Deus uma idéia tão vasta e tão infinita que podemos conjecturar que ela aumentará nossos conhecimentos ao infinito, e por graus e maneiras cuja variedade será infinita. (*Com. Phil.* I, v, p. 120)

O argumento principal aqui é justamente a necessidade da troca de conhecimentos acerca de Deus e dos cultos rendidos ao mesmo. Um aprendizado recíproco o qual avalia os prós e os contras de ambos os lados do debate. *Escutar aqui é aprender.* Nessa troca de experiências, os dois lados só têm a ganhar: pois ao mesmo tempo em que se ensina algo, aproveita-se do que se foi ensinado pela outra parte. Quando Bayle diz que em relação aos cultos cometem-se “erros condenáveis”, é uma crítica evidente aos modos de cultuar – e de fazer os outros povos cultuarem – católicos. Nesse sentido, o filósofo francês poderia muito bem dizer, em vez de “não excetuo” os cristãos, dizer “os primeiros deveriam ser” os cristãos a escutar o que outros povos têm a dizer. Um outro ponto é a idéia de Deus: tanto os cristãos como os australianos, debatendo a questão juntos, formarão em si mesmos uma idéia da divindade tão grandiosa que seus conhecimentos só se beneficiarão disso. Numa palavra, se a obrigação de entender os missionários precede toda e qualquer dúvida específica que se possa ter sobre uma religião – ou a própria idéia de Deus – mas é fundada sobre um sentimento geral de dúvida em face das crenças humanas em geral, essa

obrigação é *universal*. Ela se reporta aos cristãos tanto como aos povos australianos, sendo uma obrigação *recíproca*.³⁹

Entretanto, na prática não é isso que ocorre. E a prova se dá pelas perseguições. Nesse sentido, a crítica de Bayle, a cada passo no *Commentaire*, torna-se mais aguda. Não aceita de modo algum que toda a gama de crimes resultantes do sentido literal do preceito “Forçai-os a entrar” seja uma espécie de “faltas pessoais dos executores da parábola; porque são conseqüências naturais e inevitáveis do sentido literal que lhe dão”.(BAYLE, *Com. Phil.*, I, vi, p. 134) Bayle entende que se tal preceito realmente subentenda o constrangimento, fica a critério dos reis de cada país escolher qual a forma de constrangimento que melhor lhe cabem.⁴⁰ E se escolheram agir de tal forma tendo como fundamento a ordem de Jesus Cristo, se segue que as vias imaginadas para constranger dependem dessa escolha. Isso para Bayle é uma questão de lógica, já que

[...] se essas dependências são de tal modo necessárias, que sem elas não teria constrangimento, é claro que elas são uma continuação natural e legítima da ordem de Jesus Cristo, e não uma falta pessoal daquele que obedece a essa ordem. (*Id. Ibid.*)

“Da ordem de Jesus Cristo” se entenda aqui, do suposto aval que essa “ordem” dá para admoestar outrem, segundo os perseguidores. Da mesma forma, Bayle opõe claramente “falta” e ação deliberada. Ora, não haveria constrangimento algum se não *escolhessem* constranger. Associar um ato criminal a um simples engano é se valer de um vazio subterfúgio, oriundo da “chicana e da má fé nos procedimentos”. (*Id. Ibid.*, p. 135) E têm alguns que vão mais além, mencionando que *não* foram previstas tais barbaridades. É o que Bayle vai analisar.

³⁹ “Todos os homens estão unidos entre si por certos deveres, que nem a distância e nem o lugar, nem a diferença de religião devem romper; assim por essa solidariedade geral que devemos a todos os homens a causa dos indispensáveis deveres da humanidade, estamos obrigados a advertir um povo ao qual enganam que tenha cuidado, e que, se não o fizer, certamente será enganado.” *La católica Francia*, p. 93.

⁴⁰ Bayle dá o exemplo da própria França: “Escolheu-se [...] na França o dos processos contra os ministros e os templos, e dos reveses dos particulares nos negócios dos particulares”. *Id. Ibid.*

A esse argumento, Bayle responde que ainda que os homens não tenham um conhecimento claro das coisas futuras, podem ao menos *conjecturá-las*, devendo por meio de tais hipóteses regradar seus anseios. De tal modo que, à medida que prováveis conjecturas os fazem refletir que, dando certas ordens causarão inúmeras atrocidades, tornar-se-ão criminosos. E aqui Bayle cita os *convertisseurs* franceses :

Ora, sustento que os perseguidores da França estão neste caso: seria preciso ignorar as coisas mais manifestas para não saber de modo algum que soldados alojados entre os heréticos, com ordem de inquietá-los, arruiná-los até que prometam mudar de religião, cometerão cem insolências e violências, e farão sucumbir um enorme número de pessoas [...]. É provável então que estejam em um erro muito condenável, de crer que [Jesus Cristo] lhes mandou forçar os heréticos a se tornarem católicos. (*Com. Phil.* I, vi, p. 139)

O que Bayle aqui quer dizer? Que mesmo *sabendo* das fatais conseqüências de seus procedimentos criminosos, os perseguidores levaram a cabo seu projeto. Infelizmente, há aqueles que ignoram essas “coisas mais manifestas”, e são os próprios perseguidores. E, o pior de tudo, é suas conjecturas sendo ratificadas na prática. Em relação às suas “pregações” Bayle as distingue absolutamente das pregações dos apóstolos. Pregação não pode ser confundida com vexação:

O envio dos apóstolos para a pregação do Evangelho não tem nada de semelhante; porque eles só deveriam pregar, instruir, persuadir; e é a coisa mais inocente do mundo. Se ela irritou o mundo, e o levou a inúmeros excessos, é unicamente culpa do mundo; o Evangelho, neste aspecto, só entrou aí por acaso. (*Id. Ibid.*, p. 140)

Bayle estabelece fundamental distinção. Pode parecer óbvio, mas o Evangelho, *em si mesmo*, não causa nenhum mal. Não tem absolutamente nenhuma culpa de ser suscetível de diversas leituras, de levar ao bem ou ao mal. Bayle é claro: “a culpa é do mundo”, logo, é evidente que os abusos atrozes fundamentados erroneamente no Evangelho só poderiam ser mundanos.⁴¹ O mal reside estritamente na má apropriação dos termos da

⁴¹ E aqui Bayle provoca: “[...] ele [o Evangelho] deixaria a cada um que não quisesse abraçá-lo, seus bens, sua casa, suas honras e sua família; e assim não tenderia à hipocrisia; não exigiria de modo algum de seus sectários, que mentissem, que abatessem os obstinados; desejaria somente que instruissem. Não se pode lhe imputar nem as faltas dos conversores, nem o arrebatamento dos pagãos; mas aqui é tudo ao contrário; ordena-se aos conversores maltratar as pessoas, dissipar seus bens, tirar-lhes seus filhos, pô-las na prisão, etc.” *Id. Ibid.*

Escritura. Nesse sentido, apóstolo e conversor diferem no *método*: o primeiro *prega*, o último *obriga*. Se o Evangelho só “aí entrou por acaso”, os absurdos decorridos de uma interpretação errônea em termos práticos daquele – e a história da perseguição dos católicos aos protestantes o prova – não pode ser qualificada como ocasional.

1.5. *As conseqüências práticas do compelle intrare*

Passando para o plano propriamente prático, Bayle entende que, em relação à sublevação dos protestantes contra as leis católicas, é mister um *exame* acerca do *tipo* de leis às quais os protestantes desobedeceram. Tal exame é que constatará se eles foram justamente punidos ou não. E Bayle, de antemão, já entrevê que tais leis são injustas uma vez que são voltadas e aplicadas para punir partidários de doutrinas diferentes:

Ora, esse exame particular nos faria ver, se nós o fizéssemos, que os editos para a inobservação dos quais poder-se-ia pretender, que os protestantes franceses mereceriam ser expostos aos dragões, são *essencialmente* injustas. (*Com.Phil.*, I, vi, p. 145, grifo nosso).

Nessa passagem, Bayle afirma que na sua *essência*, os editos são injustos. Somente asseverar que os súditos foram punidos porque não obedeceram às vontades do rei é uma resposta desprovida de sentido. E por que em sua essência os editos são injustos? Porque vão absolutamente de encontro à própria concepção de lei. Segundo Bayle, uma lei para ser uma lei deve ser *justa*.⁴² Ora, se os próprios reis não obedecem às leis que promulgam, que exemplo de justiça poderiam dar àqueles que se revoltam contra seus abusos? E se as leis são injustas, as penas derivadas das mesmas só poderiam ser “injustas *ipso facto* e por sua natureza” (*Id. Ibid.*). Assim sendo, Bayle entende que para que um homem faça uma lei, tem que ter o *direito* de instituí-la. Se assim não for, é ultrapassar os limites do próprio poder: “toda lei que é feita por um homem que não tem de modo algum o

⁴² Aqui Bayle se aproxima de Calvino. É da natureza do homem ter repúdio às autoridades que não obedecem à lei: “A espécie humana sempre teve uma aversão e um ódio inatos dos tiranos, assim como ama e reverencia os reis obedientes à lei”. CALVINO, J. “Sobre o governo civil”, p. 118.

direito de fazê-la, e que excede seu poder, é injusta” (BAYLE, *Com. Phil.*, I, vi, p. 146)⁴³, chegando a fazer o indivíduo agir contra a sua própria consciência. Segundo o filósofo francês, a autoridade dos soberanos só pode se erigir de duas formas: ou diretamente de Deus ou dos homens que se sociabilizam, que formam sociedades mediante condições determinadas. Bayle vai averiguar a legitimidade tanto em um caso como no outro.

No tocante à primeira hipótese, Bayle a descarta. Visto que, segundo o filósofo, é evidente que o poder de Deus não autoriza, por meio de leis, o soberano impelir seus súditos a agirem contra suas próprias consciências. Tal idéia para Bayle

[...] é absurda e necessariamente má. Por pouco que se examine a coisa, ver-se-á que a consciência, em relação a cada homem, é a voz e a lei de Deus, conhecida e aceita como tal por aquele que tem essa consciência: de sorte que violar essa consciência é essencialmente crer que se viola a lei de Deus. (*Id. Ibid.*)

Para Bayle, à medida que se faz algo que contrarie a lei divina é um ato odioso e que despreza Deus, ato essencialmente mau. Desprezar Deus e agir contra a própria consciência: tais atos são análogos. O rei, sendo o suposto intermediário entre os reinos celeste e temporal, age justamente por si próprio redigindo editos calamitosos, os quais em nada se equiparam à palavra divina a qual se diz representante. Na verdade, o rei *confunde* as duas esferas, obliterando a consciência de seus súditos.⁴⁴ Indo para além do poder que lhe compete, somente transvia a ordem estatal. Numa palavra, o direito sobre a consciência dos indivíduos não lhe pertence de modo algum.

Tal idéia Bayle a aplicará à segunda hipótese, se a autoridade do soberano é oriunda dos homens uma vez estabelecidos na sociedade. Para Bayle, os indivíduos que abdicaram de sua liberdade jamais deram o direito sobre suas próprias consciências, pois

⁴³ Aqui mais uma vez ressoam ecos calvinistas em Bayle. Calvino diz: “Na medida em que é natural, a justiça deveria ser a mesma para todos, e, portanto, todas as leis deveriam fazer da justiça a sua finalidade, ainda que amoldada aos assuntos particulares de que tratam [...]. Daí que a justiça, e apenas ela, deva ser a finalidade e o modelo e o limite de todas as leis”. CALVINO, *Op. cit.*, p. 105.

⁴⁴ Segundo Calvino, não é preciso muito esforço para saber que os reinos celeste e temporal são totalmente distintos: “[...] qualquer um que saiba como distinguir entre a alma e o corpo, entre esta vida transitória atual e a vida eterna que está por vir, não terá dificuldade em compreender que o reino espiritual de Cristo e o governo civil são coisas muitíssimo distantes uma da outra”. *Id. Ibid.*, p. 73.

[...] enquanto um homem não estiver louco, não consentirá que alguém lhe possa ordenar a odiar seu próprio Deus e a desprezar suas leis tão clara e nitidamente sinalizadas na consciência, e intimamente gravadas no coração. (*Com. Phil.*, I, vi, p. 147)

Assim sendo, se a consciência é a voz de Deus, ela não pode ser oriunda de nenhuma legislação humana. Não se saberia inserir a consciência em nenhuma espécie de cláusula contratual fundando o poder político. Aqui Bayle entende que o direito à consciência é tão e somente o espelho do direito soberano de Deus e daí se consolida um cisma entre a esfera privada e a esfera pública. Nesse sentido, tal divisão é muito mais radical que uma simples separação dos poderes entre a Igreja e o Estado, a partir do momento que a consciência se torna um domínio de caráter sacro, sendo proibida toda e qualquer sanção de ordem política as quais almejem a vituperar o direito individual do cidadão no concernente à sua opção religiosa. O respeito à consciência individual é o que demarca os limites dos poderes do soberano.

Os costumes religiosos são os mais difíceis de serem abandonados, segundo Bayle. Pode-se violentar o indivíduo até o último suspiro, até condená-lo à morte, mas jamais será possível persuadir sua alma em matéria de religião. Entretanto, Bayle entende que o soberano que elabora as leis mais inconcebíveis, mas não obrigando seus súditos a acreditarem em coisas mirabolantes no que concerne à religião, seria um tipo menos perigoso, por assim dizer. O filósofo nos dá um exemplo:

Fala-se de Basilídio, grande duque de Moscou, que estabelecia leis das mais duras, e que aplicava nelas a pena de morte para os contraventores: mandava seus súditos atravessarem no inverno os rios mais gelados, enterrarem-se nus na neve, saltarem nas brasas ardentes, e lhe levarem quando acordasse, quando fazia muito frio, um copo cheio de seus suores [...] Era a maior tirania do mundo. No entanto, apesar disso, ele não ordenava as coisas mais impossíveis, do que a certas pessoas, a crer nisso ou naquilo em matéria de religião. (*Com. Phil.*, I, vi, p. 151.)

Bayle dá esse exemplo para mostrar o quão é difícil – senão impossível – fazer com que outrem volte suas crenças a questões de religião as quais não tem o menor cabimento. Não há suplício capaz de arrancar da alma dos indivíduos a confissão, enquanto são forçados, de que passarão a acreditar em tudo que lhes apresentarem. A dificuldade de

obter uma confissão consiste em um fator: a *dissimulação* no ato de confessar. E aqui não há força punitiva que possa nessa empreitada confessional. E por quê? Devido ao fato de que um homem pode simplesmente falar, *fingir* que crê em algo. Ele pode “dizer facilmente de boca, e assinar com sua mão, que crê nisso ou naquilo, e fazer todas as posturas do corpo que seu conversor exige”(Id. *Ibid.*) Entretanto, Bayle adverte para isso: em primeiro lugar, um rei que mantenha ao menos as aparências da religião, não deve exigir do súdito somente uma confissão *externa*. É mister que o indivíduo confesse tão e somente após estar persuadido *interiormente*. É uma mudança *interior* que o rei deve ordenar ao indivíduo. O rei “[...] só deve ordenar que se fale ou que se assine após a alma ter mudado interiormente; é então essa *mudança interior*, essas afirmações e negações da alma, que um rei que faz leis para a conversão dos súditos lhes deve comandar.” (Id. *Ibid.*, pp. 151-152, grifo nosso)

Desse modo, a condição da adesão do indivíduo a uma dada doutrina é justamente uma mudança e, conseqüentemente, uma disposição *interna* na alma do mesmo. É o critério que o faz afirmar ou negar o que lhe é apresentado. Bayle deixa implícito que, em um primeiro momento, são necessários fatores *externos* para que exista algo verdadeiro ao homem. Entretanto, é o exame antecipado das causas das coisas que são negadas é que pesará quando se ajuíza sobre algo:

[...] porque, por pouco que se saiba que nós só acreditamos nas coisas quando nos pareçam verdadeiras, e que não depende de nós que elas nos pareçam verdadeiras, não mais que dependa de nós que elas nos pareçam brancas ou negras, ver-se-á que é mais fácil encontrar pulgas e suor no inverno, que afirmar mentalmente isso ou aquilo quando se é educado a ver, primeiramente, as razões que nos levam a negá-las, e quando se é acostumado a tomar essa negativa para o serviço do verdadeiro Deus, e quando se tem o espírito prevenido de um temor religioso contra as razões que levam a afirmá-lo. (Id. *Ibid.*, p. 152).

Várias questões estão sintetizadas nesta única passagem. A primeira delas é que *não* depende do homem que as coisas lhe pareçam verdadeiras, mesmo quando só acredita porque parecem que são. Ora, em um primeiro momento é evidente que uma coisa deve ser apresentada para que se possa formular um juízo sobre aquela. Nesse sentido, somente *vendo* a coisa o indivíduo dá à mesma um estatuto de verdade – tendo em vista o indivíduo não tendo o espírito prevenido nem tendo sido educado para tal. Contudo, só vê-

la não basta. É preciso descobrir o que há sob o invólucro do que está sendo apresentado. Aplicando isso às punições religiosas denunciadas incessantemente por Bayle, leva-se a constatar que as punições que representam um discurso que *parece* ser verdadeiro, na verdade encobrem-na. Isso tem uma ligação direta com o que Bayle diz em um segundo momento: ironizando que “é mais fácil encontrar pulgas e suor no inverno” que aceitar algo que não passou por um exame pré-estabelecido, aqui entra o papel da *reflexão*.⁴⁵ Nesse sentido, em parte, depende do homem o conhecimento da verdade de uma coisa, a partir do momento que reflete, pensa sobre o que lhe está sendo pregado, se é verdade ou não. Ora, se o próprio Bayle afirma que quando o indivíduo é “educado” e se tem o “espírito prevenido” para empreender um exame prévio acerca do que o rodeia, não há dúvidas de que há uma *proporção* entre o que o homem *vê* e o que *pensa sobre* o que vê. E Bayle mais uma vez o afirma:

[...] seria uma horrível perversidade de querer que um homem escolhesse uma religião, seduzindo ele próprio seu espírito; e, além do mais, essa sedução é pouco possível no que concerne a certos dogmas que se é acostumado a considerar como absurdos e contraditórios. (*Com. Phil.* I, vi, p. 152.)⁴⁶

Numa palavra, para Bayle o que é preciso para fazer com que o indivíduo afirme algo que outrora negava, é que algo se torne verdadeiro em relação a ele: o que subentende uma certa proporção entre os objetos e as faculdades do indivíduo, a qual Bayle assume, “nem sempre está em nosso poder”. (*Id. Ibid.*) Sendo assim, não sendo da alçada do indivíduo perceber em certas coisas se é verdadeiro o que lhe apresentam, fica desqualificado o discurso de autoridade religioso-histórico o qual nem sequer leva em conta as características particulares do indivíduo no tocante à adesão a uma determinada doutrina, entendendo seus discursos como evidentes por si mesmos. Bayle insiste nos obstáculos da educação e hábito doutrinários que impedem, na maioria das vezes, o discernimento entre certos dogmas. Mas a principal crítica consiste na falta, por parte da tradição agostiniana particularmente, de um exame prévio reflexivo por meio da luz natural que não podendo

⁴⁵ Segundo Labrousse, “é preciso tomar por axioma que toda verdade agradável nos deve ser suspeita e que é preciso submetê-la a um exame particularmente rigoroso.” LABROUSSE, É. *Pierre Bayle*, p. 100.

⁴⁶ Mas Bayle admite: “Sei bem que o espírito se deixa algumas vezes corromper pelo coração, e que nas coisas duvidosas as paixões e a cupidez podem fazer afirmar na alma o que lhe pareça ainda confuso”. *Com. Phil.*, p. 152.

em absoluto alcançar a verdade, pode ao menos servir de instrumento investigativo do objeto que está sendo proposto. Assim sendo, o que é preciso ser investigado – e isso Bayle nunca perde de vista em todo o *Commentaire* - é o estatuto de verdade atribuído pela tradição ao sentido literal do *compelle intrare*.

1.6. A crítica bayleana ao recurso à tradição agostiniana

O filósofo francês entende que o sentido literal do *compelle intrare* foi desconhecido aos Padres da Igreja durante muito tempo. Tal argumentação, para Bayle, seria irrefutável se não fossem tantos os subterfúgios os quais os Padres da Igreja romana se valem. Bayle menciona que não tendo princípios definitivos, a respeito do sentido literal, os partidários da Igreja católica tornam-se verdadeiros “camaleões”, tergiversam, transformando suas respostas. Além de não serem fiéis e coerentes com os seus princípios, suas respostas não satisfazem:

[...] são Proteus que se escapam por mil artimanhas, e sob toda espécie de metamorfoses, quando se crê dominá-los. Eles dizem em toda ocasião, que quando se está em disputa sobre o sentido de alguma passagem, é preciso consultar a tradição, e se ater à explicação dos Padres. (*Com. Phil.*, I, viii, p. 157).

O recurso à tradição por parte dos católicos, segundo Bayle, é justamente a aversão daqueles a qualquer nova leitura da Escritura, por mais que a leitura seja relevante. Simplesmente não aceitam nenhum viés interpretativo que vise a esclarecer pontos contraditórios no Evangelho. (*Id. Ibid.*, p. 158)⁴⁷ Todavia, se se rejeita uma leitura diversa da dos eclesiásticos católicos, dever-se-ia da mesma forma se repudiar as supostas provas

⁴⁷ Essa atitude cética quanto à tradição, podemos ver um exemplo em Lutero. Mesmo Agostinho sendo uma autoridade sem igual entre os Padres da Igreja, Lutero se opunha justamente à interpretação de toda uma tradição – via Agostinho – do *Compelle intrare*. No tocante aos reformadores, o bispo de Hipona era justamente uma autoridade para a opinião que Lutero renega: “A fé é livre, e ninguém pode ser compelido a crer. Mais precisamente, longe de ser algo que a autoridade secular deve criar e compelir, a fé é algo que Deus elabora no espírito. Daí a afirmação comum, que também está presente em Agostinho: ninguém pode ou deve ser forçado a acreditar em alguma coisa contra sua vontade.” LUTERO, M. *Sobre a autoridade secular*, p. 40.

favoráveis à violência tiradas por aqueles do Evangelho. Bayle entende que só se fazem objeções contra *um* modo de se ler os textos sagrados:

A bem dizer sobre esse fundamento precisar-se-ia rejeitar, no século de Teodósio e Santo Agostinho, todas as provas que se tirou do Evangelho em favor das violências, porque era lhe dar um sentido completamente novo, que viria muito tarde, e contra o qual ter-se-ia prescrição. (BAYLE, *Com. Phil.*, I, viii, p. 158)

Mais uma vez Bayle usa a mesma lógica dos adversários contra si mesmos. E aqui ele é preciso: “no século de Teodósio e Santo Agostinho” (século IV da era cristã). Ora a leitura agostiniana não era justamente um *novo* enfoque acerca do *Compelle intrare*? É inegável tanto a influência quanto as conseqüências funestas da interpretação do Bispo de Hipona as quais são o alvo da denúncia e da crítica de Bayle no *Comentário*. Qual é a *espécie* de autoridade dos Padres? É o que Bayle pergunta aos seus adversários. E a resposta deles seria essa:

[...] diriam que a verdadeira autoridade dos Padres não está quando são divididos sobre alguma doutrina, mas quando eles concordam unanimemente, e que assim as grandes luzes do quarto século, não tendo consentido aos sentimentos precedentes quanto à perseguição, os mais antigos Padres não são um bom exemplo para a opinião que sustento. (*Id. Ibid.*)

Aqui Bayle invalida o argumento dos católicos na questão do recurso à tradição.⁴⁸ Esta é totalmente suspeita, ou ao menos uma parte dela. Se os católicos buscam auxílio justamente na doutrina dos antigos Padres da Igreja, para assentarem seus crimes de religião, então para Bayle o pior critério seria recorrer à tradição. Tal método só pode servir

⁴⁸ O principal ponto de divergência entre protestantes e católicos era o seguinte: os primeiros reconheciam somente a autoridade da Escritura enquanto os últimos a remetiam à tradição, mais precisamente aos Padres da Igreja. O que Bayle quer mostrar é que esse recurso à tradição é contraditório. Nos seus primórdios, a Igreja sendo perseguida pelo Estado romano, defendia a tolerância e a liberdade religiosa para todas as doutrinas. Com o edito de Milão – em 313 – a paz é selada entre a Igreja e o Estado. Entretanto, rapidamente a Igreja tornar-se-á dominante – com o edito de Tessalônica, sob Teodósio, em 380 – praticamente se consolidando como a única religião do Estado, o que ocasionou uma tendência ao cesaropapismo e a luta contra diversas heresias – como o arianismo e o donatismo, por exemplo. Nesse sentido se justifica a suspeita de Bayle em relação ao recurso à tradição: os perseguidores só levaram em consideração *uma* parte da tradição – a partir de Teodósio – para fundamentarem seu discurso e atos de repressão.

a uma leitura interessada, que convém unicamente a quem a propõe.⁴⁹ Os Padres surgiram justamente em um contexto onde o cristianismo era a religião hegemônica do Estado. Se antes essa doutrina era herege, posteriormente tornou-se anti-herética. E o sentido literal do *Compelle Intrare* foi o combustível dessa perseguição. Assim sendo, Bayle entende que os perseguidores retiraram da tradição somente o que, supostamente, lhes autorizava a empregar a violência.⁵⁰ Logo, a má fé dos *convertisseurs* é tributária de toda uma tradição: os Padres, mesmo sendo as pessoas mais “esclarecidas” no que toca à moral evangélica, não tinham a visão de que constrangimento e religião são coisas opostas:

Não há indício que, se Jesus Cristo tivesse mandado fazer cristãos à força, os Padres dos três primeiros séculos tivessem pensado como bastante persuadidos que o constrangimento é uma coisa muito [...] oposta à religião; porque em matéria de moral evangélica, de preceitos, ou de conselhos [...] de Jesus Cristo, não há de modo algum pessoas mais esclarecidas que eles sobre o sentido da Escritura; e se Deus lhes tivesse ocultado o sentido de um preceito tão importante, até o ponto que eles tivessem raciocinado como que crentes que um tal preceito seria ímpio, não há ninguém que não deva estar chocado e escandalizado com isso. (BAYLE, *Com. Phil.*, I, viii, p. 158)

Em outras palavras: mesmo tão cientes, tão conhecedores do verdadeiro sentido da Escritura, os Padres constrangem em nome de um preceito ímpio – como obrigar a se batizar, por exemplo. É a *essa* tradição que os perseguidores exigem que se recorra, que está muito distante de querer que se aja em nome da verdade e razão. Em relação às conversões à força baseadas no *compelle intrare*, ironicamente Bayle propõe duas possibilidades: ou os apóstolos não entenderam tal preceito, ou se o entenderam, não lembraram de dizer a seus discípulos de serem cautelosos quanto a repudiar a violência, receando que eles a condenassem em geral. O filósofo francês vai ainda mais longe no seu sarcasmo: essa prudência em condenar a violência, a qual comprometeria o próprio Jesus Cristo, era no fundo um receio de darem argumentos aos perseguidores contra os hereges – no caso, os infiéis e os judeus. O motivo pelo qual os próprios apóstolos não empregaram a

⁴⁹ Segundo Labrousse, “[...] Bayle consagrou uma parte de suas buscas em contestar a imagem que a historiografia católica dava das guerras de Religião: de fato, a obra inteira de Bayle poderia ser considerada como uma polêmica anti-romana [...]” LABROUSSE, É. *Pierre Bayle*, p. 10.

⁵⁰ E Bayle diz: “Quando se os acossa, dizendo-lhes que não há nada em que os Padres concordem, eles têm outros giros de enguia para se evadir, e não têm nenhuma vergonha de sustentar o sentido literal, mesmo que de sua própria confissão, o consentimento unânime dos Padres, marca necessária da verdade, não lhes convêm.”. *Com. Phil.*, I, viii, p. 158.

violência foi um só: o temor da constatação, justamente por parte dos povos atacados, da contradição entre o cristianismo primitivo e o posterior:

Afirmo então mais uma vez, que é contra todas as aparências da verdade e da razão, que Jesus Cristo tenha mandado forçar os judeus e os infiéis a se batizarem, e que, entretanto, ou os apóstolos não compreenderam isso, ou que o tendo compreendido, não advertiram seus principais discípulos, de se reservarem em condenar as violências, com medo que as condenando em geral, pronunciassem uma heresia, e não causassem um cruel desmentido a Jesus Cristo e não fornecessem do mesmo modo armas para um dia chegarem àqueles que os cristãos violentariam e que poderiam se exclamar à enorme contradição que eles viam entre o primeiro cristianismo e o subsequente. (BAYLE, *Com. Phil.*, I, viii, pp. 158-9)

Bayle entende que tais procedimentos eram previsíveis por parte dos apóstolos, os arautos da tradição. E ainda os alivia um pouco: se não era da competência dos apóstolos executarem a ordem de Jesus Cristo, eles foram os conselheiros dessa execução⁵¹. Limitaram-se somente a aconselhar para se pouparem desses assuntos, e não agiram eles mesmos, em nome do absurdo sentido literal do *compelle intrare*:

Era o mínimo que se devia esperar dos apóstolos e seus primeiros discípulos, os mais fiéis depositários da tradição: se não era do propósito e da prudência executar a ordem de Jesus Cristo, forçando a entrar no início, ao menos seria preciso avisar que um dia viria, onde isso poderia se realizar muito santamente, e que assim se teve que se poupar nesse assunto, e a não tratar geralmente esta conduta da marca da falsidade. No entanto, é isso que fizeram os Padres, e da maneira mais forte, mesmo no século IV, quando os arianos foram o alvo da perseguição. (*Id. Ibid.*, p. 159)

Através desse aviso dos apóstolos, segundo Bayle, os padres foram os agentes dessa marca da falsidade. Empreenderam no plano concreto a perseguição religiosa que tinha como único objetivo formar as bases do cristianismo no seio do Estado. “Os mais seguros depositários da tradição” simplesmente falsearam o cristianismo primitivo em nome de seus próprios interesses: hegemonia religiosa e ganhos territoriais para a Igreja

⁵¹ Lucien Dubois resume: “Os católicos põem em princípio que um sentido de um texto deve ser estabelecido após a tradição unânime dos Padres. Logo, os Apóstolos e os Padres dos três primeiros séculos, verdadeiros depositários da moral de Jesus, de forma alguma ordenaram o constrangimento. Se eles não o fizeram, dir-se-á, era porque não se sentiam na força necessária para empregá-lo. Mas então, eles teriam ao menos *aconselhado* a seus discípulos a praticá-lo desde que o pudessem.” DUBOIS, L. *Bayle et la tolérance*, p. 82(grifo nosso).

romana. E é aqui que Bayle desvela o caráter falacioso desse “recurso à tradição” exigido pelos partidários do catolicismo: ao mesmo tempo em que os católicos dizem que o cristianismo é uma religião de doçura, querem justificar por ela mesma suas medidas tirânicas.

Parafraseando uma passagem de santo Atanásio, Bayle assinala que os Padres sempre apoiando seus discursos religiosos em noções como piedade e temor a Deus, somente demonstram que não temem punição divina alguma. Mais uma vez Bayle mostra que a conversão religiosa deve ser calcada na *persuasão* e não na *opressão*. É por meio da alusão a Atanásio que Bayle enfrenta os *convertisseurs*, e, conseqüentemente, o próprio Luís XIV. Os procedimentos são

uma prova manifesta que eles não têm nem piedade nem medo de Deus. É próprio da piedade (diz ele [Atanásio]) não constranger; mas persuadir à imitação do Senhor, QUE NÃO CONSTRANGENDO NINGUÉM deixava à vontade de cada um segui-lo: [...] porque não é (observem bem essas palavras, senhores do conselho de consciência de Luís XIV, Rei muito cristão da França e de Navarra) NEM COM AS ESPADAS, E OS DARDOS, NEM COM SOLDADOS E MÃO ARMADA, QUE SE ANUNCIA A VERDADE, MAS PELA PERSUASÃO E O CONSELHO.(*Com. Phil.*, I, viii, pp. 159-160, itálicos e maiúsculas no original)

Contra os *convertisseurs*, Bayle entende que piedade *cristã* é seguir os passos de Deus unicamente persuadindo e de forma alguma obrigando. As armas de nada valem no processo de conversão. Bayle prova que os apóstolos nada mencionaram sobre o suposto mistério da perseguição subentendido no *compelle intrare*. Da mesma forma, Jesus Cristo quis que tal preceito continuasse desconhecido nos primeiros séculos do cristianismo, também desejou que o sentido literal do *compelle intrare* fosse coberto de infâmia e impiedade.⁵² O que pareceria ilógico se Jesus Cristo quisesse realmente que se perseguisse. Segundo o filósofo francês, a dificuldade está em entender como uma questão de moral dessa grandeza tenha sido difamada “pela mais santa e mais pura parte do cristianismo” (BAYLE, *Com. Phil.*, I, viii, p. 160), por tanto tempo; e, ao mesmo tempo, essa mesma

⁵² É “uma prova evidente que os apóstolos [...] nada disseram do pretense mistério de perseguição contido na parábola, e que Jesus Cristo desejou não somente que ele permanecesse desconhecido aos primeiros séculos do cristianismo, mas também achou bom que aí fosse condenado e difamado de ignomínia, como uma impiedade cruel e diabólica.” *Id. Ibid.*

parte se servir justamente dessas difamações contra seus opositores, defendendo que jamais o constrangimento foi ensinado por Jesus Cristo. Constatando tal paradoxo, Bayle conclui que isso foi dito tanto *antes* como *depois* dos imperadores cristãos usarem a violência: “Não somente se disse isso antes que os imperadores se servissem da violência; mas também muito tempo após.” (*Id. Ibid.*, p. 160)⁵³

1.7. *Crer para entender ou entender para crer?*

Todo o verdadeiro sentido da Escritura para Bayle está solidamente inculcado no espírito dos homens. Nesse sentido, a doutrina cristã se mostra aos católicos por ela mesma quando estes não a utilizam para fins de perseguição ou para adular príncipes perseguidores:

Esta noção, a saber, que Jesus Cristo só ordenou a persuasão, a instrução, o serviço voluntário e de nenhum modo a violência, é tão fortemente gravada nos nossos espíritos, que se o débito como indubitável, desde que não se sonhe mais atualmente em adular ou não irritar os príncipes que perseguem, ou que não se tome por assunto de um livro justificar as perseguições. Todos os dias se imprime na França livros onde essa noção se encontra expressa, o que faz um ridículo prodigioso para os escritores papistas desta nação. (*Id. Ibid.*, pp. 160-1)

Bayle quer dizer que nos mesmos escritos os quais os papistas mencionam que o constrangimento é legítimo, esquecem de dizer o principal: que o Evangelho é sinônimo de doçura e que tem uma certa carga de *voluntarismo*. Segundo Bayle, eles o esquecem de mencionar porque não teriam mais em mente seu único objetivo que é o de adular as autoridades. E que, caso ressaltassem a doçura dos escritos sagrados, as noções tanto do coração como do espírito produzir-se-iam por elas mesmas. Da mesma forma, quando os

⁵³ Bayle dá o exemplo de um importante religioso britânico chamado Beda, o “Venerável” (século VII). Este, “falando do rei Ethelrede, sob o qual o papa são Gregório enviara o monge Agostinho e alguns outros, para converter nossa ilha, diz expressamente que esse rei sendo convertido à fé cristã, *não forçava nenhum de seus súditos à imitá-lo, contentando-se em testemunhar mais amizade àqueles que se tornassem cristãos; porque teria aprendido, diz ele, de seus doutores e dos autores de sua salvação que o serviço de Jesus Cristo deve ser voluntário e não forçado.*” *Id. Ibid.* (itálico no original).

papistas não assumem que seu rei se vale tão e somente de atos violentos, parecem partilhar do sentido literal:

[...] algumas vezes nos mesmos livros onde eles [os papistas] dizem que é lícito constranger, tendo atualmente em vista as dragonadas que arruinaram os protestantes, lhe escapa de dizer que o Evangelho só é uma lei de doçura, e que só pede oferendas voluntárias; e que eles perdem de vista nesse momento seu fim principal de desculpar e adular, e que então as noções do coração e do espírito se produzem por elas mesmas. Acrescento que negam que seu rei se serviu da violência, no que parecem concordar com a falsidade do sentido literal. (*Com. Phil.*, I, viii, p. 161)⁵⁴

No seu embate incessante contra o sentido literal, Bayle levanta um debate imaginário entre deputados representantes dos cristãos primitivos e comissários pagãos. E ambas as partes tendo conhecimento do Evangelho de são Lucas.⁵⁵ O debate se inicia com a indignação dos cristãos por serem implacavelmente perseguidos. A resposta do comissário pagão seria a seguinte:

Senhores, de que vos queixais? Nós vos tratamos como vós nos trataríeis, se estivésseis em nosso lugar: assim deveis aprovar nossa prudência, e vos lamentardes do tempo e não de nós. O tempo não vos é favorável, somos os mais fortes: a prudência quer que não faltemos às ocasiões que a fortuna nos dá de esmagar aos pés uma seita, que quer não somente nossos templos e nossos deuses, mas também nossas vidas e nossas consciências. Vosso Deus vos ordenaste expressamente a forçar a segui-lo tudo o que se apresenta; que faríeis vós então, se vós tendes a força em punho, que fazer morrer os que não pudessem se decidir a trair as luzes de suas consciências, para adorar vosso Deus crucificado? (Id. Ibid., ix, pp. 162-3, itálicos no original)

É notória aqui a confusão proposital entre prudência e força. Foi “prudente” perseguir para minar pela base um esperado motim por parte dos cristãos. E o “tempo favorável” e a maior quantidade de força foram os motivos dos pagãos. A “prudência” e a “fortuna” foram os fatores determinantes para que se arrasassem os cristãos, que supostamente almejavam a arrancar dos pagãos tudo o que fosse relacionado à sua religião e a suas próprias vidas. Bayle aqui mostra que na verdade os pagãos anteciparam uma

⁵⁴ E Bayle nem expõe “as passagens dos Padres que condenam em geral as perseguições e as violências que se exerce em matéria de fé: elas são conhecidas de todo o mundo.” *Id. Ibid.*

⁵⁵ O filósofo francês ironiza. Em relação ao Evangelho de são Lucas, “[...] os pagãos teriam conhecimento, se quisessem.” *Id. Ibid.*, ix, p. 162.

suposta investida cristã, partindo de imediato para represálias: a única alternativa foi matar. A crítica feita aos pagãos por Bayle parece uma defesa dos cristãos: mas com o filósofo francês não se pode deixar enganar. Em relação ao uso do constrangimento na conversão, eis a réplica dos deputados:

É verdade, monsenhor, que se fôssemos os mais fortes, não deixaríamos no mundo ninguém que não se batizasse; mas nisso apareceria toda nossa caridade para com o próximo; vemos que se condena eternamente, se não segue nossa religião; seríamos bem cruéis em não empregar o constrangimento; [...] impediríamos de terem assembléias de religião [...] enviaríamos soldados que arruinassem-nos; os impediríamos de fugir [...] mas [...] matá-los, isso a Deus não apraz; pode ser que algumas vezes os soldados ultrapassando a ordem lhes dessem tantos golpes que eles morressem; mas isso seria raro e pouco aprovado. (Com. Phil., I, ix, p. 163, itálicos no original)⁵⁶

Pode-se aqui perceber que a lógica dos cristãos não é muito distinta da dos pagãos, mas com um porém: “matar não apraz a Deus”. É por meio dessa ironia que Bayle dispara seus argumentos contra a perseguição dos católicos aos huguenotes, que é o “modelo, segundo eles [os católicos] mais regular e o mais cristão que ainda se viu do constrangimento evangélico.” (*Id. Ibid.*)⁵⁷. Esse debate hipotético que Bayle expõe no *Commentaire* é a descrição – implícita – do próprio processo histórico do cristianismo: o que se iniciou com lamentações terminou em dominação que cegou os cristãos no que tange às suas próprias origens. De perseguidos passaram a perseguir, não medindo esforços para estenderem seu império de terror religioso. Na passagem citada, quando Bayle, na fala dos cristãos, dizendo que estes “impediriam de fugir os que não se batizassem” critica duramente um dos artigos mais odiosos que acompanharam a revogação do edito de Nantes: a proibição para os protestantes de saírem do seu reino com seus filhos e bens.

⁵⁶ Aqui se percebe claramente que Bayle não toma nem um partido nem outro, mesmo sempre tendendo a criticar o cristianismo em suas vertentes posteriores. Já que Bayle, “[...] analista imparcial das doutrinas [...] põe necessariamente à luz seus respectivos pontos fortes, sem poder conceder a palma da vitória a nenhuma das duas teses opostas entre as quais oscila a razão humana.” LABROUSSE, É. *Pierre Bayle*, p. 403.

⁵⁷ São numerosas as passagens que Bayle se vale da ironia como recurso teórico. Se o modelo católico de constranger é o mais “cristão”, o que dizer “[...] sobre a Inquisição, sobre as cruzadas de são Domingos, sobre os massacres de Cabriers e Mérindol, e dos vales de Piémont, sobre os suplícios de Francisco I e de Henrique II, e sobre são Bartolomeu; mas adoço as coisas o tanto que me é possível.” *Com. Phil.*, pp. 163-164.

Não concebendo de forma alguma que as perseguições empreendidas para a conversão dos “infiéis” foram acidentais, mas deliberadas, Bayle assevera que o único preceito que Deus instituiu foi o de *conhecer* antes de *amar* algo:

Eu digo que perseguições encerradas direta e absolutamente no desígnio de converter os infiéis, seriam totalmente indesculpáveis, eu o provo porque a ordem que Deus estabeleceu entre as operações dos espíritos, é que *conheçam antes de amar*, e que as luzes do entendimento precedam os atos da vontade. Esta ordem parece ser uma lei necessária e imutável. (*Com. Phil.*, I, ix, p. 167, grifo nosso)⁵⁸

Se aqui Agostinho e Bayle tomam como mesmo ponto de partida a distinção entre conhecer e amar – ou “crer”, nos termos agostinianos – o filósofo francês inverte a ordem dos procedimentos: o conhecimento da coisa *precede* o amor ou a crença pela mesma. Um entendimento que seja *anterior* à adesão a uma determinada doutrina. Axioma o qual abalará as bases da “verdade” pregada pelos *convertisseurs*. Nesse sentido, essa “lei necessária e imutável” torna-se indispensável na proporção que questiona a fundo tanto os pressupostos como a finalidade do sentido literal do *compelle intrare*. Nesse sentido “as luzes do entendimento” se reportam a ambos os lados: seja para os predicadores do Evangelho, que antes de apregoarem seus discursos é mister um entendimento prévio sobre os mesmos; seja para os destinatários dessa pregação, que aplicarão seus respectivos entendimentos acerca dos argumentos que lhe estão sendo apresentados.

1.8. *Contradição entre a teoria e a prática: Agostinho defensor da perseguição religiosa*

Para Bayle, o principal erro de santo Agostinho foi justamente realizar, na prática, o que repudiava em suas obras: justamente a violência no processo de conversão. Agir em nome do enorme contra-senso que comporta o sentido literal do *Compelle*

⁵⁸ Eis aqui a inversão da fórmula agostiniana “se não credes não entenderéis.” No *De Magistro*, com vistas a uma distinção entre crer e entender, Agostinho diz: “Portanto, creio em tudo o que entendo, mas nem tudo que creio também entendo. Tudo o que compreendo conheço, mas nem tudo que creio conheço. E não ignoro o quanto é útil crer também em muitas coisas que não conheço.” AGOSTINHO, S. *De Magistro*. Trad. de Ângelo Ricci. São Paulo: Editora Abril, 1973, p. 351 (Coleção “Os Pensadores”).

intrare, que é o defender um suposto preceito, que, outrora era contra a própria Igreja, agora favorece a mesma, tornando-a motivo de troça.⁵⁹ Desse modo, o que Bayle mostra é uma total incoerência censurar as mesmas ações que se comete.⁶⁰ E igualmente não concebe de forma alguma que uma determinada seita arrasasse todo o mundo com suas violências, só porque é a mais forte:

[...] de fato, não há nada de mais insensato de que censurar em outrem as mesmas ações que se canoniza, quando se as comete por si mesmo, e nada é mais absurdo que achar mal que um príncipe que crê que a religião pagã é a verdadeira, e que Deus lhe ordena a manter a paz pública, só tolere de modo algum uma seita que arrasaria o mundo por suas violências, se ela tivesse muitas forças. (*Com. Phil.*, I, x, p. 171)

É daí que Bayle alerta para um perigo ainda maior: o sentido literal do *compelle intrare* fomentar uma guerra entre as seitas cristãs. Os cristãos ao mesmo tempo em que se queixam de serem perseguidos, açoitam todas as outras seitas, o que é inconcebível. Todavia, a questão se agrava ainda mais se *todas* as seitas tomarem o *compelle intrare* literalmente: o embate entre seitas ortodoxas só pode ter como fim uma guerra civil:

[...] como cada partido se crê ortodoxo, é claro que se Jesus Cristo tivesse ordenado a perseguição, cada seita crer-se-ia obrigada a lhe obedecer, perseguindo excessivamente todas as outras, até que ela tivesse as forçado a se conformarem à sua profissão de fé: assim ver-se-ia uma guerra contínua seja nas cidades, seja nos campos, seja entre as nações de diferente sentimento, e o cristianismo só seria um inferno perpétuo para os que amam a paz, e para os que se encontrassem à parte fraca.”(BAYLE, *Com. Phil.*, I, x, p. 172)

Além desse resultado funesto oriundo da apropriação, por parte de todas as correntes cristãs, do *compelle intrare*, Bayle vai mais além: não seria possível encontrar argumentos que justificassem as censuras ao partido que vencesse. Se fosse verdade que

⁵⁹ “Se Santo Agostinho então se lembrasse de uma excelente máxima, que recitou em seu tratado *De genesi ad litteram*, não se embaraçasse, como fê-lo, em defender a causa dos perseguidores; porque ele diz nessa máxima que é vergonhosa, pernicioso, e de se evitar extremamente, que um cristão se meta a falar das coisas segundo seus princípios, em presença dos infieis, com tanta impertinência que os pagãos não se puderam segurar de rir. Como não viu que se expunha ao riso dos pagãos quando sustentava que Deus autoriza em sua parábola as perseguições de religião.” BAYLE, P. *Com. Phil.* I, ix, p. 171.

⁶⁰ O mesmo Agostinho que diz que “[...] várias vezes experimentamos em nós mesmos e nos outros que as palavras não expressam o que se pensa.” AGOSTINHO, S. *De Magistro*, p. 354. Bayle mostra que o próprio bispo de Hipona é um exemplo cabal dessa contradição entre o que se diz e o que se pensa. Da mesma forma, o contra-senso entre o que se diz e o que se faz.

Jesus Cristo tivesse prescrito a seus discípulos perseguir, não caberia aos “heréticos” fazê-lo, visto que somente a verdadeira Igreja detém tal direito. E a resposta do partido vitorioso consistiria em dizer que concordam com o princípio mas não com o modo de aplicá-lo. Como venceu a disputa, trouxe a verdade para o seu lado, logo, obteve também o direito de perseguir.⁶¹ Para Bayle, esse embate incessante porém improfícuo entre as seitas, somente expõe as mesmas ao ridículo:

Não concebo de modo algum estado mais triste e totalmente mais digno de escárnio de todos os profanos e de todos os libertinos, e mesmo de todos os homens, que aquele [o das disputas]; [...] Quando se bem examinou tudo isso, se encontra reduzido a esse belo princípio: *Tenho a verdade ao meu lado: então minhas violências são boas obras. Um tal erra; então suas violências são criminosas.* (Id. *Ibid.*, p. 174, itálicos no original)

O argumento central de Bayle nessa passagem é que não há mais como um argumento de autoridade se sustentar uma vez que não há mais um reconhecimento universal de tal autoridade. Sendo assim, não existe mais uma Igreja e sim seitas. E o mais grave é que nenhuma delas não se deu conta tanto de sua situação como da própria condição da Igreja católica. Nesse sentido, a autoridade soçobra chegando ao ridículo, mas ao mesmo tempo, sendo triste de constatar tal estado.

Bayle lança mão de um raciocínio o qual desestrutura as pretensões do sentido literal do *compelle intrare*: se os cristãos ortodoxos entendem que a ordem de constranger é legítima, deveriam achar também que é lícito, pelo mesmo preceito, serem moderados e caridosos. Por que somente os preceitos de caridade se reportam a todos os cristãos e o preceito de perseguir só compete aos cristãos ortodoxos? É o que Bayle questiona:

[...] assim como os preceitos de honrar seu pai e sua mãe, de modo algum se sujar nas brutalidades da carne, e de modo algum matar, nem derrubar, de amar seu próximo como a si mesmo, de amar Deus, de perdoar a seus inimigos, compreendem os arianos, os nestorianos, os socinianos, tão plenamente como os reformados e como os católicos, e como aqueles que são a elite dos predestinados; assim, deve-se dizer que o preceito de constranger é endereçado indiferentemente a todos os cristãos: de outro modo se vós o restringis só aos

⁶¹ Nesse sentido, “[...] não saber-se-ia sobre o que fundar as censuras que se far-se-ia ao partido vitorioso e perseguidor; porque se lhe dissesse, *é bem verdade que Jesus Cristo ordenou a seus discípulos perseguir, mas isso não vos compete, a vós que sois heréticos; só nós, que somos a verdadeira Igreja, que podemos executar esse mandamento*; ele responderia que permanece de acordo com o princípio, mas não com a aplicação, e que é só ele que tem o direito de constranger.” *Com. Phil.*, I, x, p. 174.(itálicos no original).

ortodoxos, por que não se apropriéis também do mandamento de ser sóbrio, caridoso? (*Com. Phil.*, I, x, p. 175)

Nesse sentido, se o sentido literal do *compelle intrare* se reporta a todos que acreditam no Evangelho, o dever de cada seita é aí se deter e obedecer aos dogmas que ela supostamente entreviu no Evangelho, em nome da religião que acredita ser a verdadeira. E, caso assim não proceda, incidirá na infração das ordens de Deus. Ora, isso só prova segundo Bayle, mais uma vez, a falsidade do sentido literal: pois isso deixaria a entender que Deus, ordenando coisas as quais a maioria obedeceria, tais coisas inevitavelmente seriam crimes. Se uma dada seita assim não fizesse

[...] desobedeceria formalmente às ordens de seu Criador; ela seria então obrigada a perseguir para obedecer a Deus. Nova prova da falsidade desse preceito; porque implica que Deus ordena coisas as quais a maior parte daqueles que obedecem, cometem crimes. (*Id. Ibid.*)

São justamente nas *provas* – ou refutações – contra o sentido literal do *compelle intrare* que Bayle se detém em toda a primeira parte do *Comentário*. O filósofo francês não deixa escapar sob nenhum enfoque – seja político, religioso, filosófico, moral – a crítica que faz tanto à argumentação que defende o sentido literal, como suas conseqüências práticas, a saber, as perseguições aos protestantes sob o comando de Luís XIV. 1º) Sob o aspecto político, à medida que Bayle vê de que forma os soberanos se aproveitam da interpretação literal do *compelle intrare*, endossando-a em forma de leis e dando justificativas de ordem divina para o abuso das mesmas; 2º) No plano religioso, pois é justamente dos intermináveis debates teológicos acerca do verdadeiro significado das passagens dos textos sagrados que se originam sublevações de ordem religiosa, e tendo influência absoluta na esfera prática, manifestada pelas perseguições ditas santas; 3º) No tocante ao aspecto propriamente filosófico, Bayle se vale do critério da luz natural como um critério de ordem racional e metafísica, diferenciador do que é verdade ou falsidade, em contrapartida às leituras agostinianas sob a égide do critério de caridade de cunho estritamente teológico e até então predominantes na época do filósofo francês; 4º) E finalmente, em relação à moral, é por meio da adoção de um critério que investigue acuradamente o verdadeiro sentido das palavras da Escritura que Bayle apontará todos os

imoralismos subjacentes a uma leitura ao pé da letra do preceito *compelle intrare*. Na proporção em que no presente capítulo foram desdobradas questões pertinentes à crítica empreendida por Bayle, talvez tenha havido uma certa insistência em certos pontos. Mas tal procedimento foi necessário para que fosse possível acompanhar o raciocínio de Bayle no decorrer do *Commentaire*. Se na primeira parte, o filósofo francês deteve-se nas refutações do sentido literal do *compelle intrare*, na parte seguinte tratará das *objeções* que podem ser feitas a essas refutações. É justamente respondendo a essas objeções que Bayle introduzirá o tema da *liberdade de consciência*. Esta será de caráter crucial, pois é o que vai permitir entender se é válida a perseguição feita pelos conversores ou se é mister unicamente uma devoção *interna* à divindade, despojada de todo e qualquer fator ou signo externo. Tal liberdade é o limite imposto por Bayle às ações dos perseguidores, visto que tais ações não têm – e nunca terão – o poder de persuadir *internamente* o indivíduo, no que concerne às suas crenças religiosas. É essa passagem da crítica ao *compelle intrare* à defesa da liberdade de consciência que será abordada no segundo capítulo do presente trabalho.

CAPÍTULO SEGUNDO

BAYLE E A LIBERDADE DE CONSCIÊNCIA

“Diógenes teria razão para buscar com sua lanterna ou, quiçá, nem teria saído de seu tonel, se tivesse vivido na França de nosso tempo.”

Pierre Bayle, *Ce que c'est que la France toute Catholique sous le règne de Louis le Grand.*

“O constrangimento das consciências [...] nunca fez prosélitos, mas somente homens fracos e falsos, forçados a mentir incessantemente ao público, ao próprio Deus e a professar sentimentos que não têm. O dogma não é nada, a moral é tudo. Deus não exige que creiamos pois não nos dá esse poder, mas exige a prática da virtude porque cada um é senhor de suas ações.”

Jean-Jacques Rousseau, “Fragmento”.

Se no primeiro capítulo foi dada a ênfase à crítica que Bayle empreende à leitura agostiniana no tocante à interpretação do *compelle intrare*, agora será mais aprofundada tal questão a partir do postulado bayleano da *liberdade de consciência*. Delimitaremos os passos que Bayle percorre visando a esclarecer *o que é e a que fim* tende essa liberdade de consciência, à luz do *Commentaire philosophique*. Vítima pessoal do implacável *odium theologicum*, Bayle se torna um marco de uma posição radical contra qualquer tipo de coerção às consciências individuais. Em última instância, uma questão é posta: é legítimo forçar as consciências em nome de uma suposta verdade religiosa? O trajeto desse presente capítulo apoiar-se-á em cinco pontos principais: 1º) primeiramente, Bayle mostra o quão equívoca é a obstinação em querer se violentar a consciência de outrem por meio de conversões à força. Para o filósofo francês, a consciência individual ganha um estatuto sacro, o qual em circunstância alguma deve ser violado; 2º) é por essa defesa da consciência individual que o filósofo francês reclama os direitos da consciência errante, isto é, desconstruindo a concepção religiosa de que errar é incorrer em pecado,

mostra que o erro maior é querer corrigir esse erro obrigando as pessoas a se converterem; 3º) nessa direção, a consciência errante é a prova de que a própria noção de evidência em seu sentido clássico – no sentido cartesiano – é inadequada quando se trata dos mecanismos da crença no indivíduo. Bayle mostra que a evidência é uma noção relativa, a qual precisa ser subsidiada pela consideração do hábito e da educação humanas; 4º) contudo, a despeito dos fatores externos os quais foram fatores determinantes na adesão a uma crença religiosa, Bayle menciona que todos os homens devem obedecer ao *dictamen* da consciência. Uma vez que o homem o obedeça e aja à luz desse imperativo, será possível perceber e se afastar tanto das interpretações religiosas de má fé, como terá a sua individualidade como critério último de suas ações; 5º) e finalmente, Bayle dando um status universal ao *dictamen* da consciência, à medida que todos os homens o possuem, o filósofo erigirá o postulado da liberdade de consciência. Este, apoiado no respeito absoluto às consciências individuais, torna-se o principal pilar da concepção bayleana de tolerância, a saber, não se restringindo a uma tolerância religiosa ou mesmo mitigada, mas eminentemente social e política.

2.1. *Ilusão da obstinação*⁶²: *a violência como falso exame da verdade*

É na segunda parte do *Commentaire* que Bayle tratará e fundamentará a liberdade de consciência. Bayle começa logo em um ponto incisivo: desvela a fraqueza do engodo dos conversores quando estes sustentam que a violência não tem como escopo forçar as consciências, mas “despertá-las” para o exame da verdade. O filósofo francês critica o caráter ilusório desse tipo de argumentação, por dois aspectos, a saber

“[...] um, que o meio de examinar a verdade que propõe esses senhores, é o mais irracional do mundo; o outro, que lhe pode servir de quase nada, enquanto permanecerem nos termos onde eles parecem querer se reduzir.” (BAYLE, *Commentaire philosophique*, II, i, p.177)

⁶² No original, “opiniatreté”.

Bayle é claro: o despertar das consciências por meio da violência é reduzido à mais escabrosa irracionalidade. O método dos conversores lhes é inútil, devido a se distanciarem mais da verdade por atos truculentos e circunscritos aos termos os quais eles estão enredados. Isso se deve ao que Bayle chama de *obstinação*, ou seja: 1º) a improfícua insistência em querer impor uma verdade por meios violentos; 2º) ao mesmo tempo o suposto errante fica ainda mais obstinado em suas convicções justamente por não estar convencido do que lhe é prescrito pela violência. Bayle equipara a obstinação a uma *paixão*, que é um obstáculo a um bom exame da verdade.

E é nesse ponto que Bayle se debruça, em um tópico intitulado *Como as paixões impedem de fazer um bom exame*. (*Com. Phil.*, II, i, p. 177) Segundo o filósofo, todas as pessoas sápias a respeito da natureza das coisas e do homem em especial, entendem que as paixões são os maiores empecilhos para a busca da verdade. Segundo Bayle, tais pessoas reconheceram que

[...] um dos maiores obstáculos que se acha na busca da verdade, é que as paixões chegam a nos obscurecer os objetos, ou a brincar às custas de nosso espírito. É por isso que tanto nos recomendaram a ser os mestres de nossas paixões, a sufocá-las e a afastá-las. (*Id. Ibid.*)

Nessa passagem, Bayle menciona o quanto as paixões atrapalham o exame da verdade. Ser mestre das próprias paixões é reduzi-las ao silêncio, minimizando-as. O argumento é sutil: se o conversor é um obstinado e a obstinação é uma paixão, logo ele se distancia da reta razão e conseqüentemente da verdade. Sendo assim, fica longe de ter os meios e a autoridade para justificar seus argumentos. E se isso é aplicado ao herege que está sendo perseguido, o mesmo vai, da mesma forma, encerrado em sua obstinação, tomando como parâmetro suas próprias paixões, devido à falta de consistência das premissas que lhe são propostas. Ora, se a obstinação é peculiar aos dois lados, de que lado está a verdade? Para tentar descobri-la, Bayle sugere um juiz, o qual seja capaz de ouvir ambos os partidos, dotado de uma verdadeira ataraxia epicurista, ser firme e isento de qualquer paixão. Somente assim é possível se chegar a um consenso. O dever de um juiz, segundo, Bayle, é

[...] escutar as razões dos dois partidos friamente e sem paixão [...] sem isso não estaria em condição de se fazer boa justiça.[...] É bastante certo que um espírito que permanecesse tranqüilo em seu estado natural, que olhasse os miseráveis sem essas emoções de comiseração que amolecem o coração [...] (*Com. Phil.* II, i, pp. 177-8)⁶³.

Pode parecer absurda essa frieza exigida por Bayle, mas é preciso sempre ter em mente a crítica ao comportamento da vigília de Luís XIV em relação aos protestantes. Ironicamente, Bayle diz que os perseguidores, acoçando fisicamente, visando converter os hereges para a verdadeira religião, estão muito distantes de agirem pela razão:

Quem não vê o quanto é irracional a objeção que quero refutar [...]: Não queremos (dizem os conversores) que um homem traia as luzes de sua consciência, a fim de se livrar das incomodidades que nós lhe infligimos; queremos somente que o amor que tem pelas doçuras da vida, e o medo da miséria extirpem seu arrebatamento, e o apliquem ao exame das duas religiões; e estamos certos de que este exame far-lhe-á ver a falsidade da sua, e a verdade da nossa. Isto é, queremos que, em se tratando do exame de duas coisas de grande importância, seja por causa das razões alegadas pró e contra, seja por causa das conseqüências da boa e da má escolha, o homem aí se porta não com as luzes calmas e tranqüilas da razão, as paixões sendo apaziguadas, mas com todas as obscuridades e as trevas que muitas paixões violentas excitam em seu espírito. Pode-se ver algo de mais absurdo? (*Id. Ibid.*, pp. 178-9).

⁶³ Entretanto, nem os “bons juízes” chegam a esse estado de tranqüilidade que Bayle exige. O filósofo entende que o julgamento dos mediadores pode ser influenciado por esperanças ou temores mundanos. Isso é inquestionável: “Se se tratasse de encerrar uma disputa de três escudos entre dois lacaios, não seria bom que se lhes dessem um árbitro que fosse encolerizado contra um deles, ou que esperasse algum serviço de um deles, ou que temesse o ressentimento; e aqui onde se trata da maior glória de Deus, e da salvação eterna da alma, deseja-se então que os árbitros que devem julgar quem errou ou quem tem razão, católicos ou protestantes, tenham a alma plena de ressentimento, de cupidez, de esperanças e de temores mundanos: querem que um homem que pese as razões de uma parte e de outra, em lugar de aplicar todas as suas luzes neste exame, seja distraído por um lado, pela vista próxima de sua família arruinada, exilada, enclausurada, de sua própria pessoa degradada de toda honra, atormentada por soldados, encerrada em um calabouço escuro; e de outro, pela esperança de muitos bens tanto para ele como para sua família [...] porque está persuadido que sua religião é boa, e muito teme a Deus para ter uma grande repugnância em professar uma religião que acha má, fortalecer-se-á antes na sua, pelo ódio que conceberá pelos meios tirânicos que se empregar conta ele: se ele ama o mundo mais que Deus e sua religião, fará uma das duas coisas: ou cegar-se-á o mais que puder, a fim de se convencer que sua religião não é boa, ou a deixará sem ver que a outra seja melhor: ele determinar-se-á pelas vantagens temporais que um lhe ofereça, e pelas perseguições que o outro expô-lo-ia. Tudo o que disse é tão conhecido àquele que examinou a si mesmo, e conheceu o poder imperioso das paixões, que eu então temo que se lamentem que eu muito insista sobre as provas de uma coisa que ninguém acha duvidosa.” (*Id. Ibid.* pp.179-180). Essa imparcialidade dos juízes Bayle a fundamenta em Salustiano, historiador romano, autor da *Conjuração de Catilina*: “*Todos os que consultam coisas duvidosas, devem estar vazios de ódio; da amizade, de cólera e de compaixão; porque quando essas disposições impedem a alma, ela não discerne facilmente a verdade.*” (*Id. Ibid.*, itálicos no original.)

A citação é demasiado longa, mas de capital importância para mostrar a crítica de Bayle às premissas dos perseguidores. Primeiramente, ele expõe o argumento e a justificativa dos atos do adversário: a conversão religiosa à força não tem por fim fazer com que o homem aja contra a sua consciência, mas somente ajudá-lo a se livrar do comando das paixões quando ele julga acerca da doutrina religiosa a qual lhe está sendo apresentada. Em seguida, desse auxílio oferecido pelos perseguidores, Bayle ironicamente menciona a certeza dos mesmos em conseguir que o adversário constata a falsidade da sua religião. Entretanto, é aí que Bayle desfecha o golpe: o absurdo é que os conversores entendem que forçando as consciências alheias ao exame da verdade, estão agindo pela razão. Imaginam que, fechando o cerco aos adversários com suas coerções físicas, possam eliminar as paixões as quais supõem atrapalhar os obstinados a entrarem para a religião. Bayle inverte a retórica dos *convertisseurs*: os perseguidores são os últimos a falar em agir racionalmente, pois suas ações na prática – e isso Bayle nunca perde de vista – são absolutamente comandadas por suas perniciosas paixões. À primeira vista, Bayle até concede que a truculência usada pelos conversores pode levar o opositor a empreender um exame, mas jamais fará com que o indivíduo possa *bem* escolher, seja por temer males temporais, seja pela esperança de obter benesses materiais.

Prosseguindo em sua argumentação, Bayle não vê como se possa entender a violência como um meio legítimo de converter alguém. Segundo ele, tal procedimento é a marca registrada de uma “inteligência medíocre”, a qual se opõe tanto às luzes da razão como à ordem das coisas humanas. Para Bayle,

[...] não há nada de mais errôneo, mais irregular, mais indigno de uma inteligência medíocre que de ter estabelecido como um *meio legítimo* encontrar a verdade disputada, de examiná-la precisamente no tempo que muitas paixões seriam excitadas no coração, e que seria sabido que, no caso de que achasse verdadeira uma das partes da questão, estar-se-ia exposta às últimas ignomínias e misérias, e que no caso de achar a outra verdadeira, fosse honrada e recompensada por muitos favores. Todas as idéias da ordem, todas as luzes do bom senso, tudo o que a experiência das coisas humanas nos proporciona pelo julgamento se eleva contra isto. (*Com. Phil.*, II, i, p. 181)

O filósofo francês não deixa escapatória aos conversores: seja pela razão, seja pela experiência, não tem sustentação a lógica dos perseguidores, visto que se contradizem em

ambas as esferas. O meio tido como legítimo não vai mais além do que causar mera confusão no que concerne ao julgamento de qual lado está com a verdade.⁶⁴ Sobre esse raciocínio, Bayle abordará dois aspectos: 1º) primeiramente ter uma postura firme no julgamento da verdade. Se uma boa alma não se determina pelo temor de Deus, acredita que a verdade está sob os infortúnios temporais, e não a favor daquele que ameaça. Ora, eis onde Bayle quer chegar: a perseguição é justamente a *prova* de um erro oriundo de um mal-intencionada leitura da Escritura.⁶⁵ O falso sentido ditado pelos ortodoxos das palavras da Escritura, uma vez guiados pelas paixões, serve tanto para iludir pessoas fracas de espírito como impede eles mesmos de perceberem seus erros; 2º) com a inaceitável desculpa de que pela força somente querem conduzir seus opositores ao exame da verdade, somente se trata de uma falsa postura. Porque mesmo os hereges empreendendo tal exame, e conseqüentemente, não estando persuadidos das verdades que lhes são ditadas, são da mesma forma, “forçados a entrar”. E isso para Bayle é manifesto: as perseguições não teriam finalidade alguma se não tivesse como objetivo forçar as consciências.⁶⁶ Numa palavra, das duas coisas uma para os perseguidores: ou eles distorcem o sentido da Escritura e continuam a acostrar as consciências, ou se não quiserem fazê-lo, terão que renunciar ao sentido literal do *compelle intrare*, somente propondo a seus opositores refletirem sobre suas proposições.⁶⁷ Dessa forma, Bayle abordará sobre a existência dos *direitos da consciência errante* no indivíduo, tema do próximo tópico.

⁶⁴ É a leitura tendenciosa da Escritura sustentada por uma certa moral interessada que Bayle ironiza: “[...] de sorte que se Jesus Cristo tivesse ordenado o modo de forçar que se supõe nessa objeção, não poderíamos justificá-lo por ter mal juntado as coisas, e por ter mal adaptado os meios aos fins; o que, sendo ímpio, não deve ser pensado de modo algum.” (*Com. Phil.*, II, i, p. 181). Em relação aos bens ou aos males deputedos a quem ganha e a quem perde, ficamos com as palavras de Hubert Bost: “Mas como os homens não são capazes de aceder à verdade absoluta, o princípio garante que a consciência que se engana de boa fé deve se beneficiar dos mesmos direitos que aquele que está com a verdade.” BOST, Hubert. *Pierre Bayle et la religion*, p. 59.

⁶⁵ Um dos modos os quais, segundo Elisabeth Labrousse, permite Bayle “analisar cada vez mais claramente os pressupostos do *compelle intrare*, do apelo ao braço secular, solicitado a impor pelo constrangimento o conformismo religioso.” *Pierre Bayle: heterodoxie et rigorisme*, p. 544.

⁶⁶ “[...] é manifesto que eles querem violentar a consciência, e engajar na profissão de fé exterior de sua fé os mesmos que, estando aplicados em examinar cuidadosamente a controvérsia não mudaram de crença. Eis então nossa gente em um apuro entre os dois pontos ameaçadores desse deplorável dilema.” (*Com. Phil.*, II, i, p. 183).

⁶⁷ Sendo assim, Bayle praticamente não dá chance a seus opositores. Eis o que ele diz no tópico intitulado *Dilema contra os adversários*, que questiona se os perseguidores querem somente instruir ou violentar as consciências: “Se é o primeiro (a instrução), eles entendem somente que não permanecer-se-á em sua religião por costume e por hábito, sem examinar se ela é boa, e sem compará-la com a outra; mas que será feito um exame bastante exato, e uma comparação bastante atenta com a outra; e então nada pretenderão contra um homem que tendo escutado suas conferências e suas instruções, e lido seus livros, declarar-lhes-á no fim das contas, que ainda não podendo dar-lhes razão em todas as suas objeções, permanece muito persuadido

2.2. Os direitos da consciência errante

Bayle levanta a seguinte questão: qual o objetivo do tratamento implacável ao indivíduo que está supostamente mergulhado no erro? É porque mesmo mostrando-lhe, convencendo-o em sua consciência – se for possível – , que comete erros, quando se está obstinado em uma convicção? Bayle pensa da seguinte maneira: com tal postura, o indivíduo que insiste contra o *dictamen* da consciência, tem como único objetivo desprezar o seu próximo e zombar das autoridades no assunto que querem convencê-lo a todo custo. Mas não se pode deixar enganar: por trás dessa definição do que é uma posição obstinada, Bayle questiona se o conversor tem a capacidade de *escrutar* a consciência e o coração do homem:

Mas como saberão se este homem foi convencido de seus erros? Um conversor tem os olhos bastante aguçados para ler na consciência de um homem? Partilha com Deus o atributo incomunicável de *escrutador* dos corações? Pensar isso seria a maior impertinência do mundo. (*Com. Phil.*, II, i, p. 185, grifo no original).

A resposta é clara: o conversor nem tem a capacidade para ler o que se passa na consciência alheia nem tampouco possui a capacidade divina de sondar os corações. A impertinência consiste na pretensão de achar que se convenceu alguém tanto *interiormente* como *evidentemente*. Nem a melhor instrução empregada bastaria para tal empreitada. Nesse sentido, não se pode qualificar ninguém de obstinado, muito menos estabelecer punições para corrigir tal obstinação.⁶⁸ Eis o argumento fundamental: se por um lado,

interiormente que eles estão em um mau caminho, e que ele tem a verdade do seu lado, e assim todas as sentenças cominatórias, aí permanecem suspensas em um gancho, sem força nem vigor, visto que foi feito tudo o que era da intenção do legislador; a saber, que examinar-se-ia cuidadosamente as razões de uma parte e de outra. De onde parece que, nesta suposição, esses senhores se afastem do sentido literal das palavras *Forçai-os a entrar*, visto que na verdade eles não forçariam ninguém; porque aqui só se trata do constrangimento o qual obriga a disputar, a ler, e a meditar.

Se for o segundo (a violência), visivelmente eles renunciam à sua objeção; confessam que querem forçar a consciência, e assim minhas provas voltam sobre eles com toda a força que elas poderiam ter, antes que se opusessem a essa má defesa.” (*Id. Ibid.*, pp. 183-4).

⁶⁸ E aqui, mais uma vez, Bayle é irônico. Um homem não seria convencido nem se uma autoridade política estipulasse um “tempo” para tal indivíduo se aperceber de seus erros: “De modo que, se após dois meses, ou quatro, ou cinco, segundo o termo que o príncipe quisesse conceder às pessoas para se instruírem, ameaçando que se depois desse tempo, elas persistam em seus erros serão punidas, declarem que são as mesmas que antes, tão persuadidas como nunca da verdade de sua crença.” (*Id. Ibid.*)

Bayle concorda com seus adversários que ser obstinado é permanecer no erro mesmo convencendo o indivíduo em seu *dictamen* da consciência – o que é pouco provável -, isto é, interiormente, por outro lado faz cair por terra o argumento do opositor: não é possível saber se o indivíduo está convencido interiormente, já que ninguém tem a capacidade de conseguir *exteriormente* tal convicção. E da mesma forma, os conversores, nada esclarecendo e *obstinando-se* em forçar as consciências, são os que incorrem nos mais profundos erros.⁶⁹

Da mesma maneira, Bayle entende que um indivíduo que, reduzido ao silêncio, ainda permanecer em sua religião, não é um obstinado. Para defender tal argumentação, supõe um embate entre católicos ortodoxos com os mais sábios protestantes, a fim de confundir seus adversários. Afirma que para os primeiros a única saída seria se enfiarem sob o manto de seus curas, monges e vigários. E eis o que Bayle propõe:

Só podemos, para confundir esses senhores [...] perguntar-lhes se acreditam que um camponês, um artesão, uma dama católica romana, engajados na disputa de religião com um bispo de Lincoln, um doutor Stillingfleet, um de Moulin, um Daillé, poderiam responder a todas as objeções que lhe teriam sido feitas: vejo bem que essas pessoas ignorantes apoiar-se-iam no padre da paróquia, ou no seu vigário, ou em qualquer monge, ou outro controversista. (*Com. Phil.*, II, i, pp. 186-7).

De antemão, Bayle já associa a ignorância aos partidários do catolicismo. Não tendo argumentos convincentes por si próprios para rebaterem os adversários protestantes, depositam sua confiança nas autoridades religiosas mais próximas. E por outro lado, no caso desses doutos protestantes acima citados apresentarem contra-argumentos aos católicos, reduzindo estes a nada, acreditarão ter encerrado a questão? É o que o filósofo francês questiona:

Será correto então neste caso, que todas as objeções propostas por um sábio protestante, que estará preparado para as mais embaraçosas, serão claramente

⁶⁹ Forte influência do pensamento de Malebranche. Para a questão da incapacidade do que se passa nas consciências de outrem, ver *A busca da verdade*, livro I, cap. XIII, quando aparece o “problema das outras mentes”. Entretanto, a distinção entre *constância*, que é permanecer em uma dada opinião sem ter sido esclarecida, e *obstinação*, que consiste em errar mesmo sendo irrefutavelmente convencido, é própria de Bayle.

resolvidas, e que nunca ver-se-á reduzido a só saber o que dizer de razoável? Seria preciso não ter nem meditação, nem conhecimento do espírito do homem para ter essas esperanças. (*Com. Phil.* II, i, p. 187).

Mesmo se tendo todas as qualidades de um douto⁷⁰ e estando preparado para toda e qualquer objeção, reduzindo a pó qualquer um que sequer tenha uma de suas qualidades, jamais poderá se achar vitorioso em alguma querela. Segundo Bayle, o partido ou a doutrina vencedora, em um determinado debate, entender que a doutrina vencida sofreu a derrota por ter se embaraçado nos argumentos do adversário, põe em jogo a sua própria causa, correndo, por sua vez, dois riscos: 1^o) conclui que a religião a qual se sobrepôs, somente por ter feito a mesma embaraçar-se, seja uma má religião; 2^o) incorre em um duplo equívoco: ou entende que todas as religiões são falsas, ou que uma é verdadeira em um lugar, e em outro seja falsa. Assim sendo, a religião que vence não demonstra a falsidade da outra. Isso seria um atentado contra o bom senso:

É preciso então ou pecar contra o bom senso, ou convir que não é um bom indício de falsidade para uma religião, que ver que todos os que a professam não são capazes de responder a todas as dificuldades que os sábios controversistas de outro partido lhes propõem.⁷¹ (*Id. Ibid.*, p. 188)

Ora, a pretensão está – seja de qual for o lado, católico ou protestante – em querer responder a *todas* as objeções propostas por ambos os lados. Mesmo se não se concordar com os giros de retórica de uma dada doutrina, não é por isso que se deva concluir que ela seja falsa. Bayle levanta mais um aspecto da questão: entende que alguém estar convicto em sua própria consciência da falsidade de uma religião opositora, no máximo age temerariamente. Se tal meio tivesse legitimidade, não haveria opositor que não constatasse ter ido de encontro à própria consciência: estaria convicto de que só poderia responder determinadas questões e que perante as mais intrigantes ficaria inoperante. (BAYLE, *Com. Phil.*, II, i, p.188) Porém, o que está subjacente a essa

⁷⁰ Ou seja, “um homem de espírito presente, que tem a palavra nas mãos, que é sutil e grande lógico, e de uma grande memória [...]” *Id. Ibid.*

⁷¹ “[...] entendendo que em um mesmo dia um ministro disputando contra um monge, o ponha em *quia*, e que um monge disputando em uma outra câmara contra um ministro, o confunda, e lhe faça perder terreno, como nos duelos em muitos segundos ele entenda que existam pessoas vencidas e vencedoras de uma parte e de outra.” *Id. Ibid.*, pp. 187-88.

argumentação é a crítica de Bayle aos representantes da religião. Esta não pode estar limitada às habilidades, à retórica e principalmente, à pretensão de clareza e evidência nas argumentações de um ministro ou monge, por exemplo.⁷² É no que Bayle vai se debruçar: questionará se essa retórica religiosa é evidente por si mesma ou se a própria noção de evidência não é cabível em assuntos dessa natureza.

2.3. Os limites da noção de evidência

Segundo Bayle, a estratégia de delegar aos ministros representantes da religião a tarefa de debater sobre religião é ineficaz. O critério da *evidência* é limitado, sendo a mesma não passando de uma mera qualidade *relativa*, isto é, em se tratando de querelas de caráter teológico, conceitos matemáticos de estatuto universal e normativo ficam inoperantes perante tais questões:

O segundo meio não é melhor que o precedente; porque além de ir muito longe dizendo que as matérias controversas são claras e evidentes como o dia, cada um sabe ou deve saber que a evidência é uma qualidade *relativa*; é porque não podemos quase nada responder, se não a respeito das noções comuns, que o que nos parece evidente o deva parecer também a um outro. (*Com. Phil.*, II, i, pp. 188-9).

Com exceção das “noções comuns”, a evidência está longe de responder alguma coisa acerca de opiniões opostas. Ao homem é impossível responder a causa ou a relação necessária de uma coisa que é evidente para um também tenha que ser para outro. Contudo, é preciso ver que tipo de evidência Bayle está tratando. Ele distingue duas noções, a saber:

⁷² “É então temerariamente que se julga que está convencido em sua consciência da falsidade de sua religião (a opositora) [...] Em uma palavra, se esse [...] meio fosse legítimo, não haveria católico ignorante que não suspeitasse ter traído sua própria consciência, após ter disputado com nossos sábios; porque está bem seguro de que não saberia responder em certas coisas, e que muitos monges aí encontrar-se-iam tão embaraçados como ele.[...] Um homem não deve ser tão imprudente para fazer sua religião depender da habilidade, da memória e da eloquência de um ministro.” *Commentaire*, p. 188. E é aqui que surge o tema da “ignorância invencível”. Segundo Gianluca Mori, “mestre da arte sutil e implacável do silogismo, Bayle explora o fundo crítico da doutrina dos direitos da consciência errante, o qual fará sua arma privilegiada. Com efeito, aliará o dogma moral tratado exaustivamente da inocência do erro invencível, à sua própria teoria da fé como instinto obscuro e desprovido de qualquer conteúdo cognitivo.” MORI, G. “Conscience et tolérance”, pp. 277-8.

uma evidência *racional* das idéias claras e distintas⁷³, limitada às noções de geometria e lógica; e uma evidência *relativa*, a qual não traz consigo um assentimento necessário do juízo e que é a dos dogmas religiosos.⁷⁴ Bayle entende que a evidência tem como parâmetro: 1) o viés segundo o qual se observa o objeto; 2) da relação proporcional entre os órgãos físicos e o objeto; 3) o hábito e a educação:⁷⁵ “Esta evidência que encontramos em certos objetos pode advir ou do viés segundo o qual os observamos, ou da proporção existente entre nossos órgãos e eles, ou da educação e do hábito, ou de quaisquer outras causas”.(Com. Phil., II, i, p. 189). No que concerne ao primeiro ponto, a evidência se transmuta de acordo com a *posição* a qual o indivíduo está em relação ao objeto. Seja mais perto, ou mais longe, a perspectiva será falseada, ou relativa. Múltiplos julgamentos poderão ser proferidos uma vez que se está em um determinado lugar com vistas a apreciar o objeto. O segundo ponto, de ordem fisiológica, é relativo à *aptidão* dos órgãos para se julgar acerca de um objeto. É possível que um indivíduo não veja a mesma coisa que outro, pelo simples motivo de ter órgãos mais – ou menos – desenvolvidos para se compreender algo que está sendo observado.⁷⁶ O terceiro ponto consiste especificamente em mostrar que dois indivíduos tendo hábito e educação diferentes, logo julgarão diferentemente. Sob esse prisma, a diferença pode ser equiparada a multiplicidade de civilizações humanas, fator determinante no processo pedagógico o qual deixa impressões quase que invencíveis, devido a costumes e educações diferentes. Mesmo com uma preparação intelectual anterior, jamais seria possível contemplar, por exemplo, uma obra de arte. É o exemplo que Bayle nos dá:

⁷³ Mas aqui a evidência no sentido cartesiano do termo são somente as noções comuns aos olhos de Bayle. Um outro ponto que pode-se refletir é que Bayle usa aqui o termo evidência no sentido fraco, frequentemente empregando-o retomando a terminologia de seus adversários, como por exemplo, ironizando dizendo que é evidente que a Igreja Romana é a verdadeira igreja de Jesus Cristo. Um outro ponto de distanciamento em relação à assimetria entre certeza e evidência na concepção cartesiana consiste no fato de que o espírito humano facilmente se atém a um ponto de vista que lhe é mais conveniente.

⁷⁴ Nesse sentido, a evidência racional não é suficiente para tratar da questão. Segundo Mori, “em matéria de religião, é preciso então renunciar à evidência demonstrativa, apoiando-se antes sobre as ‘provas de sentimento’, isto é, sobre um ‘gosto pela verdade’ que substitui a prova de ordem racional. Se assim não fosse, a conversão de um infiel à religião cristã com julgamento e sabedoria seria impossível, porque o cristianismo não dispõe de provas demonstrativas, suscetíveis de satisfazer à razão.” MORI, *op.cit.*, p. 299.

⁷⁵ E ainda pode ser oriunda de “algumas outras causas”. *Com.Phil.*, II, i, p. 189. Porém, Bayle não diz que causas são essas.

⁷⁶ “[...] porque um outro homem não observa as coisas pelo mesmo viés que nós, não tem os órgãos que sirvam à compreensão modificada nem foi educado com nós, e assim no resto.” *Id. Ibid.*

Muitas pessoas observam um mesmo quadro, obra-prima de Michelângelo, e fazem mil julgamentos diferentes. O que está no ponto de vista, e que é conhecedor, o acha admirável; outros que o observam de um outro ponto, e que não têm gosto algum, nem habilidade, desprezam-no. (*Com. Phil.*, II, i, p. 189)⁷⁷.

Esse exemplo do quadro traz consigo duas questões: a primeira, e a mais fundamental, é que o verdadeiro e o falso são relativos sob determinado prisma a despeito de todo um processo educacional precedente. Diante de uma obra de arte, a gama de julgamentos é tão vasta, que é absolutamente impossível estipular uma medida racional – e universal – para contemplá-la.⁷⁸ Toda percepção ou concepção depende do indivíduo que julga; a segunda questão atenta justamente para um – se podemos dizer assim – critério estético. Tal critério só pode ser estabelecido na medida em que o indivíduo é detentor de um gosto apurado, ou possuir uma espécie de “olho clínico” para apreciar obras de arte. Para se adquirir tais qualidades, é mister primeiramente ter o *hábito* para isso aliado a uma educação – estética – que se adquire com o passar do tempo. Mas, mesmo tendo todas essas qualidades, o indivíduo jamais conseguirá estabelecer um padrão universal que se aplique a todos. Em uma palavra, ninguém pode julgar por outrem. (*Id. Ibid.*, p. 190). É o que Bayle conclui: “Assim, é a ignorância mais crassa do mundo, e do homem principalmente, julgar o gosto de outrem pelo nosso.” (*Id. Ibid*)

Mas o que mais interessa para Bayle são os limites e as implicações da aplicação do conceito de evidência racional no campo religioso, ou seja, refletir sobre a impossibilidade de se estabelecer um fundamento racional para a religião. Isso quer dizer que a medida para se julgar se uma religião é verdadeira ou falsa, não está no entendimento e sim na consciência. Uma determinada escolha não pode ter como parâmetro idéias claras

⁷⁷ *Id. Ibid.* Continuando a passagem, Bayle diz: “O conhecedor poderá zombar tanto quanto lhe agradar da sua ignorância, ou tendo piedade; mas seria ridículo se os acusasse de mentirem, e sustentar maliciosamente que o quadro não vale nada, enquanto eles sabem o contrário. Oh! mas a beleza desse quadro é tão visível que não tem como não percebê-la.” *Id. Ibid.*

⁷⁸ Sendo assim, a razão não passa de um recurso *aproximativo*. Ficamos com Jean-Luc Solère: “A razão nos descobre evidências, mas essas evidências não são o indício definitivo e infalível da verdade. As evidências podem ser falsas, porque estamos sujeitos ao erro mesmo se formalmente raciocinamos bem, a razão sendo somente um *instrumento aproximativo*.” SOLÈRE, Jean-Luc. “Bayle et les apories de la raison humaine”, pp. 127-8. (grifo nosso). Do mesmo modo, Mori afirma: “Os direitos da consciência surgem em um contexto de ignorância: aí onde a evidência não é dada aos homens é preciso escutar nossos instintos e escolher o que nos *pareça* melhor, porque nas escolhas morais e religiosas, não se pode permitir esperar indefinidamente.” MORI, “Conscience et...”, p. 276 (grifo no original).

e distintas, obtidas por um rigoroso exame, mas por meio da consciência, de caráter estritamente individual. Bayle opõe claramente a consciência às idéias claras e distintas. Um exame racional da religião é praticamente impossível devido a tal exame exigir inúmeras experiências necessárias para se estabelecê-lo, “como para estabelecer se um alimento nos é nocivo ou inútil.” (MORI, *op.cit.*, p. 300)

Segundo Bayle, a fragilidade dos argumentos dos adversários está em eles pensarem que o que eles *dizem* seja algo evidente. Não levam em consideração se o indivíduo para o qual eles estão pregando tenha sido criado com outros princípios, que observa as coisas de outro modo: em suma, dizer não é *provar*:

Creiamos então que eles achem [seus argumentos] evidentes, visto que eles o afirmam; mas que não pretendem que outros homens alimentados e cultivados em outros princípios, que observam as coisas por um outro viés, e que não têm a mesma compreensão que eles, aí encontrem a mesma evidência. (BAYLE, *Com. Phil.*, II, i, p. 190)

A denúncia da pretensão dos missionários é clara: achando-se “o próprio Deus” (*Id. Ibid.*), eles querem a todo custo, por meio de conferências, pregações e cultos vazios, convencerem o “herege” a olhar para dentro de si para perceber o quão está afundado no erro. Entendem que somente *afirmando* o que acham a verdade podem constatar a falsidade dos princípios do opositor. E o horizonte dessa ilusão ainda é mais extenso: os errantes não se convertem devido ao receio de se debruçarem e aderirem aos sólidos argumentos dos missionários. Preferem traírem suas consciências a darem o gosto da vitória aos opositores. Mas Bayle é pontual: não há nada de mais errôneo que pensar dessa forma. Existem infinitas razões para se pensar que os argumentos dos conversores de forma alguma são evidentes por si mesmos. E Bayle menciona algumas dessas razões:

Esta pretensão, afirmo, é extravagante, visto que há tantas outras razões bastante prováveis de pensar que os argumentos dos missionários de modo algum pareceram evidentes, devido ao *pouco espírito*, ou *preconceitos involuntários* daqueles que desejariam converter. (*Id. Ibid.*, p.191, grifos nossos).

Eis a insuficiência da noção de evidência: tanto o “pouco espírito” daquele que quer converter como os “preconceitos involuntários” daquele que se recusa a ser convertido são alguns dos motivos os quais inutilizam a aplicação da evidência. A invencibilidade desses obstáculos mina qualquer anseio de uma argumentação tida como evidente. Pretendendo-se suficiente por si mesma, uma medida racional pode variar *ad infinitum*, precisando ser testada em inúmeros casos, como se estivessem sendo testados vários alimentos para se saber se são bons ou não ao homem, coisa que até Deus desconhece.⁷⁹ Dessa forma, Bayle quer dizer que em certos assuntos, não é possível persuadir um indivíduo que uma explicação seja suficiente. O filósofo francês então aborda dois pontos: o primeiro é a aplicação da definição de obstinação, que consiste na recusa de aderir à verdade suficientemente conhecida. Mas havendo um porém: essa aplicação não seria incorrer na velha *disputacio* entre as doutrinas, cada uma entendendo que possui a verdade? A consequência seria a infinita necessidade de provar os motivos pelos quais se recusa algo, caindo em um círculo vicioso e jamais obtendo a resposta. O segundo ponto é a suficiência da explicação: da mesma forma impossível porque ninguém tem uma idéia clara de seu próprio espírito, quanto mais dos espíritos alheios, o que seria um absurdo:

[...] porque ninguém tendo uma idéia distinta dos espíritos, nem mesmo do seu próprio [...], é [...] absurdo dizer que uma certa explicação é suficiente para a convicção de uma tal alma, como dizer que uma tal porção de carne baste para os animais que estão no mundo lunar, que nós nem conhecemos. (BAYLE, *Com. Phil.*, II, i, p.191)

Tal postura acaba culminando numa espécie de razão do mais forte: “*tu és obstinado porque eu sustento a verdade*”, (*Id. Ibid.*, itálicos no original) tornando-se uma ridícula disputa. Bayle mostra que: a evidência racional, longe de ser a verdade, é suficiente tão e somente para questões de ordem especulativa, não conseguindo dar conta de assuntos de ordem prática, como no caso do constrangimento das consciências, seja por persuasão, seja à força; da mesma maneira, em contrapartida, constata que a

⁷⁹ “Digo e repito, não há Deus que conheça a medida dos espíritos, e os graus de luz que lhes bastam, esta medida de suficiência variando infinitamente, ou ao menos incomparavelmente mais que a medida dos alimentos suficientes. A porção de carne que basta para um homem, é tida como maior ou menor para um outro; mas isso não varia de modo algum entre termos tão simples como aqueles concernentes aos graus de claridade suficientes para a convicção de um ou outro, etc.” *Id. Ibid.*

evidência é uma noção relativa, mas não suficiente também, pois resultaria em um relativismo que Bayle jamais desejou. Contudo, a verdade sendo única, seja ela conhecida ou desconhecida, o âmbito da consciência é mais amplo que o da evidência racional. Em última instância, Bayle reclama uma “regra comum a qual nos possa tirar desse jogo de palavras”(Com. Phil. II, i, p. 192) e essa regra é o *dictamen* da consciência, ou seja, um zelo pela verdade prática, por meios de preceitos os quais o indivíduo terá como guia.

2.4. O *dictamen da consciência*

Antes de entrar propriamente na questão do *dictamen* da consciência, Bayle quer mostrar a baixeza de espírito por parte daqueles que fazem questão de não enxergar as conseqüências do sentido literal do *compelle intrare*. Para o filósofo francês, a diferença entre os grandes e os pequenos espíritos é que os primeiros, percebendo seus erros cometidos, reconhecem o peso das conseqüências de um objeto de discussão proposto. Já os pequenos espíritos, ao contrário, mesmo tendo boa fé, valem-se de subterfúgios de toda ordem para esquivarem-se das sólidas provas que o adversário apresenta. Logo, Bayle conclui que é muito mais vantajoso discutir com pessoas de grande espírito e não de espírito diminuto:

É algumas vezes uma desvantagem disputar com pessoas que não têm muito espírito; porque, por mais boa fé que elas tenham, chicanam sobre mil coisas as quais lhes foram provadas solidamente; aí chicanam, afirmo, porque não compreendem a força da objeção. Mas se tem esse consolo com os grandes gênios que têm boa fé, que, compreendendo toda a extensão de uma dificuldade, confessam que foram atingidos, e reconhecem a justiça das conseqüências que se lhe objetam. (*Id. Ibid.*, viii, p. 282).

O que Bayle quer dizer é que é preciso reconhecer o erro e isso não é uma qualidade dos perseguidores religiosos. Os de grande espírito, quando constatarem seus

equivocos, reavaliam suas premissas, não apelando para argumentos grosseiros e destituídos de sentido. Reconhecem a força da prova adversa, permitindo-se a si mesmos uma melhor reflexão acerca dos preceitos de sua doutrina. Em contrapartida, o pequeno espírito é uma espécie de Proteu: mesmo encurralado, acuado perante as provas mais contundentes apresentadas pelo seu opositor, transforma a sua argumentação, simplesmente inventando uma resposta para tudo. Aqui Bayle não perde de vista o cerne do debate: os pequenos espíritos não entrevêm ou não querem admitir – apesar de toda a sua “boa fé” – as conseqüências práticas nefastas do sentido literal do *compelle intrare*.⁸⁰ Ou seja, eles se autodesignam como os porta-vozes da verdadeira Igreja. E é o que Bayle quer refutar com a seguinte proposição: tudo o que foi bem esclarecido pela consciência do homem, o permite, para o esclarecimento da verdade, a consciência errônea da mesma forma permite para o que o homem *acredita* ser a verdade.⁸¹ Dessa maneira, Bayle conclui: *todo ato cometido contra a consciência é um pecado*.⁸²

Em relação a essa máxima, Bayle não deixa nenhuma possibilidade de contestação. Pecar é confrontar o *dictamen* da consciência: “Tudo o que se faz contra o *dictamen* da consciência é um pecado; porque é tão evidente que a consciência é uma luz que nos dita que uma tal coisa é boa ou má; que não há indício que ninguém duvide dessa definição de consciência.” (BAYLE, *Com. Phil.*, II, viii, p. 283). O *dictamen* da consciência é inviolável: se todo ato é voltado para obliterá-lo, perde toda a sua razão de ser. E ainda mais tendo como fundamento o Evangelho. Nesse sentido, a possibilidade de uma perseguição de boa fé se esvai, não passando de uma atitude criminosa. A consciência é o intermediário da relação entre o homem e seu criador, a qual ninguém possui o direito de acossar por uma tentativa de violação espiritual.⁸³ Bayle nesse ponto é claro: a obediência à

⁸⁰ “É que eles não vêem a verdade, ou vendo-a, não querem dar o prazer de confessá-lo a seu adversário; mas outros mais sinceros e mais penetrantes dizem, antes de mais nada, que por mais justa que seja a perseguição destinada, pelos ortodoxos sectários, aqueles só podem seguir criminalmente a verdadeira Igreja, ainda que a achem bastante falsa, e que eles se estimem os únicos ortodoxos.” *Id. Ibid.*, pp. 282-83.

⁸¹ “[...] tudo o que a consciência bem esclarecida nos permite para o progresso da verdade, a consciência errônea nos permite para o que acreditamos o que seja verdade.” *Com.Phil.* II, viii, p. 283. Segundo Jean-Michel Gros, aqui Bayle estabelece “a fórmula inicial que permitirá enunciar os direitos da consciência errante a partir de uma definição moral da convicção.” *Id. Ibid.*, nota 1.

⁸² “O critério último – a pedra de toque – da verdade para o homem, é sua consciência. Tudo o que é feito contra o que ela dita é um pecado.” *Id. Ibid.*, p. 59.

⁸³ LABROUSSE, *Pierre Bayle*, p. 575.

consciência torna-se uma espécie de norma que nunca se pode ir de encontro.⁸⁴ Todo homem o qual julga se uma ação é boa ou má, subentende a existência de uma regra no que diz respeito à honestidade ou à moralidade em uma dada ação, o que para Bayle é da mesma forma inquestionável:

Não é menos evidente que toda criatura que julga que uma ação é boa ou má, suponha que há uma lei ou regra no tocante à honestidade ou à torpeza de uma ação. E se não for ateu, se crê em uma religião, supõe necessariamente que esta lei e esta regra estão em Deus. (*Com. Phil.*, II, viii, p. 283).

Importante passagem que comporta algumas questões: primeiramente *todo* ser existente está ciente de que há uma regra para discernir o moral do imoral, o honesto do desonesto. Valendo-se dessa “justa medida” o homem pensa sobre o que se pode ou não fazer quando se pratica uma determinada ação. E caso não sendo “ateu”, deduzirá que tal regra está em Deus; o segundo ponto está em que Bayle não exclui o ateu da dedução de uma regra de conduta nas ações: se essa regra não está em Deus, ela está intrínseca na atitude *moral* de seus procedimentos, sedimentando a autonomia da moralidade em relação à religiosidade. Ambos se equivalem: para o ateu, a sua consciência julga se uma ação particular é boa ou má, tendo como parâmetro a razão e a moral; para o religioso, a sua consciência julgará se uma dada ação agrada ou desagrade a Deus.⁸⁵ Numa palavra, a conclusão é a seguinte: todo homem que vai de encontro com sua consciência, isto é, quando ela lhe dita que uma coisa é má, ou que não fez o que a consciência lhe dita, é um pecado.

Indo mais além, agir contra o *dictamen* da consciência é o maior pecado que alguém possa cometer, pois assim procedendo, todo ato criminal em relação ao sujeito da ação, torna-se a mesma coisa. Isto é, seja pelo ato em si mesmo, seja pela vontade que impera em tal ato:

⁸⁴ “A ortodoxia torna-se em Bayle a noção formal de um imperativo de obediência à consciência, categórico e absoluto.” *Id. Ibid.*, p. 576.

⁸⁵ “De onde posso concluir que é dizer a mesma coisa: *minha consciência julga que tal ação é boa ou má* (para o ateu), e dizer: *minha consciência julga que uma tal ação agrada ou desagrade a Deus* (para o religioso).” *Com. Phil.*, II, viii, p. 283. (grifos no original).

Não somente um tal homem peca, mas também afirmo que, aliás, todas as coisas sendo iguais, seu pecado é o maior que ele possa cometer, porque, supondo igualdade *no ato mesmo*, como movimento que empurra a espada no corpo de um homem, e no ato da *vontade* que conduz esse movimento. (BAYLE, *Com. Phil.*, II, viii, p. 284. grifos nossos).

Não havendo distinção entre a ação propriamente dita e a vontade de efetivá-la, o resultado é o mesmo: é incorrer no pecado. Bayle também alude não somente ao sujeito *ativo* da ação, mas também ao *passivo*, isto é, o que sofre o crime, pois tanto a ação como a vontade de cometê-la, só mostram que o homicídio é deplorável, à medida que viola o *dictamen* da consciência e o pior, quando o faz tendo pleno conhecimento do teor criminoso dessa infração:

[...] supondo da mesma forma igualdade no sujeito *passivo* da ação, isto é, do mesmo modo dignidade na pessoa morta, afirmo que o homicídio é um crime tão grande quanto aquele que é cometido com um maior conhecimento de uma ação criminosa. (*Id. Ibid.*)

É o que Bayle aponta: um ato criminoso torna-se ainda mais grave quando se tem discernimento entre uma ação boa e uma ação má. Tal erro não é somente um erro de ordem especulativa, mas uma verdadeira aberração, uma absurda “heresia de moral” a qual não procederia autenticamente da consciência. (LABROUSSE, *Pierre Bayle*, p. 584). É um ato que, da mesma forma, vai diametralmente de encontro à moral natural como aos preceitos evangélicos. Dessa forma, matar é resultado da má fé deliberada por parte do indivíduo que comete a ação, e não mais uma ignorância invencível (*Id. Ibid.*). A distinção fundamental consiste nos seguintes termos: os detratores, baseando-se em uma “hipótese” que matando estão zelando pela verdade, entendem que nisso estão sendo fiéis aos instintos de suas consciências. Ora, para Bayle são duas coisas inconciliáveis.⁸⁶ Eles confundem a

⁸⁶ “Se homens de boa fé podem se dividir sobre a ‘hipótese’, Bayle afirma que eles não podem sobre a ‘tese’; o constrangimento tem por efeito substituir essa unanimidade capital e inata, por uma uniformidade superficial, comprada ao preço da primeira. A pertença visível ostentada a uma mesma Igreja, obtida pelo desprezo do testemunho da consciência de alguns de seus membros, Bayle opõe, da parte da propagação matizada dos credos, a convergência real das vontades boas e retas. *Id. Ibid.*, p. 585. Entretanto, Bayle faz uma concessão: se um ato é criminal uma vez cometido nas mesmas circunstâncias, há a possibilidade do indivíduo não saber claramente se uma ação é criminosa ou não: “É porque de dois filhos que matassem cada

hipótese com a tese, ou seja, suas concepções particulares se sobrepõem à Verdade – que consiste em amar a verdade, em detrimento de qualquer obstáculo particular, mundano. O crime, no máximo, chega a uma universalidade pueril, facilmente desmascarada pela brutal discordância entre o que sejam vontades boas ou más.

É importante salientar que para Bayle o homem tem deveres. Nesse sentido, os direitos da consciência errante, que são os direitos de se ter uma opinião diferente sem necessariamente estar no erro, são o resultado direto dessa espécie de dever primordial que é a obediência ao *dictamen* da consciência. A individualidade tem por fundamento o respeito a uma obrigação, sendo esta de caráter *imprescritível* e que constitui todo o rigorismo moral de Bayle. Logo, o filósofo de Carla chega à seguinte conclusão:

Concluo legitimamente de todos esses princípios, que a primeira e a mais indispensável de todas as nossas obrigações, é a de não agir de modo algum contra a inspiração da consciência, e que toda ação que é feita contra as luzes da consciência é essencialmente má. (*Com. Phil.*, II, viii, p. 292).

O dever maior é obedecer aos princípios da consciência. O seguimento à risca dessa norma permite sempre ao indivíduo voltar-se para suas luzes da consciência antes de cometer uma dada ação. Assim, os direitos da consciência errante estarão assegurados, uma vez que tudo que for de encontro aos mesmos constituirá um ato de imoralidade. E o rigorismo moral estará assentado na estrita observância das obrigações à luz do postulado da liberdade de consciência.

um seu pai precisamente nas mesmas circunstâncias, exceto que um sabendo somente confusamente se era um crime, e que o outro sabê-lo-ia muito distintamente e aí o desejasse quando cravasse um punhal nas entranhas de seu pai, pela justiça de Deus, este cometeria uma perversidade incomparavelmente mais atroz e mais punível que o outro.” BAYLE, *Com. Phil.*, II, viii, p. 284.

2.5. Consciência e liberdade

Se Bayle não aceita o constrangimento às consciências fomentado pelo catolicismo – na teoria e na prática – no decorrer da história, vê-lo-á da mesma forma com os partidários do protestantismo.⁸⁷ No início de sua argumentação no *Commentaire philosophique*, Bayle entende que os príncipes protestantes, não permitindo sectários de outras religiões em seus domínios, ou à medida que outras doutrinas florescem no Estado, eles as erradicam uma vez então estabelecidas, tais circunstâncias seriam uma desculpa para sua “não-tolerância”. E Bayle diz mais: de acordo com a reta razão, isto é, de acordo com os princípios da luz natural, essa não-tolerância só seria desculpável se fosse um procedimento tendo em vista unicamente o bem público no seio do Estado. É essa consideração que faz Bayle:

Eu digo então que há algumas distinções a serem feitas; porque ou então (os príncipes) não permitam que as outras seitas venham a se introduzir em seus países, ou então, não permitindo-as, se aí começam a se formar, que elas cresçam, ou então, encontrando-as estabelecidas, as expulsem. Essas diversas circunstâncias desculpam mais ou menos sua não-tolerância; mas para dizer as coisas francamente, como a reta razão o mostra, ela só seria perfeitamente desculpada quando fosse um ato de política necessário ao bem público do Estado. (*Com. Phil.*, II, v, p. 243).

As penas impostas são o resultado das graves proporções dos preceitos de uma seita qualquer a qual é propalada no Estado. Nesse sentido, é mister que o soberano possua o direito de impor a seus súditos certas crenças, e possuam uma determinada consciência. Contudo, uma vez não tendo tal direito, eles não poderiam de modo algum estipular punições aos que somente pensariam diferentemente deles. E por ventura, não tendo esse direito, não podem simplesmente tomar como regra sua não-tolerância a respeito de outras seitas. Bayle chega aqui ao ápice de seu raciocínio: a não-tolerância é radicalmente oposta tanto ao direito como à reta razão, uma vez que é imposta por meio de leis em relação à

⁸⁷ E o exemplo clássico é do de Miguel Servet, o qual foi queimado em Genebra, reduto calvinista. Bayle faz um paralelo entre o massacre ordenado por Teodósio, imperador romano do século IV, contra as doutrinas não-conformistas – socinianos, donatistas, arianos, etc. – com o episódio de príncipes protestantes que não admitiram mais que uma religião em seu Estado.

consciência dos indivíduos. Bayle classifica tal postura como um abuso de poder por parte do soberano, e uma vez que o faz sem legitimidade alguma, tais atos valem menos que nada:

[...] eles então fazem uma coisa sem direito e sem razão, e conseqüentemente a não-tolerância é contrária à reta razão e ao direito, visto que mostramos [...] que os homens que fazem leis em relação à consciência excedem manifestamente seu poder e o fazem sem autoridade; de onde se segue que elas são absolutamente nulas. (*Com. Phil. II*, v, p. 244)⁸⁸.

O pensador francês enfatiza justamente a necessidade de o príncipe ter o direito para reprimir toda e qualquer ação sediciosa que se oponha às leis estatais, sendo o que Bayle chama de “exceção”. Se a repressão é em nome da conservação e da paz pública do Estado, é permitida e até necessária tal intervenção política; justificada pelo direito essencial e inalienável do soberano:

Há portanto uma exceção que se tira visivelmente das observações que fiz em um outro momento, é que os soberanos tendo um direito essencial e inalienável de fazer leis, para a conservação da república e da sociedade a qual eles comandam, podem ordenar sem distinção que todos os que perturbarem o paz pública por doutrinas que levem à sedição, ao roubo, ao homicídio, ao perjúrio, serão punidos segundo a exigência do caso; e assim toda seita que se passe pelas leis das sociedades, e que rompa os liames da segurança pública, excitando sedições, e pregando o roubo, o homicídio, a calúnia, ao perjúrio, merece ser incessantemente exterminada pelo gládio do magistrado. (*Id. Ibid.*).

A interdição a um culto é somente empreendida à medida que ele se volte ou tenha a intenção de ser as “leis do Estado”. Bayle mostra que “sem distinção” o Estado deve agir uma vez ameaçado por uma doutrina que queira se sobrepor às suas leis. O

⁸⁸ Sendo assim, a não-tolerância não encontra justificativa em nenhum dos argumentos “tradicionalmente” sedimentados para dar respaldo à violência dos príncipes. Labrousse expõe alguns desses “argumentos”: “Três grupos de argumentos, utilizados pelos séculos justificariam tradicionalmente as medidas de constrangimento tomadas em oposição aos heréticos: um cuidado em proteger a sociedade contra suas pestilentas doutrinas, que ilustravam as comparações clássicas que associavam a incendiários e a envenenadores de poço os que se afastassem sensivelmente da comuna tradicional; uma análise dos processos psicológicos que explicam que o herético fica cego para a verdade ortodoxa, a saber, sua indolência, suas paixões, seus vícios, todas essas causas legitimando sanções penais; enfim, considerações religiosas concernentes ao dever que é incumbido ao fiel de sustentar a glória de Deus combatendo os que iludissem-na: nessa perspectiva, a heresia associada à blasfêmia, à profanação,[...] é um crime de lesa-majestade.” LABROUSSE, *Pierre Bayle*, p. 544.

“gládio do magistrado” deve ser a palavra final no que concerne às sublevações de ordem religiosa. À primeira vista, Bayle parece rígido, mas não perde de vista o horizonte da liberdade de consciência: o soberano tem todo o direito de se insurgir contra as ações subversivas dos seus súditos, mas não lhe compete de modo algum intervir nas opiniões ou nas consciências deles. Ao príncipe não é permitido estabelecer como se deve cultivar, mas permanecer sempre atento ao que vai de encontro às leis estatais. É sobre esse discernimento que Bayle reflete:

Mas enquanto uma seita deixe intactas as leis que constituem a segurança dos particulares; enquanto ela pague a submissão aos magistrados; que é preciso pagar os talhes e os impostos a que elas submetem seus súditos; que não é preciso tirar de ninguém o que lhe pertence, nem perturbar ninguém no usufruto pacífico de seus bens móveis e imóveis, de sua reputação, de sua vida, etc., eu não penso que se tenha nenhum direito de aí vexar, sob pretexto que não se obedecesse em particular a uma certa lei a qual faria acreditar em certas coisas, e de servir a Deus segundo certos ritos. (*Com. Phil.*, II, v, pp. 244-5)⁸⁹

Aqui Bayle mostra que as leis podem ser vítimas ou de uma distorção ou de má fé: se quem segue estritamente as leis estatais, pagando todos os tributos estabelecidos pelo Estado, vivendo pacificamente com os outros, como tal indivíduo pode ser condenado por alguma lei? As opiniões diversas, de cunho estritamente individual, são inofensivas, não representando perigo algum para as autoridades políticas. Condenar arbitrariamente quem segue piamente os preceitos da moral e dos bons costumes é blasfemar contra a reta razão, uma vez que se tente violar a liberdade de consciência dos súditos. No máximo apelam para a via da falsidade. Desse modo, Bayle suscita uma indagação capital: a arma mais eficaz para se combater a falsidade ou é a violência – que Bayle descarta ou as da própria verdade, esta entendida como o fim último de uma investigação crítica acerca do que fundamenta e quais os interesses de um argumento teológico com implicações práticas na esfera política. Segundo Bayle, são coisas totalmente díspares combater a falsidade por meio da força e enfrentá-la por meio da própria razão:

⁸⁹ Vale lembrar que tais premissas Bayle vai estendê-las aos ateus. Estes são perfeitamente aptos a respeitarem as leis do Estado.

Se então me perguntarem precisamente o que penso de certos Estados protestantes que admitem uma única religião; respondo que se eles o fazem pela única via da falsidade que eles crêem estar nos dogmas das outras religiões, eles erram; porque isso é conveniente em suas mãos? A falsidade deve ser combatida por outras armas senão as da verdade? Combater erros a golpes de bastão não é a mesma absurdidade que enfrentar bastões com discursos e silogismos. (*Com. Phil.*, II, v, 245)⁹⁰.

É aqui que erige todo o ceticismo de Bayle⁹¹, ou melhor dizendo, uma síntese entre ceticismo especulativo e rigorismo moral:⁹² entenda-se por “discursos e silogismos” a própria filosofia. É esta o único instrumento que pode fazer desmoronar toda a ortodoxia teológica a qual se dá um estatuto de verdade, seja na teoria ou na prática. Longe de argumentar dissimuladamente Bayle enfrenta abertamente seus opositores, ou seja, não é pela violência que se alcança a verdade.⁹³ Transpondo os limites da sua formação religiosa – calvinista – a Bayle são inconcebíveis proposições de fé pré-estabelecidas impostas sem um exame crítico. O seu ceticismo consiste estritamente em uma busca das contradições

⁹⁰ Segundo David Merli, “aceito o conceito bayleano de consciência, daí não deriva o relativismo em religião: uma equivale à outra. É uma doutrina que golpeia o cristianismo na base. [...] Bayle, dando a patente de validade a todas as religiões, golpeia os pontos cardeais dos perseguidores cristãos: a convicção de possuir a verdade absoluta e exclusiva e de ser a única via da salvação.” MERLI, David. “Pierre Bayle ed i diritti della coscienza”. In: *Evoluzione della tolleranza da Erasmo a J.S. Mill*. Bologna: Libreria Bonano Editrice, 2003.

⁹¹ No sentido utilizado por Oswaldo Porchat, isto é, um ceticismo enquanto denúncia do dogmatismo, fazendo deste um recurso para voltá-lo contra si próprio: “Como expliquei em Ceticismo e Argumentação, o ceticismo faz o dogmatismo servir à denúncia do dogmatismo, ele usa o dogmatismo como instrumento.” PORCHAT PEREIRA, Oswaldo. “Resposta a Hilan Bensusan e Paulo A.G. de Sousa”. In: *Discurso*. São Paulo: USP Discurso Editorial, 1994, n° 23, pp. 80-81.

⁹² Conúbio oriundo de um individualismo religioso o qual é “sem dúvida facilitado pela formação calvinista de Bayle.” LABROUSSE, *op. cit.*, p. 578, nota 122. E é justamente esse individualismo calvinista que dá o sustentáculo para Bayle criticar duramente o dogmatismo protestante.

⁹³ Mesmo tendo em conta toda a dificuldade da escrita de Bayle. Para Mori, “seu estilo é sempre alusivo, contornado, suscetível de conduzir o leitor quase insensivelmente, de algumas premissas banais, escritas sem hesitação, a conclusões fortemente heterodoxas.” MORI, G. “Interpréter la philosophie de Bayle”. In: *Bayle citoyen du monde*. Actes du colloque de Carla-Bayle. (13 – 15 septembre 1996) réunis par Hubert Bost e Phillip de Robert. Paris: Honoré Champion, 1999, p. 304. Característica de uma escrita e pensar assistemáticos os quais o próprio Bayle assume em seu “Projet” do *Dictionnaire*: “Estimo a simplicidade de um plano: admiro que a execução seja simples e desenvolta: faço consistir nisso a idéia de perfeição: mas quando vejo passar essa teoria à prática, confesso que tenho dificuldade em regrar-me sobre essa idéia de perfeição. A mistura de muitas formas, um pouco de matiz (bigarrure), não tanta uniformidade fazem meu feitiço”. “Introduction”. In: *Projet d'un Dictionnaire critique*. Rotterdam, 1692, Réimpression Genève: Slatkine Prints, 1970, 15. Afirmação que destitui de sentido o impropério proferido por Condillac que Bayle quis formar um sistema: “Os princípios que Bayle, Leibniz e os teólogos se servem são verdades: é a vantagem que eles têm sobre os princípios dos socinianos, dos origenistas e outros. Mas nenhuma dessas verdades é tão fecunda para nos dar a razão de tudo. Bayle não se engana quando diz que Deus é santo, bom, onipotente; engana-se no fato de que que crê esses dados suficientes e quer com eles formar um sistema”. CONDILLAC, Étienne Bonnot de. *Tratado dos sistemas*. Trad. De Luiz Roberto Monzani. São Paulo: Abril Cultural, 1973, p. 16, Coleção “Os Pensadores”. (grifo do autor).

inerentes às doutrinas religiosas derivadas do cristianismo, aqui no caso, a religião protestante.⁹⁴ Se Bayle foi hostil aos católicos, não o é menos aos protestantes e faz da sua própria crença calvinista na corrupção do homem um instrumento crítico por meio da filosofia, para demonstrar que tal desvirtuamento religioso também atingiu em cheio o calvinismo. Sendo fé e razão excludentes por si mesmas no pensamento de Bayle, a última tem como tarefa mostrar os limites tanto teóricos e principalmente práticos de uma aberrante descontinuidade entre crenças religiosas e ações éticas.

Bayle defende uma ampla liberdade de consciência, a despeito de sua oposição aos *papistas*. À luz do argumento inicial, ele defende que todas as ações contrárias às sanções do Estado não são dignas de tolerância e é aí que Bayle se insurge contra os papistas, partindo de sua crítica ao protestantismo, defendendo que as nações estipulem leis severas contra a inserção do papismo em seus territórios. Entretanto, Bayle atenta para que tais leis sejam justas – por incrível que pareça –, não expondo os papistas a nenhum tipo de infâmia, não se valendo de nenhum abuso de poder:

Mas não quero que jamais deixem essas pessoas expostas a nenhum insulto, nem que as inquietassem no usufruto de seus bens e no exercício particular e doméstico de sua religião, nem que cometessem injustiças em seus processos, nem que os impedissem de educar seus filhos em suas crenças, e de se retirarem com seus pertences, e após a venda de seus bens [...] (*Com. Phil.*, II, v, p. 246)⁹⁵

Sendo assim, Bayle exige que se façam com os papistas o que estes não fizeram em relação às seitas divergentes: zelar pela integridade do indivíduo, liberdade de culto e julgamentos justos e imparciais em seus processos. Da mesma forma, deixando intocável o direito à liberdade de se instalar em um outro país, e o principal, não forçá-los a cultuarem o que é contrário às suas consciências, o que caracteriza a mais ampla liberdade que um Estado pode conceder. E as leis, para Bayle, não são feitas para ninguém abandonar a sua

⁹⁴ Ficamos com as palavras de José R. Maia Neto: “A crítica de Bayle ao velho testamento é distinta da libertina. Não era valorizá-lo historicamente, mas nele apontar imoralismos.” NETO, J.R..M. “O ceticismo de Bayle”. In: *KRITERION*. Belo Horizonte: UFMG, 1996, nº 93, p. 79. E as contradições por sua vez “constituem o obstáculo maior, o fantasma que é preciso afastar da Filosofia.” MORI, *op.cit.*, p. 309.

⁹⁵ “[...] que eles quisessem se estabelecer em outros países, nem que exigissem deles que assistissem, por constrangimento, a exercícios de religião, o que sua consciência repudiasse, nem, enfim, que recompensassem aqueles que se convertessem.” BAYLE, *Com. Phil.*, II, v, p. 246.

religião, mas como uma medida cautelosa com vistas a extirpar pela raiz toda invectiva subversiva que torne capazes os papistas – ou qualquer seita – de violarem a liberdade de consciência de seus pares, como evitar qualquer tomada de poder em relação ao soberano.⁹⁶

Um outro ponto importante na questão sobre a liberdade de consciência é a distinção que Bayle faz entre não-tolerância e *intolerância*: se a primeira é aplicada como último recurso, tendo como objetivo um bem maior, isto é, o do Estado, a segunda é o reflexo de uma postura imoral por parte dos perseguidores. A aliança funesta entre política e religião só tem um único fim: aniquilar a todo custo o “herege”, impondo todo tipo de obstáculos:

De fato, seus concílios e seus papas tendo mil vezes aprovado a perseguição, e o tendo ordenado aos príncipes sob grandes penas; os príncipes, exercendo por todo o tempo mil crueldades bárbaras sobre seus súditos heréticos, ou ditos heréticos, não fazendo-lhes nenhum juramento de deixá-los viver em repouso; mas tendo revogado sem nenhum escrúpulo todas as suas concessões, desde que tiveram a comodidade para isso. (BAYLE, *Com. Phil.*, II, v, p. 247).

Bayle discorre à luz do episódio da revogação do edito de Nantes. A teocracia, apoiando seus argumentos na perseguição, comodamente usurpa os bens de seus súditos por meio de um capricho pueril. E seus mentores religiosos – padres, bispos, cardeais, etc. – se encarregam de fornecer aos príncipes as justificativas teológicas para dar um frágil respaldo às suas ações. A revogação de um edito voltado para garantir a paz dos súditos, mesmo que alguns necessariamente não partilhem das crenças religiosas das autoridades políticas, Bayle classifica como uma “falta de palavra”, estimada pelos eclesiásticos como uma atitude santa.⁹⁷ Um outro aspecto dessa questão é a confusão clássica entre o que é *ser*

⁹⁶ “Se os da Igreja romana são razoáveis, confessarão que aqui não destruí o que eu quis edificar em todo este Comentário, contra o pretense constrangimento ordenado por Jesus Cristo; porque as leis que desejo que façam contra eles, não devem ser feitas com vistas a forçá-los a deixarem a sua religião, mas visando a se precaver contra seus atentados, e a impedi-los de se tornarem capazes de forçar a consciência dos outros súditos, e a do próprio soberano.” BAYLE, *Com. Phil.*, II, v, p. 247.

⁹⁷ “[...] os bispos, os outros eclesiásticos, e o papa conduzindo-os sempre a essa falta de palavra, e louvando-os por tê-la deixado, como uma ação muito santa, muito divina e piedosa, como vimos por concisos de Inocêncio XI e pela arenga que foi pronunciada em pleno consistório, em louvor a Luís XIV e por uma

herético e o que *dizem* ser herético. Bayle aí toca em um ponto nevrálgico, pois se a opinião comum é ter o herege como um monstro, tal julgamento não passa de um nível artificial e limitado, culminando na ilusão de que a difusão, ou até mesmo a universalidade de uma opinião se torne um critério de verdade.⁹⁸ Sob esse prisma, se justifica a não-tolerância defendida por Bayle – enquanto intervenção política – contra a intolerância dos papistas, uma vez que eles querem intervir no domínio das consciências alheias, partindo de uma concepção de heresia absolutamente destituída de sentido.⁹⁹ Ora, o filósofo de Carla reverte a questão: se é válido tais procedimentos para os papistas, por que não para as autoridades protestantes?

Contento-me em considerar [...] e dizer, em uma palavra, que todos os soberanos protestantes têm as mesmas razões em não admitirem os papistas, como os reis da China teriam de expulsar os missionários que confessassem francamente que, desde que pudessem, forçariam as pessoas a se batizarem. (*Com. Phil.*, II, v, p. 248).

Em um primeiro olhar, Bayle parece incitar os protestantes a agirem da mesma forma que os católicos, ou seja, “forçando-os a entrar” por meio do constrangimento às consciências. Mas uma melhor reflexão permite constatar que Bayle permanece fiel a seu princípio e sendo implacável contra a intolerância: o argumento vazio dos católicos que consiste em afirmarem que se os protestantes fossem os mais fortes agiriam da mesma forma, em nada justifica toda a brutalidade papal para se converter os protestantes. A não-tolerância vale para *todos* os que tentarem se opor à ordem política e social vigentes, tendo um valor normativo *consensual, coletivo*, não perseguindo nenhuma seita em particular; contudo, a intolerância quer agir no âmbito estritamente individual, até mesmo “sacro” que

infinidade de panegíricos os quais os púlpitos dos predicadores retumbam na França [...]”. BAYLE, *Com. Phil.*, II, v, pp. 247-48.

⁹⁸ Confusão mesmo entre a Filosofia e o senso comum. Como alerta H. Bost, “em Filosofia não é preciso julgar pela pluralidade das vozes.” *Pierre Bayle et la religion*, p. 21.

⁹⁹ “[...] em uma palavra, a opinião corrente e comum dos doutores da Igreja romana, sendo que se pode e que se deve punir os heréticos, dos quais eles formam uma idéia mais hedionda que a de um monstro, forçá-los a entrar segundo o preceito de Jesus Cristo que explicam literalmente, e jamais ter tolerância para com eles, enquanto se pode impedi-los.” BAYLE, *op.cit.*, p. 248.

é a consciência. O que vale para um – ou seja, ao católico é permitido perseguir – não vale para o outro – o protestante, que é o herege.¹⁰⁰

Desse modo, para Bayle os católicos condenam os que são “naturalmente mais inclinados a tolerar” (*Com. Phil.* II, v, p. 250), praticamente antecipando uma suposta ação sediciosa por parte dos protestantes. É esse princípio católico de ação e reação – no caso, é só ação por parte dos repressores – que para Bayle é marca de “um princípio contínuo e insaciável de horrores e abominações sobre toda a face da terra.” (*Id. Ibid.*). Contrariamente, os protestantes dão um exemplo de tolerância, à medida que suas respectivas autoridades deixam incólumes as consciências de seus súditos, em nada interferindo em sua liberdade, deixando-os cultivar à sua maneira.¹⁰¹ É sob esse enfoque que Bayle vai analisar os “graus de intolerância” entre as doutrinas, expondo o que significa a verdadeira liberdade de consciência e defender a tolerância para todas as religiões.

Tendo provado que os protestantes são mais tolerantes que os católicos, Bayle vai mostrar que para os primeiros, o dever de tolerar deve se estender a todas as seitas. As únicas exigências são as já antes expostas: seguir a própria consciência e primando pelo respeito às leis do Estado:

Falemos agora da (tolerância) que eles devem ter para com todas as outras religiões, que só peçam seguir sua consciência, sem querer causar nenhum prejuízo às leis municipais e políticas. Digo clara e francamente que os que não dão liberdade de consciência a tais religiões, fazem mal. (BAYLE, *Com. Phil.*, II, v, p. 251).

É preciso dar liberdade de consciência a todas as religiões, mesmo depois de um árduo trabalho – de caráter puramente persuasivo – em instruir por sólidas razões as

¹⁰⁰ “[...] que não se raciocine assim, afirmo, porque há esta notável diferença entre ela e nós, é que a não-tolerância é desprovida entre nós do que ela (a intolerância) tem de mais odioso, [...] de mais criminoso, a saber, de lançar a consciência, pela via das tentações mais duras, à hipocrisia, e a mortais remorsos, ao passo que os protestantes deixam ou a liberdade de sair com seus bens, ou a de servir a Deus em sua casa a seu modo.” BAYLE, *Com. Phil.*, II, v, p. 249.

¹⁰¹ E esse tratamento também é destinado aos papistas: “Porque nos lugares onde eles dominam (os protestantes), por pouco que eles observem que os papistas se sujeitem às leis do país como bons súditos, eles os tratam com muita doçura, como acontece na Holanda, [...] e como aconteceu aqui sob o reino do rei fogo.” *Id. Ibid.*

consciências errantes. Mas tal tarefa também consiste em deixar os indivíduos confessarem abertamente que perseveram em seus erros, servindo à divindade tendo como guia a sua consciência, caso não se consiga desenganá-los. (*Com. Phil.*, II, v, pp. 251-2). E da mesma forma não acoará-los com ameaças de males temporais ou suborná-los com meras recompensas. Afastando-se mais ou menos de seus princípios, se diminui a tolerância. Nessa espécie de escala, para Bayle é aí

[...] o ponto fixo onde gira a verdadeira liberdade de consciência; de modo que se afastando mais ou menos desse ponto, se diminui mais ou menos a tolerância. De resto, não vejo como essencial à liberdade de religião possuir templos públicos, poder marchar nas ruas processionalmente. Isso só é para pompa ou *ad melius esse*. Basta ter permissão para se reunir, de celebrar o ofício divino, e raciocinar modestamente em favor de sua crença, e contra a doutrina oposta, segundo a ocasião. (*Id. Ibid.*, p. 252).

A “pompa” aqui citada por Bayle tem um significado importante, pois a uma religião são totalmente dispensáveis templos ou qualquer tipo de adorno externo para se cultivar. Nesse sentido, uma liberdade de consciência efetiva é aquela sustentada em um direito reconhecido que permite a todos se congregarem pacificamente e a criticar outras doutrinas, quando o momento o exigir. E isso para Bayle é o suficiente.

Mas voltando para a questão dos “graus de intolerância”, Bayle se atém a três principais: 1º) quando todos os habitantes de um mesmo país estipulassem uma lei proibindo a entrada de qualquer pessoa que tenha uma religião diferente da vigente no território; 2º) decorrência do primeiro ponto, devido a tal lei, o indivíduo ser exilado; 3º) quer seja estrangeiro ou nascido no país, a retratação pública obrigatória de quem ensinou algo que vá de encontro aos preceitos religiosos dominantes no país.

No tocante ao primeiro ponto, Bayle menciona que, em um primeiro momento, tal lei seja justa e benéfica, mas em um olhar mais agudo, carrega consigo alguns inconvenientes, sendo o principal correr o risco de condenar os que querem pregar a palavra divina sem qualquer intenção de atentar contra o Estado:

Supor que no tempo dos apóstolos houvesse uma tal lei nos Gauleses, na Espanha, na Arábia, na Pérsia, teriam, em consequência dessa lei, perseguido os apóstolos e seus discípulos; e se eles tivessem dito em mil lugares que eles gostariam mais de obedecer a Deus que aos homens, e anunciar seu Evangelho a se sujeitarem às leis do país, teriam os castigado como revoltosos que tivessem violado as leis do Estado. (*Com. Phil.*, II, v, p. 252).

Não é compatível com a liberdade de consciência essa espécie de lei, pois coloca no mesmo patamar tanto “os predicadores da verdade como os do erro”. (*Id. Ibid.*, p. 253). O que também incorreria numa enorme incoerência, pois se Bayle tanto acusa os católicos – e também os protestantes – de praticamente anular a liberdade de consciência para as outras seitas, seria incabível defender uma lei dessa estirpe para um estado protestante. E há também o perigo de uma reciprocidade negativa: se todos os países estabelecessem essa lei, executando-a sem reservas, não seria possível extrair nada de proveitoso de uma religião estrangeira. Ou seja, o afastamento prévio de tais pessoas, sem ao menos ouvir e tentar entender o que elas têm a dizer, em nada contribui para uma aproximação dialógica entre duas doutrinas distintas.

O segundo ponto decorre do primeiro: se algum súdito pensar em inovar em matéria de religião, a pena é o exílio. “Inovar” aqui entendido como um re-exame doutrinário para observar as contradições internas dentro de uma dada religião como também para poder constatar se há algo de bom que possa ser ensinado, nas devidas proporções. Entretanto, a ameaça do exílio causa uma *tensão* na consciência do indivíduo, isto é, ou escolhe a verdade ou a sua pátria. Para Bayle, aí é que surgem os grilhões para a consciência:

É evidente que uma tal lei é uma preparação de correntes à consciência, porque se um homem que estuda a sua religião aí vê suas faltas ou crê aí vê-las; se ele se acha convencido que precisaria ensinar outras coisas, e reformar tal ou tal abuso, temerá o exílio. E assim sua consciência será combatida entre o amor à pátria e o amor à verdade. (*Id. Ibid.*, p. 253)¹⁰²

¹⁰² Bayle abertamente prefere a segunda opção: “Confesso que seria abominável não achar melhor se exilar que suprimir os movimentos de sua consciência.”

De duas coisas uma: ou o indivíduo fica em seu país, mas obliterado em sua consciência, ou toma o partido da verdade, mas pondo em risco a sua estada na nação. (*Com. Phil.*, II, v, p. 253). A lei não permite uma reavaliação de caráter doutrinário tampouco haurir dessa reflexão algo de benéfico para os súditos. Tanto um como o outro dá no mesmo: são ameaças de alta periculosidade para o Estado. Mas o ponto principal é de natureza humana: Bayle aponta para a recusa do homem em querer se esclarecer. Não há conhecimento que dê segurança às crenças humanas, sempre é hora de se aprender algo:

Estou seguro que ainda que considerando o espírito do homem e seus conhecimentos, com a história do que se passou em outros tempos, veremos claramente que não há homem tão persuadido do que crê, que não tenha lugar de acreditar que pode aprender outras coisas; e assim não se deve jamais se recusar a se esclarecer com aqueles que têm algo de novo a dizer. (*Id. Ibid.*)¹⁰³

Bayle mostra claramente que não é nenhum demérito ou impiedade aprender algo de novo, com vista à renovação do próprio conhecimento humano, e aqui no caso, na religião, na política e na moral. Dessa forma, no decorrer de tantas experiências, não faz sentido ainda acreditar que não se tenha mais nada de novo a aprender. E o mais importante, e pior, estabelecer leis que justamente impeçam novas reflexões ou progressos, seja dos conhecimentos humanos, seja dos divinos.

O terceiro e último grau – e para Bayle, o pior – de intolerância é a obrigação humilhante daquele que propagou algo de nocivo à religião vigente, a se declarar em público que cometeu tal infração, submetendo-se à indignação popular. É aí para Bayle

[...] onde se encontra a maior violência; depois disso, para saber se a pena do fogo é pior que a das galeras ou do calabouço, é preciso consultar o temperamento das pessoas; porque há aqueles que achariam melhor sair do processo em um quarto de hora, que remar trinta ou quarenta anos; o que não

¹⁰³ “Os Indianos que escutam um noviço que lhes fala de Jesus Cristo, e que mudam no que crêem pelo o que disse esse noviço, estão bem. Os Judeus e os gentios que aprovaram a nova doutrina dos apóstolos, estão felizes; os que escutaram Lutero e Calvino e que se converteram à sua doutrina, estimaram-se muito venturosos por tê-lo feito.” *Id. Ibid.*

impede que na gradação ordinária das penas, a morte não esteja acima das prisões ou das galeras perpétuas. (*Com. Phil.*, II, v, p. 254).

Desses três graus, Bayle conclui que a não-tolerância protestante, situada na escala das intolerâncias, ocupa o nível mais aceitável, devido ao fato que o máximo a que condenariam um papista seria ao exílio, mas levando consigo todos os seus bens; e para um estrangeiro que fosse pego em flagrante professando ilegalmente uma religião, mas não pela religião em si, e sim por ir diretamente de encontro com a religião predominante no Estado. Mas para Bayle, e aqui, talvez, sua formação calvinista fale mais alto, são os protestantes que estão mais próximos da verdadeira liberdade de consciência, pois não tendo o espírito de perseguição católico, são por natureza os mais propensos a tolerar¹⁰⁴. Dessa forma, “Bayle é então, na história das idéias, um dos primeiros autores a abalar a opinião clássica segundo a qual a tolerância é um sinal de fraqueza.” (BOST, *Pierre Bayle et la religion*, p. 58).

* * *

Enfim, em oposição ao *odium theologicum*, Bayle erige o postulado da *liberdade de consciência*. Aprofundando as suas análises das contradições encerradas no *compelle intrare*, é posta a existência das consciências errantes, consideração a qual manifesta todo o anti-clericalismo bayleano, sempre tendo em vista a denúncia dos efeitos funestos da influência dos teólogos. Nesse sentido, Bayle abala a associação entre o erro e o pecado: para o filósofo francês, o erro é “ignorância”, entendendo esta em um sentido bem específico, associando-a à *involuntariedade*. O erro não é decorrência *necessária* do vício, e sim o resultado da dificuldade do homem em se distanciar e criticar idéias enraizadas por

¹⁰⁴ Contudo, não nos deixemos enganar. Em relação à execução de Miguel Servet, vale lembrar que tal fato ocorreu em território protestante, a saber, em Genebra. Com uma certa retórica, Bayle tenta defender o protestantismo, dizendo que quando executaram Servet, a Reforma era algo recente, ainda trazendo consigo resquícios do catolicismo. Mas por outro lado, quando Bayle redige a *Critique à l'Histoire de la calvinisme de Mr. Maimbourg*, criticando duramente os argumentos do padre Maimbourg – que era jesuíta – em relação ao calvinismo, esta doutrina também não escapará da crítica de Bayle. Pierre Jurieu, inimigo mortal do filósofo de Carla, elabora, por incrível que pareça, uma obra crítica mais radical que a de Bayle para refutar o padre Maimbourg. É aí que Bayle se apercebe que tanto católicos como protestantes tem o mesmo ponto em comum, a saber, o espírito religioso à flor da pele, cada um querendo defender a sua doutrina, deixando a busca da verdade em segundo plano. E Bayle por sua vez é condenado por ambos os lados.

educadores no que respeita à religião. Ora, e qual o papel da consciência? Crucial, pois ela é justamente a mediadora entre o homem e Deus, que não possui, de modo algum, o direito de infringir algum tipo de violação espiritual sobre outras consciências. Entretanto, Bayle enfatiza a necessidade da obediência à própria consciência, o que se torna imperativo: a primeira de todas as obrigações é seguir o *dictamen* da consciência. Logo, toda ação contra a mesma é má por sua natureza. Obedecer à própria consciência, se é o máximo que se pode fazer diante da “ignorância invencível” humana, por outro lado, é o instrumento crítico que afasta o homem do fanatismo e das atitudes de má fé. Por esse caminho se define a liberdade de consciência: a aversão às blasfêmias, o amor e respeito pela Divindade, estão longe de serem motivos para se forçar “heréticos” a corrigirem seus “erros”. Exigem, ao contrário, o mais profundo respeito pelas consciências alheias. Dessa forma, Bayle abre as portas para a *tolerância*, mas esta aparece em um segundo momento: por sua natureza, a liberdade de consciência é e sempre deve ser inflexível, enquanto a tolerância ainda fica presa a uma certa moderação, tornando-se até mesmo mitigada, traduzida pelo exemplo clássico da exclusão dos ateus das esferas social e política. E é esse o fio condutor do nosso terceiro e último capítulo: abominando essa tolerância “moderada”, Bayle cogita o impensável em meio a seu contexto histórico-religioso ortodoxo, a saber, uma sociedade de ateus.

CAPÍTULO TERCEIRO

ATEÍSMO E MORAL EM PIERRE BAYLE

- “- Marechala: Sois vós, portanto que não credes em nada?
- Crudeli: Eu mesmo.
- Marechala: Entretanto, vossa moral é a de um crente.
- Crudeli: Por que não, quando se é homem de bem?
- Marechala: E essa moral, vós a praticais?
- Crudeli: o melhor que posso.
- Marechala: O quê! Então roubais, não matais, não pilhais de modo algum?
- Crudeli: Muito raramente.
- Marechala: O que ganhais, nesse caso, em não crer?
- Crudeli: Absolutamente nada, Senhora Marechala. Acaso a gente crê porque há algo a ganhar?”

Denis Diderot, *Colóquio com a Marechala*.

O postulado da liberdade de consciência é o que calça o caminho de Bayle nas suas reflexões sobre as possibilidades e efeitos do *ateísmo*. Tema capital dos seus *Pensées diverses sur la comète*, que Bayle discorre e sugere uma sociedade de ateus que, longe de ser corruptora dos costumes, pode muito bem viver sob os liames da moral. Dotado de virtudes civis, não-supersticioso e respeitando a política do Estado, o ateu é a imagem da desconstrução bayleana da associação caquética entre ateísmo e corrupção. Na defesa do ateísmo, Bayle denuncia todo um preconceito religioso enraizado que teve sua forte propagação na prática pelo braço secular. O filósofo mostra como o ardor de uma convicção religiosa cega as pessoas e solidifica uma dada opinião, fazendo com que a abordagem da questão do ateísmo tenha como sustentáculo unicamente frágeis opiniões

pré-concebidas. Nesse enfoque, Bayle inverte a lógica: se há o religioso imoral, que age de forma interesseira, visando à sua salvação no *post mortem*, há o ateu que tem plenas condições de agir moralmente, não sendo necessariamente um corruptor dos costumes, mesmo que seu código moral não seja oriundo da religião. Se a religião tem papel importante na tarefa de sedimentar os laços sociais, entretanto, não é sinônimo de algo que seja imprescindível. Logo, Bayle conclui: o ateísmo não é anti-social e uma sociedade de ateus é perfeitamente concebível. O roteiro traçado nesse capítulo será: 1º) a reflexão bayleana acerca do fenômeno do medo religioso fomentado pela passagem do cometa de 1680 na França, que engendrou e cristalizou a opinião temerária de que cometas são avisos da ira divina em relação aos pecadores na terra; 2º) dessa investigação acerca do fundamento do medo coletivo dos fenômenos puramente naturais, a Filosofia se insurge desempenhando papel fundamental como instrumento crítico das verdadeiras bases do que realmente faz com que os homens se apeguem e propaguem suas opiniões supersticiosas; 3º) em contrapartida ao jugo popular, Bayle entendendo que os cometas são acontecimentos naturais, mostra que um fenômeno natural nada tem a ver com a exigência da instauração da idolatria entre os homens, o que permite ao filósofo refletir sobre a questão do ateísmo como oposição radical à superstição, investigando as coisas por si mesmas, sem nenhum parâmetro de cunho supra-mundano; 4º) conseqüentemente, Bayle fazendo o paralelo entre idolatria e ateísmo, mostrando que esse paralelo é falso, à medida que o ateu não é supersticioso nem idólatra; 5º) e finalmente, em decorrência desse paralelo, o filósofo francês discorrerá acerca das possibilidades e efeitos de uma sociedade de ateus, tendo como pressuposto que tal sociedade, longe de ter costumes e opiniões temerárias, está longe de ser imoral e podendo viver perfeitamente sob os liames da virtude.

3.1. *O cometa como fenômeno puramente natural*

Na apreciação sobre as verdadeiras razões da passagem do cometa, Bayle é incisivo: os argumentos que vai expor são estritamente *filosóficos*. Tratando de abandonar

a opinião comum que cometas são presságios sobrenaturais, o filósofo francês entende que entre uma coisa e uma outra não há nexos causal algum:

Eis, Monsieur, algumas razões de *Filosofia*. Primeiramente, podemos dizer que é bastante incerto que corpos tão afastados da terra, como o são [os cometas], aí possam emitir alguma matéria que seja capaz de uma grande ação. Porque se é o sentimento universal dos Filósofos, depois de ter sido forçado a abandonar a opinião comum no tocante ao assunto dos Cometas, [...] não saberíamos dizer precisamente porque os Planetas e os Cometas podem produzir efeitos, inclusive sobre a terra, capazes de aí causar mudanças notáveis, enquanto que a terra não pode produzi-los somente a trinta léguas de distância. (*Pensées diverses sur la comète*, I, § 9, pp. 41-2)¹⁰⁵

Apontando a imprecisão do julgamento de outrem em relação aos supostos efeitos funestos do cometa, Bayle quer descobrir as razões pelas quais tanto se insiste na capacidade de os cometas poderem causar alguma mudança na terra. Essa impossibilidade de “dizer precisamente” o fundamento de tal associação é o maior obstáculo a uma reflexão mais acurada sobre o fenômeno dos cometas. O argumento de Bayle é irônico: se nem a própria terra, que está muito mais próxima, consegue realizar mudança concreta alguma, tampouco os cometas, que estão a milhares de quilômetros de distância.

Prosseguindo na arguição, Bayle menciona que poderão dizer que os cometas enviam à terra uma espécie de “luz” ou qualquer coisa do tipo.¹⁰⁶ Contudo, Bayle não vê dificuldade em rebater tal opinião, pois essa “luz” é advinda tão e somente do sol, somente

¹⁰⁵. Nesse trecho, note-se a forte influência de *Malebranche*: Este afirma n’A busca da verdade: “Mas, quando um efeito não segue tão freqüentemente alguma coisa que não é sua causa, não se deixa de ter sempre um grande número de pessoas que crêem que essa coisa é a causa do efeito ocorrido, embora nem todo o mundo caia nesse erro. Aparece, por exemplo, um cometa e, depois desse cometa, um príncipe morto; pedras são expostas à lua no nascimento de uma criança, e acontece que essa criança tem alguma coisa de extraordinário; isso basta para que muita gente se persuada de que o cometa, a lua, a conjunção do sol com Marte são as causas dos efeitos que acabamos de indicar e, mesmo, de outros que lhes são semelhantes. A razão pela qual nem todo o mundo tem essas crenças é não vermos em todos os momentos que esses efeitos seguem essas causas.” MALEBRANCHE, Nicolas. *A busca da verdade*. Trad. de Plínio Junqueira Smith. São Paulo: Discurso Editorial, 2004, III, I, iii, pp. 180-181. Cf. *P.D.*, I, § 7, pp. 38-9, nota 2.

¹⁰⁶ Opinião oriunda do temor supersticioso ocasionado pela passagem do cometa. No intuito de abandonar a opinião do vulgo, Bayle ainda segue os passos de Malebranche. Dilui-se aqui a simultaneidade entre as causas e os fenômenos naturais: “Renuncia, meu filho, aos teus preconceitos, e não julgues nunca a respeito dos efeitos naturais que uma coisa seja o efeito da outra devido a que a experiência te ensina que ela não deixa nunca de a seguir”. MALEBRANCHE, Nicolas. *Meditações cristãs e metafísicas*. Trad. de Adelino Cardoso. Lisboa: Edições Colibri, 2003, p. 58.

se manifestando como um corpo opaco, por meio do qual os raios refletem sobre a terra.¹⁰⁷
E para constatar a irradiação de tal luz, podem ser consultados tanto os antigos como os modernos que a conclusão será a mesma: as luzes emitidas pelo cometa são um mero efeito natural, sem nenhuma “ação positiva” da parte desse astro celeste:

[...] de modo que qualquer suposição que se sirvam para explicar a propagação da luz, seja dos Princípios de Aristóteles, seja dos de Epicuro, seja dos do Monsieur Descartes, conceber-se-á muito claramente que os Cometas podem reluzir sobre nós, sem nenhuma ação positiva de sua parte e sem que se separe deles a menor parte de sua substância, para vir ao mundo terreno. (*P.D.*, I, §10, pp. 42-3).

No tópico “o que pode ser a atividade de suas luzes [do cometa]”, Bayle questiona a possibilidade dos cometas produzirem grandes efeitos por meio das luzes que emitem. Entretanto, prontamente responde que não há indício algum de as luzes dos cometas serem a causa de algum efeito significativo sobre a terra, sendo essa “luz” deveras insignificante em relação aos homens. O tom de Bayle é de sarcasmo:

Não há indício, visto que é certo que essa luz não é mais do que os efeitos que atribuem aos Cometas e que, aliás, a ação dessa luz é tão fraca em relação a nós, que não há lâmpada acesa em meio a um campo, que não ilumine e que aqueça o ar ao redor bem mais do que um cometa faria. (*Id. Ibid.*, § 12, p. 44).

O exemplo dado mostra o quão ridículo seria atribuir à luz que essa lâmpada irradia, a causa das mudanças no raio de ação de sua atividade. Como, da mesma forma, seria absurdo atribuir às “luzes” emitidas pelo cometa o poder de alterar os elementos constitutivos do homem ou mesmo perturbar a paz pública. A analogia é pertinente, pois denuncia a tradicional confusão entre causas e efeitos naturais:

[...] de modo que como seria ridículo atribuir à luz desta lâmpada a força de produzir grandes mudanças na esfera de sua atividade, além da iluminação, é

¹⁰⁷ “Mas é fácil de responder que a luz que eles [os cometas] nos enviam vêm originariamente do Sol e que só contribuem em enviá-la à terra na qualidade de corpo opaco que obriga os raios a refletirem sobre nós.” *P.D.*, I, § 10, pp.42-43.

ridículo também atribuir à luz dos Cometas a força de alterar nossos elementos e de perturbar a paz pública. (*P.D.*, I, §12, pp. 44-5).

Nesse sentido, o campo de alcance da lâmpada é tal qual em relação aos cometas; não tendo o poder de influenciar nem modificar as constituições físicas do homem, tampouco extirpar a paz pública, fica descabido explicar o que ocorre na experiência por vazias associações as quais não têm respaldo nem nos fatos nem na Filosofia.¹⁰⁸ Segundo Bayle, a luz do cometa é somente a luz do sol “enfraquecida”, a qual não teria influência alguma, seja direta ou indireta, nos acontecimentos mundanos.

Progressivamente, Bayle vai explanando e refutando as argumentações adversárias em relação à passagem do cometa. Um outro ponto abordado são as “exalações”. O filósofo retrata que poderiam argumentar que há diferença entre a terra e os cometas, e também que as exalações terrenas não podem se elevar à esfera dos cometas. E nessa “diferença” de exalações, ainda se eleva uma outra questão:

[...] não se segue que a eficácia (*vertu*) dos Cometas não possa se estender até nós, porque é muito mais fácil descer que subir, e que é preciso subir para ir daqui à região dos Cometas, ao invés dele precisar descer para vir de lá até aqui? (*Id. Ibid.*, §13, p. 46).

Bayle não se adentra em discussões de ordem científica, mas a base do argumento consiste em uma visão de mundo a qual a terra está no centro do universo e que todos os corpos pesados possuem uma tendência natural para se aproximarem desse centro (*P.D.*, I,

¹⁰⁸ “Para não dizer que a luz dos Cometas somente sendo a do Sol extremamente enfraquecida, é também absurdo atribuir-lhe efeitos que o próprio sol não pode operar, que seria absurdo esperar que uma vela acesa em meio a uma praça, aquecesse todos os habitantes de uma cidade grande, como um bom fogo aceso na sala de cada um não os possa proteger do frio.” *Id. Ibid.*, p. 45. Exemplo o qual o editor dos *Pensées*, A. Prat, considera de ordem abstrata, mencionando que Bayle teria desconsiderado que existissem fenômenos luminosos, os quais escapam às nossas limitadas investigações. Prat cita um exemplo de um astrônomo chamado M. Deslandres, diretor do observatório de Meudon, o qual, aliado ao “bom senso” popular conseguiu demonstrar que a cauda do cometa é uma fonte intensa de raios X os quais permitem a abundância de chuvas. Todavia, só vale lembrar que os *Pensées* datam de 1682 e que o cometa analisado por Deslandres é de 1910! Isto é, exigir de Bayle, com o aparato científico ainda efervescente de sua época, que descubra raios X nas caudas dos cometas é totalmente fora de contexto. Ademais, essa análise dos cometas é só um primeiro movimento empreendido por Bayle na sua crítica aos discursos supersticiosos derivados da passagem do cometa de 1680 (ou seja, 230 antes do qual Deslandres observou). Numa palavra, a preocupação de Bayle nos *Pensées* é de ordem *moral* e não física ou científica. Cf. I, § 13, p. 45, nota I.

§ 13, p. 45)¹⁰⁹. Contudo, Bayle entende que a resposta a tais questões é algo difícil, e por outro lado, não há nada mais fácil que fazer cair por terra tais suposições. A própria questão de a terra estar no “centro do mundo” não é clara, visto que

[...] como se sabe que a terra está no centro do mundo (*monde*)? Não é evidente que para conhecer o centro de um corpo, é preciso conhecer sua superfície, e que, assim, não sendo possível ao espírito humano indicar onde estão as extremidades do mundo, nos é impossível saber se a terra está no centro do mundo ou se não está? (*Id. Ibid.*, p. 46.)

Nessa afirmação permeada por um certo ceticismo, da mesma forma, Bayle afirma que também não é possível saber se os corpos possuem uma tendência natural a se aproximarem de um ponto fixo. O que ocorre na experiência é justamente o oposto, isto é, que corpos se movendo em torno de um centro, naturalmente aí se movendo em direção para esse ponto fixo, tendem a se afastar.¹¹⁰ Desse modo, para o filósofo de Carla, é incabível sustentar que corpos têm uma inclinação natural a se mover para um determinado centro, quando na verdade eles se distanciam

[...] e que aqueles que possuem a força de fazê-lo, afastam-se efetivamente: de onde se segue que os que possuem menos força são afastados (*chassez*) do centro, porque tudo sendo pleno, é impossível que um corpo se afaste de um lugar sem que um outro se aproxime. (*Id. Ibid.*, pp. 46-47).

Longe de ficar à deriva em elucubrações metafísicas, o argumento de Bayle é sutil: se a tendência dos corpos, à medida que possuem a força para tal, é se afastarem e não se aproximarem de um ponto fixo, não é mais possível dizer que os cometas influam em algo sobre a terra. Se o cometa é um corpo pesado, à medida que se afasta, sua suposta

¹⁰⁹ “Mas não é difícil refutar essa objeção; pois se ela possui alguma força, é unicamente porque supõem que a terra está no centro do mundo e que todos os corpos pesados têm uma inclinação natural para se aproximarem desse centro.” *Id. Ibid.*

¹¹⁰ O que segundo Bayle, obrigou tanto os discípulos de Aristóteles, como o próprio Descartes a reconhecerem esse afastamento dos corpos como uma lei natural: “No mais, como sabemos que há corpos que possuem uma inclinação natural a se aproximarem do centro do mundo? Ao contrário, não sabem que todos os corpos que giram em torno de um determinado centro, se afastam o mais que puderem? As experiências [...] não obrigaram a maior parte dos Sectários de Aristóteles, a reconhecer com Monsieur Descartes, que é uma das leis gerais da natureza.” *Id. Ibid.*

“influência” diminui gradativamente. Dessa discussão Bayle empreende sua crítica ao discurso supersticioso de sua época, mostrando que o cometa, ou suas “luzes” e exalações”, em nada interfere no âmbito das ações humanas, não tendo nenhum caráter divino, como sustentam os crédulos.¹¹¹ E tal credulidade também se estende às pretensões das teorias científicas em querer explicar as causas da aparição dos cometas.

Para Bayle, o conhecimento dos acontecimentos futuros só pode ser atribuído a Deus. Seria uma total leviandade a pretensão humana de querer conhecer o porvir, uma vez que tal poder só a divindade o detém. Não seria condizente nem com a bondade e a sabedoria divinas advertir os homens de um destino inevitável, tanto como se valer de signos vazios e ininteligíveis, os quais são tomados por predições do futuro. Bayle atribui tal equívoco unicamente ao espírito humano, o qual sempre insiste em atribuir causas naturais à Providência:

[...] seria indigno da bondade e da sabedoria de Deus, suposto que ele quisesse nos advertir de um destino que não poderíamos evitar, de se servir de uma espécie de sinais tão vagos quanto obscuros, como são todos os que nos relatam como presságios do futuro; é preciso dizer que são todos obras do espírito humano e não das instituições da Providência. (*P.D.*, I, §101, p. 275).¹¹²

Por preguiça, ignorância, ou mesmo má fé, o homem prefere sacrificar as causas naturais das coisas e acomodar seu julgamento às opiniões correntes, isto é, que os cometas,

¹¹¹ E, na verdade, Bayle denuncia mesmo os “partidarismos” das teorias sobre os cometas, porém com o mesmo pano de fundo, a saber, que corpos tendem a se aproximar para um centro: “É fácil mostrar depois disso que se enganam grosseiramente quando imaginam que as exalações dos Cometas podem melhor recair sobre a terra, que as exalações da terra possam subir ao céu, porque de qualquer sistema que se sirvam, é preciso necessariamente convir que o mundo se acostumou a um movimento bastante considerável em torno de um centro comum. Seja em torno da terra como querem os Filósofos da Universidade, ou em torno do sol com quem os Sectários de Copérnico, ou em parte em torno do sol e em parte em torno da terra, como querem os Sectários de Tycho-Brahé, no momento pouco me importa.” *Pensées*, I, § 13, p. 46.

¹¹² Cf. com a definição de milagre de Malebranche nas *Meditações Cristãs*: “Milagre é um termo equívoco. Usamo-lo para assinalar um efeito que não depende das leis gerais conhecidas pelos homens, ou, mais geralmente, como um efeito que não depende de nenhuma lei, nem conhecidas nem desconhecidas. Se tomares o termo milagre no primeiro sentido, ocorrem infinitamente mais milagres que se julga: mas ocorrem muito menos se o tomares no segundo sentido.” MALEBRANCHE, Nicolas, *op. cit.*, VIII, §26, p. 107. É importante comparar essas “obras do espírito humano” com a definição de milagre de Spinoza em seu Tratado Teológico-Político: “O homem comum, chama, portanto, milagres ou obras de Deus aos fatos insólitos da natureza, e, em parte por devoção, em parte pelo desejo de contrariar os que cultivam as ciências da natureza, prefere ignorar as causas naturais das coisas e só anseia por ouvir falar do que mais ignora e que, por isso mesmo, mais admira.” SPINOZA, Baruch de. *Tratado Teológico-Político*. Trad. de Diogo Pires Aurélio. São Paulo: Martins Fontes, 2003, VI, p. 96.

são avisos da Providência. Uma devoção fervorosa aliada ao poder imaginativo pode produzir múltiplos signos divinos que não têm correlação alguma com o curso natural das coisas. O desconhecimento de um fenômeno natural leva relegar a opinião a eventos invisíveis, totalmente opostos tanto à experiência como à razão. No vulgo, a oposição entre prodígios e fatos naturais ganha toda a sua força no campo imaginário, contaminando toda a coletividade social. Em uma palavra, parece pouco verossímil que uma divindade qualquer se sirva, para advertir os homens, de “sinais” como os cometas ou astro semelhante.

Fundamentando mais a sua argumentação, o filósofo francês estabelece duas razões para solapar essa crença vazia em sinais divinos. Em primeiro lugar, menciona que são infundáveis os relatos que são contados a respeito. Nesse sentido, o alvo da crítica de Bayle são os historiadores e os crédulos. Em relação aos primeiros, Bayle diz que se fôssemos computar todos os supostos presságios proferidos no decorrer da história, abarcaríamos todas as épocas ininterruptamente.¹¹³ Quanto aos crédulos, o filósofo francês entende que os mesmos associam sem hesitar tudo o que acontece na natureza aos prodígios. E a sua conclusão é que tal comportamento decorre de suas imaginações, que supõem que pagarão seus pecados por meio de milagres. E por outro lado, se realmente Deus mandasse “avisos”, alertaria o homem de tudo de mal que lhe poderia ocorrer, o que resultaria em uma gritante contradição.¹¹⁴

A segunda razão, é que não somente os presságios são ininteligíveis, isto é, em nada fazem os homens adivinharem as coisas futuras, mas também são incapazes de

¹¹³ “Em Roma não se passava um ano sem prodígios, e se nos dermos ao trabalho de unir ponto a ponto as observações que são encontradas nos Historiadores em relação aos presságios, que dizem que Deus forneceu sobre o que iria acontecer sobre a terra, faríamos um encadeamento que abarcaria todos os tempos sem nenhuma interrupção.” *P.D.*, I, § 101, p. 275.

¹¹⁴ “Se consultarmos as pessoas crédulas a esse respeito, constatamos que jamais ocorreu algo de extraordinário (*remarquable*) sem que aí tenham inventado algum milagre. Logo, daí podemos concluir que só são vãs imaginações, porque, por um lado, isso mostra que os homens permanecem inabalavelmente obstinados em crer que há um poder por meio do qual o futuro é conhecido, e por conseqüência, sua incredulidade não leva Deus a fazer milagres para curá-lo; e que, por outro lado, isso mostra que Deus efetivamente efetivasse prodígios, advertiria os homens extraordinariamente de tudo o que lhe deve acontecer, o que significa contradição.” *Id. Ibid.*

impedir tais acontecimentos. Para se saber algo por vir, é preciso que o aconteça efetivamente:

Eu o provo, porque somente sabemos que uma coisa foi o presságio de outra, quando esta outra ocorreu (*arrivéé*), porque, por mais enfadados que estejamos desses presságios, jamais acreditamos tê-lo sido de uma coisa que não o foi. (*P.D.*, I, § 101, p. 276)¹¹⁵

O que Bayle quer dizer é que *antes* das coisas acontecerem, temos das mesmas noções vagas e genéricas que, diante de qualquer ameaça, as associamos a presságios divinos. Tentando evitar os “efeitos” desses presságios, o homem fica cego para a constatação de que não há fato que sirva de prova que uma coisa seja o presságio de outra.¹¹⁶ Segundo Bayle, se o homem tivesse o dom de predizer o futuro, não mais seria atribuída tal “suprema disposição” (*P.D.*, I, §101, p. 275) à divindade. Supostamente, a única coisa que poderia ser proferida é que Deus empreendeu múltiplos signos de toda ordem para nos mostrar o futuro, com vistas a encher de amargura o coração do homem antes que algo aconteça. (*Id. Ibid.*) Deus continuamente fazendo milagres, afligiria sem distinção todos os homens, sejam bons ou maus. Mas, para Bayle, como tudo isso é diametralmente contrário tanto à bondade como à grandeza sagradas, conclui que Deus não é o autor dos presságios que tanto o vulgo introduz em sua mente.¹¹⁷ O filósofo insiste no caráter ilusório em atribuir a Deus o que o próprio homem excita em sua imaginação. A cegueira é um dos principais motivos de julgamentos temerários em relação aos milagres. E

¹¹⁵ Linha de raciocínio similar à definição de milagre de Spinoza. Este diz: “[...] resulta claro que a palavra milagre só pode ser entendida relativamente às opiniões humanas e não significa senão um fato cuja causa natural não podemos explicar ou pelo menos quem registra, ou conta o milagre não pode explicar por analogia com outra coisa que habitualmente ocorre.” SPINOZA, *op. Cit.*, p. 88.

¹¹⁶ “[...] podemos assegurar que não há acontecimento que nos assegure que uma coisa foi o presságio de outra, e por conseguinte, os presságios de nada servem para evitarmos o mal”. *Id. Ibid.*, pp. 276-277. Segundo Isabelle Delpla, isso ocorre devido aos fatos de os homens acreditarem em uma “profecia auto-realizadora”, a qual apresenta como inevitáveis certos acontecimentos: “[...] a projeção essencialista que transforma em natureza das coisas o que só são maneiras de pensar e de sentir; e a criação de uma fatalidade para o que, em tempos modernos, nomear-se-ia de uma profecia auto-realizadora que favorece ou provoca certos acontecimentos anunciando e apresentando-os como inelutáveis porque escritos nos céus, quistos por Deus ou inscritos na natureza das coisas.” DELPLA, “Le parallèle entre idolâtrie et l’athéisme: question de méthode”, p. 158.

¹¹⁷ Bayle cita o exemplo dos pagãos, mas sempre é preciso ter em mente o estratégico linguajar católico que o pensador utiliza nos *Pensées*. Toda a crítica à superstição pagã também vale para a católica: “Logo, como tudo isso é completamente contrário à idéia que temos de Deus, a qual representa a nós como tão grande e bom, que nada pode lhe convir que sinta a maldade e a baixaza, é preciso necessariamente concluir que ele não é o autor desses presságios que tanto nos predicam; e que assim as queixas que os Pagãos algumas vezes fizeram contra a Divindade em tal ocasião, são as mais injustas do mundo.” *Id. Ibid.*

o pior consiste na costumeira associação de fenômenos naturais ao surgimento de espectros celestes, levando os homens à falsa certeza de que ocorreram efetivamente tais sinais. O que, para Bayle, ensejou o surgimento das “adivinhações”:

Pobres cegos que foram! Atribuíram a Deus o que só viria de seus falsos julgamentos. Foram eles mesmos os Autores de seus próprios presságios, não somente porque eles imaginaram sem razão que aí o existisse, mas também porque em decorrência de suas preocupações, eles se voltavam freqüentemente às coisas que acreditavam terem sido previstas, e se conformavam poderosamente depois disso em seus erros, pelo sucesso que eles observavam que seus pretensos presságios tiveram. É uma das causas que fomentaram no mundo a maior parte das Adivinhações. (*Id. Ibid.*, p. 278)¹¹⁸.

O “sucesso” do erro da fábula dos presságios passou de geração a geração, dando margem a predições de toda ordem. E o alvo dessa credence é o homem simples e crédulo, que uma vez persuadido dos maus presságios, chega a um estado de melancolia que o faz perecer. E de tal episódio, todo o povo constata a “certeza” da Astrologia, encarando tais predições como inevitáveis¹¹⁹, fortalecendo cada vez mais a ilusão. Sob o “pretexto de conhecer as coisas do céu” (*P.D.*, I, §17, p. 56), os astrólogos semeiam suas predições em cada época gradativamente, fazendo com que sua opinião obtenha um *consensus* universal. Impostura a qual tomou um *status quo* mesmo de dominação, a despeito de toda a sua inutilidade e carolice.¹²⁰ Desse modo, Bayle anula toda a autoridade dos astrólogos, já que “meu principal objetivo deve ser o de descredenciar a autoridade das opiniões que são fundadas pela maioria.”(*Id. Ibid.* §21, p. 81). Porém, essa incessante influência da opinião nos espíritos humanos só mostra o antagonismo existente entre a pueril credulidade dos

¹¹⁸ Aqui Bayle critica duramente a Astrologia. Ele discute mais a respeito nos parágrafos § 17 a §22 (I). E esse “sucesso” alcançado pelos pretensos presságios, Spinoza já apontara no *Tratado Teológico-político*: “E, de fato, isso agradou de tal maneira aos homens, que até hoje ainda não pararam de inventar milagres para fazer crer que Deus os ama a eles mais do que os outros e que são a causa final que levou Deus a criar e a reger continuamente todas as coisas.”, VII, p. 96.

¹¹⁹ “Um Astrólogo previu a um homem que morreria em pouco tempo, e esse homem era bastante simples para acreditá-lo, e para cair em uma melancolia que o matou. Esta morte persuadiu de tal modo todo um Povo da certeza da Astrologia, que não acreditava mais poder evitar suas predições [...]”. *P.D.*, I, § 101, p. 278.

¹²⁰ “[...] não será inútil mostrar que ainda que a Astrologia seja a mais vã de todas as imposturas, ela não deixou de estabelecer no mundo uma espécie de dominação”. *Id. Ibid.*, p. 67. A impostura, o que é evidente, se dá na opinião do vulgo.

homens e a natureza de Deus.¹²¹ E a única arma para Bayle, com vistas a exterminar o “monstro” produzido pela opinião é a Filosofia:

“É preciso confessar que somente uma boa e sólida *Filosofia* que, como um outro Hércules, pode exterminar os monstros dos erros populares: é ela a única que coloca o espírito para além da opinião.”(*Id. Ibid.*, p. 80, grifo nosso)¹²²

Para Bayle, dizer que os cometas podem expelir matérias sobre a terra é o mais razoável que se pode dizer e, ao mesmo tempo, não dizer coisa alguma. Aqui ele já desfere um duro golpe na crença popular, pois afirma que não somente é possível mas evidente que os cometas não têm poder algum sobre os homens. E nas questões as quais argumentos pró e contra pesam o mesmo na balança, o erro sempre do lado daquele que afirma e não do que mantém uma postura cética:

É tudo o que se pode avançar de mais razoável e isso, contudo, não tem nada a dizer, porque é não somente possível, mas também evidente (*apparent*) que os Cometas não enviam sobre a terra nem qualidade (*qualité*) nem matéria capazes de uma grande ação, e que nas coisas onde não há mais razão de um lado que do outro, o erro está sempre do lado daqueles que afirmam tanto como do lado daqueles que suspendem o julgamento. Se bem que não tendo nenhuma razão positiva que nos leve a crer na influência dos Cometas, e aí tendo, ao contrário, muitas que nos levam a rejeitá-la, os que tomam o primeiro partido possuem o erro a seu lado. (*P.D.*, I, §15, p.52).

Se em um primeiro momento, nem o que afirma nem o que “suspende o juízo” obtém ganho de causa, o primeiro ainda permanece no erro, uma vez que não se apoiou em nenhuma “razão positiva” para fundamentar a associação entre a passagem de um cometa e um acontecimento funesto. Contrariamente, o que duvida tem a seu lado a experiência, uma

¹²¹ “Eu poderia levar essa matéria mais longe: mas como viso principalmente aos cometas, bastar-me-á no momento, Mr., que compreendeis que não somente é muito possível que a opinião geral de seus presságios [dos astrólogos] seja falsa, visto a maneira pela qual ela se estabeleceu e se perpetuou nos espíritos; mas que é preciso, com toda a necessidade, que ela seja falsa, visto a oposição que se encontra entre esse sentimento e a natureza de Deus.” *Id. Ibid.*, p. 279.

¹²² De modo semelhante, Rousseau se vale da metáfora do “monstro” para representar a progressiva degeneração do homem: “Tudo está bem quando sai das mãos do autor das coisas, tudo degenera entre as mãos do homem. Ele força uma terra a alimentar as produções de outra, uma árvore a carregar os frutos de outra. Mistura e confunde os climas, os alimentos, as estações. Mutila seu cão, seu cavalo, seu escravo. Perturba tudo, desfigura tudo, ama a deformidade e os monstros. Não quer nada da maneira como a natureza o fez, nem mesmo o homem.” ROUSSEAU, J.-J. *Emílio ou da educação*. Trad. de Roberto Leal Ferreira. São Paulo: Martins Fontes, 1999, I, p. 7.

vez que não foi constatado na prática nenhum indício de algum presságio advindo de algum astro celeste. Bayle encara de frente o preconceito corrente em sua época: contrariamente à imaginação popular, a aparição em nada indica um “aviso” de algum grande e infeliz acontecimento. E a propagação, ou até mesmo a universalidade de uma opinião nunca será critério de verdade. Em uma palavra, “não é preciso julgar em Filosofia pela pluralidade das vozes.” (*Id. Ibid.*, I, §48, p. 135)¹²³

Se os cometas são simples fenômenos naturais, não tendo nenhum traço ou substrato divino, Bayle vai agora examinar qual o fundamento e como se propagou a opinião “divinizadora” em relação à natureza dos cometas. Segundo o filósofo de Carla, não é preciso ser especialista no assunto para poder constatar o quão escabrosas são as teses sobre as temidas “ameaças” que os cometas podem trazer à terra:

Eu vejo todos os dias várias pessoas raciocinarem sobre a natureza dos Cometas, e que, ainda que eu não seja Astrônomo nem de fato (*effect*) nem de direito, eu não deixo de estudar cuidadosamente tudo o que os mais hábeis publicaram a esse respeito, mas que é preciso que eu vos confesse, Monsieur, que nada me parece convincente, que o que eles dizem contra o erro do povo, que querem que os Cometas ameacem o mundo por uma infinidade de desolações. (*P.D.*, I, § 3, pp. 25-6).

Tal afirmação vai de encontro ao próprio discurso científico da época, que partilhava tal qual do erro popular que consistia e insistia em afirmar que cometas são sinais de futuros infortúnios. A não formação em alguma ciência em nada impediu Bayle de refletir e constatar o poder de uma dada opinião a qual ampliou seus horizontes, contaminando o tão racional âmbito científico. Os cometas, como exaustivamente Bayle assevera ao longo dos *Pensées*, são corpos submetidos a leis naturais, e não prodígios.¹²⁴ Para Bayle, todos os sofismas atribuídos aos fenômenos naturais são ornados por uma vazia

¹²³ E, além da Filosofia, o principal recurso utilizado por Bayle contra a opinião geral é a investigação histórica. Segundo Bost, “a investigação histórica permite igualmente atacar com vigor a idéia segundo a qual nos anos que se seguiram à aparição do cometa teriam sido mais ricos em acontecimentos infelizes que os outros, ou que as guerras, estariam relacionadas com esses fenômenos naturais.” BOST, H. *Pierre Bayle et la religion*, p. 21. Ou como Isabelle Delpas, a obsessão em ver signos divinos em tudo é decorrente da descrição feita por Bayle do “mecanismo do delírio interpretativo que consiste em ver signos por toda a parte e em multiplicar as coincidências e a concordância de prodígios segundo o princípio que o melhor meio de vencê-lo é de não observar, nessa matéria, nenhuma medida.” DELPLA, *op. cit.*, p. 157.

¹²⁴ Prodígios os quais, na fértil imaginação crédula, seriam como “Arautos armados que vêm declarar, da parte de Deus, a guerra ao gênero humano”. *Id. Ibid.*, p. 26.

eloquência, a qual mais quer causar impressão a quem ouve do que propriamente investigar mais a fundo. Isso é bem peculiar aos “pregadores”, que não poupam esforços em ignorar sólidas razões demonstrativas de uma determinada proposição. É o que Bayle afirma ao seu interlocutor imaginário, um doutor da Sorbonne:

Se fôsseis Pregador, eu vos perdoaria, porque esses tipos de pensamentos sendo naturalmente bastante próprios a serem revestidos pelos mais pomposos e patéticos ornamentos da eloquência, rendem muito mais honra aos que os proferem e muito mais impressão sobre a consciência dos Auditores, que com outras proposições provadas demonstrativamente. (*Id. Ibid.*, pp. 26-7)¹²⁵

São as obnubilações de ordem retórica em certas afirmações que fazem com que a própria razão seja descartada. Os giros de eloquência são bastante eficazes no que concerne a prender a atenção e mesmo doutrinar as consciências dos “auditores”. Essa “impressão” bloqueia qualquer intenção de refletir acerca de qual é o fundamento de uma opinião generalizada. Uma alma crédula é o receptáculo de tudo o que é ensinado, pregado, imposto. Razões demonstrativas perdem toda sua força em face dos pregadores que ditam a palavra de ordem, subjungando a mentalidade coletiva.. A onipotência da opinião é tida como a sua patente, simplesmente por ter se disseminado e se fortalecido em todas as épocas históricas. Nesse sentido, o peso da tradição parece intransponível, minando toda possibilidade de um outro discurso que questione quais são as bases de um discurso dominante apoiado no passado.¹²⁶

¹²⁵ É a essa “impressão” causada em quem ouve que Bayle intenta decifrar. Segundo I. Delpas, “esta gênese psicológica da autoridade social além de toda legitimidade está igualmente na origem da autoridade da tradição. Bayle descreve um fenômeno mecânico e quase epidêmico da propagação da opinião, mesmo sendo falsa.” “Le parallèle entre idolâtrie et athéisme”, pp. 155-156. Segundo Montaigne, é o efeito da imaginação que faz com que as pessoas sempre julguem milagres como coisas naturais: “É verossímil que seja por efeito da imaginação, agindo de preferência sobre as almas da gente do povo, inclinada à credulidade, que as visões, os milagres, os encantamentos e os fatos sobrenaturais encontrem quem neles mais acredite. Tanto e tão bem os doutrinaram que chegam a pensar verem coisas que em verdade não vêem.” MONTAIGNE, Michel Eyquem de. *Ensaio*. Trad. de Sérgio Milliet. São Paulo: Abril Cultural, 1980, II, XXI, p. 52. No mesmo volume, cap. XXVII, corrobora tal raciocínio: Não é sem motivo que atribuímos à simplicidade e à ignorância a facilidade com que certas pessoas acreditam e se deixam persuadir, pois penso ter aprendido outrora que acreditar é por assim dizer o resultado de uma espécie de impressão sobre a nossa alma, a qual recebe tanto melhor quanto mais tenra e de menor resistência [...] Quanto mais a alma é vazia e nada tem como contrapeso, tanto mais ela cede facilmente à carga das primeiras impressões.” *Id. Ibid.*, p. 89.

¹²⁶ Aqui Bayle se distancia de Montaigne. Para este, é a arrogância humana que faz com que quem duvide de tudo ache que tenha mais razão. Ao passo que Bayle, é justamente o questionamento da opinião corrente que faz com que se abale sua tão respeitosa “autoridade”. Montaigne, ao menos, não se isenta da credulidade popular, tomando o partido da tradição: “é tola presunção desdenhar ou condenar como falso tudo o que não

Bayle se insurge diretamente contra os *historiadores*. Estes admitem abertamente que os cometas foram o prelúdio de diversos reveses mundanos, e que em decorrência disso, sua autoridade se eleva às alturas.¹²⁷ Todavia, quando se trata de introduzir elucubrações próprias em acontecimentos históricos, eis a via de perdição do historiador. A própria moralidade fica em segundo plano, e o historiador divaga quando quer dar vãos maiores do que a sua competência permite,

[...] porque eles gostam muito de fazer reflexões e levam algumas vezes tão longe a moralidade, que um Leitor, mal satisfeito em vê-los interromperem o fio da História, dir-lhes-iam de bom grado, se pudessem, *riservate questo per la predica*. A vontade de parecerem sábios, inclusive nas coisas que não são de sua alçada (*métier*), lhes levam também a fazer, algumas vezes, digressões muito incompreensíveis. (*P.D.*, I, § 6, p. 34)¹²⁸

Bayle mostra que não é função do historiador se adentrar em obscuras e complexas reflexões ou emitir opiniões particulares no tocante aos fatos históricos. Não é porque emitiram seus pareceres pessoais que servirão de amparo para a opinião comum. Indo para além de sua jurisdição, o historiador trata os acontecimentos da maneira que quiser, e o

nos parece verossímil, defeito comum aos que estimam serem mais dotados de razão que o homem normal. Esse defeito eu o tive outrora. Acho agora que eu também não mereceria piedade. Não porque, desde então, a experiência haja acrescentado algo a minhas primeiras convicções, embora eu tenha procurado verificar as crenças que eu recusava, mas minha razão me impeliu a reconhecer que condenar uma coisa de maneira absoluta é ultrapassar os limites que podem atingir a vontade de Deus e a força da nossa mãe, a natureza; e que o menor sintoma de loucura no mundo é reduzir essa vontade e essa força de nossa capacidade e nossa inteligência. Chamemos ou não monstros ou milagres às coisas que não podemos explicar, não se apresentaram elas em menor número à nossa vista. Por certo observaremos que é mais o hábito do que a ciência que fez-nos considerá-las naturais.” *Ensaíos*, I, pp. 89-90. Nesse sentido, Bayle parece ser mais fiel à Charron. A opinião, por sua inconstância, não ultrapassa a esfera do vulgar e é ela que possui traços de loucura: “Para se proteger e se garantir contra esse miserável cativo e da mão desses inimigos externos e internos, é preciso aprender e resolver-se não acreditar nem seguir a opinião – que é uma louca, volúvel, incerta, inconstante -, é o guia dos loucos e do vulgar. Ao contrário, sempre e em todas as coisas se dispor segundo a razão, guia dos Sábios. Seguir a razão é a verdadeira liberdade e o verdadeiro domínio. Dura servidão é se deixar levar pela opinião.” CHARRON, Pierre. *Pequeno tratado de sabedoria*. Trad. de Maria Célia Veiga França. Belo Horizonte: UFMG, 2005, II, iii, p. 32.

¹²⁷ “Dir-me-eis, sem dúvida, que os Historiadores observam positivamente que os Cometas foram os signos ou mesmo as causas das devastações que os seguiram e, por consequência, que sua autoridade vai bem mais longe do que afirmo.” *P.D.*, I, § 6, p. 34.

¹²⁸ “Como quando Ammian Marcelin, no episódio de um tremor de terra que ocorrera no Império de Constantino, nos relata todo seu Aristóteles e seu Anaxágoras; raciocina a perder de vista; cita Poetas e Teólogos, e no episódio de um eclipse do sol ocorrido sob o mesmo Império, se lança completamente nos segredos da Astronomia, dá lições sobre Ptolomeu e se perde inclusive em filosofar sobre a causa dos parélios.” *Id. Ibid.*

mais grave, seu relato arbitrário tornando-se o guia da consciência do vulgo.¹²⁹ Bayle entende que se fosse o caso de pormenores políticos, aí o historiador desempenharia papel fundamental, uma vez que fosse às fontes mais precisas da veracidade dos fatos.¹³⁰ Todavia, quando se trata de fenômenos naturais ou de investigações acerca de infundadas influências sobrenaturais dos corpos celestes, o historiador no máximo arrisca às cegas suas conjecturas, sendo preciso considerar sua opinião de acordo com seu grau de conhecimento no assunto.¹³¹ Nesse sentido, para Bayle o relato dos historiadores “então se reduz a pouca coisa, visto que, comumente, são muito maus Físicos.” (*Id. Ibid.*, p. 35)¹³²

A crítica de Bayle em relação ao preconceito intrínseco à multiplicidade das opiniões estender-se-á à esfera das crenças religiosas. A ilusão em se fiar ao consentimento popular impede o exame do que precedeu a origem de tal unanimidade coletiva no tocante à religião. A persuasão substitui a investigação e se torna a “prova” da veracidade de uma opinião.¹³³ Neste ponto, Bayle ataca toda uma tradição católica de interpretações religiosas: se para instigar o calor devoto popular, Deus criasse os cometas, abriria as portas à idolatria e, por conseguinte, ao fanatismo. Ora, tudo isso é fruto de um parecer religiosamente e historicamente constituído, contudo, nada esclarecedor. Se a opinião fosse o parâmetro das discussões, segundo Bayle

¹²⁹ Segundo Bayle, mesmo nos livros dos maiores historiadores sempre haverão erros. Ele diz no *Projet*: “Concordarão facilmente que existe uma infinidade de faltas nos livros, se considerarmos que os Escritos dos maiores homens não estão isentos, e que a menor Crítica aí descobre muito.” *Projet d'un Dictionnaire Critique*. Genève: Slatkine Prints, 1970 (Réimpression de l'édition de Rotterdam, 1692), p. 8.

¹³⁰ “Se se tratasse de um Conselho de Estado, de uma Negociação de paz, de uma batalha, de um estado de sítio, etc., o testemunho da História poderia ser decisivo, porque pode ocorrer que os Historiadores tenham folheado (n)os Arquivos e (n)as instituições mais secretas e ido buscar nas mais genuínas fontes da verdade dos fatos.” *Pensées*, I, § 6, p. 35. Contudo, esse “pode ocorrer” mencionado por Bayle põe em xeque a própria honestidade do historiador. É necessária a absoluta transparência em um relato factual: “[...] é preciso que consideremos, que o interesse do público deva sobrepor o dos particulares e que um Autor não mereça complacência, quando é bastante injusto para achar melhor que suas faltas permaneçam ocultas, que ver o público esclarecido.” *Projet*, p. 23.

¹³¹ “Mas se tratando da influência dos Astros, e das forças (*ressorts*) invisíveis da natureza, os Senhores Historiadores não têm mais nenhum caráter que os autorize, e devem ser entendidos somente como um simples particular que arrisca sua conjectura, a qual é preciso considerar segundo o grau de conhecimento que seu Autor adquiriu em Física.” *P.D.*, I, § 6, p. 35.

¹³² Para H. Bost, “Bayle se mostra aqui o primeiro crítico das sondagens da opinião, ou antes, da idéia segundo a qual as mesmas permitiriam fazer emergir uma verdade.” BOST, *op. Cit.*, p. 22.

¹³³ E, segundo Bayle, nada é mais inútil que querer que os religiosos se dêem ao trabalho de examinarem racionalmente as idéias de uma doutrina oposta, por exemplo: “Portanto, querer que pessoas zelosas pela Religião examinem [...], eqüitativamente, exatamente o partido contrário, é pretender que possamos ser um bom juiz entre duas mulheres de uma das quais se é amante, enquanto que pela outra, só temos aversão.” *P.D.*, I, § 7, p. 36.

[...] reduziríamos o sufrágio de uma infinidade de indivíduos à autoridade de duas ou três pessoas que, tendo declamado uma doutrina supondo que eles tenham examinado a fundo, persuadiram muitos outros [...] pelo preconceito de seu mérito e esses a muitos outros por sua preguiça natural [...] a crer de uma só vez no que lhes disseram, a examiná-la cuidadosamente. (*P.D.*, I, § 7, p. 37)¹³⁴

A superficialidade da opinião é manifesta. O *leitmotiv* da arguição bayleana se ampara na demonstração de que toda uma sociedade pode, na realidade, guiar-se por uma opinião formada por poucos ou por uma instituição particular – Bayle aqui se referindo ao catolicismo.¹³⁵ Motivos diversos podem explicar o fenômeno da opinião: 1º) Todos crêem e estão “seguros” que a maior e mais sólida “prova” da verdade está apoiada em um consentimento geral, o qual, contudo, não é mais que controverso. O que parece bom e justo serve de base para uma vasta literatura que está longe de proporcionar argumentos com conhecimento de causa; 2º) Daí decorre que os ditos “sábios”, apoiados em seus antecessores, não se apercebem – ou se apercebem e agem de má fé mesmo – que tudo o que apraz ao povo deve ser digno de suspeita, uma vez que disseminam suas opiniões visando somente a conquistar um maior número de adeptos; 3º) e o mais grave, o contágio de uma determinada opinião se dá pela adesão cega a exemplos e costumes, sem ao menos consultar a razão.¹³⁶ Bayle vai mais além, mostrando que o consentimento a uma opinião pode-se tornar autoritário, à medida que impõe que todos acreditem nas mesmas coisas. E quem quiser questionar, poderá ser tido como um subversivo:

¹³⁴ Nesse sentido, não podemos concordar com Jaimir Conte, que supõe que Hume tenha sido mais radical que seus predecessores. Bayle, já muito antes do autor escocês, empreendera uma história natural das crenças religiosas e sua fulminante crítica a uma história que tenha por base preceitos religiosos. Conte nos diz: “Na dissertação sobre a *História natural da religião*, Hume trata das origens e das causas que produzem o fenômeno da religião, dos seus efeitos sobre a vida e a conduta humanas, e das variações cíclicas entre o politeísmo e o monoteísmo. Uma de suas preocupações é também chamar a atenção para os efeitos das diferentes espécies de religião sobre a tolerância e a moralidade. Em suma, nesta obra, Hume desenvolve uma investigação sobre os ‘princípios naturais’ que originam a crença religiosa, bem com um estudo antropológico e histórico relativo aos efeitos sociais da religião. Aqui, Hume é um dos primeiros autores a examinar a crença religiosa puramente como uma manifestação da natureza humana, sem pressupor a crença em Deus. Esta obra apresenta uma história *natural* da religião em oposição a uma história guiada por pressupostos religiosos. Ao questionar a religião de forma mais radical do que seus predecessores, Hume trata todas as crenças religiosas como mero produto da natureza humana.” “Apresentação”. In: HUME, David. *História natural da religião*. Trad. de Jaimir Conte. São Paulo: UNESP, 2005, pp. 8-9. Só vale lembrar que Hume faz alusão ao *Dictionnaire* de Bayle, verbete “Bellarmine”, na seção 10.

¹³⁵ E por isso o espanto de Bayle: “Que não podemos ver o que se passa no espírito dos homens quando escolhem uma opinião!”. *P.D.*, I, § 7, p. 36.

¹³⁶ Ficamos com as palavras de A. Prat: “Esta análise da verdade tradicional é típica de Bayle. A originalidade e a força da argumentação consistem, para estabelecer o direito da razão individual, do *libre examen*, em demonstrar que a tradição pode na realidade se limitar a uma opinião singular.” *Id. Ibid.*, p. 37. nota I.

De modo que o número de sectários crédulos e preguiçosos crescendo (*s'augmentant*) a cada dia foi um novo engajamento aos outros homens em se livrarem da tarefa de examinar uma opinião, que eles viam tão geral e que se persuadem como boa só deveria ser tal pela solidez das razões segundo as quais primeiramente se serviram para estabelecê-la; e, enfim, vemo-nos reduzidos à necessidade de crer no que o mundo crê, com medo de ser tomado por um faccioso (*factieux*) que somente quer saber mais do que os outros e contradizer a venerável Antiguidade. (*P.D.*, I, §7, p. 37).

Eis o perigo de um livre exame das opiniões. A imposição de “crer no que o mundo crê” limita, até mesmo suprime a chance da sondagem da análise do coletivo por meio da razão, e os que tentam fazê-lo, correm o risco de serem tomados por sediciosos. A razão individual tem de se curvar à “venerável Antiguidade”, sendo ofuscada pelo dogmatismo de uma mentalidade unilateral.¹³⁷ Segundo Bayle, o sentimento nutrido por todo um povo manifesta a perniciosa “autoridade” de poucas pessoas as quais sequer examinaram o que predicam. O imenso número de testemunhos, copiados uns dos outros no decorrer da história, somente parafraseavam ou mesmo citavam passagens a esmo, sem um estudo mais honesto e aprofundado. Entretanto, a conclusão só poderia ser esta: não é pelo assentimento unânime cristalizado em todas as épocas e lugares que se deve verificar a certeza de uma opinião, mas tão e somente pelos princípios da *Filosofia*.¹³⁸

¹³⁷ Mais uma vez Bayle se distancia de Montaigne. Este parte do princípio da obediência e da utilidade em não questionar certas opiniões: “A primeira lei que Deus impôs aos homens foi obedecer; uma ordem simples, sem complicações, poupando o trabalho do conhecimento e do raciocínio. A obediência é, aliás, a condição natural de uma alma que reconhece em Deus seu superior e benfeitor [...] Quiseram os filósofos tudo examinar, tudo comparar, e assim encontraram uma ocupação suscetível de alimentar a curiosidade natural que há em nós. Alguns princípios se estabeleceram como evidentes, em benefício e proveito do sossego coletivo, como os das religiões; por isso, não aprofundaram as doutrinas geralmente aceitas, a fim de não engendrar a rebeldia contra as leis e o acatamento dos costumes. [...] A miséria de nossa condição faz que aquilo que se nos apresenta como mais verdadeiro nem sempre é o que nos fora mais útil.” MONTAIGNE, *Ensaíos*, II, pp. 226;237.

¹³⁸ E o exemplo disso, que é o objeto de reflexão dos *Pensées*, é a arbitrária relação de causa e efeito entre a aparição do cometa de 1680 e desastres calamitosos depois de tal acontecimento. O argumento de Bayle contra a autoridade da tradição é tributário de Malebranche e do princípio cartesiano da evidência racional: “O uso, portanto, que devemos fazer de nossa liberdade é o de nos servirmos dela tanto quanto pudermos, isto é, de não consentirmos jamais ao que quer que seja até que sejamos como que forçados a isso pelas censuras internas de nossa razão. Submeter-se às falsas aparências da verdade, contra a vontade de Deus, é fazer-se de escravo, mas submeter-se de boa fé a essas censuras íntimas de nossa razão, que acompanha a recusa que se faz reconhecer de nossa evidência, é obedecer à voz da verdade eterna, que nos fala interiormente [...] *não devemos jamais dar consentimento inteiro senão às proposições que parecem tão evidentemente verdadeiras que não o possamos recusar-lhes, sem sentir uma dor interior e censuras íntimas da razão*; quer dizer que conhecemos claramente que faremos mau uso de nossa liberdade, se não quisermos consentir ou se quisermos estender seu poder a coisas sobre as quais ela não o tem mais.” MALEBRANCHE, *A busca da verdade*, I, ii, pp. 78-79 (grifos do autor).

3.2. Filosofia *versus* *Vox populi, vox Dei*

Bayle é pontual: em Filosofia, é preciso afastar o julgamento do vulgo e analisar os fatos e fenômenos naturais tanto pela experiência como pela razão. Fazer da oscilante multiplicidade opinativa um método para julgar uma contenda, é querer incorrer em uma série de equívocos os quais podem comprometer sua legitimidade:

[...] sempre lembro, que não é preciso contar as vozes, que é preciso pesá-las, e que o método de decidir uma controvérsia pela pluralidade das vozes, está sujeito a tantas injustiças, que só há a impossibilidade de fazer de outro modo que o torne legítimo em certos casos. (*P.D.*, I, §48, p. 135)

A impossibilidade consiste na incerteza de saber qual sufrágio vale mais que outro, uma vez que não se tem nem a competência nem as “luzes necessárias” para estabelecer a validade de cada parecer, precisando que se tolere que uma opinião valha tanto quanto outra em determinadas situações.¹³⁹ Contudo, Bayle inverte os termos: visto que os embates filosóficos não são dessa estirpe, é preciso reduzir a nada os pontos de vista dos crédulos e supersticiosos, levando em conta o pequeno número de filósofos. Nesse sentido, vai de encontro à velha máxima “a voz do povo é a voz de Deus” a qual é a fonte dos pensamentos mais absurdos:

Mas, visto que as Controvérsias de Filosofia não são desta espécie, nos é deveras permitido computar como nada os sufrágios de uma infinidade de pessoas crédulas e supersticiosas, e antes, aquiescer às razões de um pequeno número de Filósofos. Assim, Mr., sem ter consideração ao vosso *Vox populi, vox Dei*, que autorizaria os pensamentos mais ridículos, se aí quissem deferi-los. (*P.D.* I, §48, p. 136)¹⁴⁰

¹³⁹ “[...] não há ninguém no mundo que possa determinar exatamente quanto um sufrágio vale mais que outro, não possuindo nem a jurisdição nem as luzes necessárias para reduzir as opiniões dos membros de uma companhia, cada uma a seu justo preço, de modo que é mister necessariamente tolerar que um valha tanto quanto o outro em certos casos.” *Id. Ibid.*, pp. 135-136.

¹⁴⁰ Bayle mostra o filósofo como o agente esclarecedor dos verdadeiros fundamentos de uma opinião. Opõe a clareza da razão às obscuras proposições pela tradição. Hume aqui é fiel ao filósofo francês. A razão, desde que seja clara, é o antídoto contra a corrupção das opiniões humanas: “A razão, quando clara, previne tais corrupções; quando abstrusa, mantém os princípios inteiramente afastados do conhecimento das pessoas comuns, que só são propensas a corromper um princípio ou opinião.” HUME, *op.cit.*, seção 1, p. 28. Vale atentar também para a importante distinção entre um combate entre idéias, estando sob os auspícios da razão, e o propriamente físico e moral, fomentado desmedidamente pelos religiosos. Tal distinção encontra-se na

O descrédito do vulgo é claro e Bayle não mede esforços em fulminar a “legitimidade” dos sufrágios. Em oposição ao pequeno número de pregadores que foram os arautos da superstição, Bayle evoca o restrito círculo dos filósofos que justamente tem a incumbência de investigarem as apreciações dos crédulos. E ainda vai mais longe, mostrando que opiniões em nada condizem com as *ações*. Levando em conta a capacidade humana das mais gritantes aberrações para com outrem, em relação a si próprios estabelecem inúmeras exceções. Desse modo, Bayle afirma: não é a generalidade dos sufrágios que é o móbil das ações, e sim as paixões que se encontram no coração do homem¹⁴¹. Muito raramente os homens agem de acordo com seus princípios. Mesmo hábeis em matérias de ordem especulativa, pecam pela facilidade que têm de assimilarem falsas inferências, que por suas conclusões das mesmas. Em relação aos bons costumes, o quadro ainda é mais nefasto: mesmo tendo em suas consciências todas as idéias da equidade natural, concluem sempre a favor de sua extravagante concupiscência. A questão é: se reina no espírito do homem todos os preceitos religiosos – entre os quais o da equidade – como que na *prática* o que prevalece são as paixões?:

De onde vem tudo isso, eu vos suplico, ainda que exista entre os homens uma prodigiosa diversidade de opiniões no tocante ao modo de servir a Deus, e viver segundo as leis da decência, contudo, vemos certas paixões reinarem constantemente em todos os Países e em todos os séculos? (*P.D.*, II, §136, p.11-2).

O recurso à experiência é crucial: na teoria, são perfeitos todos os mandamentos religiosos. Uma vez inculcados na consciência, o mais natural seria efetivá-los na prática, independente das maneiras de se venerar uma divindade. Mas, na concretude dos fatos, não é o que acontece, pois as paixões falam mais alto nos homens, tornando-se a regra absoluta de suas respectivas condutas. Tais paixões são traduzidas por toda sorte de malefícios e

Republique des Lettres de Bayle. Segundo J.-M. Gros, “com efeito, a diferença é dupla: é que, antes de tudo, no combate intelectual, existem critérios – argumentos conclusivos, experiências cruciais, o testemunho de documentos irrefutáveis, etc. Contrariamente, no conflito religioso, como a fé, por definição, não é de ordem discursiva, a violência não tem limite, carecendo de uma conclusão de ponto de apoio para um acordo comum. O conflito aí não faz ninguém progredir e degenera em uma guerra tanto cruel e absurda, como sem razão. A segunda diferença decorre da primeira: na guerra religiosa, não podendo convencer por um argumento ou uma experiência irrefutável, dirigem-se à pessoa, seja física ou moralmente.” GROS, Jean-Michel. *Pierre Bayle et la République des Lettres*, p. 138.

¹⁴¹ “O que há então a fazer é nos atermos ao que acontece com mais freqüência, a saber, que não são as opiniões gerais do espírito que nos levam a agir, mas as paixões presentes no coração.” *P.D.*, II, § 138, p. 17.

sacrilégios que um homem pode cometer contra seu próximo, visto que o objetivo principal é agir de acordo com seu temperamento. Bayle reduz à condição humana a tal estado de coisas. Para satisfazer seus desejos, todos os homens são iguais. Copiam-se uns aos outros no que concerne às opiniões, na prática não é diferente:

[...] o Judeu e o Maometano, o Turco e o Mouro, o Cristão e o Infiel, o Indiano e o Tártaro, o habitante de terra firme e o das Ilhas, o Nobre e o Plebeu, todos esses tipos de pessoas que, no resto, só concordam, por assim dizer, na noção geral de homem, são tão parecidos (*semblables*) a respeito dessas paixões, que diríamos que eles copiam uns aos outros? (*Id. Ibid.*).

Sem exceção alguma, todos os homens buscam saciar suas paixões por diversos modos, seja pela “avareza, ambição, o desejo de se vingar, a impudicícia.” (*Id. Ibid.*) O verdadeiro princípio das ações é o temperamento, uma disposição que emerge do fundo da natureza humana, em qualquer lugar que tenha nascido e devido aos seus conhecimentos adquiridos. Segundo Bayle, tudo isso é resultado das diversas superstições reinantes entre os povos, que, querendo apaziguar a ira de seus deuses, inventavam uma série de prodígios, os quais imaginavam serem os promotores dos infortúnios terrenos. Mas por essas vias, também ocorreram os crimes mais atrozes.¹⁴² Dessa forma, se erige um enorme contrasenso: nesse panorama sombrio de crimes religiosos, como é possível que os cristãos, que conhecem com tanta clareza, mediante uma verdade revelada, tantos milagres, ainda precisem abandonar seus vícios com vistas a adquirirem a felicidade eterna?:

Se assim não fosse, como seria possível que os Cristãos, que conhecem tão claramente por uma revelação sustentada por tantos milagres, que é preciso renunciar ao vício para ser eternamente feliz, e para não ser eternamente infeliz. (*P.D.*, II, §136, pp. 12-3)

¹⁴² “É preciso que assim seja, visto que os antigos Pagãos, acobrunhados por uma multiplicidade inacreditável de superstições, perpetuamente ocupados em apaziguar a cólera de seu Deus, apavorados por uma infinidade de prodígios, imaginando que os Deuses eram os Dispensadores (*Dispensateurs*) da adversidade e da prosperidade segundo a via que se tomava, não deixaram de cometer todos os crimes imagináveis.” *P.D.*, II, § 138, p. 17.

Da mesma forma, como seria possível que com tantos pregadores, profetas e adivinhos, pagos para exortarem esses prodígios, ainda os cristãos podem incorrer em depravações? Com tantos, nas palavras de Bayle, “diretores de consciência”, e tantos livros religiosos, cheios dos mandamentos mais belos e caridosos? Numa palavra, como dentre tudo isso, surgiria a possibilidade de cristãos viverem no vício? Em um contexto que

[...] têm tantos excelentes Pregadores pagos para aí lhes fazerem as mais vivas e prementes exortações do mundo; que se encontra em toda parte tantos Diretores de Consciência zelosos e sábios e tantos livros de devoção; como, afirmo, seria possível entre tudo isso, que os Cristãos vivessem, como o fazem, nos maiores desregramentos do vício? (*Id. Ibid.*, § 138, p. 17-8)

Mostrando a incoerência entre a teoria e a prática cristãs, tributária de um apego a uma opinião mal fundada, porém, demasiadamente difundida, Bayle estabelece o nexo entre o episódio do cometa e sua concepção de ateísmo. Da mesma maneira que uma opinião supersticiosa e superficial culminou em uma cegueira coletiva acerca do real significado da passagem do cometa, tal método de analisar algo desconhecido estender-se-á ao que se entende por ateísmo em toda uma tradição religiosa, e até mesmo filosófica.¹⁴³ Mas no pensamento de Bayle, o ateísmo encontra seu ponto de viragem: se à primeira vista, o que o pensador francês entenda por ateísmo se origina de um contraponto da opinião vigente a qual os cometas são signos maléficos, além de tal refutação, o filósofo de Carla rompe o antigo cordão umbilical entre a religião e a moral. Ainda que só no plano teórico, a tese de uma sociedade de ateus principalmente mostra que a questão não tem nada a ver com a fé, mas com a moral vigente em uma dada comunidade.¹⁴⁴

¹⁴³ Só para citarmos alguns exemplos, cf. a “Apologia de Raymond Sebond” nos *Ensaíos* de Montaigne, o “Paradoxo de Bayle” de Montesquieu n’*O espírito das leis* e o verbete “Ateísmo” do *Dicionário Filosófico* de Voltaire.

¹⁴⁴ O que autoriza Paulo Piva a dizer que “tal apologia encontramos em Bayle. Nos *Pensamentos diversos sobre o cometa*, de 1683, Bayle – cujo pensamento chegou mais próximo do protestantismo e do ceticismo do que convicções ateístas – advoga a dignidade dos ateus conjecturando que uma sociedade constituída sob o signo do ateísmo seria muito mais perfeita, tanto do ponto de vista da moral quanto da razão, isto é, muito mais tolerante, honesta e feliz do que um reino conduzido por sacerdotes, supersticiosos e carolas.” PIVA, Paulo Jonas de Lima. *Ateísmo e revolta: os manuscritos do padre Jean Meslier*. São Paulo: Alameda, 2006, p. 51.

3.3. *Será Ele Bom, Será Ele Mau*¹⁴⁵ : Pierre Bayle e os ateus

De uma concepção naturalista dos cometas, passando pela crítica à opinião, Bayle chegará à questão do ateísmo. Fazendo um paralelo entre o ateísmo e a idolatria¹⁴⁶, o filósofo francês debate sobre a causa atéia, mostrando que o cometa não é nenhum milagre, tampouco incentivador da idolatria. Isto é, para se impedir um crime não é preciso cometer outro:

Os Cometas foram uma ocasião da Idolatria, é verdade. Mas é a falta dos Idólatras, que não souberam conhecer o que exigiam deles. E depois, os Cometas e os outros prodígios foram de grande valia, tendo impedido que os homens caíssem (*tombassent*) no Ateísmo, que teria sido a ruína da sociedade humana. Com efeito, Horácio nos ensina que o trovão que teria ouvido diversas vezes em tempo sereno, o afastara da seita de Epicuro, que negava a Providência divina [...] Seria uma impiedade dizer, que Deus faz o mal para alcançar o bem; que torna todos os homens Idólatras a fim de impedir que se tornem Ateus. (*P.D.*, I, §§ 102-103, pp. 279-80)¹⁴⁷.

¹⁴⁵ Título de uma peça de Diderot.

¹⁴⁶ Contudo, estudando mais a fundo, trata-se de um falso paralelo. Pois, além de o ateu ser não-religioso, ele também é não-idólatra. Segundo Delpla, “a resposta explícita é que os homens agindo não em função de suas crenças, mas pelo jogo das paixões e interesses, o ateu agiria da mesma forma, se bem que uma sociedade de ateus seria semelhante por suas ações e costumes a uma sociedade de idólatras. Mas por definição, aparentemente evidente e cômoda, segundo o princípio de divergência psicológica, não de sua natureza. Porque o ateu, segundo a argumentação dos *Pensées diverses*, não é somente não-religioso, mas também não-idólatra, o que torna duvidosa a analogia entre uma sociedade de ateus e idólatras.” DELPLA, *op. Cit.*, p. 146.

¹⁴⁷ A alusão à Epicuro e à negação da providência divina é tributária da leitura “descristianizada” de Bayle do autor grego, mas que era um enfoque, dentre outros, da assimilação pós-Renascença do pensamento antigo. É o que nos diz Girolamo Deliguori, tomando como exemplo a Itália: “Na Itália daquela época, é em Valetta e na tradição do Platão timeico que se expande a apreciação da Filosofia moderna sob a égide do cristianismo e do catolicismo. Mas seja o Epicuro descristianizado de Bayle de um lado e o Epicuro cristão teísta de Valetta e de Cudworth do outro, não constituirão a única figura de assimilação tardio-renascentista do pensamento antigo.” DELIGUORI, Girolamo. “Da Teofrasto a Stratone: L’itinerario filosofico di Giacomo Leopardi”. In: *Quaderni Materialisti*. S.l.p. : 2004, n° 3, p. 5. Contudo, o próprio Epicuro, refletindo sobre a origem do mal, mais suscita questões do que propriamente nega os atributos da divindade: “Deus, ou quer impedir os males e não pode, ou pode e não quer, ou não quer e nem pode, ou quer e pode. Se quer e não pode, é impotente: o que é impossível em Deus. Se pode e não quer, é invejoso: o que, do mesmo modo é contrário a Deus. Se nem quer e nem pode, é invejoso e impotente, portanto, nem sequer é Deus. Se pode e quer, o que é a única coisa compatível com Deus, donde provém então a existência dos males? Por que razão não os impede?” EPICURO. *Antologia de textos*. Trad. de Agostinho da Silva. São Paulo: Abril Cultural, 1980, 2ª edição (Coleção “Os Pensadores”), p. 20. Donde vem a necessidade do cuidado em saber discernir que uma leitura “descristianizada” de Epicuro pode ser confundida com um ateísmo inexistente em sua doutrina. A esse respeito afirma Piva: “[...] sobre a natureza dos deuses, Epicuro acrescenta que, além de indubitavelmente existirem, estes seriam imortais e felizes, servindo, inclusive, de modelo de felicidade aos homens.” PIVA, *Ateísmo e revolta...*, p. 45. Vale também atentar para um tópico crucial dos *Pensées*, intitulado “Existem erros

O prodígio intuído por Horácio fez com que ele se afastasse de uma corrente de pensamento o qual negasse tudo que fosse divino. A “grande valia” da aura idólatra em torno dos cometas consistiria em impedir que os homens se tornassem ateus. Ironicamente, Bayle menciona que, por um desconhecimento da parte dos idólatras dos que os cometas lhes “exigiam”, eles logo trataram de se prevenir, abominando tudo o que fosse de encontro às entidades celestes. Contudo, a cegueira devota causa uma confusão nos termos, uma vez que se entende que é preciso causar um mal menor com vistas a uma bem maior, isto é, no ponto de vista da tradição, incentivar a idolatria com vistas a exterminar o ateísmo. (*Id. Ibid.*, p. 280)¹⁴⁸. Para Bayle, o maior agravante consiste em desconhecer, na verdade, que erradicar o ateísmo, sob o pretexto de evitar um mal maior, em nada é sinônimo de salvação:

Como [...] podem atribuir a Deus esses milagres, sob o pretexto de que impediria o estabelecimento do Ateísmo. Isto é, que ele contribuiu para um mal maior, não para alcançar um bem maior (porque a extirpação do Ateísmo precisamente não pode nem salvar ninguém, nem glorificar Deus como ele o pede) mas somente para evitar um mal maior? (*P.D.*, I, §103, p. 281)¹⁴⁹.

Dessa forma, os milagres nada podendo em relação à salvação dos homens, e muito menos servem em atender os desejos da divindade, Bayle entende que o propósito dos

mais grosseiros que negar a Providência”, (II,§ 197), o qual, implicitamente, deixa a entender que negar a existência de deuses em nada implicaria em imoralidade nos costumes e nas ações.

¹⁴⁸. Nesse sentido, no entender de Delplas, o que Bayle elimina de uma vez é o valor causal dos cometas aos males humanos: “Após ter refutado o valor causal dos cometas nos infortúnios da vida humana e para recusar seu valor de presságio e signo, Bayle procede por uma argumentação em múltiplas ramificações, segundo uma série de disjunções, a última se situando entre o ateísmo e a idolatria e só podendo ser exclusiva: se os cometas são presságios de infortúnios, eles só podem sê-lo como causa ou como signo. Não sendo causa, só podem ser signos. Se eles são signos, só podem sê-lo a título de signo natural (o que reduzir-se-ia) a uma relação de causalidade) ou de signo institucional, seja humano (o que é impossível quando a coisa significada não depende de nós), seja divino.” DELPLA, *op.cit.*, p. 147.

¹⁴⁹ Para Spinoza, ateísmo seria justamente considerar algo natural como sobrenatural, o que contrariaria os decretos divinos: “Na verdade, como o milagre não acontece fora da natureza, mas sim na própria natureza, ainda que o tenhamos por sobrenatural ele não deixará de interromper forçosamente a ordem da natureza, a qual, por outro lado, concebemos como fixa e imutável em virtude dos decretos de Deus. Portanto, qualquer coisa que ocorresse na natureza e que não estivesse conforme às suas leis, repugnaria à ordem necessária que Deus estabeleceu por toda a eternidade, mediante leis universais, além de que seria contrário à natureza e às suas leis. Conseqüentemente, acreditar em tal hipótese, seria duvidar de tudo e cair no ateísmo.” *Tratado teológico-político*, VI, p. 102. Ironicamente, e invertendo a lógica em favor da onipotência divina, Spinoza transforma o milagre em um pressuposto do ateísmo. Bayle seguirá o mesmo raciocínio no §117, tomo II, intitulado “Os idólatras foram verdadeiros ateus em um certo sentido.”

milagres não era “nem a extirpação do Ateísmo pela conservação da Idolatria, nem a extirpação da Idolatria pela introdução do Ateísmo” (*Id. Ibid.*, p. 282)¹⁵⁰. Ainda haveria espaço para uma contra-argumentação, mas que não escapa à crítica de Bayle: poderiam supor que talvez os milagres ocorram para se poder verdadeiramente reverenciar as divindades, a fim de que os múltiplos deuses espalhados pelo mundo recebam todas as honrarias.¹⁵¹ Mas para Bayle, isso só seriam homenagens indiretas as quais são falsas e absolutamente opostas aos preceitos sagrados. Tal procedimento seria uma espécie de usurpação do culto ao verdadeiro deus.¹⁵²

Avançando mais em sua argumentação, Bayle assevera que, tanto física quanto moralmente, é impossível que uma nação inteira transite de uma crença em uma divindade e de sua respectiva religião para uma crença e uma doutrina opostas. Para se convencer, e com dificuldade, um único homem, seria preciso ou a força física ou falsas proposições, para que nele se apague toda e qualquer idéia de uma causa primeira da qual tudo depende. (*P.D.*, I, §103, p. 283). Bayle se questiona: se assim o é em relação a um único indivíduo, como seria possível um povo inteiro simplesmente abdicar de suas tão empedernidas práticas religiosas para se tornarem indiferentes aos deuses?

Como então crer ser possível que um Povo inteiro educado (*elevé*) na prática de uma Religião, acostumado a recorrer aos Deuses em suas necessidades, e a agradecê-los em suas prosperidades, prevenido por mil sentimentos de temor, composto por um grande número de supersticiosos, passe à abnegação total de uma Divindade? (*Id. Ibid.*)

¹⁵⁰ Segundo Bayle, afirmando com moderação e preocupando-se em não defender abertamente a causa atéia, na balança, a idolatria e o ateísmo se equivalem: “I. Porque o Ateísmo e a Idolatria são duas coisas as quais a melhor não vale nada, e que uma e outra só servem para desonrar a Deus. II. Porque é certo, aliás, que Deus só age sobrenaturalmente para manifestar sua glória de um modo mais sensível, e mais próprio para confundir o erro daqueles que não o conhecem como é preciso.” *Id. Ibid.*

¹⁵¹ “Que não me digam mais então que Deus fez milagres a fim de impedir o Ateísmo. A menos que se acrescente que ele fez cessar o Ateísmo para ser verdadeiramente conhecido e adorado. Porque, caso não se acrescente isso, eu estaria autorizado a dizer que Deus fez cessar o Ateísmo por milagres, a fim que Júpiter e Minerva, Vênus e Mercúrio, e uma infinidade de outras pretensas Divindades, recebessem por toda a terra as honras que só são concedidas a Deus.” *Id. Ibid.*

¹⁵² “Visto que ainda que os Idólatras sempre pretendessem honrar alguma Divindade, e que eles adorassem sob a idéia de Divindade tudo o que adoravam, Deus sempre declarou que, de modo algum, via esse culto como o seu. Mas, ao contrário, como um roubo e uma usurpação do que lhe foi concedido, que mereceriam seus mais terríveis castigos.” *P.D.*, I, §103, p. 283.

Bayle aponta obstáculos de toda ordem em relação à concretização do abandono das crenças religiosas: 1º) a educação que, inculcada na mente e no coração dos homens, não permite que sequer se pense, tampouco se transgrida, os mandamentos religiosos vigentes em um dado círculo social; 2º) as reverências destinadas aos deuses, no que concerne a evocá-los em momentos críticos e a agradecer-los cobrindo-os de honrarias são o que amparam os idólatras; 3º) o sentimento de medo que comanda o espírito e a opinião alheia, fazendo com que se veja signos divinos por toda parte, o que leva os homens a se apegarem ainda mais a sua fé; 4º) e por fim, o monstro da superstição, que se torna uma fonte inesgotável de explicações sobrenaturais ao que é de cunho natural. Contudo, esses fatores levam os homens a lutarem contra um inimigo invisível, tentando sanarem um mal que jamais irá ocorrer. Isto é, Bayle demonstra a inutilidade de crer em milagres visando a evitar um mal: “De que serve então criar tão freqüentemente Cometas para evitar um mal que jamais acontecerá? Que há de mais inútil que esta espécie de milagres?” (*Id. Ibid.*)¹⁵³

Ainda poderão argumentar que o intuito e a função dos milagres é a conversão das nações que não conhecem divindade alguma. E Bayle rebate prontamente: isso é falso. Pois todos os homens que não são afetados pelos “efeitos ordinários e extraordinários da Natureza”(P.D., I, §104, p. 285), imaginando que a geração do mundo foi fruto do acaso, que tudo acontece somente pelo “encontro fortuito de certos princípios”(*Id. Ibid.*), são aptos a julgar da mesma forma todos os fenômenos naturais que apareçam de novo. Contudo, todas as obras da natureza em nada permitem que se possa provar a existência de um deus,

¹⁵³ Todavia, no tocante à educação, esta poderia servir justamente para o contrário, ou seja, para rejeitar o consentimento universal da prova de uma existência divina. Segundo J.S. Whimmore, “a prova da existência divina, baseada no consenso geral humano, foi repudiada por Bayle, [...] nos *Pensées sur la Comète*, sua primeira obra importante, na qual mostrou que a educação poderia ser usada para acabar com a superstição.” WHITMORE, J.S. “Bayle’s criticism of Locke”. In: *Pierre Bayle, le philosophe de Rotterdam*. Paris: Librairie Vrin, 1959, p. 1959. Cf. também a esse respeito nos *Pensées*, tomo I, pp. 127-129, 137 e 272. Em relação aos prodígios, levados às últimas conseqüências, levam nações inteiras à guerra. Juvenal alerta para essa escabrosa conseqüência de um pensamento supersticioso: “Que Nações deparamos, que não basta/ Seu ódio saciar, matando os outros/ Mas até mesmo devorar-lhe os corpos/ Onde iria esconder-se, tais prodígios/ Se vivendo Pitágoras os visse?! Que coisas não dissera e que evitava a carne de animais com tal respeito./ Como se humano fora, o dos legumes/ Na mesa sua, seleção fazia!”. JUVENAL. *Sátiras*. Trad. de Francisco Antônio Martins Bastos. Rio de Janeiro: Ediouro, s.d.p., XV, p. 130. Exemplo seguido por Voltaire. No verbete “Superstição” de seu *Dicionário Filosófico*, entende que superstição e crimes andam no mesmo passo: “Notai que as épocas de maior superstição sempre foram as dos mais horríveis crimes.” VOLTAIRE, François-Marie Arouet. *Dicionário filosófico*. Trad. de Marilena de Souza Chauí Berlinck. São Paulo: Abril Cultural, 1973, (Coleção “Os Pensadores”), p. 293.

por mais majestosas e regulares que sejam. (*Id. Ibid.*, §108, p. 292)¹⁵⁴. Nesse sentido, Bayle abre o caminho para uma análise mais aprofundada dos procedimentos tanto do ateu como do idólatra. O filósofo francês afinará suai reflexão estabelecendo um paralelo entre o ateísmo e a idolatria, objetivando aproximá-los em um primeiro momento, e posteriormente separá-los apontando suas respectivas diferenças.

3.4. O paralelo entre o ateísmo e a idolatria

Neste ponto, o objetivo de Bayle é um só: traçar um paralelo entre a idolatria e o ateísmo para demonstrar que este último é mais racional, mesmo mencionando que a necessidade desse paradoxo ser verdadeiro é dispensável:

Sendo assim, posso fazer o paralelo entre a Idolatria e o Ateísmo, mostrando que a Idolatria é ao menos tão abominável quanto o Ateísmo, porque não tenho necessidade que esse *paradoxo* seja verdadeiro. (*P.D.*, I, §114, pp. 303-4, grifo nosso)¹⁵⁵.

¹⁵⁴ “Se bem que está fora de toda verossimilhança que um Cometa de qualquer comprimento que se suponha, possa ensinar a um Povo que haja um Deus, que as obras da Natureza tão belas e regulares, os eclipses, os tremores de terra, os furacões, os trovões, e os raios de modo algum convenceram que exista um.” *Id. Ibid.*

¹⁵⁵ Comedidamente, Bayle equipara o ateísmo a idolatria em relação à perniciosidade de ambos. Contudo, trata-se de um artifício para confundir seus censores. Por exemplo, o termo “paradoxo” não é gratuito, pois justamente o que é paradoxal aos olhos dos eclesiásticos da época é justamente o vínculo estrito entre a moral e o ateísmo, o qual Bayle sugere nessas linhas, e que posteriormente abnega, quando diz que tal paradoxo não precisa encerrar nenhuma necessidade. A linguagem de Bayle é prudente devido à forte censura religiosa de seu tempo. Ainda sobre a questão do paradoxo, tal tema é exposto por Montesquieu, na quinta parte d’*O espírito das leis*, em um tópico intitulado “Paradoxo de Bayle.”. O filósofo de Bordeaux encara o argumento de Bayle a favor dos ateus como um sofisma, enfatizando a utilidade de se ter uma religião e vendo o lado bom da idolatria: “Bayle pretendeu provar que era melhor ser ateu do que idólatra, ou seja, em outros termos, que é menos perigoso não ter nenhuma religião do que ter uma ruim. [...] É apenas um sofisma fundado no fato de que não há nenhuma utilidade para o gênero humano que se acredite que um certo homem existe, ao passo que é muito útil que se acredite que Deus é. [...] É pensar mal contra a religião reunir em uma grande obra uma longa enumeração dos males que ela produziu, se não se fizer o mesmo com nos bens que trouxe [...] A questão não é saber se seria melhor que um certo homem ou um certo povo não tivesse religião do que abusasse daquela que tem, e sim saber qual é o mal menor, que se abuse algumas vezes da religião ou que ela não exista entre os homens [...] Para diminuir o horror do ateísmo, ataca-se demais a idolatria. Não é verdade que quando os antigos erguiam altares a algum vício isso significasse que amavam aquele vício; significa, pelo contrário, que o odiavam. Quando os lacedemônios ergueram uma capela ao Medo, isso não significava que aquela nação belicosa pedisse a ele que tomasse os corações dos lacedemônios durante os combates.

Mesmo não exigindo a veracidade desse paradoxo, Bayle chega ao âmago da questão. O que deve ser subentendido na passagem citada é que o ateu ou o tipo de ateu ao qual Bayle alude é justamente àquele que desconhece o dever de se reconhecer um deus.¹⁵⁶ Segundo o filósofo francês, o censor que não levar em conta a significância do que está sendo proferido, age de má fé ou por ignorância.¹⁵⁷ Os ateus mencionados por Bayle não são aqueles que sacrificam todo o seu conhecimento com vistas a se cometerem crimes de toda ordem, mas, especificamente, “aqueles que jamais ouviram dizer que existe um Deus.” (*P.D.*, I, §104, pp. 304-5). Mesmo Bayle asseverando que a idolatria é peculiar aos “abomináveis cultos dos Pagãos” (*Id. Ibid.*, p. 305), o estilo da sua escrita, nos moldes de um católico romano, deixa a entender a amplitude que Bayle dá a concepção de idolatria, isto é, não somente restringindo-a aos cultos pagãos: os idólatras são todos aqueles que veneram os falsos deuses.¹⁵⁸ Na sua refutação contra os presságios supersticiosos dos cometas, subentende-se a sua prova que ser idólatra é muito mais pernicioso do que ignorar a existência de uma divindade. Nesse sentido, a verdadeira oposição entre ateísmo e

Havia divindade para as quais se pedia que não inspirassem o crime, e outras a que se pedia que o afastassem. MONTESQUIEU, Charles de Secondat, Baron de. *O espírito das leis*. Tradução de Cristina Murachco. São Paulo: Martins Fontes, 1996, V, ii, pp. 466-7. Todavia, apesar de todo o seu apreço à História, à Geografia, aos costumes das nações nas suas obras, na questão do ateísmo, Montesquieu praticamente não argumenta. A recusa de antemão de uma moral atéia é defendida em nome de uma hipotética necessidade de se ter uma religião. Segundo Pierre Rétat, “o argumento é fraco, Montesquieu não pensa em discutir as razões de Bayle. Sua reação é imediata, sem nuances, é uma evidência que se impõe a ele [...] Montesquieu recusa então *a priori* a idéia do ateísmo virtuoso. Ele não argumenta, ele afirma. A eficácia social da religião não é somente um fato da experiência que a investigação histórica lhe permite desvelar, mas uma exigência da razão. O observador do fato religioso o submete à lei do determinismo, às diversas influências do clima, do governo, dos costumes: toda regra religiosa, boa ou má, supersticiosa ou não, contribui para formar o espírito das nações, sendo ao mesmo tempo causa e efeito. Mas Montesquieu não cessa de julgar as religiões pelo bem ou pelo mal que elas fazem: o ‘princípio repressor’ deve auxiliar a bondade dos homens. Dizer que é útil crer em Deus, é não somente fazer um cálculo, mas tomar um partido, e portar um julgamento de valor: a religião torna-se um ideal eficaz que conduz ao amor de seus semelhantes e ao serviço público, ela é a própria expressão das tendências mais nobres da natureza humana.” RÉTAT, Pierre. *Le Dictionnaire de Bayle et la lutte philosophique au XVIII^e siècle*. Paris: Imprimerie Audin, 1971, pp. 285-6.

¹⁵⁶ Crítica direta a Pierre Jurieu, que entendia como perigoso defender o ateísmo e condenar a idolatria. Jurieu mencionara: “Lemos o perigoso paradoxo, que o Ateísmo é um mal menor que a Idolatria. Impiedade que leva os homens a negligenciarem os Ateus e a terem mais horror pelos Idólatras que por eles. Como os Idólatras não são punidos com a morte, também não precisarão punir os Ateus.” *Apud* A. Prat, *P.D.*, § 114, nota I, p. 304.

¹⁵⁷ “Meu paradoxo deve ser entendido em um sentido estrito tanto em relação ao conteúdo como em relação ao atributo [...] a saber, o Ateísmo foi limitado a um tipo de Ateus.” *Id. Ibid.*, (grifo nosso)

¹⁵⁸ Bayle enfatizando o estilo de sua escrita na redação dos *Pensées*, afirma que por meio do qual deve-se entender o termo idolatria na concepção católica romana. Contudo, nas entrelinhas, apropriando-se de tal significado religioso, sugere que os católicos são idólatras, na prática, no mesmo sentido dos pagãos, ou seja, reverenciam falsas divindades: “Todo o livro é escrito sob a ficção de um Católico Romano, e de modo que a palavra (*mot*) idolatria deve ser entendida segundo o estilo da Comunhão de Roma. Logo, segundo esse estilo, não existem outros idólatras senão os que adoram os falsos deuses.” *Id. Ibid.*

idolatria consiste em uma postura crítica, enfrentando os efeitos do tradicional preconceito não somente em relação à natureza física, mas também no curso da história.¹⁵⁹ Visando a desconstruir o preconceito histórico-religioso que paira sobre o ateísmo, Bayle lançará mão de seis provas – na verdade, cinco, já que a sexta é um desdobramento da quinta – comparativas dos procedimentos práticos – na história – dos idólatras e a suposta conduta de indivíduos ateus.

A primeira prova Bayle a intitula como *A imperfeição é, pelo menos, tão contrária à natureza de Deus como o não-ser.* (P.D., I, §115, p. 306). Segundo Bayle, é diametralmente oposto à natureza divina, devido à multiplicidade de seitas, que por sua vez veneram diferentes divindades e, por conseguinte, estão sujeitas às faltas peculiares aos cultos aos falsos deuses. Nesse sentido, os idólatras agem muito mais erroneamente que os ateus, estes que renegam a existência de um deus qualquer: “Assim, os Idólatras, que negam que Deus seja um, e acima da imperfeição (*infirmité*), formulam um julgamento, no

¹⁵⁹ Segundo Isabelle Delplas, tal atitude crítica seria uma espécie de “ateísmo metodológico” empreendido por Bayle, no sentido de varrer os preconceitos particulares da análise dos fatos propriamente humanos: “[...] a verdadeira oposição entre o ateísmo e idolatria nas práticas e nas ações seria a dos métodos e das práticas de interpretação, no sentido o qual o historiador, respeitando um ateísmo metodológico, não projetaria seus preconceitos nos fatos humanos e na história.” DELPLAS, “Le parallèle entre idolâtrie et ahéisme”, p. 163. Esse valor decisivo atribuído à História é o que distancia Bayle dos autores clássicos da Modernidade, como Descartes, por exemplo. Este, na primeira parte de seu *Discurso do método*, apesar de apontar os proveitos de se conhecer os costumes de outros povos, encontrara aí, ao seu ver, pouca coisa que lhe acrescentasse: “É certo que, enquanto me limitava a considerar os costumes dos outros homens, pouco encontrava que me satisfizesse, pois advertia neles quase tanta diversidade como a que notara anteriormente entre as opiniões dos filósofos. De modo que o maior proveito daí tirei foi que, embora nos pareçam muito extravagantes e ridículas, não deixam de ser comumente acolhidas e aprovadas por outros grandes povos, aprendi a não crer demasiado firmemente em nada do que me fora inculcado só pelo exemplo e pelo costume; e assim pouco a pouco, librei-me de muitos erros que podem ofuscar a nossa luz natural e nos tornar menos capazes de ouvir a razão. Mas depois que empreguei alguns anos em estudar assim no livro do mundo, e em procurar adquirir alguma experiência, tomei um dia a resolução de estudar também a mim próprio e de empregar todas as forças de meu espírito na escolha dos caminhos que devia seguir.” DESCARTES, René. *Discurso do método*. Trad. de Bento Prado Jr. e J. Guinsburg. São Paulo: Abril Cultural, 1979 (Coleção “Os Pensadores”), I, p. 33. Élisabeth Labrousse entende que é a aversão de Bayle a qualquer tipo de sistema filosófico que o leva a se distanciar do cartesianismo “puro”, isto é, em seu prolongamento gnosiológico ou metafísico: “Um primeiro motivo, absolutamente patente, impede *a priori* Bayle de ser um puro cartesiano; vimos, que nele o filósofo está bem longe de ser o homem em seu todo; as ‘matérias de raciocínio’ só absorveram quase que exclusivamente os últimos anos de sua vida e além disso, essas ‘matérias de raciocínio’ foram muito mais teológicas que filosóficas; e na juventude de Bayle, o que dominou nele, é o curioso, o crítico, o erudito em abominação ao cartesianismo. Nele também, o ecletismo é muito menos uma posição doutrinal refletida que o efeito de uma indecisão comandada por motivos que nada têm de filosófico, a qual certas declarações de tino cético só são a justificação tardia. Se o cartesianismo de Bayle só é relativo, não é devido a seu apreço anterior a um outro sistema de pensamento, nem em virtude de uma aspiração em consonância com uma posição sincretista, é simplesmente porque sua mentalidade de historiador repudia a adoção de qualquer sistema.” LABROUSSE, É. *Pierre Bayle: hétérodoxie et rigorisme*, p. 44.

mínimo, tão absurdo e tão desvantajoso de Deus, como os Ateus que negam sua existência.” (*Id. Ibid.*). Levando sempre em conta a escrita ponderada de Bayle em relação aos seus censores, entre fazer falsos julgamentos de um deus e negar a existência do mesmo, o primeiro tipo de julgamento é de longe o mais insensato. A incoerência consiste em projetar por meio das crenças em diversos deuses todo o ardor das paixões as quais resultam na prática em crimes hediondos. O que Bayle quer mostrar é que nada tem a ver a diversidade das religiões com seu valor intrínseco, em nada favorecendo o ateísmo. A maioria dos sufrágios, concluindo que exista uma divindade, alicerça-se unicamente em vazias apreciações, tendo como guia as paixões. Desse modo, os sentimentos mais baixos se afloram e ensejam concepções estranhas do que sejam os deuses:

Então, há mais extravagância, brutalidade, furor, cegueira na opinião de um homem que admite todos os Deuses dos Gregos e dos Romanos, quase infinitos numericamente, e agitados por todas as paixões, e maculados de todos os crimes que são vistos entre os homens, que na opinião de um Ateu. (*Id. Ibid.*, p. 307).

Vale ressaltar a sutileza dessa afirmação de Bayle. Se em um primeiro momento, a crença em vários deuses é tão absurda *como* negar a sua existência, agora a admissão da existência de infinitas entidades celestes é *mais* funesta que os que não reconhecem divindade alguma. Assim sendo, Bayle faz o ateísmo dar um passo a frente da idolatria: preferir não crer em um deus é muito mais racional e coerente, que formular falsos julgamentos e regar a devoção por definições incabíveis de uma determinada divindade, a qual somente faz os homens derramarem o sangue por meio de toda espécie de crimes.¹⁶⁰

A segunda prova é que *A Idolatria é o maior de todos os crimes, segundo os Padres*. (*P.D.*, I, §116, p. 309) Bayle recorre à própria tradição religiosa, e ao mesmo

¹⁶⁰ A racionalidade e a coerência atéias apóiam-se em dois pontos fundamentais: não ter motivo algum para dogmatizar e muito menos semear a discórdia entre os homens. Segundo J.-M. Gros, “de fato, o ateu para Bayle, não tendo motivo para dogmatizar deveria, menos que o homem de uma Igreja, ter razões de criar dissensões entre os homens. Em uma sociedade de ateus, ter-se-ia, ao menos, a vantagem de não temer as guerras de religião.” GROS, J.-M. “Introduction”, in: BAYLE, P. *Commentaire philosophique*, p. 34. Quanto a questão do ateísmo ser uma espécie de dogmatismo no sentido de afirmar a negação de deus, isto é, um ateísmo *strictu sensu*, cf. o texto de Paulo Jonas de Lima Piva “O primeiro ateu: a propósito do ateísmo e do ceticismo no *Theophrastus Redivivus*”, in: SMITH, Plínio Junqueira e FILHO, Waldomiro Silva (Orgs.) *Ensaio sobre o ceticismo*. São Paulo: Alameda, 2007, p. 144 e seg.

tempo, denuncia a incongruência entre a teoria e prática religiosas. Primeiramente, Bayle diz que os Padres da Igreja encaravam a Idolatria como o mais bizarro dos crimes: “A segunda razão é que os Padres da Igreja disseram, sem nenhuma exceção, que a Idolatria é o principal crime do gênero humano, o maior pecado do mundo, o maior de todos os pecados, o último e o pior de todos os males.”(*Id. Ibid.*). Nesse consentimento unânime na apreciação acerca da Idolatria, Bayle se vale da tradição para constatar o grau de periculosidade nas práticas idólatras. Introduzir diversos deuses no mundo é abalar o império divino. Ainda que sempre associando o fenômeno da idolatria aos pagãos, Bayle dá um exemplo dos cristãos que, quando foram perseguidos, faziam sacrifícios aos deuses, classificando tal conduta como um crime de prevaricação, o qual excluiu os cristãos do clero.(*Id. Ibid.*, p. 310).

A terceira prova é que *Os Idólatras foram verdadeiros Ateus em um certo sentido.* (*P.D.*, I, §117, p. 310) Essa prova é mais complexa, pois quando Bayle diz que os idólatras foram verdadeiros ateus, é no sentido que o desconhecimento dos mesmos acerca das coisas divinas é muito maior que o dos ateus. Os antropomorfismos idólatras, isto é, simples objetos tidos como deuses, em nada esclarece o que é ou não divino:

A terceira razão é que, se observarmos bem, veremos que os Idólatras foram verdadeiros Ateus, tão destituídos do conhecimento de Deus como os que formalmente negam a sua existência. Pois, como de modo algum seria conhecer o homem imaginando-o sendo de madeira, do mesmo modo, não é conhecer Deus imaginando-o como um ser finito, imperfeito, impotente, que têm muitos confrades [*compagnons*] (*P.D.* ,I, §117, p. 310).

A ironia de Bayle torna-se latente, visto que os falsos atributos e a crença desenfreada em inúmeros deuses, sob a pena do filósofo de Carla, transformam-se em esboços de ateísmo. Logicamente, ateísmo nesse sentido significa justamente todo o desconhecimento manifesto dos idólatras no tocante aos deuses, ignorância a qual sempre atribuída aos ateus. Bayle apropria-se dos rótulos preconceituosos reportados pelos religiosos ao ateísmo para classificar todo o despudor supersticioso dos idólatras. A ignorância do que seja uma divindade passa agora para o lado da idolatria: seus

antropomorfismos não passam de devoções vazias a objetos inanimados ou animais, que manifestam o absurdo da conduta de um crédulo, repleta de contradições:

“[...] perderam-se em seus vãos raciocínios, e chafurdaram nas extravagâncias, loucuras e trevas prodigiosas, até reduzirem a glória incorruptível de Deus à forma de uma ave, de uma serpente, e de uma besta de quatro patas.”(*Id. Ibid.*, p. 311).

Crendo conhecer seu respectivo deus, os idólatras o transformaram em um monstro fabuloso, que os fizeram incorrer em um absoluto desconhecimento das formas de o reverenciarem. Destruindo a idéia do divino por meio de cultos e palavras, os idólatras culminaram nesse “ateísmo” o qual é traduzido pela ignorância de seus procedimentos e por seu irracionalismo crédulo e temerário.

Bayle passa à quarta prova designada *O conhecimento de Deus só serve a um Idólatra para tornar seus crimes mais atrozes*. (*P.D.*, I, §118, p. 311). Nessa prova, Bayle diz que a impiedade de um idólatra em nada o impede de perpetuar seus crimes, ao passo que em relação a um ateu, sua ignorância do conhecimento e das reverências a uma divindade amenizaram o que supostamente poderia fazer de errado: Bayle ainda aqui emprega a palavra “ateísmo” associada ao idólatra, apropriando-se dos adjetivos religiosos - que sempre destinaram a um ateu *strictu sensu* – e remetendo-os aos crédulos:

Se há alguma diferença entre o Ateísmo de um Idólatra e o de um Ateu, é principalmente que o Ateísmo do Idólatra em nada diminui a atrocidade de seus crimes, ao passo que um homem que é Ateu, por ser nascido entre os Povos que dizem que, de tempos imemoriais, não reconheciam nenhuma Divindade, terá diminuído a pena devido à sua ignorância. (*P.D.*, I, §118, p. 311).

Desse modo, Bayle associa a conduta dos idólatras a uma espécie de má-fé por saberem os mandamentos de seus tutores religiosos, mas não seguirem à risca, na prática, o que preconizam. Em contrapartida, o ateu, por desconhecer preceitos religiosos, seria menos digno de punição. Bayle classifica como maliciosa a postura idólatra, justamente por

entender que é um crime muito mais brutal condenar um deus que negá-lo.¹⁶¹ Crime ainda maior por parte do idólatra é saquear e blasfemar nos mesmos templos onde se sacrificam por seus deuses, algo que um ateu jamais faria devido à sua ignorância dos cultos e ao seu espírito despojado da má-fé dos devotos. Nesse sentido, Bayle expõe a condição de ambos: os idólatras estão numa situação bem mais delicada que a dos ateus, pois os primeiros regem suas ações por sua malícia e desprezo pelo seu próprio objeto de veneração o qual tanto dizem que estão voltados. Contrariamente, o ateu, restrito à sua ignorância, é inapto a servir aos deuses:

A condição dos Idólatras é pior que a dos Ateus, visto que uns e outros sendo igualmente ignorantes em relação ao verdadeiro Deus, e igualmente incapazes de servi-lo, os Idólatras possuem em particular certas noções e certas persuasões, contra as quais não saberiam agir sem uma extrema malícia e sem um visível desprezo por suas Divindades. (*Id. Ibid.*, p. 312).

Bayle estabelece dois tipos de ignorância: a primeira, a atéia, se trata de uma ignorância involuntária, constituinte da natureza do indivíduo, a qual não toma como parâmetro das ações signos externos delirantes, tampouco basear sua própria moral em um conjunto de crenças cheio de contradições, tanto teóricas como práticas. Já a ignorância idólatra é uma dissimulação calculada, apoiada em uma moral de interesse a qual faz como que o indivíduo só evoque seus deuses quando lhe é conveniente. As honras ou imprecações variam de acordo com o grau de satisfação devota com a divindade. O argumento de fundo é justamente saber o quanto a malícia em uma intenção determina a consecução de um ato criminal. É o que Bayle retrata:

Pois para julgarmos se um crime é mais atroz que outro da mesma espécie, é preciso saber não somente se um foi cometido com mais conhecimento que o outro, mas também qual dos dois criminosos contribuiu mais com malícia à sua ignorância. [...] Se podendo fazer com que um homem ignore certas coisas, porque se recusou de se instruir de medo que a instrução o dissuadisse de seus perniciosos desígnios, segundo os quais ignorância nenhuma pode desculpar. (*P.D.*, I, §118, p. 313).

¹⁶¹ “[...] porque em boa Teologia, e sobre a declaração expressa de JESUS CRISTO, aqueles que sabem a vontade de seu mestre, e, contudo, não a fazem, serão mais severamente punidos, que os que não fizeram por não a conhecerem. O que supõe, manifestamente, que há mais malícia na conduta dos primeiros [os idólatras] que na dos últimos [os ateus], e que Minucius Felix errou em sustentar sem reservas *que é uma odiosa ofensa tanto não conhecer Deus como ofendê-lo.*” *Id. Ibid.*, p. 312. (Maiúsculas e grifos no original.)

A malícia é o principal motivo para que o homem recuse de antemão instruir-se para se afastar de suas más intenções. Deliberadamente, prefere ficar imerso em sua ignorância aliada à má-fé. Bayle sublinha que não é suficiente saber se um crime é pior que um outro devido ao conhecimento do ato criminal, mas se tal ação foi efetivada maliciosamente. À luz da distinção entre a ignorância atéia e a idólatra anteriormente mencionada, Bayle mostra a intencionalidade crédula e ao mesmo tempo deliberada que subsiste nos atos de um religioso, este tendo pleno conhecimento de causa do que está fazendo.¹⁶² Nesse sentido, fica manifesto que a malícia em uma ação é crime, independente de qualquer credo religioso.

Segundo Bayle, é impossível que tudo o que é feito de mal por parte dos idólatras em relação aos seus templos e ídolos possam ser uma boa ação. Sem uma devoção bem conduzida, o máximo que podem fazer é agirem contra as luzes de sua consciência, cometendo crimes tendo como aval seus falsos princípios.(*P.D.*, I, §118, pp. 313-4). Todos esses motivos levam o idólatra a adorar seus falsos deuses, o que permite Bayle equiparar a idolatria à impiedade:

Adorar o que falsamente se imagina ser Deus é um ato de Idolatria. Esmagar com os pés o que se imagina falsamente ser Deus é um ato de impiedade. São duas ações extremamente opostas, contudo, produzem o mesmo efeito.(*Id. Ibid.*, p. 314).

Seja adorar o que uma imaginação crédula acha que é um deus, seja derrubar ídolos tidos como divindades, ambas as ações são produto da mesma coisa: são oriundas do desconhecimento dos modos de se reverenciar. Segundo Bayle, um deus toma para si o ultraje que é destinado aos falsos deuses pelas pessoas que o idolatram como verdadeiros. Todavia, esse mesmo deus não se importa com as honras concedidas às falsas divindades

¹⁶² Bayle dá o exemplo de Calígula. Este, não sendo contemplado com as graças divinas, chega ao ponto de ficar imprecando incessantemente e lançando pedras a esmo em direção ao céu: “[...] não era um crime menor Calígula chamar seu Júpiter para um duelo, e lançar-lhe pedras em direção às nuvens, com essas palavras ‘*tirai-me do mundo ou tirá-lo-ei*’ todas as vezes em que via a pedra cair, que se um Cristão fizesse o mesmo em relação a JESUS CRISTO[...] De sorte que se Calígula chegou a esse excesso de furor contra Júpiter, ainda que o reconhecesse como o Deus ao qual lança a pedra, e que governa o mundo, há tanta malícia em seu feito, *caeteris partibus*, como no de um Cristão, que reconhecendo JESUS CRISTO como Deus, contudo, chegasse a semelhante excesso de brutalidade contra ele.” *P.D.*, I, §118, p. 312.

por aqueles que crêem serem verdadeiras. Na verdade, o mais relevante é que para Bayle de forma alguma os ateus procederiam de tal forma. O filósofo francês não perde em nenhum momento o objeto de reflexão dos *Pensées*: tentar explicar a passagem do cometa por um viés divino, com pretensões de introduzir na mente do homem que tal fenômeno é um aviso celeste, o qual hipoteticamente quer os homens sejam antes idólatras que ateus é querer condenar a humanidade ao erro e infelicidade perpétuos:

De onde parece que os Ateus não podem ofender a Deus de tantas maneiras, nem com tanta malícia como os Idólatras. E que assim, inflamar (*allumer*) Cometas extraordinariamente, a fim que os homens sejam antes Idólatras que Ateus é só querer tornar os homens mais maus e infelizes. (*Id. Ibid.*)

Bayle ataca duramente a explicação supersticiosa, crédula e preconceituosa da passagem do cometa, e por conseguinte, o antigo preconceito concernente ao ateísmo. Se o fim almejado com uma apreciação religiosa do cometa é tornar os homens idólatras, impedindo-os de enveredarem pelo ateísmo, o efeito pode ser reverso: em vez de ser sinônimo de bem-estar e felicidade, uma sociedade idólatra alcançaria os maiores índices de erros, periculosidade e infelicidade. A malícia nas ações, por sua vez, sendo a fonte inesgotável de toda espécie de irracionalidades.

A quinta prova é *A Idolatria torna os homens mais difíceis de se converter que os Ateus*. (*P.D.*, I, §119, p. 315.) Segundo Bayle, o que mais afasta o homem do caminho da “verdadeira” religião é a *idolatria*. Mesmo havendo exceções históricas, em geral o zelo idólatra é muito mais funesto que a indiferença¹⁶³ religiosa. Um indivíduo movido pelo

¹⁶³ Esse tema da indiferença atéia, só que no sentido pejorativo, Rousseau retomará no *Emílio*. Na quarta parte, em uma extensa nota de rodapé, ele discorre sobre a questão. Embora mencionando que Bayle acertara que o ateísmo é muito menos pernicioso que o fanatismo, por exemplo, caracteriza este último como uma paixão avassaladora, a qual transforma o coração do homem, sendo preciso bem guiá-la para dela haurir as maiores virtudes: “Bayle demonstrou muito bem que o fanatismo é mais funesto que o ateísmo e isso é incontestável, mas o que ele disse e não é menos verdade é que o fanatismo, embora sanguinário e cruel, é uma paixão grande e forte, que eleva o coração do homem, que o faz desprezar a morte, que lhe dá uma força prodigiosa e que só devemos orientar melhor para tirar dela as mais sublimes virtudes [...] Se o ateísmo não faz derramar o sangue dos homens, é menos por amor à paz do que *indiferença* pelo bem; pouco importa ao pretense sábio como vão as coisas, contanto que permaneça em repouso em seu gabinete.” ROUSSEAU, J.-J. *Emílio ou Da Educação*. Trad. de Roberto Leal Ferreira. São Paulo: Martins Fontes, 1999, IV, p. 427, nota 1.

fervor da religião, uma vez obcecado por seus falsos princípios, tem mais dificuldade em aceder à verdade que o ateu. O filósofo francês afirma que

[...] nada indis põe tanto os homens a se converterem à verdadeira religião do que a idolatria. Embora haja exemplos que fazem ver que os idólatras e supersticiosos, sendo uma vez convertidos, zelem mais pela boa causa do que os que se convertem depois de terem sido indolentes na sua falsa religião [...] o zelo de um idólatra é uma disposição do coração muito mais pernicioso do que a indiferença. (*Id. Ibid.*)

O ateu desprovido de paixões perniciosas para julgar se uma religião é verdadeira ou falsa, está em melhores condições para chegar à verdade. Em se tratando de ateísmo, é claro e evidente que um ateu jamais teria a vontade de se converter, visto que sua “indiferença” seria o fator determinante do seu desinteresse em se debruçar em questões teológicas sem sentido. Expondo uma hipotética conversão de um ateu, Bayle sempre tem em vista seu alvo, a saber, implodir por dentro todo o arsenal supersticioso da religião. Se as ações morais são regradadas pela inútil idolatria instaurada entre os crentes, então a escolha mais sóbria é enveredar pelo ateísmo. Com essa maior “disposição” atéia para abraçar a “boa causa”, Bayle condena absolutamente os procedimentos dos idólatras, os quais fundamentam suas opiniões em milagres, empreendendo cerimônias e louvando seus ídolos:

Sobre essas bases, parece que seria melhor ser um ateu do que estar mergulhado nas abomináveis idolatrias dos gentios, porque há muita aparência que os pregadores do Evangelho, explicando nossos mistérios e amparando-os com muitos sinais milagrosos, abrindo talvez os olhos dos que ainda não teriam escolhido seu lado – falo aqui dos sem religião – quanto às pessoas apaixonadas pela antiguidade de suas cerimônias e enraizadas na fé e louvação de seus ídolos. (*P.D.*, I, §119, p. 315)

A paixão cega pelos ídolos materiais e cerimônias sem sentido, cristalizada por toda uma tradição religiosa e histórica, bloqueia o devoto para a efetivação de um livre exame dos seus preceitos morais. Para Bayle, a “antiguidade” de uma cerimônia religiosa significa unicamente um retrocesso no pensar, uma pedra no caminho para o empreendimento de uma desmontagem filosófica da superstição proposta pelos *Pensées*. Assim sendo, se esta

tradição religiosa tem fortes ressonâncias na moral e na política, e se o objetivo da obra de Bayle é justamente refletir sobre as possibilidades e os efeitos de uma sociedade de ateus, o pensador francês tocará em dois pontos fundamentais: 1) o ateu não é necessariamente corruptor da moral; 2) no tocante à política, os idólatras superam os ateus em crimes de lesa-majestade. (Cf. *Id. Ibid.*, I, §§ 102-103).

À luz da premissa exposta por Bayle que na escala de crimes os idólatras estão muito à frente dos ateus. Tais atrocidades são constatadas não somente nos livros dos poetas, mas também nas obras em prosa, todos os crimes dos pagãos em relação a seus deuses quando estes não lhes agradavam. O “desapontamento” causado pelas divindades para com seus devotos causou uma verdadeira hojeriza por parte dos últimos. Seus templos e estátuas foram destruídos simplesmente pelo fato de seu deus não atenderem às suas preces:

Mas se os idólatras só fizeram se igualar aos ateus na maior parte dos crimes, é certo que eles [os idólatras] os ultrapassaram em lesa-majestade divina [...] Pois outros são os modos de falar insolentes contra os deuses que se viam nos seus livros, sem que se veja que elas fizeram parte do domínio do autor; que se vêem, afirmo, em grande número, não somente nos poetas, mas também nas obras em prosa, e não se sabe que os pagãos degradaram suas divindades quando eles ficaram descontentes? E não se sabe que eles derrubavam ou apedrejavam seus templos e suas estátuas? (*P.D.*, I, §132, p. 344)

Bayle desmascara a moral de interesse que subjaz nas calorosas preces pagãs. Se um deus não agrada a seus fiéis, será motivo de escárnio e atrairá para si o ódio de seus partidários. E a tradição, tão consultada para valorizar as credences e os vãos rituais religiosos, agora sob a pena de Bayle é tomada para constatar os que verdadeiramente cometem crimes de lesa-majestade divina. Isso está tanto nos poetas, nos historiadores e nos próprios textos religiosos tradicionais, e sem dúvida, não é da índole dos ateus cometerem essa espécie de crime.¹⁶⁴ Por exemplo, para Bayle é muito diferente para um

¹⁶⁴ Indo contra a tradição, Bayle lança as bases de um “individualismo metodológico” o qual é tributário de sua formação protestante. É o que diz Isabelle Delpla: “Defendendo por um ponto de vista reformado o direito do livre exame contra a autoridade da tradição na qual cada etapa e cada componente pode ser decomposto e analisado, Bayle pratica então uma forma de individualismo metodológico e de naturalização psicológica que explicam e dessacralizam o fenômeno da autoridade e seus efeitos sociais.” “Le parallèle entre idolâtrie et athéisme, p. 156.

ateu e para um idólatra derrubar um templo erguido em homenagem a uma divindade: o primeiro, se o fizer, sê-lo-á porque entende simplesmente que Deus não existe, sendo totalmente contraditório conceder honras a algo ou alguém que não se vê tampouco se acredita. Contrariamente, o idólatra derrubando um templo, o fará de absoluta má fé, tendo como pretexto a sua indignação perante aos deuses que lhes desagradaram. Dessa forma, os verdadeiros criminosos e pecadores são os idólatras e não os ateus:

Um ateu não concede honras a um deus porque não é persuadido que ele exista. Se ele demole um templo, acredita que não ofendeu nenhuma divindade. Mas um idólatra fazendo a mesma recusa às honras a um deus que reconhece e as recusa a fim de ofendê-lo. [...] Por essa razão, idólatras que derrubam os altares sobre os quais eles tinham sacrificado pecam mais gravemente do que um ateu. (*P.D.*, §132, p. 348).

Aqui, perante aos fatos humanos, ganha solidez a atitude crítica atéia de Bayle, à medida que oferece um enfoque diferente sobre a questão, isento de preconceitos religiosos. Nem cometas, Providência tampouco deus algum, dão conta dos fatos que ocorrem, os quais são manipulados por uma leitura tendenciosa, ortodoxa e acima de tudo, anti-filosófica. E Bayle ainda vai mais longe: chega a sugerir que deus está sob a jurisdição humana, sendo permitido proibir as falsas honras medidas a uma divindade qualquer, como um príncipe puniria seus súditos se estes tirassem os ídolos de seus pedestais:

Por fim, abater um templo de um deus em punição por ter deixado um homem morrer – não é acreditar que Deus é julgável pelo homem; que Deus deve agir não conforme a sua vontade mas de acordo com o que apraz ao homem; que, se não o faz, o homem tem o direito de puni-lo por meio da supressão das honras que lhe são dadas, como quando um príncipe pune seus súditos por se recusarem a concedê-las? (*P.D.*, I, §132, p. 348)

A passagem é difícil, mas fundamental. Bayle mostra que os próprios idólatras colocam os deuses sob as suas leis, acusação a qual sempre atribuíram ao ateísmo. Nesse sentido, a “indiferença” atéia é quase que inofensiva diante da pretensão pagã – e cristã, obviamente – de quererem estabelecer um tribunal dos deuses na terra. E a severidade de tal lei está em consonância com o grau de contentamento que um deus proporciona aos seus fiéis. Contrariamente, o ateu não tem essa preocupação, muito menos o interesse em

conceder honras com vistas a uma recompensa futura ou simplesmente abdicar de uma crença quando não o convém.

3.5. Superstição versus ateísmo na esfera política

Para Bayle, a própria política poderia evitar o tão temido fenômeno do ateísmo na esfera social. Além do valor e esmero atribuído pelos homens aos atos religiosos externos, os magistrados tinham um grande cuidado em manter os súditos sob o freio do medo dos deuses. Em decorrência disso, tal zelo, partindo do pressuposto que, em todas as épocas históricas, a religião era um dos elementos primordiais da esfera social:

É preciso considerar que a política dos Magistrados proposta aos assuntos civis e aos da Religião, tinha um grande cuidado em manter os homens na dependência pelo freio do temor dos Deuses. Reconheceu-se, em todas as épocas, que a Religião era um dos liames da sociedade, e que os súditos se conformavam mais à obediência quando se sabia fazer intervir a propósito o Ministério dos Deuses. (*P.D.*, I, §108, p. 292)¹⁶⁵.

À luz da sua crítica à opinião, Bayle toca em um ponto fundamental: em todas as épocas a Religião é tida como indispensável para a formação, conservação e prosperidade de uma sociedade. Pela lógica da obediência, os componentes de um círculo social agem de acordo com o que o “ministério dos deuses” lhes sanciona, sendo o principal recurso propagar o medo dos deuses nas pessoas. E, por outro lado, encorajam os súditos a defenderem a pátria, uma vez que os magistrados reforçam seu intento com rituais em templos, diversas cerimônias, fazendo acreditar que os inimigos que quisessem violar esse

¹⁶⁵ Necessidade desse freio imposto e gravado no coração dos homens o qual defende Montesquieu “Um príncipe que ama a religião e a teme é um leão que cede à mão que o acaricia ou à voz que o acalma; aquele que teme a religião e a odeia é como os animais selvagens que mordem a corrente que os impede de se lançarem sobre aqueles que estão passando; aquele que não tem religião é aquele animal terrível que só percebe sua liberdade quando a rasga e a devora.” *O espírito das leis*, V, ii, p. 466. Voltaire segue a mesma linha de raciocínio defende. No verbete “Ateísmo” de seu *Dicionário Filosófico*, ele diz: “É, pois, em absoluto necessário, para os governantes como para os povos, que esteja profundamente gravada nos espíritos a idéia de um Ser supremo, criador, que premia e castiga.” VOLTAIRE, *op. cit.*, p. 111.

redutos de devoção, seriam ameaçados por um terrível castigo advindo dos céus o qual anunciaria o presságio das vítimas.¹⁶⁶ Segundo Bayle, para que isso pudesse ser posto em prática, seria preciso tanto uma religião com respaldo dos magistrados como gravar no espírito dos súditos sentimentos de medo, veneração e respeito para com todos os exercícios dessa religião. Tais procedimentos teriam tão e somente como fim instigar nos homens tanto o zelo religioso como gravar em seus espíritos o mais absoluto respeito pelas suas respectivas cerimônias.¹⁶⁷ Mas Bayle é irônico: sendo assim, tomando todas essas medidas, o risco do surgimento do ateísmo no seio social tornar-se-ia diminuto: “Julgai, Mr., se depois disso aí teria cabimento temer que os Povos caíssem no Ateísmo.” (*P.D.*, I, §108, p. 292)

Todavia, todas essas medidas políticas na prática tiveram efeito completamente diverso: elas acabaram disseminando a superstição dos presságios independente do seu fim, isto é, seja para intimidar as pessoas ou para enchê-las de confiança. Bayle recorre à história e dá um exemplo:

Se os Soldados Romanos fossem Espíritos Fortes, Drusus, Filho de Tibério, não teria a felicidade de acalmar o motim das Legiões da Panônia que não aguardava mais nenhuma medida. Mas um eclipse, que sobreveio bastante a propósito, espantara de tal modo esses motins, que Drusus, que se prevaleceu habilmente de seu terror pânico, fez tudo o que quis. (*P.D.*, I, §81, p. 205).

Bayle mostra que ter um espírito forte não seria suficiente para conter o clima acirrado de um levante, era preciso recorrer a instâncias de cunho divino. A habilidade consiste em saber usar em favor próprio o medo dos inimigos, uma vez que se sabe que o homem, sempre tendendo à superstição, teme mais as coisas divinas do que as mundanas. No exemplo citado, os soldados se valeram da ilusão psicológica¹⁶⁸ a qual é típica de uma

¹⁶⁶ “[...] só poderiam encorajar os Povos a defenderem a Pátria com mais êxito prendendo (*attachant*) seu coração a certas devoções praticadas em certos Templos, como cerimônias pomposas, sob a proteção mil vezes aprovada de certas Divindades, e que fazendo-lhes acreditar que os Inimigos que quisessem profanar esses lugares santos, seriam ameaçados por um terrível castigo pelos presságios das vítimas.” *P.D.*, I, § 108, p. 293.

¹⁶⁷ “É porque a Política queria que cuidadosamente se preparasse o que seria próprio para fomentar nos espíritos o zelo da Religião, e inspirar-lhes um profundo respeito por suas menores cerimônias.” *Id. Ibid.*

¹⁶⁸ A expressão é de Isabelle Delpla.

mente idólatra, a qual manda e desmanda nas ações, mostrando a espantosa facilidade que a superstição tem em se manifestar nos espíritos crédulos e incautos. Tendo os adivinhos como porta-vozes, as vãs imagens da religião propagam-se, visando a doutrinar as consciências, impedindo-as de se oporem ao que supostamente seja predestinado e inevitável. Extirpando pela raiz toda e qualquer possibilidade de uma opinião contrária a certas decisões políticas ou acontecimentos tidos como inevitáveis, os políticos agem a bel-prazer, à medida que tiram inúmeros benefícios da superstição popular. Atribuem seus fracassos aos infundados presságios que, na verdade, só decorreram de sua incapacidade em reger a pátria ou mesmo má-fé. Esta concretização de uma pretensa natureza do que decorre tão e somente da liberdade e responsabilidade humanas dá margem à construção de um destino o qual transmuta as ações e a história humana, assim como as relações de ordem social e política, em acontecimentos naturais, forçosos. Nesse sentido, Bayle conclui que os mesmos princípios políticos que propagaram a superstição do vulgo em relação a outros prodígios, também valeram para os cometas: “É fácil compreender que as mesmas máximas de Estado, que fomentaram a superstição dos Povos a respeito de outros prodígios, também fomentaram em relação aos Cometas.”(*Id. Ibid.*, p. 207). Para Bayle, da mesma forma, se os políticos espalharam que os cometas são presságios funestos, o povo também contribuiu para tal, devido tanto a sua tendência natural a ver como um sinal divino coisas de ordem meramente natural, como a uma certa malícia em imaginar tão facilmente que os cometas ameacem as autoridades políticas. A prevenção ditada pelo Estado toma ares de uma paranóia coletiva, e o governo, por sua vez, apoiando-se nas mais bizarras crendices supersticiosas. (*P.D.*, I, § 81, p. 209). Desse modo, Bayle abre o caminho para uma análise mais aprofundada, passando das análises comparativas entre a idolatria e o ateísmo à reflexão acerca das conseqüências de se conhecer um deus em meio a povos idólatras.

Bayle entende que a falsa conversão a uma divindade torna-se frágil para refrear as paixões humanas, escapando à sua jurisdição. Tais paixões agem em relação a um falso convertido de forma semelhante a um homem incrédulo:

Afirmamos então que quando não se é verdadeiramente convertido a Deus, não tendo o coração santificado pela graça do Espírito Santo, o conhecimento de um Deus e de uma Providência é uma frágil barreira para reter as paixões humanas,

e que assim elas escapam tão licenciosamente como fariam sem esse conhecimento. (*Id. Ibid.*, §131, p. 341).

O máximo a que esse conhecimento pode chegar somente se limita a exercícios externos, alimentando a ilusão de poder conciliar os homens com os deuses na terra. Nesse sentido, a única fonte de todos os males mundanos é a concupiscência, a qual está presente tanto nos idólatras como nos ateus e que podem torná-los criminosos. (*Id. Ibid.*, p. 342)¹⁶⁹ Uns e outros, não tendo a capacidade de formar uma sociedade, Bayle sugere um freio mais eficaz que o da religião, a saber, o das leis humanas:

[...] uns e outros não saberiam formar Sociedades, se um freio mais forte que o da Religião, a saber, as leis humanas, não reprimisse sua perversidade. E isso faz ver o pouco de fundamento que há em dizer que o conhecimento vago e confuso de uma Providência é bastante útil para enfraquecer a corrupção do homem. (*P.D.*, I, §131, p. 342)

Esvai-se todo o esforço religioso em querer cercear as paixões do homem as quais o regram no tocante às suas ações. Bayle é pontual: para se impedir o avanço das paixões, é necessário algo humano, que aja com firmeza e que dispense preceitos religiosos e obscuros no tocante à conduta do homem. O efeito do conhecimento de uma divindade surte contrariamente à sua intenção inicial: em vez de limitar a concupiscência humana, inflama-a cada incessantemente, manifestando a exigência de uma instância mundana de caráter propriamente político que interrompa o curso das paixões, e isso só é possível por meio das leis. Mas Bayle é cômico de que estipular leis é mais uma questão propriamente física que

¹⁶⁹ Quanto às imperfeições as quais estariam sujeitas seja uma sociedade só formada por religiosos, seja só por ateus, Bayle parece renunciar, apesar de somente um primeiro momento, o que Rousseau dirá no livro IV do Contrato social. E o exemplo da não viabilidade de uma sociedade atéia, Rousseau dirige sua crítica ao próprio Bayle: “Acho que desse ponto de vista desenvolvendo os fatos históricos, refutar-se-ia com facilidade os sentimentos opostos de Bayle e de Warbunton, um dos quais pretende não ser nenhuma religião útil ao corpo político e o outro afirma, pelo contrário, que o cristianismo é o seu mais forte apoio. Ao primeiro, poder-se-ia provar que jamais se fundou qualquer Estado cuja base não fosse a religião, e ao segundo, que a lei cristã, no fundo, é mais prejudicial do que útil à firme constituição do Estado.” ROUSSEAU, J.-J. *Do contrato social*. Trad. de Lourdes Santos Machado. São Paulo: Nova Cultural, 1987-88, IV, viii, p. 140. Contudo, a crítica de Bayle valeria no sentido de Rousseau se valer do discurso de autoridade e simplesmente não ver alguns aspectos da questão: 1º) não há uma correlação necessária entre todos os Estados terem tido por base uma religião e os mesmos serem sinônimos das melhores formas de governo; 2º) a análise de Rousseau carece de um levantamento dos imoralismos decorrentes de um corpo político tendo a religião como seu braço direito, isto é, guerras de religião, conversões à força, etc; 3º) e é nessa constatação na história das contradições religiosas aliada às ações políticas que permite Bayle pelo menos sugerir uma sociedade atéia.

moral. Servem para manter indivíduos em seu devido lugar, defendê-los quando as circunstâncias exigem-no, porém são ineficazes para fazer homens de bem. (*Id. Ibid.*) Para o filósofo de Carla, é relevante levar em consideração o impacto causado no espírito pelos religiosos que de qualquer forma querem conservar seus templos e altares. Nessa empreitada, um indivíduo crédulo torna-se mais corajoso quando age em prol da esperança de vencer confiando em seus deuses, uma vez incitado pelo seu repúdio natural a quem tem opinião diferente da sua.¹⁷⁰ É basicamente para esse fim a que servem as falsas religiões no que concerne à conservação dos Estados e das Repúblicas. O princípio que rege e o da utilidade, uma vez que se tem a intenção de doutrinar o homem e tentar torná-lo virtuoso. Entretanto, nenhuma religião teria êxito se não estivesse sob a contínua vigilância das leis humanas. Sem estas, todas as seitas mergulhariam ainda mais no vício.¹⁷¹

Dessa forma, Bayle mostra que não há uma relação de causa e efeito entre o fortalecimento da fé e a conservação do corpo político. A frívola crença na existência de um deus em nada serve para sedimentar os liames sociais. Se assim o é, não é possível elevar os idólatras acima dos ateus. A idolatria, tentando corrigir os pecados, somente instauraria a discórdia no âmbito social. Com ironia, Bayle diz que se faltar a coragem aos ateus a qual tem de sobra nos idólatras, uma sociedade atéia não perduraria muito tempo:

Pois não desagrada a Cardon, uma Sociedade de Ateus, incapaz que seria de se servir de motivos de Religião para se encorajar, seria bem mais fácil de ser dissipada do que uma Sociedade de pessoas que servem os Deuses: e embora haja alguma razão em dizer que a crença na imortalidade da alma causou grandes desordens no mundo pelas guerras de Religião que ela excitou todo o tempo, é falso, do mesmo modo, só olhar as coisas pelo viés da Política, que ela tenha trazido mais mal do que bem, como quis fazer acreditar. (*P.D.*, I, §131, p. 343)

Na aparente concessão às práticas idólatras, Bayle mostra que o ateu não precisa dispor de crenças religiosas para se encorajar a agir. Tampouco, se ater a determinadas

¹⁷⁰ “Não ignoramos a impressão que faz sobre os espíritos o pensamento que se combate pela conservação dos Templos, dos Altares e dos Deuses Domésticos, *pro aris et facis*; o quanto se tornam corajosos e audaciosos quando se preocupam com a esperança de vencerem pela proteção de seus Deuses, e quando são animados pela aversão natural que possuem pelos inimigos de sua crença.” *Id. Ibid.*, pp. 342-3.

¹⁷¹ “Porque o maior número permanece tão engajado no vício, que se as Leis Humanas aí não colocassem ordem, todas as Sociedades Cristãs logo seriam arruinadas.” *Id. Ibid.*, p. 343.

doutrinas filosóficas para constatar o que as mesmas contribuíram para o bem ou o mal no mundo. Distanciando o ateu do consenso universal da opinião da existência de um deus que governa todas as coisas, Bayle mostra o quão funestas são as crenças em entidades metafísicas querendo adquirir um estatuto de verdade na prática. As guerras de religião, a intolerância, a superstição, evocadas com objetivo de fortalecer o Estado, somente fragmentam-no. É por esse viés que Bayle sugere uma sociedade de ateus, a qual surge nesse panorama como um território de liberdade, salvo do peso desmoralizante da religião, ainda que “não tendo Anais de nenhuma nação Atéia.” (*Id. Ibid.*, §129, pp. 366-7)

3.6. *Uma sociedade de ateus*

Bayle volta sua reflexão para as possibilidades e efeitos de uma sociedade atéia no que concerne aos costumes e ações civis. Tal análise, visando a afastar o signo do ateísmo de uma legitimidade política e uma coesão social submetidas a uma perspectiva teológico-política, Bayle pensa nas conseqüências práticas de um círculo social no qual a religião inexistia.¹⁷² Se a idolatria é definida como um todo de falsas crenças, o maior escopo de Bayle é mostrar que os vícios em uma esfera social atéia não seriam nem maiores nem mais numerosos do que em uma sociedade idólatra. Pondo a própria moralidade em primeiro plano, os exemplos dados por Bayle dos crimes motivados e praticados por idólatras em nome de suas devoções salvariam o ateu de todos os clássicos e desqualificantes rótulos

¹⁷² O que para Isabelle Delpla representa uma dupla dificuldade nos exemplos dados por Bayle de sociedades atéias como a dos “amigos de Epicuro” ou das tribos indígenas da África e da América do Sul, por exemplo, a comentadora que a postura de Bayle é aparentemente apolítica, isto é, a figura atéia estando acima de qualquer comando ou submissão: “ Com efeito, mesmo Bayle defendendo o princípio de uma sociedade de ateus, sua análise esbarra em uma dupla dificuldade. Essas sociedades são de dois gêneros: seja como a dos amigos de Epicuro, sendo fundadas sobre a concórdia e a amizade, e, inseridas nas sociedades políticas instituídas, não têm de estabelecer e legitimar instituições para manter a ordem, comando ou resolução de conflitos; seja de que se trate de sociedades independentes sem Estado da África ou do Novo Mundo as quais o liame social não é assegurado nem pela religião nem somente pela amizade. Logo, a descrição que Bayle dá é estranhamente apolítica: essas sociedades parecem igualmente ignorar o comando e a obediência, os conflitos de poder e de legitimidade. Não estando ligados nem pelas obrigações religiosas, como seria uma sociedade de verdadeiros cristãos, nem pela obrigação de fidelidade a um Estado soberano, nem mesmo por uma comunidade de pensamento e de amizade como os Epicuristas, os ateus estão em uma extrema liberdade, ao ponto de estarem na condição social dos seres livres (*déléstés*) de toda obrigação e vínculo.” DELPLA, “Le parallèle entre idolâtrie et athéisme”, pp. 149.150.

atribuídos pelos religiosos. Para o filósofo francês, no caso de uma sociedade de ateus, as leis humanas deveriam ser a última palavra, pois uma vez ausentes, poucas pessoas se salvam:

Após todas essas observações, não hesitarei em dizer minha conjectura a respeito de uma Sociedade de Ateus, que me parece, no tocante aos costumes e ações civis, seria muito semelhante a uma Sociedade de Pagãos. Na verdade, aí seria preciso leis muito severas e muito bem executadas para a punição dos Criminosos. Mas não é preciso para tudo? [...] Pode-se dizer sem bancar (*faire*) o Declamador que a Justiça humana faz da virtude o maior partido do mundo, pois se ela permitir algum pecado, poucas pessoas se salvam. (*P.D.*, II, §161, pp. 77-8).

A necessidade de leis é o fator fundamental para toda e qualquer sociedade, não sendo mais urgente em uma nação constituída somente por ateus. Bayle comparando ambas as sociedades no que diz respeito às ações e aos costumes, atribui às mesmas o imperativo da justiça humana, uma vez que em todos os aspectos sociais, a lei tem de estar sempre vigilante, não podendo estar sujeita às paixões dos homens. Vale notar também que Bayle diz que uma sociedade de ateus seria *semelhante*, porém, não *igual* a uma sociedade idólatra. Se na longa explanação dos crimes de religião registrados na história, Bayle defendesse um paralelo ponto a ponto entre ateus e idólatras, daria ganho de causa a um princípio religioso o qual recusa de antemão, isto é, os ateus como fautores da profanação e do crime.¹⁷³ Nesse sentido, não havendo uma relação de causa e efeito entre ateísmo e imoralidade, Bayle entende que não crer em uma providência divina não é um erro comparado com a crença desenfreada e todos os vícios de um idólatra.

Para Bayle, *o ateísmo não leva necessariamente à corrupção dos costumes*. (*P.D.*, II, §133, p. 6). O que persuade o homem de que o ateísmo é o que existe de mais inconseqüente no mundo é o preconceito cristalizado nas luzes da consciência. Uma vez

¹⁷³ Mais especificamente, o repúdio ao ponto de vista católico. Segundo Delplas, “supor que os ateus afastados da idolatria seriam elétrons livres e dissociados (*desocialisés*) equivaleria a postular que só há sociabilidade por um enraizamento no solo da tradição; o que equivaleria a pressupor um ponto de vista católico que Bayle recusa.” *Op.cit.*, p. 162. Para Antônio Carlos, uma sociedade de ateus seria viável uma vez que obedecesse piamente às leis políticas que estipulassem: “Essa idéia, uma república de ateus, por exemplo, não é totalmente descabida, uma vez que, não acreditando na imortalidade da alma, na Providência e na recompensa após a morte, os seus membros confiariam muito mais nas leis que promulgassem, que propiciariam a condição de vida socialmente digna.” DOS SANTOS, A.C. “Pierre Bayle: ateísmo e tolerância”, p. 49.

que se imagina essa luz como a regra das ações humanas, na verdade é mister um exame mais profundo do que verdadeiramente faz o homem praticar uma determinada ação:

O que nos persuade de que o Ateísmo é o mais abominável estado (*état*) onde se possa acharr, só é um falso preconceito o qual se forma no tocante às luzes da consciência, as quais se imagina como a regra de nossas ações, na falta de bem examinar as verdadeiras causas (*ressorts*) que nos fazem agir. (*Id. Ibid.*)¹⁷⁴

Uma vez enraizado o preconceito no espírito humano na falta de um melhor exame acerca do verdadeiro móbil da conduta humana, o ateísmo é entendido como uma espécie de aberração a qual se opõe aos preceitos morais, depreciado como a causa funesta que desvia os homens da reta razão e impede-os de fazer o bem. Sua imagem torna-se monstruosa em uma mente crédula, visto a ausência de uma reflexão mais acurada acerca dos princípios ateus. Segundo Bayle, isso se deve à tendência natural do homem em se ater ao que lhe é mais cômodo.¹⁷⁵ Se estiver convencido de que existe uma providência a qual tudo na natureza compreende, que recompensa uma ação virtuosa e pune que faz o mal, privar-se-á de suas voluptuosidades corporais entendendo que sem as mesmas estará no caminho da felicidade eterna. (*P.D.*, II, §133, p. 6). Por outro lado, se está persuadido de que não há providência alguma, desejará elevar-se acima das leis humanas, fazendo sermões por coisas mínimas e enveredando por uma vida criminosa. (*Id. Ibid.*) Contrariamente, quem não tem nada a temer dos homens, poderia estar menos sujeito ao temor dos deuses. Para Bayle, isso decorre do fato de que em todas as épocas, sempre impuseram freios às paixões

¹⁷⁴ Preconceito do qual partilha Montaigne, por exemplo, na sua “Apologia de Raymond Sebond”. Recorrendo a Platão, chega mesmo a conceber que se um ateu for castigado pelos céus, será em prol de um bem maior em nome da moral: “Diz Platão que poucos ateus o são a ponto de não apelarem para o poder divino nos momentos de perigo. O aforismo não se aplica ao verdadeiro cristão. Isso diz apenas respeito às religiões criadas pelo homem. Que espécie de fé será essa que se desenvolve com a covardia e a pusilanimidade? Linda fé, a que existe somente porque não se tem mais a coragem de deixar de crer! Sentimentos tão falhos quanto a inconstância e o medo poderão provocar em nossa alma uma influência sadia? Há quem pretenda provar, diz ainda Platão, que a razão ordena que consideremos puras invenções tudo o que se afirma do inferno e dos castigos futuros. Mas, apresente-se a oportunidade de serem coerentes, surja a velhice, apareçam as enfermidades e com elas a ameaça do túmulo, logo veremos que o receio do futuro lhes modificará as convicções. E é porque tais impressões enfraquecem o ânimo, que o filósofo proibe em suas leis as alusões a essas ameaças e procura persuadir os homens de que dos deuses não receberam jamais o mal, a não ser quando necessário ao bem, como remédio para as afecções morais.” MONTAIGNE, *Ensaio*, II, p. 207.

¹⁷⁵ “Porque eis o raciocínio que é feito. O homem é naturalmente racional, jamais desejando sem conhecer, pendendo necessariamente ao amor de sua felicidade, e ao ódio à sua infelicidade, dando preferência aos objetos que lhe são mais cômodos.” *Pensées*, II, § 133, p. 6

humanas com a finalidade de manter viva na memória dos homens o espectro da punição por crimes de impiedade.¹⁷⁶ A conclusão de Bayle é que em relação a essas punições, sejam falsas ou verdadeiras, causam muito mais efeito em um idólatra, porém, sendo de total irrelevância para um ateu.¹⁷⁷

O filósofo explora mais a correlação entre ateísmo e bons costumes, entendendo que *os ateus não se distinguem pela impureza dos costumes. (Id. Ibid., §174, p. 107)* Perante uma mentalidade religiosa, seria incabível sequer supor que ateus vivam ou já viveram virtuosamente. Tal imagem seria “um monstro que se sobrepõe às forças da natureza” (*Id. Ibid.*). Contudo, Bayle suscita uma questão, tendo como arma a irrefutável experiência: não seria mais monstruoso do que uma conduta virtuosa atéia religiosos cometendo toda espécie de crime? Se é fato que a religião várias vezes foi usada como motivo para os delitos mais inconcebíveis, porque não seria crível, ao menos hipoteticamente, ateus agirem virtuosamente?:

Seja o que for, me dirão que seria algo estranho um Ateu que vivesse virtuosamente, sendo um monstro que se sobrepõe às forças da natureza. Respondo que não é mais estranho que um Ateu viva virtuosamente do que um Cristão se entregar a toda sorte de crimes. Se se vê todos os dias esta última espécie de monstro, por que acreditaríamos que o outro seja impossível? (*P.D., II, §174, p. 107*).

Muito mais atípico do que a conjectura de um ateu virtuoso é a constatação na prática dos inúmeros delitos fomentados sob a égide religiosa. Nessa comparação da hipótese de um ateísmo virtuoso com os fatos cotidianos que mostram as absurdidades das ações religiosas, o resultado é que a questão nada tem a ver com a fé, mas estritamente com a moral nas ações.¹⁷⁸ Não se limitando a simples raciocínios abstratos, Bayle dá exemplos

¹⁷⁶ “É por isso que sempre freiaram em todos os tempos as paixões do homem: e é certo que preveniram muitos crimes no Paganismo pelo cuidado que se tinha em conservar a memória de todas as proeminentes (*éclatantes*) punições dos celerados atribuídas à sua impiedade, e mesmo supor alguns exemplos como o que disseram do tempo de Augusto, na ocasião de um Templo da Ásia pilhado pelos soldados de Marco Antônio.” *Id. Ibid.*

¹⁷⁷ “Esse tipo de coisas, verdadeiras ou falsas, que fariam muito efeito no espírito de um Idólatra, não tem efeito algum sobre um Ateu.” *Id. Ibid.*

¹⁷⁸ É o que sugere Sebastien Neumeister: “O resultado dessa confrontação é, espontaneamente, que, como propõe a história, a questão não está vinculada com a fé, e sim com a moral que vige em uma comunidade.”

históricos de ateus que viveram sob os auspícios da moral, mostrando que os mesmos não foram crucificados por terem maus costumes:

Mas para dizer algo de mais sólido, e que não fique nos termos de uma simples conjectura, o que afirmei no que concerne aos costumes de uma Sociedade de Ateus, observarei que as poucas pessoas que fizeram profissão aberta do Ateísmo entre os Antigos, um Diágoras, um Teodoro, um Euhemerus e alguns outros, não viveram de uma maneira a qual tivesse de protestar contra a libertinagem de seus costumes. Não vejo de quê os acusam de se distinguirem pelos desregramentos de suas vidas, tanto como pelos assustadores descaminhos (*égarements*) de sua razão. Entendo, ao contrário, que suas boas vidas pareceram tão admiráveis a Clemente de Alexandria que este se viu na obrigação de negar a acusação de Ateísmo que lhes tinham atribuído. (*Id. Ibid.*, pp. 107-8).

Recorrendo à história, Bayle mostra que não puderam em nada condenar os ateus em relação à sua conduta. Indo mais a fundo na questão, o próprio termo ateísmo é destinado muitas vezes aos que somente possuem uma opinião diversa, como por exemplo, os que se recusam a reconhecer falsos deuses ou proclamar a existência de uma única divindade. (*Id. Ibid.*, pp. 108-9). Desse modo, a precisão do sentido da palavra “ateu” se dispersa, submetendo-se à impropriedade de seu emprego, uma vez que se equivalem aos que possuem crenças diferentes de uma religião dominante, por exemplo.¹⁷⁹ Importante também salientar é a fidelidade bayleana à história: constatar a moralidade atéia através de uma transparência e honestidade no relato e reflexão dos fatos históricos, de forma alguma os falseando visando a agradar ao leitor.¹⁸⁰

NEUMEISTER, Sebastien. “Pierre Bayle: uma luta por tolerância religiosa e política.” In: *Filósofos do século XVII: uma introdução*. Trad. de Benno Dischinger e org. de Lothar Kreimendahl. São Leopoldo: UNISINOS, 2000, p. 304. Cf. também *P.D.*, II, § 134, pp. 8-9.

¹⁷⁹ Bayle, além de voltar ao mesmo exemplo de Clemente de Alexandria, crítica implicitamente a imprecisão do emprego pelos historiadores do significado do ateísmo: “Existiram alguns outros Filósofos, que pretenderam que todas as Divindades do Paganismo poderiam se reduzir a uma. Lactâncio sustentava francamente que a unidade de Deus foi conhecida de muitos Pagãos, a Orfeu, Virgílio, Tales, Pitágoras, Antístenes, Cleantes, Anaxímenes, Cícero e o prova por passagens autênticas tiradas de seus livros. Contudo, jamais os difamaram como Ateus. Então é preciso dizer que foi sem razão que Clemente de Alexandria duvidou do Ateísmo daqueles que foram acusados nomeada e expressamente pelos Pagãos. E é estranho que Muret, que possuía um tão fino conhecimento das letras, incorrerá nessa falta.” *P.D.*, II, § 174, p. 109. Um exemplo que Labrousse nos dá são as formas de imanentismo que são equiparadas ao ateísmo em oposição a uma metafísica transcendente que implica a existência de Deus: “[...] somente uma metafísica da transcendência coloca autenticamente a existência de Deus, enquanto que todas as formas de imanentismo equivalem, na realidade, ao ateísmo.” LABROUSSE, *Pierre Bayle: hétérodoxie...*, p. 274. Para um histórico mais preciso do termo “ateísmo”, cf. a “Introdução” da tese de doutorado de Paulo Jonas de L. Piva, *Ateísmo e revolta: os manuscritos do padre Jean Meslier*, pp. 19-60.

¹⁸⁰ Mais uma crítica à Jurieu quando este condena a defesa de Bayle dos Saduceus, doutrina judia que negava a imortalidade da alma, mas nem por isso tiveram uma vida desregrada: “Existiu entre os Judeus uma Seita

Para Bayle, há dois princípios comuns que conduzem as ações particulares dos homens, a saber, o temperamento e o hábito, entendendo que para se saber qual dos dois é o pior, é suficiente investigar quais as paixões que são submetidas ao temperamento.¹⁸¹ Se um idólatra possui um temperamento ardoroso, o qual o torne mais violento, representará muito mais perigo e pecará mais facilmente que um ateu de um espírito calmo e sereno. (*P.D.*, II, §144, pp. 32-3). Nessa análise fisiológica do temperamento de ambos, Bayle intenta mostrar que esse princípio corruptor não é melhor atenuado nos idólatras do que nos ateus somente pelos primeiros terem medo da cólera celeste. Mais uma vez Bayle recorre à experiência:

Que me objetem o quanto quiserem que o medo de um Deus é um meio infinitamente mais adequado para corrigir esta corrupção natural. Recorrerei sempre à experiência, porque os Pagãos que levavam o medo de seus Deuses às superstições mais excessivas, tão pouco foi corrigida essa corrupção, não tendo vício abominável que não reinasse entre eles? (*Id. Ibid.*, §145, p. 34)¹⁸².

que negava abertamente a imortalidade da alma, eram os Saduceus. Só vejo como uma opinião detestável que eles levaram uma vida mais corrompida que os outros Judeus. É, ao contrário, bastante verossímil que eles eram pessoas mais honestas que os Fariseus, os quais tanto se vangloriavam da observação da lei de Deus. [...] “Ele [Jurieu] visivelmente desejaria que eu acusasse os Saduceus de toda espécie de libertinagens. Isso parecer-lhe-ia muito edificante, ainda que fosse uma calúnia. Se ele espera de mim palavras edificantes a esse preço, declaro-lhe que esperará muito tempo. Jamais falsearei a história por complacência a suas paixões.” *Pensées*, II, § 174, p. 109. Contudo, Bayle é temerário em relação a Vanini, quando diz que ele, “que foi queimado por seu Ateísmo em Toulouse no ano de 1619, teria sido bastante regrado em seus costumes [...]” (*Id. Ibid.*). Vanini foi condenado por ter assassinado um rival seu amoroso chamado Sylvius em sua vinda ao Louvre sob a regência de Maria de Médicis. Essa apreciação favorável a Vanini por parte de Bayle Voltaire condena com todas as letras: “O desgraçado fim de Vanini não nos impressiona nem indigna tanto como o de Sócrates, porque Vanini não passava de um pedante estrangeiro sem mérito nenhum; mas Vanini não era nada um ateu, como se tentou fazer crer; era justamente o oposto disso. Era um pobre padre napolitano, pregador e teólogo de seu ofício, discutindo até o absurdo sobre as essências e os universais, ‘et utrum chimaera bombinans in vácuo possit comedere secundas intentiones’ (‘Se uma quimera sussurando no vácuo pode comer segundas intenções’). [...] Até o próprio Bayle, nos *Pensamentos Diversos*, fala de Vanini como se este fora um ateu: serve-se do seu exemplo para sustentar o paradoxo de que uma sociedade de ateus pode subsistir; garante que Vanini era um homem de costumes muito morigerados e que foi um mártir das suas idéias filosóficas. Engana-se redondamente nos dois pontos. É o padre Vanini em pessoa quem nos elucida, nos seus *Diálogos*, feitos à maneira dos de Erasmo, que tivera uma amante chamada Isabelle. Era uma criatura tão livre no que escrevia como na sua conduta; mas não era um ateu.” *Dicionário Filosófico*, pp. 108-110. Para um estudo sobre a imagem de Vanini feita por Bayle no *Dictionnaire*, cf. BIANCHI, Lorenzo. “Bruno e Bayle: naturalismo e spinozismo”. In: *Studi filosofici*, XVII, S.l.p.: Bibliopolis, 204, p. 127 em particular.

¹⁸¹ Concepção a qual afasta a possibilidade de que seja uma providência divina a condutora das ações. Sendo assim, “[...] se segue que um Ateu e um Idólatra se regem por um mesmo princípio no que diz respeito aos costumes, isto é, pelas inclinações de seu temperamento e pelo peso dos hábitos que contraíram. De modo que para saber qual dos dois deve ser mais perigoso do que o outro, só é preciso investigar as paixões as quais foram sujeitas ao temperamento.” *P.D.*, II, § 144, pp. 32-3.

¹⁸² Aqui já começa a se desenhar a inconsistência – proposital e estratégica – do paralelo entre o idólatra e o ateu. Se ambos possuem por natureza um mesmo princípio corruptor das ações, suas condutas na prática tomam rumos completamente distintos. O ateu por seu temperamento ponderado não chafurda na superstição,

Se em um primeiro momento, Bayle estipula um princípio comum, quase que intransponível por ser natural do homem, tanto para o ateu como para o idólatra, em termos concretos, esses princípios têm efeitos bastante distintos em ambos. O medo de uma divindade qualquer somente acende ainda mais a chama da superstição em um espírito crédulo. O terror obsessivo de um deus faz com que um indivíduo chegue aos mais altos níveis de credulidade, e conseqüentemente, mergulhando ainda mais no vício com a ilusão de estar agradando aos céus. Contrariamente, a serenidade de um espírito ateu o impede, ainda que possuindo as mesmas disposições físicas e psicológicas de um idólatra, de julgar temerariamente acerca do que é estritamente mundano, natural, como também o impede de cometer crimes condenáveis aos olhos da sociedade.¹⁸³ As falsas descrições a respeito dos que não têm religião somente servem de recurso para ocultar – ou tentar, ao menos – todas as contradições religiosas, as quais demonstram claramente a ineficácia de se ter medo de uma instância transcendente em cercear as paixões.¹⁸⁴

Segundo Bayle, mesmo os homens temendo o inferno e tendo peso na consciência por suas más ações, não cessam de pecar. Negar tal fato é se ater a meras elucubrações metafísicas em detrimento da própria experiência.¹⁸⁵ Tanto a história quanto o curso da vida comum são as provas cabais que quando se age preso a uma convicção religiosa, isto é, que um deus pune o pecado e premia uma boa ação, o resultado fatal é o crime. Nesse sentido, tais prerrogativas só mostram o grande equívoco em insistir na tese que um idólatra ultrapassa o ateu em moralidade:

ao passo que o idólatra faz da mesma um imperativo em termos psicológicos. Dessa forma, é por aí que o ateísmo ganha sua credibilidade. É o que diz Isabelle Delpla: “O ateísmo poderia formar um conjunto de teses não-contraditórias que podem ser tidas por verdadeiras, as quais podemos crer; transcrita ao nível psicológico, o ateísmo é concebível, podendo formar um conjunto de ‘crenças’. Assim, a credibilidade do ateísmo determinaria a articulação entre sua coerência lógica e sua consistência psicológica.” DELPLA, *op. cit.*, p. 144.

¹⁸³ É no âmbito individual, Bayle formula a concepção do ateísmo virtuoso. Mais uma vez, recorremos a Isabelle Delpla: “No plano individual, ele [Bayle] defende a possibilidade do ateu virtuoso por temperamento, através de um temperamento fleumático ou uma paixão dominante inofensiva (tal como a gulodice) não o conduz aos crimes mais socialmente repreensíveis, ou por sistema, se a luz natural basta para lhe dar uma idéia de honestidade.” *Id. Ibid.*

¹⁸⁴ “Em vão conservavam a memória das punições proeminentes que testemunharam a cólera do Céu contra os sacrilégios e os perjúrios. Em vão inventaram histórias para assustar os maus. Em vão fizeram pomposas descrições das Fúrias, dos Infernos e dos Campos Elíseos: tudo isso não impediu que não fossem vistos falsos testemunhos a bel prazer, e que pilhassem os Templos quando fosse oportuno.” *P.D.*, II, § 145, p. 34.

¹⁸⁵ E para Bayle, “nada é mais adequado a convencer que um homem honesto raciocina sobre falsas hipóteses que lhe mostrar que ele combate contra a experiência.” *Id. Ibid.* p. 35.

É preciso concordar que aqueles que nos dão esta persuasão como uma prova e como uma justificativa de uma vida boa, enganam-se necessariamente, e que assim é mal raciocinar concluir que um homem Idólatra viva moralmente melhor do que um Ateu. (*P.D.*, II, §145, p. 35)

Falar que um idólatra é mais homem de bem do que um ateu é nada dizer visto a clara assimetria entre as ações e práticas idólatras. Argumentos de religião não fazem frente às contundentes provas fornecidas pelos fatos históricos. São estes que mostram os efeitos maléficos da extravagante credulidade dos idólatras no plano concreto. O medo de um deus ou a vontade de agradá-lo em nada os impediram de falsamente se converterem, de pregarem falsos sermões e de saquear seus próprios templos uma vez que surgisse a oportunidade para tal.

Mas se Bayle evoca tanto a experiência para mostrar todas as incoerências nos princípios idólatras, de tal recurso o filósofo francês não pode se valer para confirmar a existência na história de uma sociedade de ateus propriamente dita, isto é, com leis e costumes estabelecidos. Tal dificuldade Bayle entrevê, assumindo que só se pode conceber essa sociedade no plano hipotético:

Eu afirmei antes. Não existem Anais que nos mostrem os hábitos e costumes de uma Nação mergulhada (*plongée*) no Ateísmo. Assim, não podemos refutar pela experiência a conjectura que antes fizemos a esse respeito, a saber, que os Ateus não são capazes de nenhuma virtude moral, e que são bestas ferozes entre as quais mais há a temer pela vida do que entre tigres e leões. (*P.D.*, II, §145, p. 36)

A reflexão negativa acerca dos ateus mencionada por Bayle é puramente estratégica, devido ao jargão católico adotado na escrita dos *Pensées*. Se hipoteticamente, os ateus são equivalentes a animais selvagens destituídos de qualquer princípio moral, todos esses atributos têm um só alvo, a saber, os idólatras. Nesse sentido, se não é possível constatar na história uma sociedade atéia assentada sobre a virtude e a moral, essa mesma história mostra com todas as letras o quanto justamente a virtude e a moral foram colocadas em último plano pelos religiosos. E para Bayle é mais fácil de ver, pela experiência, que a

inclinação ao mal e a imoralidade é muito mais latente, em número e grau, por parte dos idólatras:

Mas não é difícil de mostrar que esta conjectura é bastante incerta. Pois, visto que a experiência nos mostra que os que crêem em um Paraíso e em um Inferno são capazes de cometer toda espécie de crimes, é evidente que a inclinação a mal agir não procede de quem ignora a existência de Deus, e que ela de modo algum é corrigida pelo conhecimento que se adquire de um Deus. Daí resulta manifestamente que a inclinação a mal agir não se encontra em uma alma destituída do conhecimento de Deus mais do que em uma alma que conhece Deus. (*Id. Ibid.*)

A relação é absolutamente invertida. Os que estão mergulhados em suas crenças estão tão sujeitos, senão mais, a agirem mal do que os ateus.¹⁸⁶ A moral do interesse tanto do medo de um castigo como a esperança de uma recompensa dos deuses é o que dita as ações dos religiosos, a despeito do seu tão zelo conhecimento e observância dos mandamentos doutrinários. Em contrapartida, o desconhecimento ou mesmo a negação com conhecimento de causa da existência de uma entidade divina em nada influi na possibilidade de se agir moralmente. Ser ateu definitivamente não é um obstáculo para conhecer e seguir preceitos morais, se se tem uma intenção interior de agir pela moralidade e pela virtude em si mesmas. Segundo Bayle, a inclinação ao mal procede tão e somente da natureza do homem, seja este ateu ou idólatra. Fortalecida pelas paixões e tendo sua origem no temperamento, tal inclinação adquire múltiplas formas, se dando de diversas maneiras conforme as circunstâncias mundanas.¹⁸⁷ Da mesma forma, isso vale para a inclinação ao bem, isto é, para se bem agir não é preciso se acreditar em um deus, mas ser dotado de uma certa disposição do temperamento, reforçada pela educação, pela razão, e principalmente ter a intenção de fazer o bem. (*P.D.*, II, §145, p. 37). Depois de tudo isso, Bayle afirma que não é mais possível mais associar uma vida viciosa ao signo do ateísmo: “Não temos mais

¹⁸⁶ Nas palavras de Santos: “Bayle inverte completamente a percepção sobre o ateu e o cristão: o ateu, como não acredita nas penas ou recompensas após a morte, identifica-se muito mais com a ação virtuosa do que o cristão, que age de forma interesseira, preocupado com um retorno futuro.” SANTOS, A.C. dos. “Pierre Bayle: ateísmo e tolerância”, p. 44.

¹⁸⁷ “[...] a inclinação a mal agir vem do fundo da natureza do homem, a qual, procedendo do temperamento como sua origem, modificam-se em seguida de muitas maneiras, segundo os diversos acidentes da vida.” *Pensées*, II, § 145, p. 36.

nenhum direito de sustentar que um Ateu deva ser necessariamente mais desregrado em seus costumes do que um Idólatra”.(Id. *Ibid.*)

Nessa direção, Bayle indaga o porquê de se representarem os ateus como as figuras mais atrozes e imorais. Para o filósofo francês, isso se deve ao equívoco de se acreditar que os homens cumprem à risca o que crêem no que compete à religião:

Mas por qual motivo todo o mundo apresenta os Ateus como os maiores celerados do Universo, que matam, violam, pilham tudo o que puderem? É que se imagina falsamente que um homem age sempre segundo seus princípios, isto é, segundo o que crê em matéria de Religião. (Id. *Ibid.*, §177, p. 120).

A representação da figura atéia como imoral decorre da opinião infundada de quem em nada crê está sujeito a cometer todo tipo de ação má. O engano é a insistência em se acreditar que, em se tratando de religião, os homens sigam piamente os preceitos que adotaram para si mesmos. Segundo Bayle, um idólatra não deixaria por menos quando cometesse uma má ação em interesse próprio, mesmo crendo em uma divindade qualquer.¹⁸⁸ Isso ocorre porque, aos olhos do filósofo, falta uma distinção entre os ateus que começam por duvidar e os que terminam duvidando. Os primeiros Bayle classifica-os como “falsos sábios”, os quais “zombam da razão e desprezam as voluptuosidades corporais.”(P.D., II, §177, p. 120). Quanto ao segundo tipo, eles são tudo que há de mais pernicioso, capazes de cometerem os crimes mais inimagináveis uma vez que o medo de um inferno perturbando sua paz de espírito, rapidamente aderem ao ateísmo, visto que lhes convém.¹⁸⁹ A confusão por parte da opinião entre esses dois tipos de ateus é o que Bayle faz vir à tona: aderir ao ateísmo por interesse – ou seja, o do segundo tipo – é uma ação maliciosa e condenável. E dessa confusão deriva uma outra nas próprias premissas da questão, isto é, um homem se torna ateu por uma ação interessada e não por ser ateu que

¹⁸⁸ “É que foram vistas pessoas sem Religião causarem as mais assustadoras desordens que possam ser observadas, como por exemplo o Sultão Maomé II. E que não achem que tais pessoas fariam menos se acreditassem que existe um Deus, como seria o exemplo de Nero o qual citei antes, e o de Bajazeth, que foi pelo menos tão feroz, cruel e vicioso quanto o outro Sultão.” P.D., II, § 177, p. 120.

¹⁸⁹ Numa palavra, o crédulo, da mesma forma que se converte a uma religião almejando a benefícios atemporais, da mesma forma tornam-se ateus devido ao medo de irem para o inferno pelos crimes que cometeram. O interesse muda conforme a paixão predominante e as circunstâncias.

age por interesse. E mesmo se não tivessem êxito nessa “conversão” ao ateísmo, continuariam agindo de má fé do mesmo jeito:

Não creio que todos os Ateus sejam dessa espécie. Creio unicamente que existem pessoas que tentaram se convencer do Ateísmo. Seja que tenham conseguido, seja que aí não tenham êxito, são os piores homens do mundo. Mas não são maus porque são Ateus: tornam-se Ateus porque foram maus. E se não podem se tornar Ateus, não deixariam de viver como se eles fossem. (*Id. Ibid.*, p. 121).

Levado pela malícia, o indivíduo não medindo esforços para se tornar ateu, no máximo, fará transparecer toda a sua má fé nesse objetivo.¹⁹⁰ Para Bayle, tal procedimento distancia muito mais o homem da salvação, do que alguém que já nasça ateu, um descrente sem malícia e com boas intenções.¹⁹¹ Os devotos que intencionalmente querem extirpar o apreço pelo divino em suas almas por sua má fé são para Bayle os maiores pecadores do mundo, esses mesmos indivíduos que afirmam que “todos os Ateus são indiferentemente celerados.”(*Id. Ibid.*, pp. 121-2). Essa apreciação temerária, em última instância, só mostra que os mesmos que criticam tanto os ateus, são os que agem com mais impiedade à medida que confundem virtude com utilidade. Se fora útil em um dado momento ser devoto, agora vale mais ser ateu, tendo como via de regra as circunstâncias externas, o tormento psicológico e o interesse particular. Em contrapartida, o ateu quebra o antigo e decadente vínculo entre o que é virtuoso e o que é útil, agindo ou tentando agir unicamente pela virtude em si mesma. Não é nem a esperança de um benefício tampouco o receio de uma punição divina que será o guia de suas ações, uma vez que tem pleno conhecimento dos ditames da moral sem precisar atrelá-los à crença em uma entidade celestial:

Isso me faz crer que a razão, sem o conhecimento de Deus, pode algumas vezes persuadir o homem de que existem coisas honestas, que é belo e louvável fazê-las, não devido à sua utilidade, mas porque isso é conforme à razão. (*P.D.*, II, §178, p. 125)

¹⁹⁰ Bayle argumenta que Deus não fazendo milagre algum para impedi-lo, esse homem cometerá todo tipo de atrocidades: “[...] e se Deus não faz milagres para contê-lo, é um homem que cometerá todos os crimes que puder, ainda que não tenha êxito em se tornar ateu.” *Id. Ibid.*

¹⁹¹ “De modo que um tal homem está incomparavelmente mais longe do caminho da salvação que um Ateu de nascença, que um incrédulo desinteressado e de bons costumes.” *Id. Ibid.*

O apreço desinteressado às boas coisas é o que separa em definitivo o ateu do idólatra. A idéia de honestidade aí consiste no convencimento interior de que é bom e virtuoso pela ação em si mesma fazer o que é honesto, dissipando toda a carga de interesse e utilidade na concretização de uma determinada ação. A virtude, considerada por si mesma, torna dispensável a existência de um deus que estabeleça um código de regras morais, o qual, no percurso da história, foi defendido com afincos teoricamente, mas absolutamente renegado em termos práticos. Assim sendo, se a esperança das recompensas ou o medo dos castigos são os fatores psicológicos determinantes das ações humanas em regra geral, em nada constituem uma lei moral. Numa palavra, se é possível ao ateu se dar conta que as verdades morais têm seu fundamento na natureza mesma das coisas, e não na fértil imaginação humana, pode conformar sua conduta perfeitamente às idéias da reta razão como a uma regra do bem moral distinta do bem útil. É nesse sentido que Bayle pensa em uma sociedade de ateus: uma sociedade livre da moral do interesse e da utilidade, absolutamente oposta à superstição, tendo suas leis e costumes assentados unicamente na virtude e nos princípios morais.¹⁹²

* * *

Enfim, é preciso destacar que nos *Pensées diverses*, a idolatria aparece como um conjunto de falsas e supersticiosas crenças as quais seriam as bases de uma sociedade idólatra. Em decorrência disso, criticando a superstição e a religião instituída – sob um ponto de vista protestante nada simpático à doutrina católica – Bayle atinge em cheio o próprio fundamento do laço social e das instituições políticas vigentes em seu tempo e assim mantendo a viabilidade de uma nação atéia. Uma vez a idolatria erradicada, quais as possibilidades de um ateísmo social e político? Para tentar responder à questão, é preciso refletir sobre as conseqüências da extirpação da idolatria na esfera social.

¹⁹² É aí que para Neumeister, Bayle sugere o que em seu contexto histórico-religioso ortodoxo seria inimaginável, ou seja, um Estado ateu, a partir da crítica que o filósofo dirigiu tanto aos teólogos quanto aos filósofos de sua época: “Bayle pensa mesmo o supostamente impensável: um Estado funcionando sem Deus. O germe para uma abertura ao impensável, para um mundo sem Deus, já está, em todo caso, instalado no severo exame apartidário a que Bayle submete os argumentos dos combativos teólogos, mas também dos filósofos – Descartes, Spinoza, Leibniz. Ele o faz no âmbito de sua grande disputa sobre a gênese do preconceito, conduzida durante duas décadas nos *Pensées diverses sur la comète*.” NEUMEISTER, “Pierre Bayle: uma luta por tolerância religiosa e política”, p. 304.

Como foi exposto, Bayle traça um paralelo entre os costumes e as ações entre uma sociedade idólatra e uma sociedade de ateus. Seu objetivo é mostrar que na primeira os vícios e crimes não aconteceriam mais freqüentemente do que em uma sociedade composta por religiosos. O que Bayle visa é a moralidade propriamente dita na conduta social em ambas as sociedades. Seus exemplos baseiam-se em crimes – na história – motivados por paixões desenfreadas, amor-próprio, interesse pessoal, utilidade e desejo de dominar a outrem por meio da força, procedimentos que - e isso é evidente em todo o percurso dos *Pensées* - são peculiares aos adeptos da idolatria, os ditos cidadãos religiosos e observadores da lei e caridade divinas. Partindo em um primeiro momento de uma comparação psico-fisiológica das disposições de idólatras e ateus, Bayle as aplica para um melhor entendimento sobre a passagem do cometa na França em 1680. Se tudo levaria a crer que por serem constituídos da mesma forma, descrentes e devotos teriam o mesmo parecer em relação a um fenômeno deveras natural, é neste ponto que fica comprometido o paralelismo entre o ateísmo e a idolatria. Nessa divergência de caráter psicológico, o idólatra, a partir de sua visão carola e irracional da passagem do cometa, cimenta e destila toda sua credulidade e preconceito os quais estender-se-ão ao que se entende por ateísmo, uma vez que fomenta valores sociais de cunho psicológico, os quais não seriam os mesmos para um ateu.

Levando em conta tudo isso, a hipótese é formulada: uma sociedade de ateus que teria como principal exigência e produto final o aniquilamento da idolatria. Em primeiro lugar, desapareceriam todos os templos, instituições e procedimentos que fossem associados à religião – cerimônias, padres, igrejas, imagens, atos de devoção, etc. Também se extinguiriam os “fenômenos de divinização”¹⁹³ dos príncipes e a sacralização do poder, os quais são os pilares e os principais instrumentos para instaurar e sedimentar o medo e ao mesmo tempo o respeito que as pessoas geralmente têm por autoridades religiosas. Em segundo lugar, não mais existiria a credence cega dos fenômenos celestes, no poder dos nomes, dos dias, etc. e por extensão, ficaria destituída de sentido a necessidade de consultar astrólogos e charlatões da mesma estirpe. Dito de outro modo, esvanecer-se-ia de vez as alucinantes interpretações que atribuem signos divinos ao que é natural, tanto como não

¹⁹³ Cf. DELPLA, *op. cit.*, p. 158.

mais haveria boatos supersticiosos e benefícios individuais ou políticos que os propagadores desses mesmos boatos disfarçam ou tentam encobrir. Nos antípodas, o ateu deveria escapar dos grilhões da suposta autoridade da tradição a qual, para obter uma eficácia social se vale de figuras públicas totalmente incompetentes para dar conta da questão.

Diante de tudo que foi mencionado, fica difícil, quase que impossível, sustentar que em se tratando de bons costumes e práticas civis, seriam semelhantes uma sociedade de ateus e uma sociedade de idólatras. Além do total desaparecimento de tudo o que esteja vinculado à religião, junto desapareceria a vontade de dominar ou doutrinar. O ateísmo anularia qualquer intenção de querer se aproveitar de outrem, jamais pensando em se prevalecer da verve supersticiosa alheia para semear no imaginário social rumores de sinais divinos os quais produzem um efeito fabuloso em uma mente devota. Nesse sentido, é no âmago mesmo desses fenômenos que Bayle chega sugerindo nas entrelinhas a supressão da idolatria e elevando a idéia de uma república atéia nos *Pensées*. Levando em consideração o forte e inquestionável papel que a imaginação desempenha na produção de signos invisíveis e seus respectivos valores sociais, o filósofo de Carla analisa os fatores psicológicos da legitimação política e social oriundas da projeção, intenção e conservação de certas opiniões. Em contrapartida, se os ateus têm plena consciência de que os objetos de temor idólatras são inexistentes, é óbvio que não partilharão dos mesmos sentimentos e opiniões, e, conseqüentemente, não perturbarão a paz social, fazendo bom uso da razão sem precisar se nortear por algo transcendente.

CONCLUSÃO

“Que importam deuses, se viveres justo!”
Juvenal, *Sátiras*, X.

“Há erros mais grosseiros do que negar a providência”
Pierre Bayle, *Pensées diverses sur la comète*, §197.

Depois dos *Pensées diverses sur la comète* de Pierre Bayle, fica insustentável alguma depreciação ou mesmo perseguição em relação aos ateus. O filósofo francês vai na contra-corrente de toda uma tradição religiosa – agostiniana e católica – tentando demonstrar que moral e religião são excludentes por si mesmas, a partir de um olhar sobre os fatos empíricos, os quais constata a clara assimetria entre uma e outra. Bayle evoca tanto a razão – a luz natural – para mostrar que os ateus podem viver em plena consonância com os ditames morais, como vai à própria história para mostrar que apesar de não ter existido nenhuma nação atéia propriamente dita, é a própria experiência que mostra que a imoralidade é oriunda dos religiosos por meio de seus falseamentos dos textos sagrados, como através da obliteração à liberdade de consciência e das perseguições religiosas.

Quando Bayle diz que existem “erros mais grosseiros do que negar a Providência” (*PD*, II, §197, p. 167), sugere nessa breve sentença que procedimentos muito mais absurdos podem ser – e foram – vistos da parte dos que se dizem representantes de um deus e obedientes à lei divina, como por exemplo: 1º) a crença em um acontecimento funesto depois da passagem do cometa. É em oposição a essa opinião supersticiosa – advinda de poetas, astrólogos e até mesmo historiadores – que Bayle se insurge e vai empreender sua explicação dos fatos mundanos, ou seja, uma reflexão filosófica acerca dos fatos, que tem por objetivo desestruturar a clássica confusão entre história e profecia que sempre se amparou em causalidades fantasistas; 2º) a associação de um poder divino a nomes, lugares, dias e números. Aqui Bayle, denuncia como a parcialidade na seleção de certos fatos históricos para dar respaldo à superstição pode confundir o que divino com o que é natural. Nesse sentido, aqui se erige a crítica bayleana à superstição, por meio da incansável

análise dos fatos históricos. Dispensando pontos de vista particulares acerca do objeto estudado, o filósofo francês, como foi dito, recorre à história para mostrar que não uma relação de causa e efeito entre um fenômeno natural e um determinado acontecimento nefasto em tal lugar e dia. Tal exame empírico visa a desconstruir a infundada opinião de que cometas são signos divinos, tema principal dos *Pensées diverses*; 3º) o endeusamento dos príncipes, isto é, figuras políticas que intervêm nos momentos críticos propiciados pelo clima de superstição para fazerem de seus discursos vazias profecias, prevendo milagres por meio de toda sorte de parábolas. Contudo, Bayle mostra que isso não é gratuito: os reis, sabendo que sempre ignorância e credulidade andam juntos, se valem justamente disso para inspirar ao máximo o temor pelos deuses em seus súditos. Os políticos fizeram da confiança nos deuses vingadores das leis divinas e humanas uma lei fundamental de seus Estados, e receando um sombrio porvir, fizeram com que seus súditos os obedecessem e os reverenciassem cegamente; 4º) o argumento de autoridade dos sábios. Em meio aos relatos supersticiosos advindos dos poetas, astrólogos e historiadores, Bayle percebe que uma história verdadeiramente crítica é aquela que desempenha o papel de avaliar a autoridade do saber para além da figura do sábio. Isso quer dizer que o saber não está subjugado a um consenso social e que é preciso respeitar o princípio da separação dos gêneros de discursos e dos respectivos domínios de competência com o escopo de demarcar a autoridade do saber. A crítica da extensão da autoridade de um domínio específico a outro origina uma outra, a saber, se o historiador sabe distinguir seu saber de suas opiniões particulares. Nesse sentido, é mister a separação entre o indivíduo com seus pontos de vista particulares, e o investigador enquanto tal para que se torne mais nítida a distinção entre ser sábio e seu saber; 5º) por fim, a autoridade da tradição, que Bayle põe em xeque, partindo do pressuposto de que a pretensão que essa tradição tem em ser única, também pode ser errônea. O que está em questão não é a quantidade e sim a legitimidade das opiniões difundidas, pois “uma Tradição fortalecida por seu testemunho não está isenta de falsidade.” (*PD*, I, §47, pp. 133-4). Dessa forma, convicções supersticiosas não fazem frente a um exame crítico da origem das opiniões, o qual se reporta e se concentra sobre o que é propriamente humano.

Desse modo, eis as seguintes etapas no pensamento de Bayle: um momento crítico, o qual tem por objetivo afastar os preconceitos na investigação dos fatos históricos, isto é, uma análise histórica dos fatos em uma dimensão humana. Enfrentando a superstição e seu superficial aparato discursivo através da crítica à idolatria, Bayle lança as bases do método histórico-crítico, ou seja, a crítica da projeção dos preconceitos e sua arbitrariedade no curso da história. Portanto, recorre a um princípio de distinção, antes mencionado, entre relatos fabulosos e fatos empíricos. Em consequência, os entraves que se impõem uma vez estabelecida a negação prática da idolatria, tão embaraçosas a um ateísmo social, contudo, o ateu estaria afastado de todas as paixões e vícios constituintes da origem e fomentação da idolatria, como a credulidade e o conformismo. E, por outro lado, não cederia aos fatores psicológicos determinantes típicos dos idólatras, como a influência dos preconceitos na natureza das coisas e a incessante criação e crença em uma fatalidade histórica.

Chega-se então à possibilidade da sustentação do ateísmo como uma posição filosófica cabível, se um ateísmo doutrinal é coerente ou não. No contexto dos *Pensées diverses*, o ateísmo se configura mais, e antes de tudo, como uma atitude crítica, isto é, o ateísmo não pode ser encarado ou estabelecido como uma doutrina ou corrente de pensamento, mas ter o seu lugar como um ponto de vista e prática críticos. Quando Bayle opõe o ateísmo à idolatria, ele o faz à luz de um conjunto de práticas de indagação e explicação dos fatos mundanos. Portanto, o mundo ateu é o mesmo mundo do idólatra, só que visto sob um outro viés. Segundo Delpla, “as práticas atéias não se situariam então em um alhures exótico, mas sob nossos olhos na argumentação dos *Pensées diverses*.” (DELPLA, “Le parallèle entre idolâtrie et athéisme”, p. 172). Portanto, enveredar pelo ateísmo não é vinculá-lo, pensá-lo, ou mesmo limitá-lo a uma doutrina, mas constatar e se afastar de pseudo-soluções para pseudo-problemas, que são o maior obstáculo para se ver o que realmente está no lugar do que se acredita ver. Entendendo o ateísmo mais como um enfoque crítico e desprovido de preconceitos, um instrumento de investigação do real sem ter como parâmetro explicações religiosas, do que propriamente como um sistema, não seria preciso mais associar as práticas atéias a uma irracionalidade descabida, uma vez tais práticas expostas e desenvolvidas nos *Pensées diverses*. Dessa forma, seria impossível querer entrever um ateísmo doutrinal em Bayle dentro de sua lógica discursiva, quando na

verdade a sua defesa da causa atéia se manifesta com todo seu vigor em suas práticas críticas.

REFERÊNCIAS

Fontes primárias

Obras do autor

BAYLE, Pierre. **Oeuvres diverses**. La Haye, Librairies, 1737.

_____. **De la tolérance: commentaire philosophique sur ces paroles de Jésus - Christ “Contrains-les d’entrer”**. Préface et commentaires de Jean-Michel Gros. Paris: Presses Pocket, 1992.

_____. **Dictionnaire historique et critique**. Quatrième édition, revue, corrigée et augmentée, avec la vie de l’auteur par M. Des Maiseaux. 4 vols. Amsterdam: 1730, P. Brunel; R. et J. Wetstein, G. Smith, H. Waesberge; P. Humbert; F. Honoré. (versão fac-símile)

_____. **Écrits sur Spinoza**. Paris: Berg International Éditeurs, 1983 (Collection L’Autre Rive)

_____. **La France toute catholique sous le règne de Louis le Grand**. Paris: Vrin, 1973.

_____. **La católica Francia**. Tradução de Julian Arroyo Pomedá. Madrid: Laberinto, 2000 (Colección Hermes).

_____. **Pensées diverses sur la comète**. Paris: Librairie E. Droz, 1939, 2 vol.

_____. **Projet d’un Dictionnaire critique**. Genève: Slatkine Prints, 1970.(Réimpression de l’édition de Rotterdam, 1692.)

Fontes primárias

Outras obras

AGOSTINHO, Santo. **A doutrina cristã: manual de exegese e formação cristã**. São Paulo: Paulus, 2002.

_____. **De Magistro**. Trad. de Ângelo Ricci. São Paulo: Editora Abril, 1973 (Coleção “Os Pensadores”).

CHARRON, Pierre. **Pequeno tratado de sabedoria**. Tradução de Maria Célia Veiga França. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006.

CONDILLAC, Étienne Bonnot de. **Tratado dos sistemas**. Trad. De Luiz Roberto Monzani. São Paulo: Abril Cultural, 1973, p. 16, (Coleção “Os Pensadores”).

DESCARTES, René. **Discurso do método**. Trad. de Bento Prado Jr. e J. Guinsburg. São Paulo: Abril Cultural, 1979 (Coleção “Os Pensadores”)

EPICURO. **Antologia de textos**. Trad. de Agostinho da Silva. São Paulo: Abril Cultural, 1980, 2ª edição (Coleção “Os Pensadores”)

ESPINOSA, Baruch de. **Tratado teológico-político**. Trad. de Diogo Pires Aurélio. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

HUME, David. **História natural da religião**. Trad. de Jaimir Conte. São Paulo: UNESP, 2005.

JUVENAL. **Sátiras**. Trad. de Francisco Antônio Martins Bastos. Rio de Janeiro: Ediouro, s.d.p.

LUTERO, Martinho. **A autoridade secular**./CALVINO, João. **Sobre o governo civil**. Trad. de Hélio de Marco Leite de Barros e Carlos Eduardo Silveira Matos. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

MALEBRANCHE, Nicolas. **A busca da verdade**. Tradução de Plínio Junqueira Smith. São Paulo: Discurso Editorial, 2004.

_____. **Meditações cristãs e metafísicas**. Trad. de Adelino Cardoso. Lisboa: Edições Colibri, 2003.

MONTESQUIEU, Charles de Secondat, Baron de. “Paradoxo de Bayle”. In: **O espírito das leis**. Trad. de Cristina Murachco. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

ROUSSEAU, J.-J. **Do contrato social**. Trad. de Lourdes Santos Machado. São Paulo: Nova Cultural, 1987-88.

_____. **Emílio ou da educação**. Trad. de Roberto Leal Ferreira. São Paulo: Martins Fontes: 1999.

SCHOPENHAUER, Arthur. **O mundo como vontade e representação**. Trad. de M. F. Sá Correia. Rio de Janeiro: Contraponto, 2001.

VOLTAIRE. **O túmulo do fanatismo**. Trad. de Cláudia Berliner. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

Fontes secundárias

BIANCHI, Lorenzo. “Bruno e Bayle: naturalismo e spinozismo.” In: **Studi filosofici**. S.l.p.: Bibliopolis, 2004, vol. XXVII.

BOST, Hubert. **Pierre Bayle et la religion**. Paris: PUF, 1994.

DELIGUORI, Girolamo. “Da Teofrasto a Stratone: L’itinerario filosofico di Giacomo Leopardi”. In: **Quaderni Materialisti**. S.l.p. : 2004, n° 3, p. 5.

DELPLA, Isabelle, ROBERT, Philippe de. **La raison corrosive: études sur la pensée critique de Pierre Bayle**. Paris: Honoré Champion, 2003.

DUBOIS, Lucien. **Bayle et la tolérance**. Paris: s.n., 1992.

HAZARD, Paul. **La crise de la conscience européenne: 1680 - 1715**. Paris: Boivin et Cie, 1935.

LABROUSSE, Elisabeth. **Pierre Bayle: hétérodoxie et rigorisme**. Paris: Albin Michel, 1996.

McKENNA, Antony. “L’ironie de Bayle et son statut dans l’écriture philosophique”. In: **Regards sur Pierre Bayle**. Paris: Champion, 2000.

MERLI, David. “Pierre Bayle ed i diritti della coscienza”. In: _____ **Evoluzione della tolleranza da Erasmo a J.S. Mill**. Bologna: Libreria Bonomo Editrice, 2003.

MORI, Gianluca. “Conscience et tolérance”. In: _____. **Bayle philosophe**. Paris: Honoré Champion, 1999.

_____. “Interpréter la philosophie de Bayle”. In: BOST, Hubert, ROBERT, Philippe de. **Bayle, citoyen du monde**. Actes du colloque du Carla-Bayle (13-15 septembre 1996) Paris: Honoré Champion, 1999.

NETO, José Raimundo Maia. “O ceticismo de Bayle”. In: **KRITERION**. Belo Horizonte: UFMG, 1996, n° 93.

NEUMEISTER, Sebastian. “Pierre Bayle: uma luta por tolerância religiosa e política”. In: KREIMENDAHL, Lothar. **Filósofos do século XVII: uma introdução**. Trad. de Benno Dischinger. (Coleção “História da Filosofia”.) São Leopoldo: UNISINOS, 2000.

ONFRAY, Michel. **Tratado de ateologia: física da metafísica**. Trad. de Mônica Stahel. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

PIVA, Paulo Jonas de Lima. **O ateu virtuoso: materialismo e moral em Diderot**. São Paulo: Discurso Editorial, 2003.

_____. **Ateísmo e revolta: os manuscritos do padre Jean Meslier**. São Paulo: Editora Alameda, 2006.

_____. “O primeiro ateu: a propósito do ateísmo e do ceticismo no *Theophrastus Redivivus*”, in: SMITH, Plínio Junqueira e FILHO, Waldomiro Silva (Orgs.) **Ensaio sobre o ceticismo**. São Paulo: Alameda, 2007.

PORCHAT, Oswaldo Pereira. “Resposta a Hilan Bensusan e Paulo A.G. de Sousa. In: **Discurso**. São Paulo: USP/ Discurso Editorial, 1994, n°23.

RÉTAT, Pierre. **Le Dictionnaire de Bayle et la lutte philosophique au XVIII^e siècle**. Paris: Imprimerie Audin, 1971.

SANTOS, Antônio Carlos dos. “Pierre Bayle: ateísmo e tolerância”. In: _____. **Variações filosóficas: entre a ética e a política**. São Cristóvão: UFS, 2004.

WHITMORE, J.S. “Bayle’s criticism of Locke”. In: DIBON, Paul. **Pierre Bayle, le philosophe de Rotterdam**. Paris: Librairie Vrin, 1959.

Obras de referência

A BÍBLIA ANOTADA. Trad. de Carlos Oswaldo Cardoso Pinto. São Paulo: Mundo Cristão, 1994.

ANEXO 1

Eis ainda uma longa passagem da edição de 1682 que foi suprimida na primeira edição dos *Pensées*.¹⁹⁴

Final do § XLVI.

A razão está no que é completamente contra o sentimento comum, porque não se vê em virtude de quê a Lua indo sucessiva e imperceptivelmente da conjunção à oposição e da oposição à conjunção, deva mudar repentinamente a temperatura do ar justamente quando ela chegou ao ponto da oposição e da conjunção. Precisaria para isso que seu movimento fosse semelhante ao dos ponteiros de um relógio que só soam as horas quando chegam precisamente a um certo ponto, o que nenhuma razão nos persuade, sendo bem mais provável ao contrário, que se uma certa situação da Lua tem alguma virtude, não se deve esperar sentir que ela chegou perfeitamente, como não é necessário que o sol chegue precisamente no meridiano, a fim de nos fazer sentir o calor. Nós sentimos aumentá-lo à medida que ele se aproxima, sem, portanto, que ele diminua à proporção que se afaste porque o calor é geralmente mais insuportável às 2 e às 3 horas depois do meio-dia que propriamente ao meio-dia. Por que então não sentiríamos como graus da virtude de uma certa posição da Lua? Acrescentai a isso que a Lua nova não saberia mudar a temperatura do tempo sem fazer cessar a chuva em um lugar, e começá-la em um outro, e assim de resto. Logo, não se vê porque razão todas essas diferentes mudanças possam resultar de um certo aspecto da Lua, o qual é quase o mesmo que os aspectos de um pouco antes e um pouco depois, os quais não podem produzir nada de semelhante. Ainda menos se vê por qual motivo a temperatura do ar produzida por esse certo aspecto da Lua possa permanecer em seu estado durante 15 dias, ainda que a Lua não mantenha de modo algum o mesmo aspecto, e que, ao contrário, mude perpetuamente sua permanência. A respeito das marés muito bem se é explicado porque elas são maiores nas Conjunções e nas Oposições, supondo que a Lua se encontra então nas extremidades do pequeno Diâmetro de sua Órbita, mas daí não se tira a consequência para as chuvas, o frio e o calor. Além disso, é certo que

¹⁹⁴ Consideração do editor da presente edição dos *Pensées*, A. Prat.

as maiores marés acontecem nos dias da Lua nova e cheia, mas de tal sorte que elas crescem ou decrescem diariamente, à medida que a Lua se afaste ou se aproxime das quadraturas, o que não se dá de modo algum a respeito das chuvas ou do bom tempo.

Tendo feito essas objeções a pessoas muito honestas, respondo, se bem que não é preciso que seja assim, visto que nossos ancestrais acreditaram que não indício que essa opinião tenha podido se estabelecer de mão em mão em todos os séculos se a experiência não a tivesse sustentado. E como eu lhes fiz freqüentemente observar que continuando o mau tempo 2 ou 3 dias depois da Lua nova, o resto do mês não deixou de ser bom, responderam-me que aí não era preciso observar de tão perto, e que era possível muito bem entender por Lua nova os 2 ou 3 dias que precedem e que seguem sua conjunção com o sol.

A isso, Mr., não penso que seja necessário replicar outra coisa senão que é preciso que nossos Ancestrais tenham se enganado visto que a experiência não é conforme a sua Tradição, porque não vejo que aí seja possível acreditar que a Natureza tenha mudado tanto para ser dentre essas coisas completamente diferente do que era antes. De resto, não é espantoso que um erro tornado geral visto o pouco de cuidado que os homens têm em consultar a razão quando eles acrescentam fé ao que entendem dizer a outros, e o pouco de proveito que tiram das ocasiões que lhe são oferecidas para desenganarem-se.

Não saíamos de nosso assunto para ver provas disso. Quantas pessoas que poderiam observar em mil ocasiões a falsidade das predições do Almanaque, contudo, compram-no todos os anos, consultam-no dia a dia e sustentam que aí encontram tudo: até aí que vimos que estão prontos para apostarem, um por seu Almanaque de Liege, o outro por seu Almanaque de Milão, um terceiro por seu Almanaque de Basle, de Troyes ou de qualquer outro lugar, como fazem os Ingleses pelos seus Cocqs. E eu sustento e estou pronto para apostar tudo o que eles quiserem, visto que me trazem um Almanaque que entra no detalhe de cada dia, dizendo, por exemplo, *terá um tal vento na segunda-feira. O tempo será sereno até às 10 horas. Depois teremos uma pequena chuva que terminará quando o sol se pôr. A noite será sem nuvens e sem vento. Amanhã ocorrerão neblinas que durarão até ao meio-dia. Em seguida, esfriará ou nevará até a entrada da noite.* Estou certo,

afirmo, que se assim se quer entrar em detalhe e não se contentar em dizer a grosso modo, *fará calor no mês de julho*, etc., perderia mais vezes que eu apostando o contrário com ele. Porque segundo as regras do bom senso é preciso que perca muito mais que eu, porque para ganhar é preciso que ele encontre um certo vento, determinado entre os 32 ventos da bússola, ao lugar que ele pode perder seja que não sinta nenhum vento, seja que sinta algum dos 31 ventos que restam, isto é, que sobre o episódio do vento ele deve perder 32 vezes contra uma minha, porque não é preciso considerar a disposição particular de um certo lugar que o torne sujeito certos desconhecidos alhures, a que também aos Astrólogos não diz respeito algum, é 32 vezes mais provável que um tal dia não terá um certo vento anunciado que tal dia seja provável que ocorrerá tal vento.

Tê-lo-íeis ainda uma outra prova a esse respeito. Todos os que esperam da Lua a mudança de tempo, observam certas Lunações¹⁹⁵ completamente distintas das outras. A Lua de Natal, por exemplo, a de Março, e a de São João. Eles dizem que a Lua de Março é mais desigual e mais propensa a produzir injúrias, fundados aparentemente sobre o que observaram que o mês de Março é cheio de irregularidades, porque o sol se aproximando de nós mais sensivelmente cada dia como não acontecia antes, adquire em pouco tempo um aumento sensível de forças, que o faz elevar-se da terra repleta das umidades do inverno, quantidades de vapores e de exalações que na falta de poderem ser cozidos e digeridos, causam diversas alterações no ar, e com uma espécie de recaída na estação rigorosa, como acontece aos que comem muito quando se recuperam de uma doença. Passai por isso. Consinto, visto que desejam que a Lua de Março seja desigual.

Mas eles querem mais, que a Lua que se tornou nova nos últimos dias de Fevereiro, de modo algum seja a lua de Março, e não tenha nenhuma influência temível, ainda que ela reina no mês de Março. Então pretendem que é a Lua que reina no mês de Abril que a torna caprichosa. É o que eu não deixaria passar, porque daí seguir-se-ia que a Lua se regra sobre o Calendário de Júlio César, e que ela suspende algumas vezes por 30 dias os efeitos de sua cólera, só por causa de um uso mais arbitrário do mundo, nos apraz

¹⁹⁵ *Lunaisons*, no original. Significa o espaço de tempo entre duas luas novas consecutivas: 29 horas, 12 horas e 44 minutos. (N. do T.)

alongar o mês de Fevereiro todos os 4 anos, como se quatro dedos de pergaminho contendo uma ordem de começar um certo mês mais cedo ou mais tarde, seriam capazes de romper todas as medidas que a Lua teria tomado para nos prejudicar.

Além disso, pretendem que quando a Lua é duas vezes nova no mês de Março, como ela fora o ano passado, a segunda dessas Luas seja tão desigual quanto a primeira, e continua suas injúrias todo o mês de Abril. É ainda o que não saberia deixar passar, e é de que zombei às fartas o ano passado, vendo pessoas de estudo, de espírito, de qualidade nesse miserável quadro do qual poderiam se livrar considerando unicamente que se fosse melhor aos Romanos mutilar o mês de Março como fizeram no mês de Fevereiro (o que lhes fora cômodo) a Lua nova de 30 de março de 1680 teria sido a Lua de Abril. Neste caso, essa Lua não deveria ser desigual visto que ela não fora a Lua de Março. Ela foi então desigual o ano passado não devido ao ponto do Céu onde ela fez sua conjunção, nem devido ao estado onde ela encontrara a região Elementar, porque teria sido a mesma coisa se Março tivesse o destino de Fevereiro; mas porque os Romanos teriam dado o nome de Março a um certo número de dias, de que, sem dúvida, a Lua que fosse avisada quisesse aproveitar para ter mais lazer em descarregar seu mau humor, e para se vingar do mau uso que fizeram algumas vezes da intercalação do Bissexto, diminuindo o reino de seus caprichos. No tocante à Lua de 1º de Março de 1680, que só por algumas horas escapa do Bissexto, nisto tem de notável é que ela só deve ser impertinente nos Países Católicos, porque, através de que direito ela faz os Protestantes sentirem suas extravagâncias, que não receberam a Reforma do Calendário, visto que para eles era a Lua de Fevereiro?

* * *

I. ESCLARECIMENTO

A Observação que foi feita sobre os bons costumes de algumas pessoas que não tinham nenhuma religião não pode causar prejuízo à verdadeira fé, e nem aí afrontar.

Os que se escandalizaram com o que eu disse que existiram Ateus e Epicuristas, que ultrapassaram em bons costumes a maior parte dos Idólatras, estão convocados a bem refletirem sobre todas as considerações que eu estou me propondo. Se o fizerem, seu escândalo eclipsar-se-á e desaparecerá completamente.

I. O medo e o amor pela Divindade não são de modo algum a única causa das ações humanas. Existem outros princípios que fazem o homem agir: o amor pelo louvor, o medo da infâmia, as disposições do temperamento, as penas e as recompensas propostas pelos Magistrados, têm muita atividade sobre o coração humano. Se alguém duvida, é preciso que ignore o que se passa nele, e o que o curso ordinário do mundo lhe coloca sob os olhos a cada momento. Mas não há sinal de que alguém seja tão estúpido para ignorar tal coisa. Pode-se então colocar, entre as noções comuns, o que estabeleci no tocante às outras causas das ações humanas.

II. O medo e o amor pela Divindade não são sempre um princípio mais ativo que todos os outros. O amor pela glória, o medo da infâmia, ou da morte, ou dos tormentos, a esperança de um Cargo, agem com mais força sobre certos homens, que o desejo de agradar a Deus e que o medo de violar seus Mandamentos. Se alguém duvida, ignora uma parte de suas ações, e nada sabe do que se passa diariamente sobre a terra. O mundo está cheio de pessoas que acham melhor cometer um pecado a desagradar um Príncipe que arruíne sua fortuna. Assinam-se todos os dias Formulários de Fé contra a consciência, a fim de

salvarem seus bens; ou de evitarem a prisão, o exílio, a morte, etc. Um soldado que tudo abandonou por sua Religião, e que se vê na alternativa, ou de ofender Deus quando se vinga de uma afronta, ou de passar por um frouxo se não se vinga, não descansa até ter recebido satisfação dessa ofensa, mesmo correndo o risco de matar, ou de ser morto em uma situação que será seguida da condenação eterna. Não há nenhum sinal que alguém seja tão estúpido para ignorar tais fatos. Coloquemos então entre as noções comuns este Aforismo de Moral, *O medo e o amor pela Divindade nem sempre são o princípio mais ativo das ações do homem.*

III. Sendo assim, não é preciso considerar como um escandaloso Paradoxo, mas antes como uma coisa bastante provável, que pessoas sem Religião sejam mais propensas aos bons costumes pelas causas do temperamento acompanhadas do amor pelos elogios, e sustentadas pelo medo da desonra, do que outras pessoas levadas pelo instinto da consciência.

IV. O escândalo deveria ser muito maior quando se vê tantas pessoas persuadidas das verdades da Religião e mergulhadas no crime.

V. É mesmo mais estranho que os idólatras do Paganismo tenham feito boas ações, de que seja estranho que Filósofos Ateus tenham vivido como pessoas honestas: porque esses Idólatras deveriam ser levados ao crime por sua própria Religião; deveriam acreditar que a fim de se tornarem os imitadores de Deus, era preciso que eles fossem patifes, invejosos, fornicadores, adúlteros, pederastas, etc.

VI. De onde se pode concluir que os Idólatras, que viveram honestamente, só eram guiados pelas idéias da Razão e da honestidade, ou pelo desejo dos elogios, ou pelo temperamento, ou por tais outros princípios que podem ser encontrados nos Ateus. Por que então esperar-se-ia encontrar mais virtude sob a Idolatria Pagã, do que sob a Irreligião?

VII. Observai bem, se vos apraz, que falando dos bons costumes de alguns Ateus, de modo algum lhes atribuí verdadeiras virtudes. Sua sobriedade, sua castidade, sua

probidade, seu desprezo pelas riquezas, seu zelo pelo bem público, sua inclinação a render boas ações a seu próximo, não procederiam do amor a Deus nem tenderiam a honrá-lo ou a glorificá-lo. Estariam nelas mesmas a sua origem e o seu fim; o amor-próprio seria a base, o termo, toda a análise. Sê-lo-iam somente pecados gloriosos, *splendida peccata*, como Santo Agostinho disse de todas as belas ações dos Pagãos. Isso não é de modo algum ferir as prerrogativas da verdadeira Religião dizer de alguns Ateus o que eu disse. É sempre verdadeiro que as boas obras só são produzidas por motivos espirituais. E que importa que os Sectários dos falsos Deuses não sejam mais sábios nas ações de suas vidas do que aqueles que não têm Religião alguma? Que vantagem aparecer-lhe-ia de que os adoradores de Júpiter e de Saturno não estariam tão penetrados na via da perdição do que os Ateus?

VIII. Se os que se escandalizaram pretenderam que não é possível louvar os bons costumes de Epicuro, sem pretender que, no que diz respeito à boa vida, é tudo a mesma coisa, não ter Religião ou professar uma Religião, seja ela qual for; eles ignoraram a arte das conseqüências e não entenderam nada do que estava em questão. Eu somente comparei o Ateísmo com o Paganismo. Assim a verdadeira Religião é incomparável e fora de discussão. Só se trata das Religiões introduzidas e fomentadas pelo Demônio; trata-se de ver se os que têm professado um culto tão infame em sua origem e em seus progressos como aqueles, foram mais regulares na prática dos bons costumes que os Ateus. Suponho como um ponto indubitável e plenamente decidido, que na verdadeira Religião, há não somente mais virtude que em qualquer lugar, mas que fora dessa Religião não há verdadeira virtude, tampouco *frutos de justiça*. De que serve então fazer parecer que se tema que eu não ofenda essa verdadeira Religião? Está ela interessada no mal que pode ser dito da falsa? E não se deve então apreender que esse grande zelo que é testemunhado não escandaliza as pessoas de bom senso, que verão que é fazer o difícil¹⁹⁶ em favor de um culto detestado por Deus e gerado pelo Demônio, assim como o reconhecem todos os nossos Doutores em Teologia?

IX. Eu não poderia achar ruim que se murmurasse, se eu tivesse feito um Romance o qual os personagens fossem virtuosos e sem Religião; porque como eu seria o

¹⁹⁶ “Faire le délicat”, no original. (N. do T.)

mestre de suas ações e de suas palavras, eu teria a liberdade de enforcá-los conforme o gosto dos Leitores mais escrupulosos: mas meu Dicionário é uma Obra Histórica, não tenho de modo algum o direito de representar as pessoas como desejar-se-ia que elas fossem, é preciso que eu as represente como elas foram; não posso suprimir nem suas faltas nem suas virtudes. Visto então que eu só avanço sobre os costumes de alguns Ateus com o que relataram os Autores que citei, não se tem razão de se chocar com minha conduta. Somente é preciso, para fazer os Censores refletirem por eles mesmos, perguntar-lhes se eles crêem que a supressão dos fatos verdadeiros é dever do Historiador. Estou seguro de que eles jamais assinariam uma tal Proposição.

X. Não é que eu não creia que existam pessoas bastante ingênuas para confessarem que uma verdade de fato deva ser suprimida por um Historiador, visto que ele é capaz de diminuir o horror do Ateísmo e a veneração que se tem pela Religião em geral. Mas suplico-lhes muito humildemente a achar bom que eu continue a crer que Deus não tem necessidade desses artifícios de Retórica, e que se pode ter lugar em um Poema ou em uma Peça de Eloquência, não se segue que eu teria de adotá-los em um Dicionário Histórico. Eles permitir-me-ão dizer-lhes que basta trabalhar para a boa Religião; porque tudo que se fizesse pela Religião em geral, serviria ao Paganismo como ao Cristianismo.

XI. Eu seria tanto mais censurável em suprimir as verdades as quais se lamenta, que além disso eu teria agido contra as Leis fundamentais da Arte Histórica, teria eclipsado coisas que são, no fundo, bastante vantajosas ao verdadeiro sistema da Graça. Mostrei alhures¹⁹⁷ que nada é mais apropriado para provar a corrupção do coração do homem, esta corrupção naturalmente invencível, somente superável pelo Santo Espírito, do que mostrar que os que não têm parte nos recursos sobrenaturais, são também maus sob a prática de uma religião como os que vivem no Ateísmo. Aqui acrescento que não saber-se-ia mais agradar aos Pelagianos, do que dizer que o medo pelos falsos Deuses pôde levar os Pagãos a corrigirem algum vício: porque se do temor de atribuir para si a maldição celeste eles puderam abster-se do mal, puderam também chegar à virtude pelo desejo das recompensas

¹⁹⁷ (I) Ver os Pensamentos diversos sobre os Cometas, *pág.* 437, 490, 599 e as Adições a esses Pensamentos, *pág.* 58, 110 (N. do A.).

espirituais, e a fim de procurar o amor de Deus; isto é, que eles poderiam não somente temer, mas também amar a Divindade e agir por esse bom princípio. As duas asas com que se move o homem são o temor do castigo e o desejo pela recompensa: se ele pode ser movido por este, pode ser movido por aquele: não saberíamos de bom grado admitir uma dessas coisas sem rejeitar a outra.

XII. Se algumas pessoas mais que ordinariamente eqüitativas e esclarecidas, alegassem, como única razão de seu escândalo, a afetação com a qual lhes parece que mostrei a meus Leitores a boa vida dos Ateus, eu pediria para considerarem que no caso da afetação o qual se trata é bastante desculpável, e que ele pode mesmo passar por um motivo de instrução. Para bem entender isso, basta lembrar de um episódio de meu Tratado sobre os Cometas. O verdadeiro objetivo dessa Obra era o de refutar por uma razão Teológica o que ordinariamente se diz sobre os presságios dos Cometas¹⁹⁸. A necessidade de fortalecer essa razão empenhara-me no paralelo entre o Ateísmo e o Paganismo; porque sem isso minha prova seria exposta a uma Objeção a qual eu seria incapaz de persuadir o que eu precisava provar¹⁹⁹. Precisaria então, ou deixar uma brecha aberta, ou refutar as razões daqueles que dizem que a Idolatria dos Pagãos não era um mal tão grande como o Ateísmo. Todo o sucesso do combate dependia muito desse ataque; assim, na ordem da Disputa, e por todos os direitos que pertencem a um Autor, eu podia e devia me prevalecer de tudo que a Lógica e a História eram capazes de me fornecer para me defender dessa investida. Logo, não foi de modo algum, ou voluntariamente, ou por audácia, que debite fatos que tendiam a persuadir que os Ateus não são necessariamente mais desregrados em seus costumes que os Idólatras. As Leis da Disputa e o direito que cada um tem de se defender das Objeções as quais vê que sua Tese é exposta, me impuseram indispensavelmente essa conduta. Muito bradaram contra essa passagem de minha Obra e muito se empenharam para fazê-la passar por perigosa. Então fui obrigado a sustentá-la enquanto a razão e a verdade me permitiram; e por conseqüência ninguém deve se chocar se adverti meus Leitores, quando a ocasião se apresenta, que a História ensina-nos que tais e tais pessoas que negaram ou a Existência, ou a Providência de Deus, ou a imortalidade da Alma, não

¹⁹⁸ (2) Ver o prefácio da 3ª edição. (N. do A.)

¹⁹⁹ “[...] qui l’eût rendue mal propre à persuader ce qu’il falloit que je demonstrasse”, no original. (N. do T.)

deixaram de viver como pessoas honestas. Esta afetação, que seria talvez um justo motivo de escândalo em um outro Livro, de modo algum o é no meu: pelo contrário, ele pode servir de instrução para meus leitores, porque mostra que eu não afirmei um Paradoxo por um princípio de vaidade, mas uma Observação que, no fundo, é muito certa e que só pareceria falsa àqueles que não a examinassem. Nada é mais chocante que um homem que para distinguir-se, empenha-se temerariamente em se afastar do caminho percorrido; e se há Escritores que se tornaram suspeitos desse lado, não por sua falta, mas porque os Leitores não conhecem o fundo do trabalho²⁰⁰, nada deve ser mais edificante do que ver que esses Autores se justifiquem.

XIII. Para tirar inteiramente as suspeitas de uma afetação viciosa, tive o cuidado de observar todas as vezes que eu pude os maus costumes dos Ateus²⁰¹. Se eu não o fiz com mais freqüência, foi devido somente à falta de matéria. O Público soube que exigi que me indicassem exemplos²⁰²; ninguém se deu a esse trabalho e eu ainda não pude nada descobrir por minhas buscas. Não pretendo negar que em todos os países de todos os tempos não houve pessoas que suprimissem por seus deboches, e por longos hábitos criminais, a fé explícita da Existência de Deus; mas a História não tendo conservado seu nome, é impossível falar. É provável que entre esses bandidos e esses assassinos de aluguel, que cometem tantos crimes, há quem não tenha Religião; mas o contrário é ainda mais provável, visto que tantos malfeitores que passam pelas mãos do carrasco, não há como serem encontrados Ateus²⁰³. Aqueles que os preparam para a morte os acham sempre bastante dispostos a desejar a felicidade do Paraíso. Como para esses profanos mergulhados na glotonaria, que ao julgamento do Pai Garasse e muitos outros Escritores são francos Ateus, não devo levá-los em conta; porque não se tratava daqueles que se chamam Ateus de prática, pessoas que vivem sem nenhum medo de Deus, mas não sem nenhuma persuasão de sua Existência. Tratava-se somente dos Ateus de teoria, como Diágoras, por exemplo, Vanini, Spinoza, etc., pessoas as quais o Ateísmo é atestado, ou pelos Historiadores, ou por seus Escritos. A questão discorre unicamente sobre os costumes dessa classe de Ateus, é a

²⁰⁰ “[...] le fonde du affaire”, no original. (N. do T.)

²⁰¹ (3) *Como no Artigo de BION Borysthenite, e de CRÍTIAS*. (N. do A.)

²⁰² Ver as Adições aos Pensamentos sobre os Cometas, p. 86. Ver também pág. 75. (N. do A.) (4).

²⁰³ (5) *Falo assim porque não me lembro de ter lido Relações no tocante ao Ateísmo final dessas pessoas, nem ter entendido falar*. (N. do A.)

respeito daqueles que exigi que me indicassem exemplos de má vida. Se eu encontrasse, teria feito uma ampla menção. Não há nada mais fácil que encontrar na História certos celerados os quais as ações abomináveis fazem quase tremer os Leitores; mas, entretanto, eram pessoas as quais mesmo as impiedades e as blasfêmias são uma prova que elas acreditavam na Divindade. Eis uma decorrência natural da Doutrina constante dos Teólogos, como o Demônio, a mais má de todas as criaturas, mas incapaz do Ateísmo, é o promotor de todos os pecados do Gênero humano; porque assim sendo, é mister que a mais possuída maldade do homem tenha o traço da do Diabo, isto é, que ela seja conjunta com a persuasão da Existência de Deus. Uma Máxima dos Filósofos confirma esse raciocínio.²⁰⁴

XIV. Se o que venho a dizer é capaz de edificar as boas consciências, visto que elas perceberão que a Tese que as têm assustado concorda muito bem com os princípios mais ortodoxos, não encontrarão o menor motivo de edificação no que vou propor. Que os maiores celerados não sejam Ateus e que a maior parte dos Ateus aos quais o nome chegou até nós tenham sido honestas segundo o mundo, é um caractere da Sabedoria infinita de Deus, é um motivo de admirar a Providência. Ele quis colocar limites na corrupção do homem, a fim que aí possa haver Sociedades sobre a terra; e se ele favoreceu com a graça santificadora um pequeno número de pessoas, ele distribuiu para todos uma graça *repressora*²⁰⁵, que como um forte dique retém as águas do pecado enquanto for necessário para evitar uma inundação geral, que destruiria todos os Estados Monárquicos, Aristocráticos, Democráticos, etc. Dizem ordinariamente que o meio o qual Deus se serviu para chegar a esse fim foi o de conservar na alma do homem a idéia da virtude e do vício, e o sentimento de uma Providência que observa tudo, que pune o mal e que recompensa o bem. Encontrareis este pensamento nos Lugares-comuns da Teologia e em uma infinidade de Obras Ortodoxas. Qual é o efeito natural dessa Proposição? Não é dizer que se há pessoas que Deus não abandona até o ponto de deixá-las precipitarem no Sistema de Epicuro, ou no dos Ateus, são principalmente essas almas ferozes as quais a crueldade, a audácia, a avareza, o furor e a ambição seriam capazes de arruinar rapidamente todo um grande país? Não é dizer que se ele abandona certas pessoas até permitir que elas neguem,

²⁰⁴ (6) Cf. Aristóteles, *Segundos Analíticos*, I, 2. Ver também sua *Metafísica*, 2, I. (N. do A.)

²⁰⁵ (7) *Eu soube de um teólogo que é sob essa idéia que se fala da Providência de Deus, enquanto ela não permite que os crimes se transbordassem até a destruição das Sociedades.* (N. do A.)

ou sua Existência, ou sua Providência, são principalmente pessoas a que as disposições do temperamento, a educação, a vivacidade das idéias de honestidade, o amor pela bela glória, a sensibilidade para a desonra, servem de freio bastante forte para retê-las em seu dever? Eis duas conseqüências que emanam naturalmente do princípio de Teologia que eu relatei acima. Logo, como advertindo meus Leitores em algumas passagens deste Dicionário que os maiores celerados tiveram alguma Religião e que pessoas que não tiveram nenhuma absolutamente viveram segundo as leis da honestidade, eu não disse nada que não concorde com essas duas conseqüências, racionalmente não poderão estar mais chocados.

XV. Será então mais legítimo considerar nisto o dedo de Deus e as deferências admiráveis de sua Providência; ele chega ao mesmo fim por diversas vias: o princípio *repressor* tão necessário para a conservação das Sociedades, como ensinam os Teólogos, exerce sua virtude pelo freio da Idolatria em certos países e em certas pessoas; e pelo temperamento ou pela vivacidade das idéias e do gosto pela honestidade moral em algumas outras. Os Gregos engenhosos e voluptuosos, por aí sujeitos a uma cadeia monstruosa de crimes, tiveram necessidade de uma Religião que os carregasse de uma infinidade de observâncias. Teriam tido muito tempo a dar ao mal, se o grande número de Cerimônias e de Sacrifícios, e de Oráculos não lhes tivesse dado distrações e se os terrores supersticiosos não os tivessem alarmado. Os Citas, povo grosseiro, sem emprego nem hábitos, só tiveram necessidade de desprezar as voluptuosidades, ou de não conhecê-las.²⁰⁶ Só isso mantinha sua República e os impedia de cometer injustiça uns aos outros. Estavam voltados de uma maneira que cada um se contentava com o que tinha. Não foi preciso nem Código nem Digesto para tais povos.²⁰⁷

Eis quinze Considerações que me parecem suficientes para tirar o obstáculo que acreditaram encontrar em algumas passagens do meu Dicionário. Elas poderiam servir de

²⁰⁶ *Aurum & argentum perinde aspernantur ac reliqui mortales appetunt...Haec continentia illis morum quoque justitiam edidit, nihil alienum concupiscentibus. QUIPPE ibidem divitiarum cupido est, ubi & ufus. Atque utinam reliquis mortalibus similis moderatio & abstinentia alieni foret...Prorfus ut admirabile videatur, hoc illis naturam dare, quod Graeci longa sapientium doctrina, praeceptis-que philosophorum consequi nequeant. Justin, Libr. II, Cap. II. (N. do A.) (8).*

²⁰⁷ (9) *Justitia gentis ingeniis culta, non legibus, Id. Ibid. (N. do A.)*

assunto para um espesso Livro: contentei-me em expô-las rapidamente; porque eu já tratei alhures²⁰⁸ um pouco mais extensamente, ou tratarei amplamente em uma Obra futura.²⁰⁹

²⁰⁸ (10) *Nos Pensamentos diversos sobre os Cometas.* (N. do A.)

²⁰⁹ *Ver o Prefácio da 3ª Edição desses Pensamentos.* (N. do A.)